

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

CAROLINA DE OLIVEIRA E SILVA CYRINO

**“VIVEIROS HUMANOS”**  
**Experimentos do racismo científico a partir da *missão de instruir e***  
***sanear* populações pesqueiras no Brasil**

PORTO ALEGRE  
2022

CAROLINA DE OLIVEIRA E SILVA CYRINO

**“VIVEIROS HUMANOS”**  
**Experimentos do racismo científico a partir da *missão de instruir e***  
***sanear* populações pesqueiras no Brasil**

Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Professor Orientador: Doutor José Carlos Gomes dos Anjos

Professora Coorientadora: Doutora Pâmela Marconatto Marques

PORTO ALEGRE

2022

CIP - Catalogação na Publicação

CYRINO, CAROLINA DE OLIVEIRA E SILVA  
"VIVEIROS HUMANOS" Experimentos do racismo  
científico a partir da missão de instruir e sanear  
populações pesqueiras no Brasil / CAROLINA DE OLIVEIRA  
E SILVA. CYRINO. -- 2022.

222 f.

Orientador: JOSÉ CARLOS GOMES DOS ANJOS.

Coorientadora: PÂMELA MARCONATTO MARQUES.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,  
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Racismo científico. 2. Processos de  
racialização. 3. Arqueologia contracolonial. 4.  
Colonialidade. 5. Populações Pesqueiras. I. DOS ANJOS,  
JOSÉ CARLOS GOMES, orient. II. MARQUES, PÂMELA  
MARCONATTO, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CAROLINA DE OLIVEIRA E SILVA CYRINO

**“VIVEIROS HUMANOS”**

**Experimentos do racismo científico a partir da *missão de instruir e sanear* populações pesqueiras no Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

**BANCA EXAMINADORA**

Dr. José Carlos Gomes dos Anjos  
Professor Orientador  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dra. Pâmela Marconatto Marques  
Professora Coorientadora  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dra. Camila Penna de Castro  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dra. Fernanda Oliveira da Silva  
Programa de Pós-Graduação em História  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dra. Adelia Miglievich-Ribeiro  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
Universidade Federal do Espírito Santo

À minha bisavó Domingas da Conceição e sua mãe, Joanna *de tal*.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi escrito em trânsito, cruzando mais de dois mil quilômetros entre Vila Velha, no Espírito Santo, até a cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e depois fixando moradia gaúcha por dois anos, até findá-la no último ano ao retorno capixaba. Neste percurso andarilho, meu caminho foi posto a encontro de pessoas essenciais para esta construção. Meu irmão, Roberto Cyrino, foi e é o maior encorajador da minha jornada acadêmica, diante de todos os frios invernos que atravessei neste trabalho, possibilitando amparos de toda natureza. A quem a ancestralidade trouxe-me como bússola e porto, quem resgatou comigo a genealogia de nossa história tramada junto à escrita desta pesquisa. Meu agradecimento a você, meu irmão, revela-se nessa nossa insistência de permanecermos com a pulsão de vida! Amo-te além. E a toda rede de amparo que você proporcionou.

No fim do primeiro semestre desta pesquisa, em junho de 2018, experimentei das dores mais profundas, com a morte inesperada do meu irmão mais velho e padrinho, Renato Zacharias de Oliveira, luto no qual atravessei cruzando os céus entre as duas capitais. Agradeço à professora Dra. Soraya Gomes, então coordenadora e professora da disciplina de metodologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que além de grande importância na delimitação do recorte da minha pesquisa, foi delicadamente sensível à minha situação.

Porto Alegre transformou-se em um segundo lar, um porto de reconstrução, onde obtive suporte para residir com meu filho, Marcos Miguel, e ser acolhida por uma rede de apoio sem igual. Junto ao meu pequeno, à época com apenas seis anos de idade e com sua amável ternura e amor incondicional, reconstruímos nossa história alugando um pequeno quarto no bairro Bom fim, junto a Marielle Moro e Tharys Guimarães, que passaram a compartilhar seus afetos, tempo e suas maravilhosas famílias que nos acolheram. Essas jovens estudantes nos abraçaram de tal modo que possibilitou a minha participação nas disciplinas, apresentação de palestras, revisão de conteúdos e, especialmente, sentir-se em um *lar* tão longe de casa. Essa rede estendeu-se a uma terceira família, da primeira pessoa que conheci na capital

gaúcha, Jeanice Ozório, a época estudante de mestrado do PPGS, amiga que, de mesmo modo, nos adotou como família, sendo *sol* que cuidava de lembrar que era possível viver um dia de cada vez. A vocês, minhas irmãs, tenho profundo amor e gratidão, foi uma dádiva que nossas histórias se unissem.

A vivência na universidade presenteou-me com encontros que transformaram minha jornada pessoal e acadêmica. Conheci o professor Dr. José Carlos Gomes dos Anjos, que viria ser meu orientador, levando a ele as obras originais que compõem este estudo, como quem carregava um peso de mais de cem anos de história. Após olhar com atenção o material, observou os corpos escurecidos daquela gente vestida de roupas alvas, registradas em preto e branco. “O *viveiro humano* é um laboratório racial”, dizia, minha tese encontrava-se em encruzilhada. Como um mentor sempre atencioso, o senhor foi partícipe do meu amadurecimento, a aguçar o olhar investigativo e crítico, a pensar as investidas desumanizadoras do colonialismo. Minha admiração e respeito por investir e apostar no meu desenvolvimento como pesquisadora e docente. Através do professor Dos Anjos, conheci a professora Pâmela Marconatto Marques, coorientadora que tenho a honra de reconhecê-la afetuosamente como amiga. Pâmela é suporte chave desta tese, desbravamos os resultados parciais desta pesquisa em apresentações de seminários na Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul e no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2019, resultando na obra *Brasil e Haiti: Racismo e Ciência, lutas históricas e dramas atuais*, em parceria com a advogada Letícia Marques e a pesquisadora haitiana Rebecca Bernard. A obra, publicada em 2020, foi distribuída gratuitamente em mais de duzentas cópias para universidades, bibliotecas públicas e centros de pesquisa no Brasil, através da UFRGS, no ano de 2021. Mais do que incentivadora, Pâmela estendia a mão que segurava junto à minha, a quem olhava e dizia: “percebes que estás fazendo *arqueologia contracolonial!*” Que grande (re)encontro foi nos dado nesta vida, professora!

A partir desses encontros, participei do início da criação de dois grupos de pesquisas em 2018, que compuseram papel singular à escrita, discussão e campo de imaginação desta tese até sua conclusão. Assim, agradeço aos colegas do Laboratório Urgente de Teorias Armadas - LUTA, ligado ao Núcleo de Estudo Afro-

brasileiros, africanos e indígenas, NEABI-UFRGS, coordenado pelo professor Dos Anjos, especialmente à leitura e tradução da obra *La Dignité ou la mort: Éthique et politique de la race*, de Norma Ajari, fundamental a essa pesquisa. Agradeço também, às mulheres pesquisadoras do grupo Suporte, coordenado pela professora Pâmela Marques, lugar de germinação e nutrição de saberes. À Rebecca Bernard, pesquisadora refugiada haitiana que me ensinou através de sua vida e de sua afetuosa contribuição da tradução em língua francesa para este trabalho.

Ao meu amigo maranhense, Igor Thiago Silva de Sousa, companheiro de doutorado, com quem compartilhei convergência de escritas, momentos de cumplicidade, leveza e potência criadora, de quem conhece as agruras de uma vida que insistem em dizer que não vale à pena ser vivida, mas que teimamos em permanecer vivos! Ao querido Marcelo Marques, que dividi muitos diálogos sobre nossas pesquisas e crescimento acadêmico, um amigo presente em incentivar minha produção intelectual a nível nacional e internacional. Estendo meu agradecimento aos colegas do curso de doutorado do PPGS/UFRGS, os quais alguns se tornaram amigos, que possibilitaram momentos de aprendizado, confraternização e tornaram a caminhada mais leve e produtiva.

À Renata Beatriz e Luana Trindade, amigas e pesquisadoras que generosamente compartilharam, desde o mestrado em Ciências Sociais, incentivo e potencialidades sobre minha escrita e apoio aos atravessamentos. Aos colegas do trabalho que passei a coordenar em projeto ligado aos direitos humanos, já nos últimos meses desta pesquisa, apoiando de modo sensível e vibrante cada conquista realizada, em especial a Jaiara Dias, minha irmã de caminhada que, com sua sensibilidade, foi fundamental para atravessar o inverno de 2022 e concluí-la.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PGCS da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, minha primeira casa, que através da professora Dra. Aline Trigueiro, orientadora no mestrado, apoiou de modo entusiasmado à minha candidatura ao doutorado, em uma das melhores e mais concorridas universidades do país, compartilhando publicações e apresentações juntas. Estendo este agradecimento a então coordenadora do PGCS, Dra. Maria Cristina Dadalto, bem como a professora Dra. Adelia Miglievich-Ribeiro, que me

despertou à docência e pesquisa desde suas primeiras aulas de sociologia e honrosamente aceitou compor a banca examinadora desta tese. Ao departamento de Ciências Sociais da UFES, que oportunizou uma das experiências mais enriquecedoras deste percurso no desenvolvimento da docência durante a conclusão da tese, vivenciando com alunas e alunos novos olhares sobre o conhecimento sociológico. Às demais professoras que prontamente aceitaram o convite de compor a banca examinadora desta tese, Profa. Dra. Camila Penna de Castro e Profa. Dra. Fernanda Oliveira da Silva, pelas quais me sinto honrada. E aos professores Dr. Guilherme Radomsky e Dr. José Rivair que contribuíram na fase de qualificação deste trabalho.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao seu Programa de Pós-Graduação em Sociologia, com sua excelência no corpo docente e produção científica. Sinto-me gratificada de ter meu nome escrito junto à UFRGS e vivenciado todas as possibilidades nestes quatro anos. Ao financiamento desta pesquisa, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Viva a universidade pública, a valorização das ciências humanas, do pensamento crítico e do acesso e permanência de estudantes negros e indígenas na produção de conhecimento!

Escrevendo sobre doença e saúde, agradeço e saúdo os que vieram antes de mim. Salve, Joanna *de tal*, mulher escravizada, marcada como sem origem. Que seu nome, minha ancestral, seja repetido e inscrito na história. Que eu possa honrá-la.

Aqui encerro, agradecendo ao velho com seu xaxará, que através da doença conheci vida e guiou-me até aqui. *Atotô, Omulu.*

*Há dois séculos eu estava perdido para a humanidade, eternamente escravo. Depois alguns homens vieram a declarar que tudo aquilo já tinha durado demais. Minha tenacidade fez o resto; fui salvo do dilúvio civilizador. Avancei...Tarde demais. Tudo estava explorado, previsto, provado, estabelecido. Minhas mãos nervosas ficaram vazias. A fonte secou. Tarde demais! Mesmo assim quero compreender.*

Franz Fanon, *Pele negra, máscaras brancas* (2008).

## RESUMO

Este estudo analisa o processo de racialização de populações pesqueiras através da missão civilizatória de *instruir e sanear* da Marinha do Brasil que criou as primeiras colônias de pesca no país na primeira metade do século XX, período atravessado pelas práticas do racismo científico pós-abolição, como a redução étnica, a eugenia e a campanha sanitária. Através da escavação de acervos históricos militares e científicos, datados do período de 1911 a 1945, buscou-se interpelar a história registrada enquanto arquivo colonial, nomeando processos de racialização que serviram à determinação de um modo pretensamente superior de ser e estar no mundo, empregando a realização de uma *arqueologia contracolonial*, desenvolvida para este trabalho com materiais históricos de registros da colonialidade brasileira. Especificamente, teve por objetivo analisar as estratégias dos discursos racializados na defesa do aperfeiçoamento da nacionalidade, através da emergência de uma raça civilizada e a construção de uma nação moderna; examinar a constituição do argumento colonizador para a missão civilizatória de instrução e saneamento das populações pesqueiras; investigar o sistema de controle e classificação através dos dispositivos de dominação disciplinatórios do Estado, analisando o modo de operacionalização do racismo na insistente investida de desumanização do negro, como elemento degenerador. Para além da especificidade do alcance civilizatório de populações pesqueiras, esta tese toma e apresenta os viveiros humanos de civilização da Missão do Cruzador José Bonifácio como experimento do racismo científico, a partir da sua expedição de classificar, instruir e sanear aquelas populações.

**Palavras – chave:** Racismo científico. Processos de racialização. Arqueologia contracolonial. Colonialidade. Populações Pesqueiras.

## **ABSTRACT**

This study analyzes the process of racialization of fishing populations through the civilizing mission of instructing and sanitizing led by the Brazilian Navy, which created the first fishing colonies in the country, in the first half of the 20th century, a period crossed by the ideals of post-abolition scientific racism in the country, such as ethnic reduction, eugenics and the sanitary campaign. Through the excavation of historical military and scientific collections, dating from the period from 1911 to 1945, we sought to address recorded history as a colonial archive, naming processes of racialization that served to determine a supposedly superior way of being in the world, employing the realization of a counter-colonial archeology, developed for this work with historical materials from records of Brazilian coloniality. Specifically, it aimed to analyze the strategies of racialized discourses in defense of the improvement of nationality, through the emergence of a civilized race and the construction of a modern nation; to examine the constitution of the colonizing argument for the civilizational mission of instruction and sanitation of the fishing populations; to investigate the system of control and classification through the disciplinary domination devices of the State, analyzing the operationalization of racism in the insistent onslaught of dehumanization of the black, as a degenerating element. In addition to the specificity of the civilizational reach of fishing populations, this thesis brought to the discussion the human breeding grounds of the Mission of the Cruiser José Bonifácio as an experiment in scientific racism, thanks to its expedition to classify, instruct and sanitize those populations.

**Keywords:** Scientific racism. Racialization processes. Countercolonial archeology; coloniality. Fisheries Populations.

## RÉSUMÉ

Cette étude analyse le processus racial des populations de pêcheurs à travers de la mission civilisatrice d'instruction et d'assainissement de la Marine brésilienne qui a créée les premières colonies de pêche du pays dans la première moitié du XXI<sup>ème</sup> siècle, période traversée par des pratiques du racisme scientifique post-abolitionniste, comme la réduction ethnique, eugénisme et la campagne sanitaire. À travers de la fouille des collections historiques militaires et scientifiques, datées du période de 1911 à 1945, on a cherché à questionner l'histoire enregistrée comme l'archéologie colonial, en nommant les processus de racialisation qui ont servi à la détermination d'une manière supposée être supérieur et être dans le monde, utilisant la réalisation d'un archive contre-colonial, développé par ce travail avec des matériaux historiques de registres de la colonisation brésilienne. Spécialement, il avait pour objectif d'analyser les stratégies de discours racisés dans la défense de la perfection de la nationalité à travers de l'urgence d'une race civilisée et la construction d'une nation moderne; examiner la constitution de l'argument colonisateur pour la mission civilisatrice de l'instruction et l'assainissement des populations de la pêche; investir le système de contrôle et classification à travers des dispositifs de domination disciplinaires de l'État tout en analysant le mode d'opération du racisme investi dans l'insistance de la désumanisation du nègre comme élément dégénérateur. Au-delà de la spécificité en relation à la civilisation des populations de la pêche, cette thèse prend et présente les êtres humains de la civilisation de la mission du Croiseur José Bonifácio comme expérience du racisme scientifique, à partir de son expédition de classer, instruire et assainir ces populations.

**Mots-clé:** Racisme scientifique. Processus de racialisation. Archéologie contre-colonial. Colonialité. Populations de la pêche.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - “O viveiro” .....	24
Figura 02 - O “apóstolo civilizador” .....	46
Figura 03 - Pelas indústrias de Pesca no Brasil .....	55
Figura 04 - A Missão do Cruzador José Bonifácio .....	56
Figura 05 - A Arte de Viver: Breviário Moral e Cívico .....	57
Figura 06 - O Manual do Patrão de Pesca .....	58
Figura 07 - A estrela-guia Darcy Vargas .....	59
Figura 08 - “A Redenção de Cam” .....	73
Figura 09 - <i>Lé Negré passaunt au Blanc, a la troisieme degeneration par léffet du croisement de racies</i> .....	76
Figura 10 - Francis Galton, “o tipo perfeito e equilibrado de homem” .....	82
Figura 11 - “A seleção dos bem-dotados” .....	86
Figura 12 - “Sanear o Brazil”, o grande problema!” .....	90
Figura 13 - “O primeiro entre os melhores” .....	97
Figura 14 - “De órfão infeliz a industrial venturoso” .....	98
Figura 15 - Um amparo paternal .....	99
Figura 16 - Família de pescadores.....	121
Figura 17 - “Puros Jecas” .....	136
Figura 18 - “Jeca não é assim, esta assim” .....	139
Figura 19 - “O curador à sombra da jurema” .....	130
Figura 20 - “Batismo Netuniano” .....	147
Figura 21 - Tripulação do Cruzador.....	156
Figura 22 - “Colônias de pescadores: sementeiras do futuro” .....	162
Figura 23 - Lições de Eugenia (1931).....	166
Figura 24 - Renato Ferraz Kehl.....	174
Figura 25 - Colônias, registro em preto e branco .....	175
Figura 26 - “O milagre da ressurreição” .....	186
Figura 27 – “Crê nos gloriosos destinos da nacionalidade” .....	187

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Eugenia e Eugenismo, por Renato Kehl .....	84
Quadro 02 - Métodos eugênicos .....	168
Quadro 03 - “Educa o espírito, educa o caráter” .....	189

## LISTA DE SIGLAS

<b>ANM</b>	Academia Nacional de Medicina
<b>C. G. P. B.</b>	Confederação Geral dos Pescadores do Brasil
<b>GEPPEDES</b>	Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo
<b>LUTA.</b>	Laboratório Urgente de Teorias Armadas
<b>H. S. D. G.</b>	Hamburg-Südamerikanische Dampfschiffahrts- Gesellschaft
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>NEABI</b>	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
<b>OAB/RS</b>	Ordem dos Advogados do Brasil/Rio Grande do Sul
<b>PGCS</b>	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
<b>PPGS</b>	Programa de Pós-Graduação em Sociologia
<b>SUDEPE</b>	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
<b>UFES</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Espírito Santo

## **APOIO FINANCIAMENTO DA CAPES**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
I. VIVEIROS HUMANOS, UM EXPERIMENTO RACIAL.....	23
II. “POR UMA MISSÃO”: CIVILIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PESCA.....	30
III. SÚMULA DOS CAPÍTULOS .....	36
<b>1. ARQUEOLOGIA CONTRACOLONIAL: PROCESSOS METODOLÓGICOS DE ESCAVAÇÃO</b> .....	38
1.1 A QUEDA.....	38
1.2 TECIDO ESCRITO COMO MATÉRIA VIVA.....	40
1.3 ENCARANDO O COLONIZADOR: A MARINHA DO BRASIL E O APÓSTOLO MISSIONÁRIO .....	45
1.4 IDENTIFICANDO ARTEFATOS COLONIAIS .....	50
<b>2. SOB O OLHAR DO OUTRO: A BUSCA POR UMA RAÇA CIVILIZADA</b> .....	62
2.1 SANGUE PRETO FORA DO CATIVEIRO: A ELIMINAÇÃO DO COMPONENTE <i>DEGENERATIVO HUMANO</i> .....	67
2.2 A CIÊNCIA DOS BEM-NASCIDOS: EUGENIA E O APERFEIÇOAMENTO DA NACIONALIDADE .....	79
2.3 A CAMPANHA SALVADORA: PROCESSOS DE INCUBAÇÃO DA <i>MISSÃO CIENTÍFICA E PATRIÓTICA</i> .....	93
<b>3. SURGE ET AMBULA, LEVANTE-TE E ANDA: À BORDO DO CRUZADOR MISSIONÁRIO</b> .....	110
3.1 CORPOS INDIGNOS .....	113
3.2 “O BRASIL É UM IMENSO HOSPITAL”: A VEZ DO SANEAMENTO .....	124
3.2.1 <b>A doença como punição da ignorância</b> .....	126
3.2.2 <b>A redenção do “Jeca Tatu”</b> .....	135
3.3 RITUAL DE INICIAÇÃO: A ENCARNAÇÃO <i>PATRIÓTICA</i> DO DIVINO.....	146
<b>4. POR DENTRO DO VIVEIRO: A LIMPEZA DA NAÇÃO</b> .....	152
4.1 O DEVER DE OFÍCIO DE EMBRANQUECER: O “CONVITE” AO CONVÉS....	155

4.2 TÉCNICAS DE APERFEIÇOAMENTO HUMANO: O BRANQUEAMENTO DA NACIONALIDADE .....	162
4.3 DA NOBREZA DE CARÁTER .....	175
4.4 “O BRASIL ACIMA DE TUDO NA VIDA, OS BRASILEIROS ACIMA DE TODOS NA TERRA.” .....	187
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: IMPLOSÕES</b> .....	194
<b>ANEXOS</b> .....	200
ANEXO I. “COMO SE DEVE ESCREVER A HISTÓRIA DO BRASIL”, 1845 .....	200
ANEXO II. PREMIER CONGRÉS UNIVERSEL DES RACES, 1911.....	201
ANEXO III. BOLETIM DE EUGENIA, MAIO DE 1929 .....	202
ANEXO IV. BIOGRAFIA DE FREDERICO VILAR, REVISTA MARÍTIMA.....	
BRASILEIRA, 1964 .....	203
ANEXO V. “PELO SANEAMENTO DO BRAZIL, A CAMPANHA SALVADORA” .....	
JORNAL DO RECIFE, 1919.....	206
ANEXO VI. A MISSÃO CIENTÍFICA E PATRIÓTICA DO CRUZADOR JOSÉ BONIFÁCIO. JORNAL A PROVÍNCIA, 1919.....	208
ANEXO VII. “O BRASIL É UM GRANDE HOSPITAL”, 1945 .....	209
ANEXO VIII. CERIMÔNIA DE NASCIMENTO DA COLÔNIA .....	210
ANEXO IX. O NAVIO CRUZADOR .....	211
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	212

## INTRODUÇÃO

Quem são, em todo o Brasil, os pescadores? São homens inteiramente alheios às conquistas da civilização e do trabalho. Na proporção talvez de 90%, os chamados praianos não sabem ler nem escrever; vivem doentes, esqueléticos, demolidos pelas endemias do litoral, pelo alcoolismo e pelos entorpecentes [...] Quem jamais os contou? Formam uma grande população de mais de cem mil viventes morando – por assim dizer – sobre o oceano, em barcos primitivos, empregando os mesmos processos de pesca adotados pelos índios!

[...]

ERA POIS PRECISO LIBERTAR, SANEAR, INSTRUIR, EDUCAR E DEFENDER O NOSSO BONÍSSIMO CABOCLO PRAIANO!

(Trechos extraídos do registro do Comandante da Missão do Cruzador José Bonifácio, Frederico Villar, 1945, p.46, destaques do autor).

Estranhos à própria pátria, *ensurdecidos pelo bramir das ondas*<sup>1</sup>. Um pouco mais de vinte anos se passavam quando o então capitão de mar e guerra da Marinha do Brasil, Frederico Villar, registrava a narrativa sobre um *tipo de gente* que tinha o domínio do mar e seus recursos naturais, entretanto, carecia de civilização. Era 1945, quando Villar publicou a obra que, pretensamente, se afirmaria em história oficial sobre a *Missão do Cruzador José Bonifácio*, que tinha a premissa de *instruir e sanear* populações pesqueiras no país, criando mais de oitocentas colônias e cadastrando mais de cem mil pescadores, durante os anos de 1919 a 1923 (VILLAR, 1945).

Classificados como atrasados, os costumes, modos de vida e trabalho, corpos, crenças e memórias eram mobilizados na tentativa de sua supressão pela adoção de práticas modernas e consideradas civilizadas. No horizonte, eram anunciados benefícios de certa modernidade, como a oferta de retirar-lhes das condições de miserabilidade física e moral diagnosticada. O território e as práticas dessas populações passam a ser percebidas enquanto dotadas de anomalias a serem sanadas, bem como legitimadoras de um projeto de modernização.

---

<sup>1</sup> Referência à expressão utilizada para descrever os pescadores como distantes da civilização, pelo discurso do Senado Federal exaltando os resultados da Missão do Cruzador José Bonifácio (VILLAR, 1945).

Pertencente ao projeto de nacionalização da pesca e saneamento, as colônias de pesca foram divididas em zonas, a partir das quais eram instaladas escolas primárias para formação dos filhos dçe pescadores, com formação cívica e patriota, bem como serviços assistenciais, saúde e acesso a recursos institucionais. Os pescadores e a produção pesqueira passaram a ser regulados, a fim de organizar a construção das indústrias de pesca nacionais e preparar os pescadores para servirem de reserva naval militar. Códigos de conduta moral e de ofício foram organizados pelo próprio Comandante, a fim de instruí-los a tornarem-se cidadãos e profissionais.

Essa condução civilizatória de populações pesqueiras foi registrada em documentos oficiais da Marinha do Brasil, com os quais me deparei durante meu percurso de pesquisa de mestrado acadêmico na Universidade Federal do Espírito Santo<sup>2</sup>. Os vestígios encontrados no esforço investigativo ultrapassaram o escopo da dissertação quando da descoberta e aquisição de raros materiais históricos que narram a condução disciplinadora da Marinha brasileira às populações pesqueiras na criação das primeiras colônias de pesca pela Marinha do Brasil.

A motivação investigativa por conhecer a história registrada sobre essas populações tradicionais foi despertada quando tive a oportunidade de acompanhar um grupo de pesquisa<sup>3</sup> ao vilarejo de pescadores em Barra do Riacho, ao norte do Espírito Santo. Ao caminharmos às margens do rio que banhava a região, fomos abordados por um senhor que aparentava ter cinquenta anos de idade e que, devido a problemas de burocratização, não conseguiu comprovar que era pescador, para receber determinado benefício. Este senhor estendeu ao grupo suas mãos negras, revelando as cicatrizes que comprovavam seus mais de trinta anos de atividade dedicada à pesca. Ele protestava com seu corpo o direito à comprovação de que era pescador artesanal, pelas marcas da sua experiência vivida. Esse encontro trouxe-

---

<sup>2</sup> Pesquisa desenvolvida de 2016 a 2018, com o objetivo de analisar as trajetórias da política pesqueira e as formas de identificação e regulação do pescador artesanal pelo Estado.

<sup>3</sup> Visita acompanhada pelo Grupo de Pesquisa em Populações Pesqueira e Desenvolvimento no Espírito Santo – GEPEDES, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFES, à comunidade de Barra do Riacho, distrito localizado no município de Aracruz-ES, que tem sua atividade pesqueira interrompida desde 2015, por tempo indeterminado, devido à contaminação causada pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro das empresas VALE/BHP.

me vários questionamentos sobre como o Estado passou a definir quem era pescador. À medida que avançava na pesquisa, revelavam-se ações políticas forjadas em uma maneira de classificar os pescadores como inferiores e os seus modos de vida e trabalho como obsoletos, a observância de heranças tutelares das colônias de pesca, e pela escolha de políticas modernizadoras que privilegiava a atividade industrial e conseqüente tentativa de supressão das práticas tradicionais.

Tão logo concluído o mestrado acadêmico em fevereiro de 2018, no mês seguinte ingressava no doutorado em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Chego à cidade de Porto Alegre com esses materiais envelhecidos, ainda por serem estudados. Das páginas corroídas pelo tempo, destacavam-se registros em preto e branco que revelavam corpos de pele escurecida, sentados, alinhados e cobertos por alvos uniformes e insígnias militares, sustentando estandartes nacionais. Chamava-me atenção também a narrativa romanceada e ao mesmo tempo impositiva do comandante Villar, de condução à civilização, marcada por classificação de um *tipo de gente* indigna e adoecida, que precisava ser instruída e saneada.

Essa missão civilizatória foi previamente elaborada a partir de missões militares, do então Capitão Villar, através de viagens exploratórias ao continente europeu, no início dos anos 1910, registrando como era organizado o controle da atividade pesqueira, a expansão das indústrias de pesca e as colônias de pescadores por lá. A partir dessas experiências, Villar esboçou a estratégia de instalação desse modelo, que posteriormente deu origem à *Missão do Cruzador José Bonifácio*. De inspiração no modelo marítimo francês, as colônias foram criadas desconsiderando as peculiaridades dos modos de vida dos pescadores brasileiros, bem como as distintas especificidades políticas, econômicas e culturais do país.

O nome escolhido para a *Missão* já não foi ao acaso, a homenagem a *José Bonifácio*<sup>4</sup> remete à figura desse patriarca da independência que defendeu a

---

<sup>4</sup>José Bonifácio de Andrada e Silva ficou conhecido como patriarca da independência do Brasil, no século XIX, e exaltado como fundador da nacionalidade brasileira. Destacou-se por ser o principal ministro de D. Pedro no começo do Império e responsável pela tutela do infante Pedro II, junto a outros conselheiros, no período regencial brasileiro. Político e pensador reformista, Bonifácio propôs na Assembléia Constituinte de 1823 a substituição dos escravos africanos por imigrantes europeus,

autonomia política nacional e a condução da nação ao progresso através de um projeto de civilização no qual fossem aperfeiçoados os valores sociais, morais e éticos da população. Bonifácio foi considerado um precursor da formação de identidade nacional no Brasil, e demonstrava o descontentamento com os modos de vida de populações indígenas e africanos escravizados, por não acompanharem o progresso do país, e, portanto, segundo seu entendimento, deveriam ser civilizados. Defendia ainda que, para que houvesse o fim da escravidão sem prejuízo à sociedade, os negros escravizados deveriam ser dignos de tal liberdade e, para tanto, era necessária uma conversão gradual destes para tornarem-se livres. Ele estabeleceu regras de conduta e moral a serem aplicados, conforme sugere Oda, “minucioso nos detalhes, simplesmente fantasioso em alguns momentos, José Bonifácio representa o próprio desejo da Lei na imaginação de seu poder: como tradução do dever-ser da sociedade em sua própria linguagem [...]” (2006, p.22).

O sistema escravista marcou a história da pesca no Brasil e na condição inscrita de marginalidade do projeto de nação do país. As populações pesqueiras foram formadas, em sua grande parte, por indígenas e negros escravizados, durante o período do Brasil colônia e império<sup>5</sup>. A embriaguez da escravidão de quatro séculos passou a orientar a dominação do Estado, já que “agora, em meio ao trabalho livre, os pescadores artesanais já não podiam viver autonomamente, isolados, ao longo da costa brasileira”, sendo a criação das Colônias de Pescadores, a partir de 1919, um novo instrumento de controle e segregação dessas populações (SILVA, 1988, p.193).

---

defendendo sua contestação por princípios morais e religiosos contrários ao regime escravista (ODA, 2006).

<sup>5</sup> O historiador Luiz Geraldo Silva na obra *Os pescadores na história do Brasil*, no ano de centenário da abolição, 1988, reuniu a historiografia da pesca no Brasil durante os períodos de Colônia e Império, enfatizando as condições inscrita a essa categoria na economia e sociedade brasileira e em que medida o sistema escravista foi a base que se processou o desenvolvimento da história da pesca. O estudo foi realizado pela Comissão Pastoral da Pesca, ligada a Igreja Católica, e atendia a Campanha da Fraternidade de 1988, “o clamor deste povo, negro”. O autor informa que sua organização foi sugerida por pescadores durante o Encontro Pastoral de Pescadores no ano de 1978, trazendo ainda a participação de movimentos sociais pesqueiros à época. Sendo específico ao estágio pré-República, o trabalho não trata da Missão do Cruzador José Bonifácio, ocorrida a partir de 1919, apenas sinaliza em suas últimas páginas que elas seriam criadas pela Marinha do Brasil como instrumento de controle do Estado, indicando que num segundo volume “Os pescadores na História do Brasil”, vol. II (1889-1930), seria dedicado à formação das colônias de pescadores no Brasil. A título de curiosidade, tal projeto foi paralisado devido o falecimento do seu mentor Frei Alfredo Schnüttgen, e a obra não fora publicada, sendo retomado no ano de 2017, segundo contato eletrônico que realizei com o autor, no primeiro semestre de 2018.

Os registros fotográficos acrescentavam ruídos, informando aquilo que não podia ser nomeado. Ainda que as vestimentas não cobrissem todos os seus traços enegrecidos, saltava aos olhos um embranquecimento dos seus costumes. Nas palavras entusiasmadas do comandante, as colônias eram *sementeiras do futuro, viveiros humanos de civilização* (VILLAR, 1945).

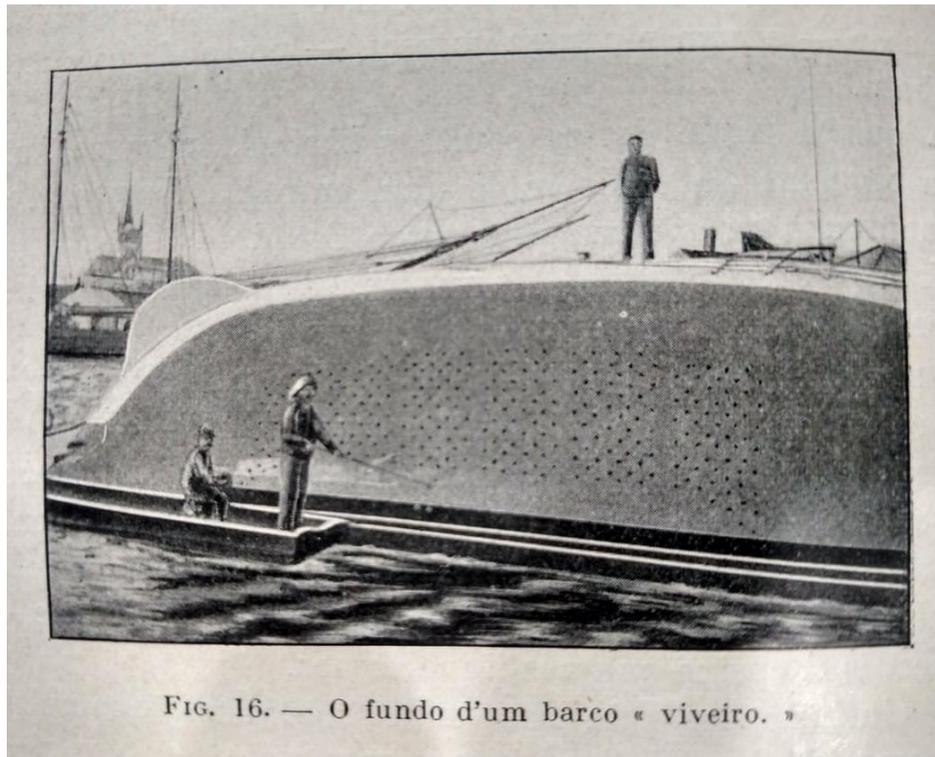
Esse contexto carrega em si uma densidade que não se percebe apressadamente, apenas ao que está aparente. Como corpos passam a serem classificados como não encaixados a um ideal que, a princípio, teria por finalidade alcançar o desenvolvimento nacional? Desencaixados de um projeto de nação ao qual precisariam ser ajustados. Quem eram esses corpos, e que tipo de interpretação de suas histórias foi registrado? Essas indagações pulsam à medida que se desvela um processo de racialização a partir do qual a diferença passa a ser classificada hierarquicamente. Populações marcadas como inferiores por seus fenótipos, costumes, memórias, singularidades. Estranhos de sua própria nação, como estrangeiros à sua pátria. A emergência de produção de uma raça civilizada. O que nos leva ao questionamento de como se deu o processo de racialização de populações pesqueiras através da missão militar civilizatória, no período de 1911 a 1945. Tal problemática exige um deslocamento de uma perspectiva apenas centralizada no acontecimento na empreitada militar para entranhar-se nas tessituras que forjaram esse processo.

## I. VIVEIROS HUMANOS, UM EXPERIMENTO RACIAL

A etimologia da palavra viveiros tem origem no latim *vivarium*, seu significado está relacionado à reprodução e conservação de espécies animais e vegetais. Para pesca, diz-se de caixa com orifícios onde se conservam os peixes vivos durante transporte (MICHAELLIS, 2022). Um laboratório de observância a fim de alcançar a melhoria para cultivo e/ou comercialização. Neste trabalho, *viveiros* fazem alusão ao compartimento do fundo dos navios, destinados à manutenção dos peixes capturados em alto mar, mantendo-os vivos, sob controle e alimentação, para que chegassem frescos ao destino das indústrias pesqueiras, conforme Villar (1911) observou e registrou em sua visita ao continente europeu. Como não pensar a partir

dessa referência alusiva ao fundo dos navios, nos milhares de africanos escravizados que cruzaram o Atlântico nos porões dos navios negreiros até chegarem aos portos e serem comercializados como mercadorias. Viveiros, um lugar de controle e experimentação, conforme ilustra a figura abaixo:

Figura 01 - “O viveiro”



Registro de Imagem: Reprodução da fotografia da página 70 de VILLAR (1911). Acervo pessoal.

Os *viveiros humanos*, propostos por Villar (1945), seriam o resultado da Missão do Cruzador, as colônias de pescadores, lugar de instrução e saneamento daquela população classificada como miserável, doente e distante da civilização. “Criar civilização”, eis a justificativa para colonizar povos e seus territórios, uma autorização para corrigir o que ainda não é totalmente humano, marcada pela diferença que se processa como anomalia, uma *política de assimilação* (MBEMBE, 2004) que converteria os diferentes para a civilização, utilizando-se não apenas do argumento biológico racial, mas dos costumes, camuflando através de estereótipos processos cada vez mais excludentes. Villar trazia uma resposta à indagação inicial, o que fazer com toda essa população? Classificar, domesticar e controlar, como corpo fragilizado, naturalizar-lhe a dominação.

*Civilizar* é um dos imperativos mais destacados na Missão do Cruzador José Bonifácio, legitimado a partir de uma narrativa da existência de outro que padece. Os desafios epistemológicos de trabalhar com estas narrativas civilizatórias importam lançar olhar sobre as interpretações desse processo de racialização. Várias teorias abolicionistas passaram a ver no *negro* o problema de sua própria condição, condenado à sua própria selvageria. Correntes economicistas equivalem a desigualdade tanto a pretos como a brancos pobres, como processo inerente à transformação da sociedade moderna. Estamos tratando, neste trabalho, para além dos processos de desterritorialização, expropriação e exclusão social que atravessaram estas populações pesqueiras ao longo dos projetos de desenvolvimento nacional brasileiro, como já bem estudaram diversos cientistas sociais. Ao interpelar o discurso colonial revela-se que sua própria existência é questionada através da criação de um modelo de *humanidade* e de *nação*. Como Lélia Gonzalez (2020) e Cida Bento (2022) denunciam o privilégio racial como ponto-chave a esta estrutura colonizadora que visa à manutenção dos benefícios da branquitude e a absolvição de seu segmento desse processo de desumanização.

Ao estudar processos civilizatórios encontramos teorias de enunciação europeias que narram as transformações do mundo a partir do léxico da modernidade e avanço civilizacional. No Brasil, como em países colonizados do sul do mundo, a teoria esbarra e explode. Como interpretar conceitos que para sua legitimação passam a produzir processos de inferiorização, dominação e controle? A investida colonial se mostra como uma forma de organização do mundo, através de regimes que estabelecem o poder sobre a vida e o como viver. Nesta perspectiva, este trabalho caminha a partir da crítica contracolonial, interpelando o discurso colonial e fazendo eclodir suas estruturas de sustentação, em que a classificação racial está no cerne da civilização, na eleição daquilo que é considerado *humano* e na produção de uma *nação*.

Percebe-se como o argumento racial e o alcance de uma nação moderna civilizada estão relacionados. Ele passa a ser utilizado como eixo de sustentação de poder, considerando o significado de “raça” como uma construção política que atinge seus efeitos no modo como operam nos sistemas discursivos na organização e regulação

da vida das pessoas, como um preceito classificatório da cultura humana. Ao considerarmos que a raça não existe enquanto uma realidade genética, antropológica ou física, seus efeitos seguem reais e produzindo efeitos. Seus significados são fixados numa classificação de cultura, por um regime de verdade que determina hierarquicamente essas diferenças a fim de alcançar uma dominação. Memmi (1993), ao examinar o argumento racial, revisita o conceito de racismo. Em seu sentido estrito está relacionado a supostas diferenças biológicas, e no sentido lato amplia-se para outras diferenças que passam a ser tratadas como inferioridades de um determinado grupo, como cultura, produção de conhecimento, reprodução social, costumes, filosofias, crenças, práticas, entre outras. E é nesse sentido que seu conceito ampliado é, para o autor, a chave para o racismo no sentido estrito, na justificação de sua agressão ou privilégio a ser adquirido através da diferença.

A produção desse discurso relaciona-se assim, através da interação entre a representação da diferença, a produção de conhecimento e a inscrição de poder no corpo, historicamente marcados pelas relações de poder que operam no jogo de semelhança e diferença entre grupos, passando a determinar a conduta humana, “raça, nesse sentido, é a peça central de um sistema hierárquico que produz diferenças (HALL, 2017, p.33).

Nesse processo, o estereótipo é utilizado como estratégia no discurso colonial, uma falsa representação social do sujeito, marginalizando-o como alguém dotado de características fixas, presas, embora corruptíveis, que precisam ser corrigidas e controladas. O discurso estereotípico a justificar formas de intervenção normalizadoras, uma governabilidade conivente a exigências políticas e econômicas, estabelece estratégias discriminatórias e autoritárias colocadas como apropriadas. Nesse sentido, para Bhabha (1998), essa dominação revela-se como uma *fantasia colonial* que possui um caráter ambivalente, ao mesmo tempo em que o nativo é progressivamente reformável, ela nega ao colonizado a capacidade de se autogovernar, legitimando assim a autoridade do poder colonial.

O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução. Apesar do jogo de poder no interior do discurso colonial e das posicionalidades deslizando de seus sujeitos (por exemplo, efeitos de

classe, gênero, ideologia, formações sociais diferentes, sistemas diversos de colonização, e assim por diante), estou me referindo **a uma forma de governabilidade que, ao delimitar uma “nação sujeita”, apropria, dirige e domina suas várias esferas de atividade** (BHABHA, 1998, p.111, grifou-se).

Podemos compreender, então, como a realidade discursiva não existe à parte, ela passa a operar simbólica e materialmente para atender a uma vontade de poder, legitimando-a. Ao nos atentarmos à narrativa do racista, há ruídos inaudíveis numa escuta apressada, é preciso aproximar-se e perceber a que/quem esse discurso está respondendo. É o que Memmi (1993) provoca, ao afirmar que o racismo possui mecanismos para tentar legitimar seu discurso. Uma auto-ilusão do racista sobre a sua própria superioridade, na ambição de transparecer coerência, na busca de argumentos persuasivos, sistemas teóricos, que possam validá-los como um bem geral para a civilização. Mbembe (2014) chama de *processo de efabulação* do racismo, apresentando como reais e verdadeiras concepções fantasiosas a fim de justificar a sua dominação. Assumindo uma posição de tutela, protetiva, para auxiliar aqueles que supostamente têm uma humanidade adormecida, passível de ser despertada. Um dever de guiá-los, uma *Missão*.

E assim começam a ser desvelados os argumentos da narrativa militar sobre a emergência da obra libertadora, apostólica, da condução das populações pesqueiras à modernidade, da qual vamos começar a nos aproximar, cautelosamente à priori, adentrando atentos num terreno desconhecido, sentindo as variações do seu solo inexplorado. Ao retornarmos ao arquivo colonial, provocamos outro olhar sobre a história registrada. É refletir, conforme afirma Foucault (2016), é decifrar, ir além da continuidade, perceber o que esse discurso justifica “o que é direito, lei ou obrigação, se olharmos a coisa do lado do poder, o novo discurso mostrará como abuso, como violência, como extorsão, se nos colocarmos do outro lado” (p.79).

Ao retornar à história registrada sobre uma população, se nos deslocarmos de uma perspectiva evolutiva de alcance civilizatório pela superação do que passa a ser considerado primitivo, podemos compreender a complexidade de processos que a compõem. Quando valores universais são colocados como determinantes para classificar o *civilizado*, o que é diferente dessa lógica passa a ser tratado como anomalia, que deve ser separada, corrigida, superada e, por vezes, aniquilada.

A ideia de conceitos e narrativas que são validadas para toda uma nação, na busca de um mesmo horizonte não possui um caráter neutro, mas atua como uma estratégia de colonização. Essas classificações oficiais passam a regular a vida. Nessa perspectiva linear e evolucionista da história, outras formas produzidas como não modernas ficam desencaixadas, como não adaptáveis. São investidos empregados valores universais que operam de forma excludente desde sua origem.: “A noção de civilização é una, ela autoriza a distinção entre o humano e o não humano e aquilo que não é todo ou não é ainda suficientemente humano (MBEMBE, 2014, p.154). É preciso *descolonizar a temporalidade*, olhar com olhos de outro tempo, deslocando o paradigma de linearidade que considera um primitivo que padece e carece um moderno superabundante.

O argumento racial e o alcance de uma nação moderna civilizada estão relacionados. Ele passa a ser utilizado como eixo central para sustentação dessa estrutura de poder. Raça, embora não exista enquanto uma concepção natural, passa a operar seus efeitos na maneira como as pessoas devem ser e existir. Sua ideia está ligada a produzir sistemas de classificação e a regular a vida dos indivíduos. Os efeitos da raça seguem reais, seus significados são fixados numa classificação de cultura, por um regime de verdade que determina hierarquicamente essas diferenças a fim de alcançar uma dominação (HALL, 2017).

Os vestígios dos registros militares sobre a criação das colônias provocam indagações sobre sob quais argumentos propõe-se uma missão militar de colonização de uma população, identificando seus modos de vida e práticas de trabalho como obsoletas, apresentando-lhes formas de ser e viver exógenas, para que possam ser considerados pertencentes a uma nação e aptos para servi-la.

Embora este estudo não tenha como escopo reconstruir a história de luta das populações pesqueiras e dos movimentos sociais pesqueiros<sup>6</sup> que resistiram às investidas do Estado no controle dos seus modos de vida, e dos pescadores e pescadoras que ainda hoje ressignificam as marcas dessa institucionalidade, este

---

<sup>6</sup> Os trabalhos de Berenice Abreu (2012), *Jangadeiros: uma corajosa jornada em busca de direitos no Estado Novo*; e de Raimundo Caruso (2004), *as Aventuras dos Jangadeiros do nordeste*, discorrem sobre a luta das populações pesqueiras em defesa da valorização da sua atividade artesanal durante o período da Era Vargas e reúne diversas histórias de ressignificação diante das adversidades impostas, respectivamente.

trabalho insere-se na perspectiva da *autenticação de histórias de exploração* (FANON, 2008; BHABHA, 1998), de outro olhar sobre as narrativas já constituídas, narradas com uma aparente docilidade e necessidade de adaptação dessas populações ao abandono de seus modos de vida. Contribui, assim, para confrontar as marcas de um modelo totalitário de modernidade que ainda persiste na supressão de outras formas de ser e existir. A crítica pós-colonial “[...] intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma ‘normalidade’ hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos” (BHABHA, 1998). É compreender a história também como representação de poder, como forma de legitimação do uso arbitrário de estratégias políticas e econômicas para um projeto de desenvolvimento excludente. Nesse sentido, é refletir que a história registrada sobre essas populações, marcada por estereótipos de atraso, reproduziu e autorizou explorações subseqüentes, reforçar o legado de Cida Bento (2022) ao trazer luz a pactos narcísicos da branquitude, que garantiram supremacias em muitos níveis, depois da abolição.

Dessa forma, intrigada com a narrativa de Frederico Villar sobre essas populações, e a possibilidade de o poder estatal, através da instituição militar e da figura de seu comandante, determinar a domesticação do ser para atender ao que é considerado civilizado e pronto para um projeto de desenvolvimento, busquei neste estudo interpelar a história registrada como arquivo colonial, nomeando processos de racialização que serviram à desarticulação de modos de vida. Este trabalho não está orientado a estabelecer uma gênese civilizatória a partir da investida militar, mas mergulhar nas tessituras que envolvem a construção de estereótipos sobre essas populações. Ao debruçar-se no questionamento de como se deu o processo de racialização de populações pesqueiras através da missão civilizatória de instruir e sanear os pescadores brasileiros, esta problemática insere-se na importância de investigar os processos sociais que produzem esses sistemas de classificação racializados, relacionando aos dispositivos de dominação pelo Estado na produção de uma nação moderna.

Por esta problemática que se apresenta, o objetivo geral desta tese é analisar o processo de racialização de populações pesqueiras através da missão civilizatória de instruir e sanear da Marinha do Brasil, no período de 1911 a 1945.

Especificamente, teve por objetivo analisar as estratégias dos discursos racializados na defesa do aperfeiçoamento da nacionalidade, através da emergência de uma raça civilizada e a construção de uma nação moderna; examinar a constituição do argumento colonizador para a missão civilizatória de instrução e saneamento das populações pesqueiras; investigar o sistema de controle e classificação através dos dispositivos de dominação disciplinatórios do Estado, analisando o modo de operacionalização do racismo na insistente investida de desumanização do negro, como elemento degenerador.

É importante ressaltar que não podemos atribuir às populações pesqueiras uma passividade diante das experiências ao longo da história. Nem tampouco considerarmos esses indivíduos como dotados de uma “identidade pura e estática”, que não se relaciona e nem é construída a partir da experiência vivida. Rompendo assim com a lógica de uma modernidade que só é possível com o afastamento de suas práticas tradicionais, em que a existência de uma precede a supressão da outra. É pensar que esses grupos reinventam e relacionam-se com a própria modernidade que lhes é imposta. Essa compreensão provoca, conforme afirma Bhabha (1998) a reconfigurar o nosso próprio entendimento sobre modernidade e tradição, a desafiar as premissas normativas sobre desenvolvimento e progresso.

## II. POR UMA *MISSÃO*: CIVILIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PESCA

O recorte temporal desta pesquisa, de 1911 a 1945, situa-se entre dois períodos marcantes da história do Brasil: a Primeira República e o Estado Novo. Já nas primeiras décadas da jovem república brasileira, nos anos de 1910, o país vivenciava a expectativa do progresso desenvolvimentista urbano-industrial e, neste cenário, a pesca chamou atenção das elites, que apostaram na modernização do setor, através da sua industrialização (SILVA, 2015). As ações promovidas pela instituição militar estavam alinhadas a essa perspectiva e visavam ao controle e à expansão da atividade pesqueira.

Tratou-se de um período de convivência entre grandes paradoxos. Como o país acabara de sair de uma era escravocrata, havia a expectativa da possibilidade de novas formas de acesso à cidadania e inclusão, entretanto, o espaço urbano é eleito

como o novo lócus das representações dessa modernidade, que ao mesmo tempo definia-se por oportunidades de trabalho, mercado, indústria, e, de outro lado, por uma política de exclusão e distanciamento de outras formas de vida e trabalho das diferentes localidades do país, classificadas como estranhas a esse modelo, como os espaços rurais, sertões, zonas de florestas (SCHWARCZ, 2012).

Nas últimas décadas que antecederam os prelúdios da Missão militar de *instruir e sanear* os pescadores brasileiros, ao final do século XIX, já havia uma difusão de teorias raciais e evolutivas no mundo que passavam a determinar a Europa moderna como o modelo de civilização. A partir destas, o continente latinoamericano aparecia não apenas distante geograficamente, mas, limitado do alcance ao moderno: era necessário identificar seus entraves e corrigi-los.

Nesse período, o discurso sobre modernidade na América Latina, embora considerando os diferentes contextos de seus países, tomava como parâmetro de civilização a modernidade européia, identificando os modos de viver dos seus cidadãos como dotados de características ideais para os impulsos evolutivos no continente latinoamericano. Havia a ideia de uma *modernidade transplantada* (COSTA, 2017), a partir da qual, como no caso brasileiro, a miscigenação seria uma estratégia para a construção de uma nação moderna, através do embranquecimento da população.

Teorias raciais, inspiradas em interpretações do darwinismo social, o evolucionismo, a eugenia, as concepções de degeneração a raça, desenvolvidas no contexto europeu no final XIX, chegam ao Brasil e passam a serem acolhidas com entusiasmo. Novos modelos de análise racial são construídos a partir do contexto brasileiro, recuperando esses argumentos para reforçar uma ideia de raça não civilizada, influenciado por uma ciência positivista que passaria a produzir teorias excludentes, aliado a um projeto nacional de modernidade (SCHWARCZ, 2017). Durante a Primeira República foram empreendidas campanhas de aperfeiçoamento da nacionalidade através das práticas sanitaristas e de eugeniização da população, em busca da elevação da raça humana. Mesmo após o fim do modelo escravagista e mandatário, o cenário foi convulsionado pela retomada do projeto hierárquico, pautado na diferenciação racial. “Esse era um novo racismo científico, que acionava

uma pletera de sinais físicos a definir a inferioridade e a falta de civilização, assim como se estabelecia uma ligação agora obrigatória entre aspectos ‘externos’ e ‘internos’ dos homens” (SCHWARTZ, 2012, p.63).

O projeto político autoritário do Estado Novo, que foi executado a partir do golpe de 1937 e estendeu-se até 1945, sob a liderança de Getúlio Vargas, estava abraçado ao modelo nacional-desenvolvimentista, que tinha por premissa a condução do país ao progresso, através do estímulo à indústria nacional, bem como à transformação social da população brasileira. A democracia passou a estar revestida de valores morais e o Estado assumiu um papel protecionista na formação de uma unidade de nação. A autoridade estava a serviço de reajustar o país ao desenvolvimento.

Neste cenário, o Estado Novo ascenderia ao país como uma nova orientação à vida nacional, não apenas da sua organização política e econômica, mas, e também em razão dela, uma reorganização da pátria e da identidade da população. Vários intelectuais da época vão lançar-se a pensar o desafio desse novo Brasil, como uma missão política em nome da ordem e da unidade nacional, por meio da implantação de um regime autoritário no país. Uma busca por um novo retrato do Brasil e dos brasileiros: “Fazer do nosso homem, mas como homem brasileiro, um tipo humano superior – e fazer da nossa Pátria, mas como célula política universal, uma grande pátria – eis a finalidade do Estado Brasileiro<sup>7</sup> (FIGUEIREDO, 1984, p.80)”.

O poder estatal assume a condição protecionista na qual o trabalho passa a ser uma forma de enfrentamento da pobreza e de dignificação humana. Entretanto, interesses das elites empresariais, políticas e de ordem religiosa vão estar alinhados com o objetivo de promover a reabilitação da moral do trabalho, dos princípios cristãos, da disciplinarização dos pobres, criando assim, um cenário favorável à industrialização e à nova ordem política.

Getúlio Vargas figura com grande destaque no projeto desenvolvimentista e na avaliação do Comandante Frederico Villar é louvado como um grande líder, que

---

<sup>7</sup> Paulo Augusto de Figueiredo em publicação na revista Cultura Política, que reunia publicações de ideólogos do Estado Novo, apontada como principal veículo de expressão das ideias oficiais do governo.

conduz a nação ao progresso. Neste entendimento, “a construção da grande família – a nação – pressupõe um conjunto de artifícios que aumentaram a influencia do Estado sobre a sociedade, reforçando mecanismos de controle e disciplinamento do trabalhador e de formação do cidadão” (COLBARI, 1995, p. 62). No caso dos pescadores artesanais, a modernização e controle do seu trabalho como premissa para servirem à pátria e alçarem a cidadania será a tônica das políticas empreendidas no período, sustentadas por um novo modelo de desenvolvimento do país.

As colônias de pesca existem até hoje no país. A criação desse modelo foi feita pela Marinha do Brasil, a partir da Missão do Cruzador José Bonifácio, e é reconhecida pelos órgãos federais de controle da pesca, que ainda mantém o código “Z” antecedendo o número de registro das colônias, como fora instruído por Frederico Villar, em que este símbolo “representa sinal regulamentar na discriminação de embarcação de pesca” (VILLAR, p. 1945, p.96). Ainda no final do século XIX criou a Capitania dos Portos, mas o grande empreendimento de controle da atividade se deu com a marca alcançada de mais de oitocentas colônias criadas e cem mil pescadores cadastrados<sup>8</sup>.

Em mais de um século da cruzada que criou as colônias, completados em 2019, a política voltada para a pesca no país é marcada por trajetórias que perpassaram diferentes *movimentos* que se entrelaçam por entre as décadas, com o permanente objetivo de modernização do setor. Eles revelam um interesse progressivo em expandir as atividades industriais e outras técnicas consideradas modernas de pesca, como aquicultura e piscicultura, além do avanço de grandes empreendimentos em territórios pesqueiros e contaminação dos leitos de rios e mares por resíduos industriais de recentes crimes ambientais no país, afetando diretamente a atividade de populações pesqueiras.

---

<sup>8</sup> De acordo com o relatório da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, publicado em 1970, em que enaltece o trabalho da Marinha do Brasil e do comandante Frederico Villar.

Nas ciências sociais<sup>9</sup> brasileiras, existem estudos já bem estabelecidos que se dedicaram a pesquisar como as populações pesqueiras foram marcadas pela escolha de um projeto modernizador do Estado, sustentadas por um ideário desenvolvimentista. Em breve síntese, considerando o marco da criação das colônias, os anos de 1919 a 1961 representam o fomento à modernização industrial e controle da atividade, com forte atuação da Marinha do Brasil e do Ministério da Agricultura, e conseqüente controle dos recursos naturais e modos de vida e trabalho das populações pesqueiras, sustentadas pelo nacional-desenvolvimentismo. O empenho destas ações abriu caminho para o segundo movimento iniciado em 1962 que vai até 1989, coordenado pela Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE. Esta autarquia, vinculada ao Ministério da Agricultura, promoveu a expansão das indústrias pesqueiras através de subsídios fiscais, aumento progressivo da exploração dos recursos e territórios pesqueiros, além da utilização da força de trabalho dos pescadores para as indústrias de pesca. O terceiro movimento, de 1989 a 1998, deu-se em virtude da diminuição dos recursos naturais com a alta exploração do período anterior, em uma política atenta aos debates internacionais sobre desenvolvimento sustentável. Adotando uma política protecionista ambiental, promoveu-se a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais - IBAMA, que passou a ser responsável pela gestão. Nesse período também houve marginalização da atividade artesanal, considerada predatória. A partir de 1998, a gerência da pesca no país deixa de ser responsabilidade do IBAMA, cabendo a este órgão apenas o controle ambiental, e retorna progressivamente ao Ministério da Agricultura. O debate de sustentabilidade intensifica-se, e a política pesqueira novamente movimenta-se de um caráter protecionista central para abrigar soluções que alinhassem crescimento econômico e sustentabilidade, voltando-se para técnicas modernas de pesca, como aquicultura e piscicultura. Embora haja incentivo de investimento para expansão industrial e moderna, também ocorreram avanços sociais, no reconhecimento de políticas públicas de proteção de povos tradicionais e amparos legais, como também a

---

<sup>9</sup> Destaque para os trabalhos de Silva (2015); Ramalho (2014; 2002); Diegues (1999; 1983); Dias Neto (2015); Brito (1999); Maldonado (1994; 1986); entre outros.

criação do Ministério da Pesca<sup>10</sup>, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (CYRINO, 2018).

A Marinha do Brasil e o Ministério da Agricultura trabalharam articuladas no controle da atividade, embora a instituição militar deixasse de ser a responsável direta já na década de 1930. Passando a coordenação administrativa para o Ministério da Agricultura, continuou a coordenar o controle operacional nas colônias junto às populações pesqueiras até a redemocratização do país, em 1988, quando os pescadores artesanais não foram mais obrigados a filiar-se em colônias, e estas deixaram de serem órgãos estatais.

Nesse sentido, a Missão do Cruzador José Bonifácio obteve êxito em seus objetivos, e por mais de seis décadas teve a atuação direta da instituição militar operacionalizando o trabalho e a vida dessas populações. O discurso reconhecendo a atividade artesanal como obsoleta e empecilho para a modernização do país marcou as ações políticas subsequentes à Marinha, que não só intensificaram como também passaram a utilizar esse discurso como justificativa para promover processos ainda mais elaborados de exclusão desse grupo que, embora com adversidades, e talvez em razão delas, trataram de elaborar novas possibilidades de existir.

As marcas dessa institucionalidade vigoram, ainda hoje, nas colônias de pesca que, em sua gênese, nasceram como braços do Estado. Mesmo após o processo de redemocratização do país o caráter coercitivo e tutelar de suas trajetórias revela-se em diversas formas de violação, seja pelo assistencialismo ou por interesses eleitoreiros, que ainda permanecem em lideranças locais de algumas comunidades, burocratizando o acesso a políticas públicas que possibilitem a garantia de direitos.

Somando mais de um milhão de trabalhadores no país, os pescadores artesanais atravessam um crescente processo de desigualdade e exclusão social, que continua

---

<sup>10</sup> A instabilidade política do país, com o impeachment da ex-presidente da República Dilma Rousseff também foi sentida na política pesqueira, no mesmo ano, em 2015, o Ministério da Pesca foi extinto e desde então a gestão deixou de ter status ministerial e o controle da atividade passou por quatro órgãos estatais, sendo os dois últimos o Ministério do Comércio Exterior e Serviços, no governo Michel Temer e atualmente encontra-se vinculado à Secretaria Executiva de Pesca e Aquicultura, no governo de Jair Messias Bolsonaro.

a agravar-se pelo avanço industrial nos territórios, a apropriação dos recursos pesqueiros, a priorização da pesca de grande escala e aquicultura e, em especial, por políticas empreendidas pelo Estado que não valorizam a atividade artesanal. Novos significados sobre a pesca foram sendo produzidos, respaldados por um projeto de desenvolvimento em que os modos de viver e trabalhar dos pescadores foram considerados atrasados, reforçando a ideia de que precisavam modificar seus costumes e práticas para tornarem-se habilitados a pertencer ao projeto de modernidade do país.

É deste modo que a problemática deste estudo consiste em compreender como se deu o processo de racialização de populações pesqueiras brasileiras através da missão militar civilizatória, no período de 1911 a 1945. Civilização e racialização são elementos que estão relacionados nesse contexto que, já a princípio percebe-se que não é algo restrito a populações pesqueiras, ajudando a desvendar os modos como o Estado passa a determinar que/quem é civilizado.

### III. SÚMULA DOS CAPÍTULOS

O primeiro capítulo, **POR UMA ARQUEOLOGIA CONTRACOLONIAL: PROCESSOS METODOLÓGICOS DE ESCAVAÇÃO** discorre sobre a construção desta tese a partir do exame de registros históricos da Missão do Cruzador José Bonifácio em que, para além de uma análise do discurso colonial, tensiona o corpo desse material colonial para a investigação das suas estruturas de sustentação, como tecido vivo, através da interpelação e nomeação destes como artefatos coloniais, na produção do aperfeiçoamento da nacionalidade. Apresenta ainda, rastros da biografia do colonizador, registrado como apóstolo civilizador, além da identificação ilustrativa e informativa dos documentos coloniais.

O capítulo seguinte, **SOB O OLHAR DO OUTRO: A BUSCA POR UMA RAÇA CIVILIZADA**, apresenta a discussão sobre os paradigmas de aperfeiçoamento da nacionalidade do racismo científico no Brasil, empregados durante a Primeira República, em especial das campanhas pós-abolicionistas de redução étnica e de eugenia. Penetra no processo de incubação das colônias de pescadores, através da

análise da obra *Pelas indústrias da pesca do Brasil*, de 1911, que relata as viagens exploratórias de Villar no continente europeu em busca de uma raça civilizada, debatendo a operacionalização da sua estratégia civilizatória como um experimento do racismo científico.

O terceiro capítulo SURGE ET AMBULA, LEVANTA-TE E ANDA: À BORDO DO CRUZADOR MISSIONÁRIO, retornamos ao arquivo colonial a partir das memórias do registro da *Missão do Cruzador José Bonifácio* (VILLAR, 1945). O texto em latim, proferido por Villar anuncia *vida* a uma gente classificada como *morta* para civilização. São acionadas teorias que possibilitam refletir a relação do experimento racial no projeto de modernização e, especificamente, a produção de indignidades, a recorrente tentativa de domesticação e criação de vida que não valem a pena serem vividas. Além de breve análise sobre a história da saúde que precedeu a reforma sanitária, são discutidas a relação da doença como punição da indignidade, através do discurso colonial, contesta-se a figura benevolente do branco como agente salvador e procurador da dignidade, através das campanhas sanitaristas do Brasil da Primeira República.

No quarto e último capítulo, POR DENTRO DO VIVEIRO: A LIMPEZA DA NAÇÃO, são escavados os artefatos coloniais que trazem registros das colônias de pesca e guias de conduta do experimento da Missão, *Manual do Patrão de Pesca (1942)* e *A Arte de Viver (1944)*, dentro do contexto de manifestação da campanha reformista pedagógica, durante o período do projeto de engenharia social do Estado Novo. Discute-se a exemplificação da autopreservação da branquitude, em que aquilo que é classificado como diferente é sistematicamente identificado como anormal, ou ameaça à normalidade e ao universal. São analisadas operacionalizações de técnicas de aperfeiçoamento da nacionalidade, como a eugenismo e o alinhamento da produção de uma nação para os chamados brasileiros. O processo de racialização revela a afirmação de uma brancura como agente alvejante dessa população escurecida e doente, se não do seu corpo, dos seus costumes ou de revestir o corpo enegrecido de símbolos nacionais, marcados por ordenamentos morais e cívicos, entoados através da máxima “O Brasil acima de tudo na vida, os brasileiros acima de todos na terra”.

# 1. POR UMA ARQUEOLOGIA CONTRACOLONIAL: PROCESSOS METODOLÓGICOS DE ESCAVAÇÃO

## 1.1 A QUEDA

Início a apresentação desse percurso metodológico pelos seus últimos momentos, em que os terrenos estavam expostos e mapeados, os avessos revelados, já não era um cenário desconhecido. A construção da investigação analítica deste trabalho foi atravessada pelo próprio campo, que acionava seus rastros. A *queda* aconteceu nos derradeiros momentos de finalização desta tese de doutorado, quando já havia adentrado o *viveiro humano* do Cruzador José Bonifácio e o identificado como experimento do racismo científico. Quando as teses de desumanização do corpo negro estavam expostas a testificar o branco como elemento alvejante da nacionalidade. Tudo parecia já ter sido dito. Trabalhar com documentos históricos aguçava os sentidos a novas percepções. O próprio corpo estava também partícipe da construção, as mãos passavam a ter pequenas feridas causadas pelo manuseio de materiais de mais de um século de existência, mesmo na utilização das trocas recorrentes de luvas, que por vezes desfaziam no calor do contato, deixando manchas amareladas escurecidas pelos dedos. Ao analisar as teses que contestavam o caráter humano dos negros, passei a buscar, paralelamente, informações sobre a minha genealogia. Do que ouvia das histórias da minha mãe, a minha bisavó paterna era “uma mulher bem preta, que não tinha um fiapo de cabelo na cabeça” e nasceu dentro da casa de portugueses ainda da época da escravidão. Nem tenho lembranças afetivas ou de seu nome ter sido dito em alguma história familiar contada. Quando a *queda* veio, percebi lendo a certidão de nascimento do meu avô, recuperada pelo meu irmão Roberto, em cartório na cidade de Santa Maria Madalena no estado do Rio de Janeiro, Estados Unidos do Brasil. O documento, com a cópia fotográfica original, datava de 1913 e testificava o nascimento de uma criança chamada José, declarada pelo filho do dono de uma residência, nascida no dia 14 de abril daquele ano, de pai incógnito e de mãe Domingas da Conceição, filha de Apolinário *de tal* e Joanna *de tal*, homem e mulher negros escravizados. A expressão *de tal* trazia a marca daqueles que não tinham sobrenome e para nação não possuíam história. Era o pós-abolição. O período de trabalho que estava estudando, da Primeira República, se cruzava com as descobertas ancestrais. A

classificação da *não humanidade* atravessava à minha escrita. Percebia-me enquanto mulher negra e minha ancestralidade como corpos objetificados, humanidade degradada. Participava dos estudos do Laboratório Urgente de Teorias Armadas da UFRGS, coordenado pelo professor José Carlos dos Anjos e, a partir de sua análise da tese de *Afropessimismo* de Frank B. Wilderson III, revelava como o sujeito negro não deixava de ser escravizado no pós-abolição. Havia uma divisão entre os humanos em que o negro não é visto como tal. A *queda* abissal vem quando o negro se percebe quando humano degradado nessa divisão ontológica em que o sujeito é deslocado para o devir negro. “Quando a queda acontece se expõe as vísceras do humanismo. A humanidade não se sustenta mais de modo a te incorporar. A definição do que é humano como uma farsa, sujeito dividido, jogado fora, rachado” (DOS ANJOS, 2022). O que estava em disputa era muito mais do que processo de desigualdades sociais, territoriais, econômicas e de direitos, se quer é visto como sujeito de cultura. Estamos falando de que a desumanização do corpo negro não tem paralelo com os processos de expropriação dos humanos.

A queda veio quando as pedras de assentamento da sustentação colonial estavam expostas na escavação. Na trama da construção desta tese, dentro do *viveiro*, percebia-me, enquanto mulher preta, e a minha genealogia tendo a marca da tentativa da desumanização, da não-história, do sujeito que não existe, dos recorrentes catorzes de maio, o dia após a abolição, dos novos cativeiros. Era preciso perscrutar, sentir com os pés descalços as fissuras do terreno, com as mãos nuas, manchadas do tecido vivo da colonialidade a produzir seus efeitos. A produção de uma arqueologia contracolonial revelava-se como processo de nomeação da desumanização do empreendimento colonial.

Neste capítulo, exponho os traçados desenhados através da escavação de acervos históricos militares e científicos, datados do período de 1911 a 1945, em que a história registrada como arquivo colonial é interpelada, nomeando processos de racialização que serviram à determinação de um modo superior de ser e estar no mundo, empregando do que nomeio como uma *arqueologia contracolonial*, desenvolvida para este trabalho com materiais históricos de registros da colonialidade brasileira. Os documentos centrais de análise são obras originais, de acervo pessoal, publicados, dentre outras edições, pela Biblioteca Militar e Imprensa

Nacional. Trata-se sobre os registros de viagens exploratórias das colônias de pesca europeias, narrativas e guias disciplinatórios sobre o que viria a ser *viveiros humanos de civilização*, a Missão redentora de instrução e saneamento de uma gente classificada como indigna e doente.

## 1.2 TECIDO ESCRITO COMO MATÉRIA VIVA

Trabalhar com elementos históricos possibilita trazer criticidade a uma história enrijecida pelo tempo. Não se trata neste estudo de replicar acontecimentos, testificar fatos, buscar a veracidade ou farsa da narrativa, mas, em uma análise sociológica, perscrutar como se deu a construção social dessas formulações sobre a realidade do outro. Na tessitura da história, que amarras foram tecidas para que se elegesse uma forma de vida ideal e buscase silenciar outras. E nessa perspectiva, o aspecto temporal nos trouxe movimento, indicando conexões que revelam um caráter não etapista, mas, processual dos acontecimentos.

Percebi-me, já no início da confecção desta tese, estar realizando um trabalho semelhante ao ofício arqueológico. Ao escavar os registros sobre as populações pesqueiras, da passagem do não civilizado ao civilizado, através da criação das colônias de pesca, os documentos foram revelando-se como mecanismos construídos para a civilização e domesticação dessas pessoas, questionando-se o caráter humano. *Artefatos coloniais* em sua essência, como estratégia de controle e aviltamento.

Essa gente a ser domesticada tinha uma *negrura não nomeada* nos documentos militares, com uniformes revestindo suas peles enegrecidas. Adentrando no terreno desconhecido da narrativa romanceada do colonizador, várias estratégias de absolvição de seu caráter dominador eram lançadas. A cada nova descoberta sentia-me desafiada a experimentar aquele solo instável, que aparenta uma falsa solidez, revestido de camuflagens, na tentativa de convencer a postura piedosa do colonizador a um leitor apressado, e não estava imune a tal emboscada. Por vezes, tive que retornar às leituras, nas desgastadas páginas corroídas pelo tempo, a elaborar mapas estratégicos das articulações, a acompanhar pistas que identificavam com o aprofundar das escavações, que revelariam o processo de

incubação da criação das colônias. Detalho, durante o primeiro capítulo, como a revelação de tais descobertas se deu e como encontrei o discurso do colonizador, desvencilhado de suas armadilhas, como que a espreita, observando sua estratégia colonial.

Ao passo que registrava essas ocorrências, participava também do Laboratório Urgente de Teoria Armada – LUTA/NEABI<sup>11</sup> e do SUPORTE<sup>12</sup> – Oficina de leitura e produção de textualidades não canônicas de autoria feminina, vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aonde, além das trocas com os pesquisadores e pesquisadoras, os meus orientadores José Carlos dos Anjos e Pâmela Marconatto Marques, que coordenam tais grupos, respectivamente, tiveram participação importante na preparação dos instrumentos dessas escavações. Nos estudos com o professor Dos Anjos conseguimos identificar como os viveiros humanos de civilização, propostos por Frederico Villar, constituíam-se como espaços de observação e controle e, como o contexto social no qual era envolvida a empreitada militar forjava-se, não apenas como reprodução de discursos já estabelecidos, mas, campo imaginativo para invenção de sua missão civilizatória. E a partir daí passei a rastrear pistas do racismo científico que, posteriormente, revelar-se-iam articuladas ao trabalho do comandante militar. Neste aspecto, especificamente, compartilhei apresentações em seminários<sup>13</sup> com a professora Pâmela Marques sobre o racismo científico na virada do século XX que, aprofundado nessas pesquisas, acionaram pressupostos convergentes de aperfeiçoamento da nacionalidade com a missão de instruir e sanear da Marinha do Brasil. Neste momento, o campo forjava-me socióloga, estávamos realizando uma *arqueologia contracolonial*, adotando a expressão da professora Marques. Nesta escavação, o tecido escrito compõe-se enquanto o próprio campo, matéria viva de

---

<sup>11</sup> Grupo tem como eixo de estudo as ontologias ameríndias e negras, raça, etnicidade e relações de poder, vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiro, Indígena e Africano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – NEABI/UFRGS.

<sup>12</sup> Grupo composto por pesquisadoras de diferentes Programas de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

<sup>13</sup> Seminário Brasil e Haiti – Racismo e ciência: Lutas históricas, dramas atuais, realizado pela Comissão Especial da Verdade sobre a Escravidão Negra - CVEN da OAB/RS e Racismos e Antirracismos: do outro lado das fronteiras, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul em outubro e novembro de 2019, respectivamente, que resultou na publicação da obra de mesmo nome.

pesquisa. As teorias que compunham a discussão não estavam já dispostas, foram construídas no próprio percurso de interpelação do discurso colonial.

Data de novembro de 1919, as memórias de Frederico Villar, narradas no diário de bordo da Missão do Cruzador José Bonifácio, que partindo das águas do Rio de Janeiro rumo à Belém do Pará, iniciava a missão de nacionalização da pesca, com o objetivo de instruir e sanear os pescadores brasileiros. Bradava nas terras do norte do país o *levanta-te e anda* de Cristo à Lazáro, para ressurreição daquela gente morta para a civilização. Neste mesmo ano, Afonso de Lima Barreto<sup>14</sup>, olhava as águas da baía de Guanabara pelas grades da janela das dependências que o guardavam pela segunda vez. Já esteve ali. Era dezembro de 1919 quando foi internado novamente no Hospital Nacional dos Alienados, no Rio de Janeiro. Ao se deparar com as situações mais adversas no corpo e no espírito, sentia a necessidade de escrever sobre sua vivência na casa dos mortos, ou do local aonde se esquecem dos vivos. Encontrei-me com os escritos de Lima Barreto, durante a construção desta tese de doutorado, seus escritos transportaram-me para aquele cenário das primeiras décadas do século XX, a Primeira República, em que a experimentação do racismo científico investia respostas ao aperfeiçoamento da nacionalidade. Neste mesmo período em que Lima Barreto (2017) estava em um asilo de alienados e registrava em *Diário de Hospício*, escrito durante sua internação de dezembro de 1919 a fevereiro de 1920, os documentos históricos que fazem parte deste estudo, revelavam processos de determinação de uma superioridade racial no Brasil.

Para este caminho de escavação, o encontro que tive com o trabalho de Lima revelou-me caminhos de como trabalhar com esses documentos que registravam experimentos raciais. O trabalho de Erick Araújo (2022), “*Lima Barreto...*” exprime bem o sentido de como o autor de *Cemitério dos Vivos* trazia em seus escritos testemunhos e ficção, pulsão de morte e vida, o olhar de dentro do abismo que a população preta atravessava na Primeira República. “A escrita barretiana não é

---

<sup>14</sup> Afonso Henrique de Lima Barreto nasceu em 1881 e faleceu em 1922, aos 41 anos. Deixou 17 volumes de obras literárias. Não alcançou o reconhecimento do seu trabalho em vida. O *Diário de Hospício* foi produzido durante a sua internação no Hospício D. Pedro II, de dezembro de 1919 a fevereiro de 1920 e trazia relatos do cotidiano observado pelo autor e as indagações sobre ele refletidas.

peçoal, ela tende em direção à constituição de uma nova via expressiva, e por isso mesmo, uma nova possibilidade de existir, não apenas para o autor, mas para todo um povo – o povo negro” (2022, p.18). Não coube a este trabalho um aspecto revisional da obra do jornalista carioca e nem uma análise comparada aos registros militares. Mas a aproximação com Lima foi um disparador de como trabalhar com a narrativa colonial que impunha o questionamento do caráter humano, pelo olhar do homem negro, visto como louco, classificado como degenerado.

Ele passa a questionar o processo de desumanização e de recorrente tentativa de se aplicar um modelo apto de vida e dignidade, a ser copiado. Em *Diário de Hospício*, indaga essa perseguição pela determinação de uma espécie e raça de loucos, que exemplifica bem as expressões do racismo científico no Brasil da Primeira República, em busca de uma limpeza da nação, seja pela eugenia, pelas campanhas de sanitarismo, pelas técnicas de redução étnica. Havia um mal a ser identificado e combatido. A “ciência que tudo pode” (LIMA BARRETO, 2017, p.55) exibia-se como aquela que viria pôr em *ordem* o país a caminho do *progresso*. “Todas essas explicações da origem da loucura me parecem absolutamente pueris. Todo problema de origem é sempre insolúvel; mas não queria já que determinassem a origem ou a explicação”; mas que tratassem e curassem as formas mais simples” (2017, p. 55). Essas indagações que o atravessavam possibilitaram ver o experimento racial em seu curso e suas estratégias de controle e classificação. Villar partia com seu navio Missionário da Baía de Guanabara e, ali na então capital do Brasil, reunia-se em encontros da elite científica, intelectual e econômica carioca as primeiras discussões sobre eugenia, já em 1917, quando o termo é utilizado pela primeira vez pelo médico carioca, Renato Kehl, como uma nova ciência, a dos bem-nascidos, inspirado na doutrina do francês Galton, anunciando uma nova era de domínio da vida sobre a morte.

E quem deveria morrer ou viver? Estabelecia-se estratégias de regulação da vida. Como afirma Chimamanda Ngozi Adichie, “É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva” (2019, p.23). Seguindo as pistas do *tecido escrito como matéria viva*, as discussões foucaultianas já largamente debatidas sobre o biopoder e controle da vida e morte de populações

suscitava a problemática do racismo sob a especificidade brasileira do início do século XX. Passei a percorrer o sentido sobre como se impunha a determinação de corpos que são dignos para a vida e de outros indignos, em que as formas de existência são ameaça à normalidade e a própria humanidade. Corpos indignos, vidas que não valem a pena ser vividas. Debrucei-me sobre o estudo do filósofo negro Ajari (2011) que ao abrir uma fenda na articulação foucaultiana entre biopoder e racismo, sugere que na situação colonial o operador biológico de determinação do *continuum* da população não separa os que devem viver daqueles que podem morrer. Aqui, na periferia do capitalismo, o que a colonialidade faz é separar dois tipos de vida diferentemente valorizadas, as vidas brancas que podem se fazer gloriosas através de um conjunto de privilégios políticos e possibilidades de inserção socioeconômica e as vidas bestializadas dos não-brancos.

O percurso de trabalhar com esses artefatos coloniais não foi um caminho linear, ao contrário, cheio de fissuras e contornos. Não se trata de uma escavação a fim de revelar um *tesouro escondido*, mas é pôr os olhos sobre a própria superfície da história registrada, que estrategicamente está posta numa narrativa romanceada para camuflar, esconder ou legitimar o empreendimento colonial. Aimé Césaire (2020) encara e nomeia a estratégia colonial de civilizar populações em sua obra *Discurso sobre o colonialismo*. O trabalho do poeta martinicano expõe a frente e avesso da narrativa civilizatória benevolente que constrói a ideia de *humano* e de *nação* a fim de estabelecer os limites de humanidade e pertença. A colonização é, em sua essência, *coisificação* (CESAIRE, 1978), camuflada na promessa de benefícios da modernização. Entretanto, ao revés, ela desumaniza. Seu discurso está sustentado em reduzir o outro a um sujeito não audível, incapaz de produzir sua própria história, impondo uma cultura obrigatória, apropriando-se de territórios e trabalho, aviltando memórias, forjando outra história sobre esses povos. Eis o potencial de aniquilamento do racismo, operado sistematicamente.

Ouçó a tempestade, falam-me de progresso <de realizações>, de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios. Eu, eu falo de sociedade esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas manipuladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas (CESAIRE, 1978, p.25).

Nesta escavação o trabalho de Cesaire possibilitou identificar e desvelar os materiais históricos analisados como *artefatos coloniais*. A *arqueologia contra - colonial* provoca a construção epistemológica que encare os efeitos da racialização não como mero efeito das mudanças históricas resultantes do processo de modernização, ou ainda como fragilidade e alienação de um povo marcado pela violência. Há que se nomear e classificar o empreendimento colonial como investimento de desumanização.

## I. ENCARANDO O COLONIZADOR: A MARINHA DO BRASIL E O APÓSTOLO MISSIONÁRIO

É preciso, ao que parece, que **um novo Messias** venha remir os Brasileiros do seu pecado original e lançá-los mais resolutamente na via do progresso, animados pelo fogo sagrado dessa fé particular que só o patriotismo sabe inspirar, fé no valor nacional, fé no futuro e na grandeza da pátria. (VILLAR,1911,p.314, grifo meu).

As instituições militares no Brasil constituíram-se mais do que forças de defesa nacional, foram elevadas a *lugar de honra* na construção da civilização brasileira, como arautos da moral e vigilantes dos destinos da nacionalidade, este *lugar*, em que superabunda dignidade, a por em *ordem* o país que pretendia caminha em *progresso*, segundo o projeto de desenvolvimento nacional. Em tempos de guerra, a pátria poderia estar suscetível a ataques estrangeiros como também ao opróbrio de sua própria gente. Para Frederico Villar, a Missão do Cruzador colocava-se como reação nacionalista, de proteção e acolhida de uma gente entregue á sua própria sorte, distante da civilização. Os pescadores, para o Comandante do Cruzador, eram um valioso instrumento de defesa nacional, contudo, precisavam *tornar-se homens*, ou seja, deixarem o estado de ignorância, analfabetismo, doença e atraso, para serem úteis ao país.

Frederico Villar, o apóstolo civilizador. Quem era este sujeito e porque testemunharia todas essas coisas ao seu modo? Interpelar o colonizador fazia-se necessário, precisei voltar atenção a essa figura militar. Todos os registros militares sobre a missão civilizatória têm seu ponto de vista, seu olhar e narrativa.

Nascido no Rio de Janeiro, em 18 de outubro de 1875, Frederico Otávio de Lemos Villar, ingressou aos dezesseis anos como Guarda da Marinha. Durante as quatro décadas a serviço da instituição naval, compôs uma exitosa carreira militar, de títulos e prestígio, condecorado com a medalha de ouro de Serviço Militar e a medalha de Mérito Santos Dumont, alcançando o grau de Contra-Almirante aos sessenta e seis anos, título que carregaria até sua morte, aos oitenta e nove anos, em março de 1964, conforme biografia<sup>15</sup> publicada na Revista Marítima Brasileira no ano de seu falecimento, como homenagem póstuma.

Figura 02 - O apóstolo civilizador



Registro de Imagem: CYRINO (2019). Fotografia da contracapa de VILLAR (1911). Acervo pessoal.

Foi como Capitão de Mar e Guerra que Frederico Villar comandou a expedição militar *Missão do Cruzador José Bonifácio*, que percorreu o litoral brasileiro criando

---

<sup>15</sup> Anexo II – O Contra-Almirante Frederico Villar, pela Marinha do Brasil.

as primeiras colônias de pesca no Brasil de 1919 a 1923, atuando também como Diretor de Pesca e Saneamento do Litoral, além de assumir diversas comissões militares ao longo de sua carreira. Seu trabalho foi exaltado no Senado Federal durante o curso da *Missão*, em que fora concedido o voto de louvor, considerado apostólico e civilizador. O discurso do senador Alfredo Lelis, registrado no Diário do Congresso em oito de outubro de 1921 e replicado na homenagem póstuma, comparava o então Comandante Villar ao General Cândido Rondon, “o apóstolo do sertão”, que conduziu luz aos brasileiros que viviam à sombra da bandeira nacional no interior do país, através da criação de colônias silvícolas. Para Lélis (apud MINISTÉRIO DA MARINHA DO BRASIL, 1964, p.03.), Villar encerrava um grande trabalho de benemerência, entregando ao Brasil uma *colméia*, formando a *sementeira de futuros marinheiros*:

“[...] O comandante Frederico Villar, disposto a prestar serviço semelhante [ao General Rondon] e também patriótico no longo das nossas praias, cumprindo notar que, ao lado da ideia filantrópica da agremiação desses elementos que estavam por assim dizer, perdidos e ensurdecidos pelo bramir das ondas que não ouviam, nem mesmo o eco repetir os sons do nosso hino, perdidos como estavam nessa orla imensa que os serve de trincheira ao mar. Além disso, senhor Presidente, **o gesto desse ilustre brasileiro encerra um grande trabalho de benemerência: é que ele nos dá uma colméia, forma a sementeira de futuros marinheiros.** Claro é, senhor Presidente, que creadas essas colônias ao longo de nossas costas, aí encontrará a nossa Marinha de Guerra a escola poderá tirar os elementos de que carecer, futuramente, porque dada a extensão das nossas costas, se não somos, havemos de ser naturalmente uma grande potência marítima, e não pode haver Marinha sem esses núcleos onde se formam os marinheiros habituados desde a infância, desde o berço, a ouvir o bramir das ondas, não se apavorando diante das tempestades. **Este é o grande serviço, que ao País presta o comandante Villar, semeando como um apóstolo, como um grande benemérito, estas colônias à beira mar**”.

Este discurso do senador deu-se em pleno curso da *Missão* civilizatória e revelavam a característica tutelar marcante de como era anunciada a empreitada militar, bem como o perfil de seu comandante. Villar não era apresentado como um ríspido disciplinador, mas, como um apóstolo, uma figura cristã que semeia a boa e correta palavra que conduz à perfeição. Esse tom romanceado é utilizado como estratégia colonial para construir uma superioridade do colonizador e uma carência de disciplina que seria desejada pelo seu colonizado. A análise de Memmi (1977) sobre o colonizador nos auxilia a compreender essa figura romanceada de Villar. Primeiramente, ela revela que a relação do colonizador é de privilégio e, assim o é justamente em detrimento do colonizado. Seus valores são superiores, assim como

passa a ser beneficiário de todo o empreendimento colonial. Havia um grande interesse econômico em controlar os vastos recursos naturais da costa brasileira, entregues, conforme identifica Villar, a uma população pesqueira ignorante e incivilizada. Defendia que, ao instruí-los e saneá-los, até mesmo desde os anos escolares, a Marinha brasileira poderia formar uma reserva naval, transformando<sup>16</sup> pescadores miseráveis em cidadãos marinheiros. A justificativa do progresso vem concomitante a determinar que aquela população vivesse de modo inferior e que, necessitaria adotar preceitos defendidos pelo colonizador. O seu privilégio não é legítimo e, sim, usurpado.

Em seus escritos anteriores à Missão, Villar clama que o país necessita de um Messias, novamente remetendo a uma figura cristã centralizadora, aquele que separa o bem do mal, uma imagem de salvação, como no trecho da página 62, que abre esta seção.

Essa figura redentora libertaria os incautos de sua condição pecaminosa, anunciaria as boas novas que a modernidade poderia proporcionar. Esta é a postura assumida nas suas narrativas. Ora, se as populações pesqueiras precisavam de um redentor, um guia, deveria ser um apaixonado pela pátria e pelos pescadores. E é assim que ele se apresenta:

Realmente é preciso que nós tenhamos perdido toda a noção de civismo, que tenhamos embrutecido os nossos corações na forja da ignorância, da maldade e da indiferença, para deixarmos de amar a estes patrícios heróicos, a essa gente stoica, que são nossos jangadeiros, os nossos bravos pescadores, que se perdem pelo mar afora em frágeis jangadas em busca de peixes que, com os engenhos e barcos modernos, eles, em menos tempo, com menos perigo e com maior conforto, não teriam como carregar, tal abundância! Pois bem, pescadores da minha terra, que sois a expressão viva da bravura, do desprendimento e da nobreza d'alma dos filhos do nosso querido Brasil, **eu vos amo e vos admiro e juro á face de Deus que hei de garantir um futuro mais feliz para os vossos filhinhos e o bem estar d'essas patrícias que são as vossas esposas bem amadas!** (VILLAR, 1911, p. 303, grifo meu).

Em que medida cabe a uma instituição militar, como expressão do poder nacional, e um comandante enquanto seu líder, determinar quem era o pescador brasileiro, reduzindo a sua existência à domesticação, condição de uma nova forma de vida?

---

<sup>16</sup> O processo de instalação das colônias e o disciplinamento cívico e moral dessas populações serão abordados no segundo e terceiro capítulo deste estudo, respectivamente.

Ao acionarmos a análise de Memmi (1977), Villar é um colonizador que se aceita e vai, de maneira exaustiva, procurar legitimar a colonização, a fim de se auto absolver. Ao mesmo tempo em que se reconhece como colonizador, defende-se de possíveis olhares críticos. Assim, se o privilégio da colonização é uma usurpação, como livrar-se dessa sombra usurpadora a tentar retirar-lhe os louros da consagração? Sem população a regenerar não haveria apóstolo. Ou nas palavras de Cesaire (1978), ao colocar o colonizado numa categoria humana inferior, a colonização desumaniza o próprio colonizador, o efeito *ricochete*, absorvendo sua conduta opressora. Não há inocência na colonização, e sim um claro intento de silenciamento para propagação e manutenção de uma estrutura de poder que legitima a ação colonizadora. De uma mudança brusca da história dessas populações para alcançar um padrão de desenvolvimento à custa da supressão, violação e aviltamento de suas culturas. Ao interpelarmos o discurso colonizador, Cesaire (1978) aponta que a colonização não é contato, nem civilização, nem progresso. Tampouco pode ser compreendida como filantropia, como dever divino, ou um recurso necessário para romper com a ignorância. É possível ver que este discurso está centrado em um desprezo pelo outro, a fim de legitimar a sua atuação. Uma vontade urgente de colonização para cessar os problemas existentes nessas populações, das suas condições de vida, de seus hábitos, do seu aspecto não moderno. Corroborando com esse pensamento, Memmi afirma (1977, p.57) que:

Como? Como pode a usurpação tentar passar por legitimidade? Duas operações parecem possíveis: demonstrar os méritos eminentes do usurpador, tão eminentes que clamam por semelhante recompensa; ou insistir nos deméritos do usurpado, tão graves que não podem senão suscitar tal desgraça. Essa figura ambígua do colonizador acaba mais por lhe trair do que servir.

E por essa ambiguidade que se fez urgente a auto absolvição de Villar, tão marcante em suas narrativas. O colonizador preocupa-se com sua imagem, tanto no presente quanto aquela que ficaria registrada na história. Este é o ponto esclarecedor que aqui já nos dá indício da necessidade imperiosa de Frederico Villar narrar como uma testemunha fiel a colonização dessas populações, sob o seu olhar. “O usurpador, sem dúvida, reivindica seu lugar e, se for necessário, o defenderá por todos os meios. [...] Sua vitória de fato, portanto, jamais o satisfará: resta-lhe inscrevê-la nas leis e na moral” (MEMMI, 1977, p.56). Os documentos por ele narrados testificam a

necessidade da sua obra missionária, e ele busca outros que respaldam seus feitos. Seu trabalho foi acolhido e enaltecido pelo Estado brasileiro, era preciso convencer os seus leitores, do seu presente e do porvir, e convencer a si mesmo da benevolência dos seus feitos, e por vezes recorrendo à figura divina, como uma incumbência que lhe foi ordenada. Para desfrutá-la completamente, afirma Memmi, o colonizador tem a necessidade de “lavar-se da sua vitória, e das condições nas quais foi alcançada” (1977, p. 72.). O colonizador que se aceita vai apelar para os valores e símbolos patriotas para testificar que essa exaltação não é a respeito de si próprio, mas do universo ao qual ele pertence. Defenderá, assim, suas tradições nacionais, exaltando as forças armadas, suas condecorações, seus uniformes militares e insígnias.

A vaidade excessiva de provar o seu valor vai revelar a intenção de rebaixamento do outro para a reafirmação de sua superioridade. Villar, ao mesmo tempo em que se apresenta como um protetor amável que promete cuidar do futuro dos seus filhinhos e esposas acusa-os de uma miserabilidade moral e do corpo, doentes, que estão longe das conquistas da civilização e do trabalho, como no fragmento que abre a introdução deste estudo. E é justamente no esforço de explicar e justificar a sua missão que o colonizador assume uma postura racista, não por coincidência, mas por que, “o racismo resume e simboliza a relação fundamental que une o colonialista e o colonizado” (MEMMI, 1977, p.68).

### 1.3 IDENTIFICANDO ARTEFATOS

Os documentos militares que deram origem a este trabalho foram encontrados e adquiridos durante o ano de 2017, ainda no curso da pesquisa de mestrado sobre as trajetórias da política pesqueira. À medida que estudava o nascimento das colônias de pesca, enquanto uma política de Estado percebia na figura de Frederico Villar um contador de histórias e observei que havia outras publicações, de sua autoria, que traziam novas densidades sobre como se deu a missão civilizatória dessas populações. O interesse desse personagem militar em registrar a história dos pescadores aguçou-me a curiosidade e fui guardando essas obras para este posterior estudo. Os documentos militares foram adquiridos a partir de consultas

virtuais a sebos<sup>17</sup> localizados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Elas apresentavam-se em fragilizado estado de conservação devido à ação do tempo e oxidação das páginas. A autoria de todos os materiais é de Frederico Villar, comandante da Missão Cruzador José Bonifácio e membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do Instituto Oceanográfico Brasileiro e do Instituto Técnico Naval. Villar foi reconhecido pelo Senado Federal como um apóstolo e grande benemérito<sup>18</sup> pelos seus serviços prestados ao país com a cruzada militar.

Nessas obras da instituição naval não são encontrados registros de falas das populações pesqueiras, todas as impressões são do comandante, que narra seu ponto de vista acerca de como são os pescadores, como nativos descobertos em um novo mundo, descrevendo seus corpos e hábitos como não civilizados, apontando como devem ser e desenvolver seu ofício, e anunciando-lhes os benefícios da modernidade. Obviamente, exige-se a presteza e zelo ao se trabalhar a partir do discurso dominante, daquele que passa a definir o outro como inferiorizado, para não utilizar da narrativa como tradução fiel da realidade, e tão pouco a essencialização dos seus estereótipos enunciados. Propõe-se aprofundar aonde esse discurso escapa, em suas fissuras, nos vestígios deixados pela prática discursiva relacionada a outros processos e encadeamentos sociais.

À medida que escavava as articulações dos materiais militares encontrava outros enunciados, contemporâneos à época da *Missão*, que documentaram teorias em defesa do aperfeiçoamento da nacionalidade, compondo também objetos de análise complementares deste estudo, a saber: A conferência *Sur les métis au Brésil*, de autoria do médico e então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, João Batista Lacerda, publicado em 1911 durante o Congresso Internacional das Raças, em Londres; o *Boletim de Eugenia*<sup>19</sup>, periódico que circulou no Brasil entre as décadas

---

<sup>17</sup> Alcancei os originais das obras a partir da compra em valores que variaram de dezessete a duzentos e trinta reais, conforme era perceptível meu interesse pelas obras.

<sup>18</sup> No primeiro capítulo deste trabalho, a seção “Frederico Villar, o apóstolo civilizador” é dedicada a analisar a figura do colonizador.

<sup>19</sup> As edições do *Boletim de Eugenia* utilizadas neste estudo foram as de nº 2, 4, 5, 9, 10 e 12, escolhidas devido ao seu conteúdo introdutório em defesa da eugenia enquanto ciência para aperfeiçoamento da nacionalidade. As edições completas consultadas estão disponibilizadas no ambiente virtual da Biblioteca Nacional (Hemeroteca Virtual).

de 1920 a 1930, organizado pelo médico eugenista Renato Kehl; *Jornal do Recife e A Província*, ambos publicados em Pernambuco, no ano de 1919, com declarações de Frederico Villar sobre a campanha de saneamento da população brasileira; e a homenagem póstuma ao comandante da Missão, pela *Revista Marítima Brasileira*, em 1964. Estes três últimos documentos foram acessados a partir de consulta ao acervo eletrônico da Biblioteca Nacional, utilizando palavras-chave no campo de busca. Outras obras originais do eugenista Renato Kehl, contemporâneas à Missão do Cruzador foram adquiridas, *Conduta: Lições de ética* (1934) e *Pedagogia Sexual: Lecciones de Eugenesia* (1931), este último adquirido em sebo virtual localizado na cidade de Madrid, Espanha.

Busquei assim, o entrelaçamento da análise a partir da problemática proposta e do estudo teórico, construindo, provocando o questionamento desse processo de racialização, numa perspectiva também da sociologia histórica, que aborda um mundo em constante movimento, desse modo, não por um caminho linear e determinista de um fenômeno social, mas, processual. Esse campo de estudo possibilita a análise da mudança social em suas múltiplas trajetórias e também a interação entre teoria e pesquisa. O sentido afirmado para este trabalho compreende a sociologia histórica como um importante auxílio para aprofundar o estudo do discurso colonial, a partir do momento de que ao confrontarmos argumentos hegemônicos civilizacionais, estaremos atravessando diversos contextos que são construídos a partir de múltiplas trajetórias. Colabora assim na expansão da análise de discurso, considerando a dinâmica de outros processos constitutivos da realidade social, sejam representativos, simbólicos, políticos, sociais, econômicos, compreendendo que as práticas não são meras representações do discurso (MONSMA, 2017). “A sociologia e história entrelaçam-se na busca das causas e consequências intrínsecas ao encadeamento de ações e acontecimentos que sucedem no tempo e coexistem no espaço configurado por diferentes temporalidades” (RIBEIRO, 2016, p.16).

Duas das obras<sup>20</sup> analisadas dispõem de registros fotográficos das expedições do comandante ao continente europeu, como também das suas incursões na criação das colônias. Outras fontes complementares da pesquisa também apresentam

---

<sup>20</sup> Pelas Indústrias da Pesca (Villar, 1911) e Manual do Patrão de Pesca (Villar, 1942).

ilustrações. Esse conjunto de imagens necessita de uma observância cautelosa em seu exame. Portanto, a investigação será orientada pela análise iconológica (PANOFSKY, 2001; KOSSOY, 2007) e semiológica (BARTHES, 2001).

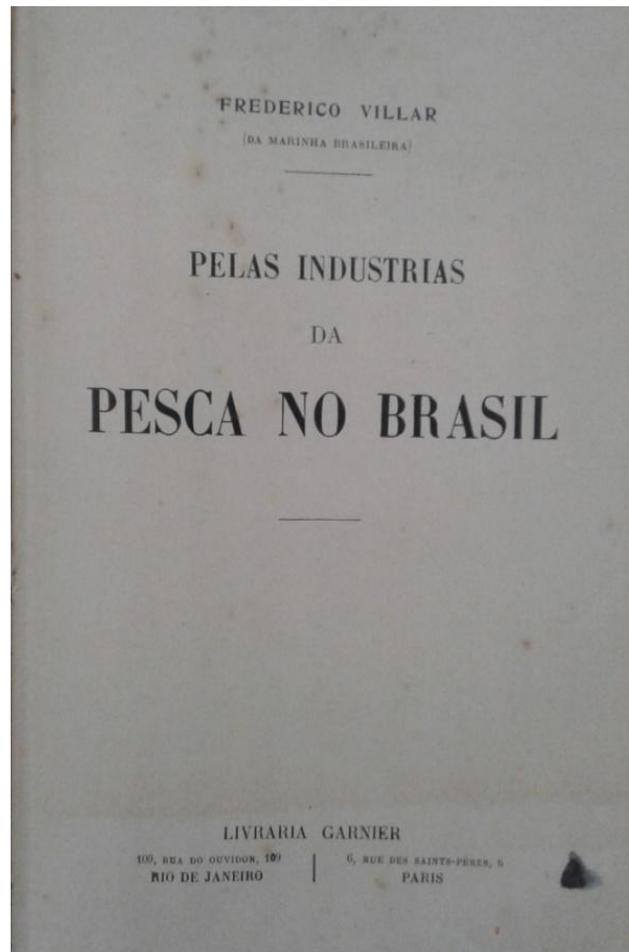
A iconologia (PANOFSKY, 2001; KOSSOY, 2007) contribui para além da descrição e classificação desses registros, à compreensão das alegorias, imagens e estórias que a compõe. Panofsky (2001) estabelece três níveis de análise, a pré-iconográfica, descrição simples da composição da imagem; a iconografia, a aplicação dessas descrições a determinados conceitos; e a iconologia que se volta para a interpretação dos valores intrínsecos presentes na imagem. Kossoy (2007) enfatiza que a análise iconológica debruça-se sobre desvendar a trama histórica e social da imagem, avaliando também sua dimensão cultural e ideológica. A iconografia, situada no nível da imagem, da realidade exterior, é o ponto de partida da interpretação iconológica, que está na realidade interior, estendendo-se para “[...] além do documento visível, além da chamada evidência documental. Trata-se da recuperação de diferentes camadas de significação. A interpretação iconológica se desenvolve na esfera das idéias, das mentalidades”. (KOSSOY, 2007, p. 56).

A análise barthesiana complementa essa investigação, ao debruçar-se na decodificação do sistema de linguagem mítica presente nas fotografias, ilustrações e expressões reproduzidas. Compreende o mito como uma mensagem que possui um caráter de deformação do signo, a partir da criação de novas significações. Dessa forma, é possível interpelar as mensagens reproduzidas e renomear seus discursos. Importante pontuar que considerar que o discurso é mais do que conjuntos de enunciados, ultrapassa a dimensão linguística, permitindo pensar a que problema nacional, no modo de imaginar a nação, esse discurso estava respondendo? Como ele operou para alcançar seu objetivo? Partimos do pressuposto de que a realidade discursiva não existe à parte, ela compõe-se de manifestações simbólicas e representativas, há uma complexidade que envolve a trama do discurso colonizador. Corroborando numa perspectiva foucaultiana, é compreender esse enunciado em suas estreitez e singularidades, [...] de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação excluí (FOUCAULT, 2008, p.31).

Obviamente, exige-se a presteza e zelo ao se trabalhar a partir do discurso dominante, daquele que passa a definir o outro como inferiorizado, para não utilizar da narrativa como tradução fiel da realidade, e tão pouco a essencialização dos seus estereótipos enunciados. Propõe-se aprofundar aonde esse discurso escapa, em suas fissuras, nos vestígios deixados pela prática discursiva relacionada a outros processos e encadeamentos sociais.

Como elementos centrais da análise, foram examinadas quatro obras publicadas pela Marinha do Brasil na primeira metade do século XX, narradas pelo Capitão de Mar e Guerra, Frederico Villar, discutidas nos três capítulos seguintes. Quando necessária a transcrição do conteúdo, optei pela escrita original dos documentos, podendo a mesma apresentar variações da língua portuguesa empregada à época. A seguir segue a apresentação dos documentos centrais analisados neste trabalho, com destaque aos prefácios que acompanham cada obra.

Figura 03 - Pelas Indústrias da Pesca no Brasil

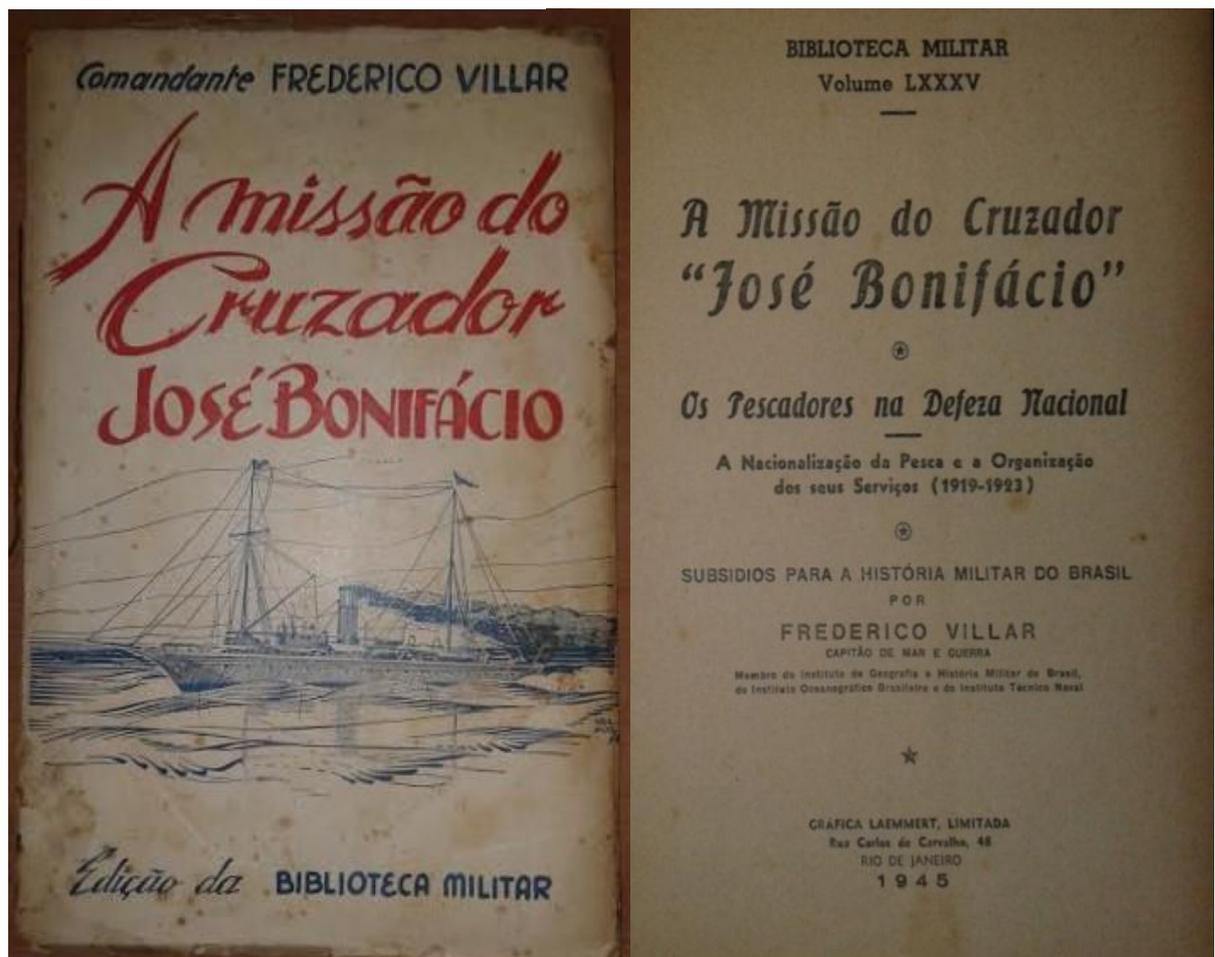


Registro de Imagem: Fotografia da contra-capa e folha de rosto de VILLAR (1942). Acervo pessoal.

*Pelas Indústrias da Pesca no Brasil*, publicada no ano de 1911, traz a narrativa sobre as viagens estrangeiras, especialmente ao continente europeu, a fim de, a partir da experiência estrangeira das indústrias, escolas de pesca e colônias de pescadores, mobilizar subsídios para a modernização e organização pesqueira no país. A obra possui 447 páginas e foi composta durante a estadia de Frederico Villar na Suíça, publicada em português pela editora Garnier. Apresenta registros fotográficos das escolas de pesca europeias e seu funcionamento, além de destacar as roupas e aparatos militares vestidos por crianças aprendizes. O livro apresenta também impressões que o Comandante escreveu em artigos publicados na coluna da *Província de Pernambuco* e do *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro*, durante os seis anos que antecedem a publicação. Há uma grande esperança em seu relato do governo brasileiro adotar o modelo exposto nos registros, para mobilizar as industriais pesqueiras no Brasil. Em seu prefácio ressalta que:

Eu não tenho a pretensão de ter feito nenhuma obra original: os leitores encontrarão essas mesmas verdades escriptas em todas as línguas. A única originalidade existe no facto vergonhoso do abandono das nossas riquezas marinhas á ignorância e á rotina dos nossos infelizes e míseros pescadores e na indiferença dos Poderes Públicos nacionaes! (VILLAR, p. XII, 1911).

Figura 04- A Missão do Cruzador José Bonifácio

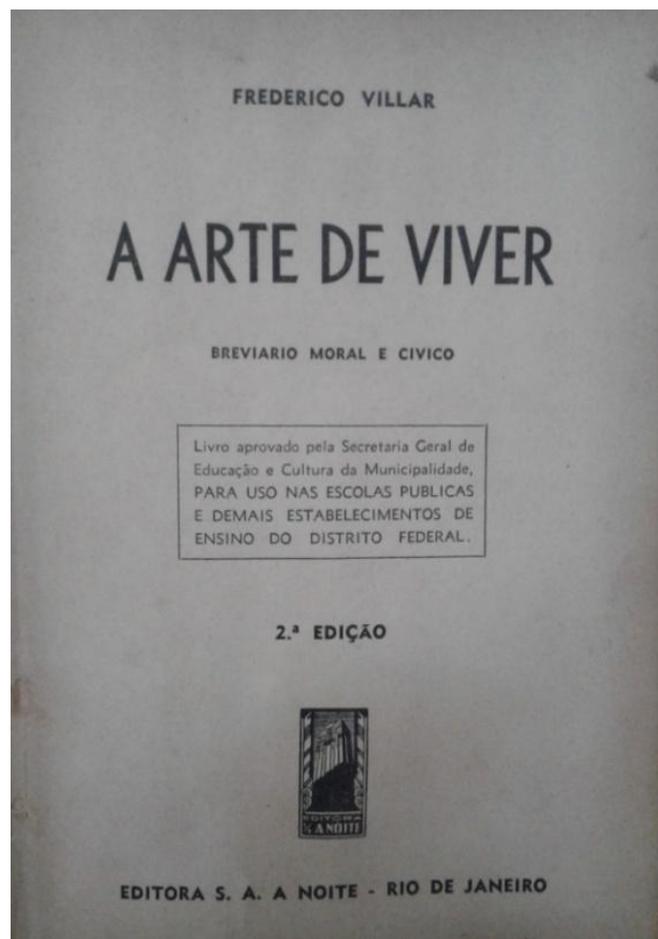


Registro de Imagem: Cyrino (2019). Fotografia da capa e folha de rosto de Villar (1945). Acervo pessoal.

Como resultado da expedição exploratória relatada no documento anterior, *A Missão do Cruzador José Bonifácio* apresenta o relato da expedição ocorrida entre 1919 a 1923, que percorreu todo o litoral brasileiro criando as primeiras oitocentas colônias de pescadores. A sua primeira edição foi publicada em 1945, quase duas décadas após o término da Missão, período em que as colônias já estavam instaladas, e seu controle através da Marinha estava abraçado ao projeto de desenvolvimento

nacional, enaltecido pelo então presidente, Getúlio Vargas, que tem suas palavras registradas como prefácio da obra: “O homem brasileiro, dotado de inteligência e plástica, perfeitamente aclimado, transformar-se-á no agente dinâmico do nosso progresso, quando lhe sejam prodigalizados os benefícios da civilização [...]” (GETÚLIO VARGAS *apud* VILLAR, 1945, p. 04). A obra apresenta também o Código de Honra do Pescador Brasileiro, que era repetido em cada comunidade que a Missão atracava. Seus versos são expostos como uma oração que faz reverência à defesa nacional e a força militar naval, exaltando a necessidade de se abandonar um modo de vida e trabalho primitivo para adoção de práticas modernas, na valorização de instrução de técnicas industriais e oceanográficas. *Um chamado à civilização.*

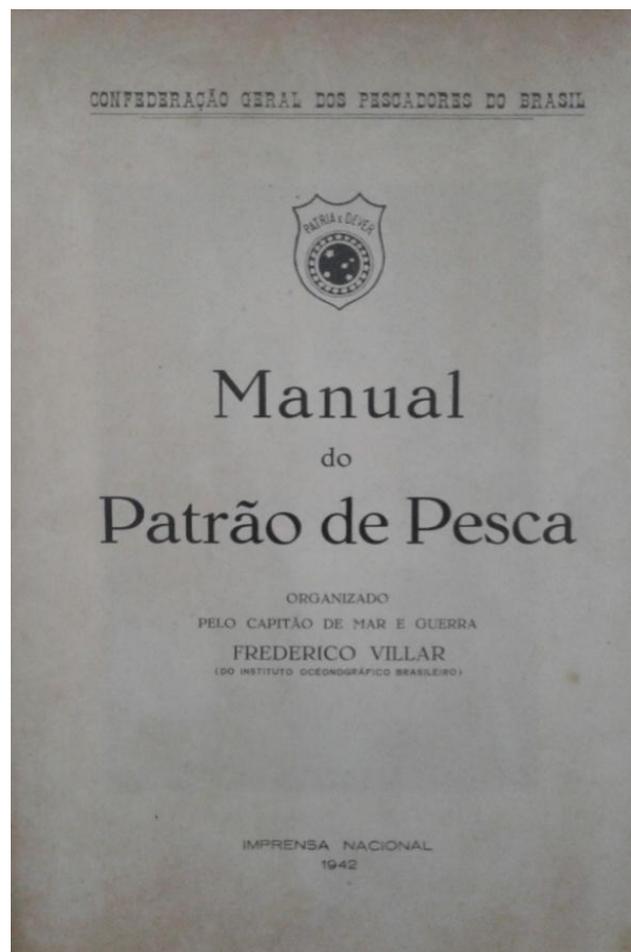
Figura 05 - A Arte de Viver: Breviário Moral e Cívico



Registro de Imagem: Cyrino (2019). Fotografia da contracapa e folha de rosto de Villar (1940). Acervo pessoal.

O terceiro documento trata-se de um guia disciplinatório publicado originalmente em 1940, com o título “*A Arte de Viver: Breviário Moral e Cívico*”. Reúne o que o autor denomina de mandamentos para a “boa conduta em sociedade”. A obra apresenta 140 ordenamentos e foi acolhida pelo governo federal, que passou a utilizá-la como integrante dos materiais didáticos a serem utilizados por professores e alunos. A edição adquirida para esta análise fora publicada para distribuição na rede de ensino pública do Distrito Federal. O Presidente da Academia Brasileira de Letras, à época, Claudio de Souza, prefaciou o livro exaltando o seu caráter disciplinador para a condução a uma vida moderna. “Seu livro é, pois, elemento rectificador, alinhador, redcente de desvio anormal, gibosidade que ameaça crescer sob a pele de nossa civilização com prejuízo ou embaraço das nobres funções da inteligência” (VILLAR, 1940, Prefácio).

Figura 06 - O Manual do Patrão de Pesca



Registro de Imagem: Cyrino (2019). Fotografia da capa de Villar (1942). Acervo pessoal.

Por fim, o *Manual do Patrão da Pesca*, publicado pela em 1942 pela Confederação Geral dos Pescadores do Brasil<sup>21</sup> reúne narrativas, códigos disciplinares e instrução técnica, um compêndio de publicações organizadas por Frederico Villar, num total de 690 páginas. Apresenta impressões do autor sobre os primeiros resultados da *Missão*, especialmente na região nordeste, com registros fotográficos das populações pesqueiras nas colônias.

Figura 07 - A estrela-guia: Darcy Vargas



Registro de Imagem: Cyrino (2019). Dedicatória à Darcy Vargas, (VILLAR, 1942, s/n). Acervo pessoal.

Traz em destaque também quarenta e quatro mandamentos extraídos da obra *A Arte de Viver: Breviário Moral e Cívico*, como parte da formação para os pescadores.

---

<sup>21</sup> A Confederação Geral dos Pescadores do Brasil foi criada como resultado da Missão do Cruzador José Bonifácio, em 1920, sua diretoria era formada por militares alta patente.

Seu maior conteúdo se dedica a instruções oceanográficas e conhecimentos gerais, a fim de subsidiar a criação de Escolas Profissionais de Atividades Marítimas, a partir da qual propulsiona a qualificação técnica de pescadores para tornarem-se promissores navegadores, promovendo as indústrias de pesca. A obra ilustra, como no documento anterior, a relação estreita com o projeto de desenvolvimento nacional. Não somente o documento é dedicado a Darcy Vargas, esposa do então presidente Getúlio Vargas, como o nome da primeira Escola de Pesca seria em sua homenagem. O prefácio do registro é assinado em nome de todos os pescadores brasileiros, representados pela Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, exaltando a primeira-dama.

Os pescadores descobriram agora mais uma estrela no firmamento: chama-se "DARCY". Enquanto as outras, suas irmãs, nos conduzem sobre as ondas do mar, a nova Estrela guia nossas esposas e nossos filhos que ficaram em terra. Graças à proteção de sua luz suave e boa, a nossa prole não mais viverá ao desamparo, crescendo ao léu, na cegueira da ignorância. Abre-se a Escola de pesca para os pescadores futuros. Nela os nossos filhos vão encontrar mais amplos e luminosos horizontes para a luta pela vida. [...]. Abençoada sejas, Estrela nova! Deus te guie!

À senhora Dona Darcy Vargas, Oferecem, Dedicam e Consagram. Os  
Pescadores do Brasil  
C.G.P.B. – Rio, 1942

(VILLAR, 1942, Prefácio).

Estes artefatos coloniais suscitaram outros durante o processo de escavação, ao perscrutar o arquivo colonial, rastreando seus vestígios. Estava aparente, mas não estava posto, era preciso conhecer, cercar, mapear o terreno. Tomando como disparador um ditado haitiano que a pesquisadora refugiada no Rio Grande do Sul, Rebecca Bernard, ensinou-me enquanto falávamos sobre os caminhos da pesquisa, num fim de tarde frio do inverno de Porto Alegre, em 2019:

*Anvanw foure kiyè a nan  
Mitan labouyi a, ou dwe  
Kòmanse manjel sou kote*

Em tradução livre do haitiano para o português, assim diz: “Antes de colocar a colher no meio do mingau quente, você deve começar a comer pelas beiradas”. E com esse aprendizado iniciei meu trabalho.

## 2. SOB O OLHAR DO OUTRO: A BUSCA POR UMA RAÇA CIVILIZADA

“A história do Brasil é uma história escrita por mãos brancas”, reafirmou Beatriz Nascimento<sup>22</sup> (1977), evidenciando como a história oficial do país foi narrada por um olhar que representava o privilégio branco de dominação sobre populações indígenas e negras. Uma visão que apresentava vantagens de uma civilização, embora camuflada das marcas de exploração, enquanto desconsiderava o que é próprio dessas populações, com uma aparente passividade diante das benesses de seu colonizador ou de uma estereotipada rebeldia, característica de um comportamento incivilizado. A construção de uma história oficial, em que se revelaria o triunfo de um passado glorioso de projeto nacional de modernidade, rejeitava, por conseguinte, o que era considerado diferente, os sentidos atribuídos por esses povos, às suas culturas, seus costumes e suas memórias. Por que haveria interesse colonial em registrar a história oficial de uma população sob o olhar de outro? Essa inquietação tomou-me quando tive o primeiro acesso aos documentos militares que registraram a missão civilizatória da Marinha do Brasil, no projeto de instruir e sanear pescadores no país, na primeira metade do século XX. Narrativas que em sua incumbência civilizatória revelar-se-iam como exploração e com caráter de desumanização, assumindo a forma de uma narrativa romanceada e tutelar.

A insistência em produzir uma história legítima sobre o Brasil e as “conquistas” sobre as populações incivilizadas já era um fascínio estatal no período que precede à *Missão*, em meados do século XIX, décadas antes do início da *Primeira República*. Este indício nos auxiliará a compreender que projeto de país estava sendo forjado e em que bases ele se sustentaria. “Como se deve escrever a história do Brasil?”, era a pergunta que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB lançou em seu concurso em 1838, para que se escrevesse uma nova história para o Brasil, agora independente da coroa portuguesa e que pudesse enaltecer a sua emancipação. Schwarcz (2019) chama atenção de como esse processo envolveu a ideia de construção de uma história que fosse europeia em seu argumento e imperial na sua justificativa, para que se enaltescesse uma nação regida por uma liderança portuguesa, sem desconsiderar as singularidades que a fizeram emancipar-se em

---

<sup>22</sup> A historiadora faz referência nesta citação ao seu orientador, Prof. Muniz Sodré.

um império independente. A historiadora resgata que essa intenção foi revelada no resultado da competição vencida pelo naturalista alemão Karl Von Martius, que imprimiu à história do Brasil uma naturalização de perfeita harmonia entre as três raças existentes, quais sejam: branca, indígena e etiópica, através de uma metáfora hídrica, em que a primeira era representada por um caudaloso rio que absorvia e limpava os pequenos afluentes, as outras duas raças, apresentando a mestiçagem enquanto curso natural, suprimindo os dados históricos que revelaram a crueldade a qual esses povos foram submetidos e de que essa “mistura” nunca fora sinônimo de igualdade. Acessando o material original de Karl Von Martius, publicado em janeiro de 1845, no Jornal Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, “Como se escreve a história do Brasil”, o pesquisador alemão ganhador do concurso diz o seguinte:

“Pode-se dizer que a cada uma das raças humanas compete, segundo a sua índole inata, segundo as circunstâncias debaixo das quais ela vive e se desenvolve, um movimento histórico característico e particular. Portanto, vendo nós um povo novo nascer e desenvolver-se da reunião e contato de tão diferentes raças humanas, podemos avançar que a sua história se deverá desenvolver segundo uma lei particular das forças diagonais. Cada uma das particularidades físicas e morais, que distinguem as diversas raças, oferece a este respeito um motor especial, e tanto maior será a sua influencia para o desenvolvimento comum, quanto maior for a energia, número e dignidade da sociedade de cada uma dessas raças. **Disso necessariamente se segue que o Português, que, como descobridor, conquistador e Senhor, poderosamente influenciou naquele desenvolvimento, o Português, que deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente, que o Português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor.** Mas também de certo seria um grande erro para com todos os princípios da Historiografia-pragmática, se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população. Tanto os indígenas, como os negros, reagiram sobre a raça predominante. Sei muito bem que Brancos haverá, que a uma tal concorrência dessas raças inferiores taxem de menoscabo à sua prosápia; mas também estou certo de que eles não serão encontrados onde se elevam vozes par alma historiografia filosófica do Brasil”. (MARTIUS, 1845, p. 382; MARTIUS E RODRIGUES, 1956, p.442).

Essa narrativa revela que a imagem mítica do rio caudaloso que vai tomando seus afluentes é instalada de forma benevolente e parcial em que a vigorosa força do sangue branco, considerado como *descobridor, conquistador e Senhor*, é instada como missão, responsável pelo desenvolvimento do brasileiro, em seus aspectos físicos, morais e civis. Uma *força motora* diante das raças inferiores *indígenas e negras importadas*, ainda que se considerasse sua contribuição. Como afirma

Schwarcz (2019, p.16), “ali estavam, pois, os três povos formadores do Brasil; todos juntos, mas (também) diferentes e separados. Mistura não era (e nunca foi) sinônimo de igualdade”. O que vemos é que a fábula hídrica etnocêntrica vai desenhando o branco enquanto elemento necessário a manutenção da ordem humana, numa falsa narrativa de harmonia, em que esse rio caudaloso ao mesmo tempo em que abraça os afluentes inferiores, admirando-os, passa a temê-los por sua força e, finalmente, investe contra eles, em admoestá-los, controlá-los para a viabilização do projeto colonial.

Alguns anos mais tarde, em 13 de maio de 1888, a escravidão chegava ao fim no território brasileiro, por meio da promulgação da Lei Áurea. Na corrida pela modernidade, paradigmas de aperfeiçoamento da nacionalidade são formulados. Uma população escravizada, com sua humanidade cancelada e reduzida à propriedade, estava agora recém liberta, interpelando a sociedade livre com a força de seus fantasmas.

Nas primeiras décadas do século XX, época de grandes paradoxos em que a questão nacional mais importante parece ser - *o que fazer com toda essa gente preta, agora posta em convívio com a sociedade livre?* - o racismo científico sugeria respostas. Desde o final do século XIX, um conjunto de teorias passou a determinar os critérios mediante os quais alguém passaria a ser considerado civilizado e estabeleceu a diferença desse padrão como anomalia. Presente nas ciências naturais, sociais, jurídicas, artísticas, literárias, o racismo científico absorveu fontes do evolucionismo e do darwinismo social que, consideradas as diferenças de suas percepções, tinham algo em comum: naturalizavam seus conceitos enquanto definiam estratégias de aperfeiçoamento humano, e convergiam no que dizia respeito à eliminação do componente entendido como degenerativo.

Diwan (2020) estabelece um roteiro investigativo de como essas teorias degeneracionistas chegaram ao Brasil, através de viagens da elite republicana europeia e de expedições científicas que reuniam cientistas, antropólogos e intelectuais europeus. Tais teorias condenavam o país pela sua *promiscuidade racial*, destacando a miscigenação como a vilã do progresso, e foram recebidas com entusiasmo pela elite intelectual brasileira. Era preciso salvar o país da

degeneração. A historiadora relata que nessas expedições científicas, incentivadas primeiramente por D. João VI e posteriormente por D. Pedro II, tinha o objetivo de colocar o Brasil no cenário científico internacional e fazê-lo *lugar de homens da ciência*. Dentre esses viajantes<sup>23</sup>, destacamos o francês Arthur de Gobineau, que esteve no Brasil em 1876, pouco antes da abolição, vaticinando o fracasso do país justamente em razão da mistura de raças, considerada por ele como degeneradora das espécies envolvidas. Maio e Ramos (2010) destacam que essas expedições ao Brasil foram estabelecendo a imagem de um país condenado, com uma população atrasada na escala evolutiva, moldada pelos ideais europeus, de clima, vegetação, raça e civilização. O retrato de uma nação condenada foi abraçado pela elite intelectual e científica brasileira que passou a orientar-se pelas experiências estrangeiras de teorias da degeneração como resposta à indagação se havia solução para o país. Neste cenário, várias controvérsias interpretativas foram geradas a partir da publicação trabalho de Charles Darwin, *A origem das espécies*, em 1859, em que ideólogos tomaram a tese darwiniana como justificativa para aprimoramento racial, conforme destaca Diwan (2020,p.91) sobre o célebre cientista:

Mas foi um monogenista [Darwin] que deu argumentos e justificativas tanto para os defensores do degeneracionismo e críticos da mestiçagem quanto para os eugenistas interessados em melhorar e aprimorar a raça humana. [...] a publicação do livro *A origem das espécies* (1859) transformaria o modo de entender a evolução das espécies animais e a seleção natural, gerando inúmeras controvérsias no interior da biologia, e com o nascimento do darwinismo social, sendo fundamental para entender a eugenia.

Também corroboram Maio e Ramos (2010) e Scwarcz (2017) sobre como essa obra de Darwin, mesmo sendo dedicada à biologia, tornou-se um grande paradigma, um solo comum para inúmeras correntes teóricas, atribuída como sustentáculo para teses de superioridade racial. Além disso, tal apropriação dessa teoria também era utilizada para justificar o domínio da expansão europeia nos continentes.

Nessa compreensão de um país condenado pela raça, havia uma chaga irrepreensível marcando a jovem república, impedindo-a de desenvolver-se. *O Brasil precisava ser saneado*. Correntes positivistas, inspiradas em Augusto Comte, animaram os intelectuais brasileiros, na busca da cura dessa ferida racial instalada

---

<sup>23</sup> A autora cita também Gustave Le Bon, sociólogo e psicólogo francês, e Louiz Agassiz, professor de Geologia de Haward.

no território brasileiro. Se o país estava enfermo, havia um povo doente que precisava ser curado. A medicina brasileira apresentava-se como elemento salvador desse mal. Como os pesquisadores Lima e Hochmann (1996, p.26) afirmaram, este entendimento levava a crer a seguinte máxima: o país estava “condenado pela raça, e absolvido pela medicina”. Um grande projeto nacional de saneamento da população foi posto em prática. E é nesse cenário que a eugenia vai ganhar espaço como a *ciência dos bem-nascidos*, a fim de eliminar o elemento de degeneração da espécie humana, promovendo o aperfeiçoamento da raça e da nacionalidade.

Em que consistia este elemento causador de degeneração humana? Trataremos de responder a esta pergunta sem nos ocuparmos de traçar o histórico da construção das teorias raciais, mas tratando de compreender a operacionalização do racismo científico institucionalizado no Brasil, promovendo uma lógica excludente simultaneamente genocida e civilizatória.

Para decodificar o mito da emergência de uma raça civilizada, expresso na *Missão*, este capítulo apresenta-se em três seções. Na primeira, SANGUE PRETO FORA DO CATIVEIRO: A PROPOSTA DE UMA LIMPEZA RACIAL, são analisados discursos do período pós-abolição a partir de documentos e registros dos abolicionistas Joaquim Nabuco, *Abolicionismo*, e a teoria de redução étnica de João Batista Lacerda, *Le negre passaunt au blanc, a la troisieme degeneration par l'effetdu croisement de races*, publicada em 1911, no Congresso Internacional das Raças, realizado em Londres. Estes discursos que classificam o mestiço como um elemento transitório, vão repudiar a violência da escravização, entretanto, condenar o sangue preto como elemento corruptor da sociedade brasileira.

Na seção seguinte, A CIÊNCIA DOS BEM-NASCIDOS: EUGENIA E O APERFEIÇOAMENTO DA NACIONALIDADE, analiso *corpus* de documentos científicos por edições selecionadas do Boletim de Eugenia, periódico divulgado pela Sociedade Brasileira de Eugenia de 1929 a 1932, tendo como direção o médico Renato Kehl, a fim de difundir a chamada ciência dos bem-nascidos, capaz de formar uma geração dotada de pureza racial, por meio do aperfeiçoamento moral e eliminação do *componente degenerativo humano*.

Por fim, em *A CAMPANHA SALVADORA CONTRA A RUÍNA DA RAÇA: O PROCESSO DE INCUBAÇÃO DA MISSÃO CIVILIZATÓRIA*, passo a perscrutar este processo a partir das primeiras viagens exploratórias em busca de uma raça civilizada, registradas nas primeiras obra de análise deste estudo, *Pelas indústrias da Pesca no Brasil*, publicada em 1911, por Frederico Villar, e o encontro de comandante Villar com a eugenia promovida por Renato Khel.

Um tipo de ser e lugar como modelo de modernidade foram ideais que atravessaram o atlântico e forjaram políticas de modernidade na América Latina. Nesta concepção colonial, para classificar o que era considerado civilizado haveria de ter um não civilizado, entrave para um modo de vida moderno, a fim de alcançar o progresso da nação. Uma recorrente ameaça contaminando um ideal de futuro como reminiscência de um passado nada glorioso.

O racismo científico a partir do século XIX elegeu o que passaria a ser considerado civilizado e estabeleceu a diferença desse padrão como anomalia. Presente nas ciências naturais, sociais, jurídicas, artísticas, literárias, absorveu de fontes do evolucionismo e darwinismo social que, nas diferenças de suas percepções, tinham algo em comum: naturalizavam seus conceitos enquanto estratégia de aperfeiçoamento humano, a fim de eliminação do componente degenerativo.

O que/quem era este elemento causador da degeneração humana? Retornaremos a esta pergunta. Não se trata aqui de traçarmos o histórico da construção das teorias raciais, mas de buscar compreender como o racismo passou a ser institucionalizado, tendo o Estado como agente promotor de uma lógica de extermínio em nome do que passa a ser considerado civilizado.

## 2.1 SANGUE PRETO FORA DO CATIVEIRO: A ELIMINAÇÃO DO COMPONENTE DEGENERATIVO HUMANO

Ideais positivistas abraçaram a campanha abolicionista no Brasil. Com seus determinantes conservadores, acreditava-se que além do país precisar de uma nova história, era necessário eleger quem seria a “sua gente”, e como alçaria padrões civilizatórios para o almejado progresso. Decerto, “sua gente” não poderia mais estar

contaminada por *sangue preto*. Joaquim Nabuco, conhecido abolicionista, acreditava – em termos menos conhecidos de seu legado - que negros escravizados constituíam parte tão significativa da população brasileira por terem sua sobrevivência e reprodução facilitada pelo cativeiro, e afirmava que o principal efeito da escravidão sobre a população foi *africanizá-la, saturá-la de sangue preto*. Nabuco (2000) preocupava-se com a reprodução dos escravizados, que concebia como vetor de contaminação e alastramento de uma gênese primitiva, e alertava que os ventres escravos reproduziam de “três a quatro crias”, que, se acabavam rendendo dinheiro para seus senhores, depois reproduziam e circulavam pelo país. Defendia que a primeira *vingança* das vítimas do cativeiro escravo (que ele reconheceu ser um sofrimento), foi a reprodução de suas características e os *vícios de seu sangue africano* que, ao misturar-se, degradaria a população brasileira, resultando em um cruzamento de caracteres em que a *degradação servil da raça negra* contrastaria com uma *imperialidade brutal*, da branca. Aparece aqui novamente, como na fábula hídrica de Karl Von Martiuns, a associação do elemento racial branco como algo monumental, tão forte quanto violento, imperioso, que vai limpando os afluentes inferiores.

Em seu entendimento, caso a multiplicação populacional se desse sem cruzamentos raciais, o “problema das raças” estaria facilmente solucionado, uma vez que a incompatibilidade das raças levaria sempre à expulsão da mais fraca e inferior. Entretanto, lamentava não ser esse o caso do Brasil. Mesmo chegando a afirmar que “o mau elemento da escravidão não foi a raça negra, mas esta reduzida a cativeiro” (NABUCO,2000: 36)logo passou a contradizer-se, acionando uma série de estereótipos que atribuíam influências da escravidão ao sangue preto, que corromperia não apenas a cor da pele, mas a cultura, língua, comportamento, religião e todo traço de desenvolvimento, de modo que a escravidão deveria ser concebida como o alto preço pago pela colonização.

Muitas das influências da escravidão podem ser atribuídas à raça negra, **ao seu desenvolvimento mental atrasado, aos seus instintos bárbaros ainda, às suas superstições grosseiras**. A fusão do catolicismo, tal como o apresentava ao nosso povo o fanatismo dos missionários, com a feitiçaria africana, influência ativa e extensa nas camadas inferiores, intelectualmente falando, da nossa população, e que pela ama-de-leite, pelos contatos da escravidão doméstica, chegou até aos mais notáveis dos nossos homens; a ação de doenças africanas sobre a constituição física de parte do nosso

povo; **a corrupção da língua, das maneiras sociais, da educação e outros tantos efeitos resultantes do cruzamento com uma raça num período mais atrasado de desenvolvimento;** podem ser considerados isoladamente do cativo (NABUCO, 2000: 36, grifo nosso).

Era preciso cessar a vinda de novos pretos africanos, sua reprodução em terras brasileiras e a contaminação que seus fluídos impunham aos corpos brancos civilizados. Percebe-se que Nabuco faz referência direta ao continente africano como nascedouro dessa contaminação, ao utilizar as expressões *africanizá-la* e *vícios de sangue africano*. O autor afirmava que a reprodução de degenerações teria sido importada de países africanos, não especificando quais, através da escravidão, e que acabaram por corromper a população brasileira. Uma corrupção que teria múltiplos meios de transmissão, sociais e biológicos, resultando num alastramento que impactaria na formação e desenvolvimento da sociedade brasileira. Essa transmissão poderia ser hereditária, por contato com fluídos corporais, e também pela reprodução de “vícios de comportamento” e cultura. Uma degeneração estampada nas variações enegrecidas da pele, de sangue que corrompia corpo e espírito.

A campanha abolicionista ganhava força por seu aspecto econômico, já que propunha integrar o Brasil aos outros países desenvolvidos que já tinham abandonado o sistema escravocrata - considerado arcaico e não lucrativo - sendo alcançada em 1888. Mas acabou lançando um problema, o que fazer, afinal, com toda essa gente preta, ou essa gente misturada que compunha boa parte do país?

Em 1911, duas décadas depois de declarada a abolição da escravidão no Brasil, a jovem República foi convidada a participar do Primeiro Congresso Internacional das Raças, em Londres. O tema da mestiçagem estava em evidência e o Brasil era apontado como um exemplo dessa mistura racial.

João Batista Lacerda, médico, antropólogo e diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, foi o representante escolhido pelo presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, para defender horizontes mais prósperos ao país junto à elite europeias (LACERDA, 1911). Lacerda questionava a noção de que o mestiço representasse uma inferiorização humana, divergindo das teorias poligenistas, que

concebiam a existência de diferentes espécies humanas hierarquicamente definidas pela seleção natural de suas características hereditárias (SCHWARCZ, 2012). Ele sustentava que o mestiço fosse concebido como categoria transitória no aperfeiçoamento evolutivo da espécie humana, para o fim da sua perfeição, a raça branca. Eis o salto operado por uma elite intelectual - atuando com força de Estado - cuja pureza racial sempre estaria em questão para sustentar sua própria viabilidade junto às elites metropolitanas.

Em sua conferência, *Sur les métis au Brésil - Sobre os mestiços no Brasil*, (LACERDA, 1911)<sup>24</sup>, realizada no Congresso, João Batista Lacerda reconheceu, assim como seu antecessor, Joaquim Nabuco, que os negros escravizados foram submetidos a toda a sorte de castigos e torturas das mais cruéis. Como Nabuco, também persistiu na atribuição e desqualificação da humanidade dos escravizados, por seus caracteres selvagens. Entretanto, afirmou que o mestiço já representaria um melhoramento, à medida que lhe teriam sido conferidos elementos da raça branca.

Em um tom romanceado e estereotipado, Lacerda discursou que os mestiços nascidos no Brasil, ainda na condição de escravizados, teriam sido, muitas vezes, acolhidos por seus senhores, quando da condição de seus genitores, ou para acompanhar suas senhoras e nos cuidados e entretenimento de seus filhos. Em um gesto de caridade e compaixão, seriam tratados de modo mais humanizado, vestidos com roupas limpas e adornadas, instruídos em outros costumes, conduzidos a uma inserção na vida social, que poderia chegar, até mesmo, em alguns casos, à alforria. Quando da libertação, estes já não pareciam identificar-se com seus costumes selvagens negros, demonstrando aptidão para conhecimentos intelectuais, artísticos e políticos, embora já sem mais dispor da robustez negra para serviços braçais. Ele atribui a gesto afetuoso dos brancos a acolhida que teria possibilitado a esses mestiços conviverem de forma civilizada. Enquanto isso salientou que os negros que alcançaram a liberdade teriam sido entregues à própria sorte, refugiando-se em lugares distantes da civilização e do trabalho, não sendo

---

<sup>24</sup> Originalmente publicado em Paris, na língua francesa, *Premier Congrès Universel des Races*. Tradução do texto disponível em Schwarcz (2019a), como utilizados nas demais citações do autor.

bem recebidos nas colônias dos imigrantes europeus, pois se sabia que tendiam à criminalidade e à violência.

Evidencia-se na fala de Lacerda um ponto importante a se considerar: o discurso mítico, capaz de sustentar tanto o estereótipo do “negro rebelde” quanto do “mestiço reformável”. Ao primeiro, a liberdade não salvaria, já que sua própria essência o condenaria à perdição. Estaria fadado a uma vida incivilizada. Ao segundo, o elemento branco conduziria ao aperfeiçoamento. Tomando como pressuposto interpretativo a análise barthesiana e a assunção de que em seu pleno sentido, o mito apresenta-se como uma linguagem roubada (BARTHES, 2001), é possível inferir, desde já, que esse discurso opera uma deformação, eliminando a qualidade histórica das coisas, evacuando o real, transformando a história em natureza, ou seja, operando o embraquecimento da população e a consequente eliminação do “elemento degenerativo” como algo “natural”, próprio à evolução humana. Também é possível começar a perceber de que modo o racismo científico foi apropriado pela elite intelectual brasileira como modo de conservação da desigualdade racial no pós-abolição. Ela deveria, ao mesmo tempo, assegurar a viabilidade de uma Nação destacada por sua mestiçagem e garantir os privilégios de uma elite cuja brancura se media pelas provas de sua adesão ao modelo civilizatório europeu, reforçando os limites da humanidade concebida, guardiões de fronteiras intransponíveis.

É nesse sentido que, ao retomarmos o discurso de Lacerda, podemos sondar os modos como o racismo científico, financiado e amparado pelo Estado, passa a determinar os parâmetros sobre o que é civilizado. Embora ocupando um lugar aparentemente vantajoso com relação ao “negro rebelde” já que alçada a elemento passível de aperfeiçoamento, a população mestiça era assim concebida apenas no que dizia respeito à população já existente. Lacerda não incentivava novos cruzamentos com negros, ao contrário, repudiava que os portugueses, diferentes dos anglo-saxões, *se misturassem sem pudor às negras escravizadas*, gerando um problema que precisava ser consertado no Brasil. Os mestiços, mesmo considerado *mais desenvolvidos que os negros*, ainda carregariam suas características ancestrais:

Eles são, habitualmente, corajosos, cheios de audácia, inteligentes, bem falantes e dotados de uma imaginação muito viva. Do ponto de vista moral,

entretanto, é preciso reconhecer que não se pode confiar cegamente em sua lealdade ou em sua probidade (LACERDA, 1911: 14).

A noção parece ser a de que se a negrura pode ser extirpada dos semblantes, deixa vestígios capazes de insurgirem-se no terreno da moralidade, onde devem, portanto, ser mantidos sob controle, sob vigilância. Decerto, em seu tom romanceado sobre essa nova gente misturada, havia uma certeza para ele: assim como os negros, suas descendências deveriam desaparecer para que o Brasil se tornasse uma grande civilização. O mestiço era apenas uma categoria *transitória*, admitida para o alcance de um bem maior: O aperfeiçoamento humano através *da passagem do negro para o branco*, em sua terceira geração, por meio do cruzamento das raças, como escreveu Lacerda ao exemplificar sua teoria no Primeiro Congresso Universal das Raças, com a exibição da pintura “A Redenção de Cam”.

FIGURA 08 - “A Redenção de Cam”



Fonte: Redenção de Cam, pintura a óleo do artista espanhol Modesto Brocos, em 1895, que retrata as teorias raciais contemporâneas, no embranquecimento através das múltiplas gerações. Referência a imagem exposta nas páginas pré-textuais da obra de LACERDA (1911), exposta na Galeria de Belas Artes do Rio de Janeiro, à época. No original da obra de Lacerda (1911), a pintura apresentava-se em coloração acinzentada. Para este trabalho, apresento sua coloração original, imagem de domínio público.

Trata-se de uma pintura a óleo do artista espanhol Modesto Brocos, de 1895, que retrata o embranquecimento em três gerações. A imagem aparece nas páginas pré-textuais da obra de LACERDA (1911), e foi exposta na Galeria de Belas Artes do Rio

de Janeiro, à época da publicação. No original da obra de Lacerda (1911), apresenta-se em coloração acinzentada.

A representação ilustra, em um primeiro plano, uma família, em três gerações. Na extremidade esquerda, a avó materna: negra e descalça, pisando terreno de chão batido, externo à casa, plenamente identificada com a natureza, o elemento incivilizado, com as mãos erguidas aos céus, em sinal de alívio e agradecimento. Na outra extremidade, o pai: branco, calçado, pisando terreno cimentado, à porta da residência, representando a civilização e a cultura, já com feições de satisfação. Ao centro, a mãe: mestiça, resultado de uma primeira miscigenação, abrigando em seu colo a criança, supostamente branca, descendência do cruzamento racial com o pai branco, em sua terceira geração. Desta primeira miscigenação, que originou a mulher mestiça, ilustrada na figura central, está evidenciada apenas a origem materna, representada pela senhora negra na extremidade esquerda. A genealogia paterna se afirma como ausência. Uma ausência branca, dado o fenótipo da filha. Lacerda descreveu em seu relato que muitos dos mestiços, gerados entre o cruzamento das mulheres escravizadas com seus senhores, acabavam sendo “acolhidos no interior das casas” onde se vestiam melhor e aprendiam costumes civilizados. O cruzamento entre as mulheres negras escravizadas e os homens brancos acusa a violência sexual a que estas eram submetidas<sup>25</sup>.

As duas figuras centrais, mãe e criança, apresentam características curiosas. A aliança no dedo anelar esquerdo da mãe indica o seu matrimônio. A sombra de imoralidade e desonestidade que acompanharia o corpo mestiço encontrava-se, aqui, sob controle. Em sua mão direita é possível perceber o código gestual semelhante às pinturas sacro-romanas, em referência às liturgias católicas, em que o dedo indicador está em riste, acompanhado da flexão dos demais, representando ordenamento, narrativa. Já a mão direita da criança possui os dedos levemente flexionados, em sinal de admiração ou benevolência, reforçando também o caráter

---

<sup>25</sup> O entendimento de que as crianças mestiças nascidas no período colonial são filhas de um estupro é algo vem sendo discutido por autoras decoloniais latinoamericanas, como Rita Segato (2012) e María Lugones (2008). Essa discussão também aparece no trabalho de Denise Ferreira (2006) sob a análise da origem deste mestiço como desejo destrutivo. Ver capítulo final desta tese, *Por dentro do viveiro: a limpeza da nação*.

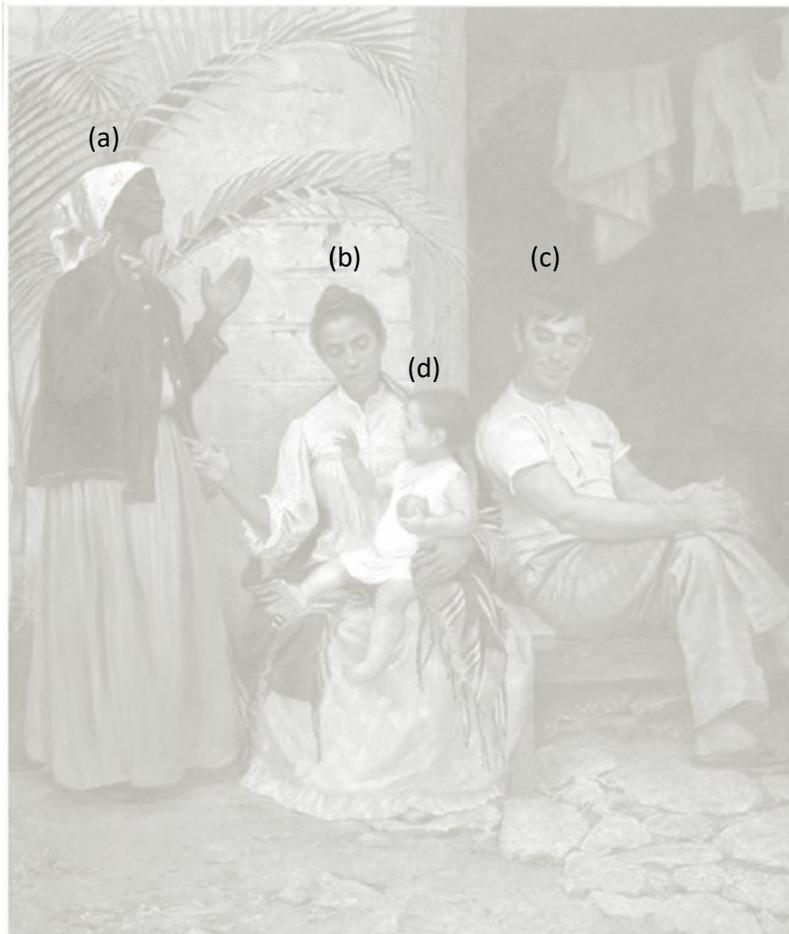
religioso presente na obra, em que se lê a mestiçagem como uma redenção – física e moral.

Importa ressaltar que a obra a Redenção de Cam, faz referência ao personagem bíblico Cam ou Cão, filho de Noé, que após ter rido com a visão de seu pai nu e bêbado, recebeu a maldição de ter seu filho, Canaã, e toda a sua descendência, condenados a serem escravos de seus irmãos<sup>26</sup>. Atribui-se a descendência de Cam a povos de proveniência do continente Africano. Mesmo que não haja referência à cor de Cam e de sua descendência no texto bíblico, “os efeitos interpretativos da maldição lançada a Cam” tiveram desdobramentos na imaginação ocidental, para justificar a escravidão de negros africanos, os quais seriam descendentes de Cam (FLORES e MELO, 2014: p.32). Vejamos, a seguir, a proposta de limpeza do “componente degenerativo negro”, sugerida por Lacerda (1911):

---

<sup>26</sup> O trecho bíblico encontra-se no Livro de Gênesis, capítulo 9, versículos 20-26. “Noé, que era agricultor, plantou uma vinha. Tendo bebido vinho embriagou-se, e apareceu nu no meio de sua tenda. Cam, o pai de Canaã, vendo a nudez de seu pai, saiu e foi contá-lo aos seus dois irmãos. Mas, Sem e Jafet, tomando uma capa, puseram-na sobre seus ombros e foram cobrir a nudez do pai, pois que tinham seus rostos voltados. Quando Noé despertou de sua embriaguez, soube o que tinha feito seu filho mais novo. “Maldito seja Canaã”, disse ele; “que ele seja o último dos escravos de seus irmãos!” E acrescentou: “Bendito seja o Senhor Deus de Sem, e Canaã seja seu escravo! Que Deus dilate a Jafet; e este habite nas tendas de Sem, e Canaã seja seu escravo!”(Bíblia, Gênesis, 9:20-26). A edição bíblica consultada ainda traz a referência de que “o último”, literalmente significava: o escravo dos escravos. E que Noé amaldiçoou Canaã porque não podia amaldiçoar diretamente Cam, o qual tinha sido abençoado por Deus, na passagem de Gênesis, capítulo 9, versículo 1.

FIGURA 09 - *Lé Negré passaunt au Blanc, a la troisieme degeneration par léffet du croisement de races*



- a) Raça incivilizada  
Negra,  
Ascendência  
materna,
- b) Raça transitória  
Mestiça  
Genitora, 2ª geração
- c) Raça civilizada  
Branca  
Genitor
- d) Limpeza étnica  
Branca  
Descendência , 3ª  
geração

Fonte: Esquema interpretativo elaborado pela autora, a partir da análise do relatório *Sobre os mestiços no Brasil* apresentado por Lacerda (1911) no Primeiro Congresso Universal das Raças.

Na análise semiológica bathesiana, o caráter deformativo do mito, carregado de intenção, apropria-se de um significado já existente, que possui um significante atribuído, que o autor denomina de *signo*, e passa a dar-lhe um novo sentido, uma *significação*, que é o próprio mito. Tomando a mestiçagem como signo, atribui-se valor a este, dotando-o de uma significação - a limpeza racial, o aperfeiçoamento da espécie humana, a partir do cruzamento com o branco. A significação mítica é uma constatação, não tem o caráter explicativo. Suas intenções estão evidentes, mas sob a forma de uma fala naturalizada. “O mito não nega as coisas, a sua função é, pelo contrário, falar delas, simplesmente, purificá-las, inocentá-las” (BARTHES, 2001: 143), é uma fala domesticada. Para o sentido mítico, torna-se natural e necessária a

eliminação do componente degenerado da população para o alcance do progresso civilizatório do país, o aperfeiçoamento da espécie humana.

O mito é percebido como mensagem, para decodificá-la é preciso voltar atenção para o signo, a fim de explicar a sua significação. Ou seja, quando vemos o signo da mestiçagem é que identificamos a mensagem transmitida pelo mito da limpeza racial. O mestiço carregaria um elemento degenerativo negro e, portanto, justificaria a limpeza racial como eliminação gradual do negro a partir do cruzamento com o branco. A existência do mestiço não é um dado, não existe tal segmento na realidade independentemente das estruturas conceituais que o tornam apreensível. A consolidação do eugenismo é correlato ao processo de construção social dessa evidência: a existência de uma massa crescente de mestiços no país. A construção social dessa evidência é também o processo de constituição de um campo empírico, o espaço humano de um conjunto de experimentações. Aqui se impõe ir além da semiologia barthesiana para encontrarmos a positividade do racismo.

Nesse sentido, o mito não esconde nada, sua operação é de deformação. O tom compassivo aos mestiços como uma raça aperfeiçoável em seus limites, genética e moralmente, é logo tomada pela sua sentença. A essa tese apresentada no Primeiro Congresso Universal das Raças, Lacerda vai denominar *redução étnica*, a eliminação gradual de mestiços e negros. Assumindo tom profético, afirmou que tal feito se daria num prazo de um século, estimando-se o ano de 2011:

Graças a este procedimento de redução étnica, é lógico supor que, no espaço de um novo século, **os mestiços desaparecerão do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós**. Depois da abolição, o negro entregue a ele próprio começou por sair dos grandes centros civilizados, sem procurar melhorar no entanto sua posição social, **fugindo do movimento e do progresso ao qual não poderia se adaptar**. Vivendo uma existência quase selvagem, sujeito a todas as causas de destruição, sem recursos suficientes para se manter, refratário a qualquer disciplina que seja, o negro se propaga pelas regiões poucos povoadas e tende a desaparecer de nosso território, como **uma raça destinada à vida selvagem e rebelde à civilização** (LACERDA, 1911: 18, grifo meu).

Reflito sobre esta afirmativa, mais de um século depois, quando mãos negras escrevem este estudo analisando sua tese reducionista enquanto tantas outras iguais estão a escrever novas histórias e constatamos: tal profecia não foi

alcançada. O entusiasmo e anseio de Lacerda em sustentar a possibilidade de embranquecimento da população não era algo isolado. O médico deixou evidente quem eram os eleitos, diferentes dos mestiços e dos negros, a população branca, com sua origem europeia, eram “amigos do progresso” passando a culpabilizar os negros por seu futuro marginalizado e por seus infortúnios, reforçando e evidenciando a circularidade do processo de exclusão. No discurso destacado anterior é também possível ver como Lacerda, enquanto brasileiro, discursando em um país europeu, onde se debatia raça e civilização, tratava de habilitar o seu próprio lugar de enunciação. O médico, representante da nação, defendia em sua eloquência que o Brasil não estava perdido, havia salvação para a corrupção de sua gente, com o empenho da ciência e de homens como ele. Aparece aqui a necessidade de Lacerda construir para ele próprio um lugar de legitimidade junto aos colonizadores europeus, afirmar-se enquanto pertencente ao tipo superior de gente, branca, civilizada, como vetores de civilização.

O caráter evolutivo proposto por Lacerda, de limpeza racial da população através da mestiçagem, já possuía grandes correntes opositoras, distintas entre si. Nestas, não se acreditava que os mestiços herdariam as características positivas da raça branca, ao contrário, sugeria-se que continuariam a contaminar a civilização com o caráter degenerativo da raça inferior. Correntes racialistas estrangeiras, do final do século XIX, ganhavam cada vez mais destaque. Marques (2017a) e Schwarcz (2019b) trazem a referência ao conde francês Arthur de Gobineau, partidário do determinismo racial, a partir da obra *Essai sur l'inégalité des races humaines*, publicado em Paris, no ano de 1853, que introduziu a noção de degeneração da raça, considerando a “impossibilidade do progresso para algumas sociedades compostas por sub-raças mestiças não civilizáveis” (Schwarcz, 2019b, p.83). Gobineau defendia que o tipo superior humano encontrava-se na raça ariana, e que somente a esta caberia a possibilidade de criar civilização, afirmando a inferioridade da espécie negra enquanto elemento de degeneração humana. Marques (2017) avança nessa discussão ao apresentar a resposta à tese de Gobineau, *Da Igualdade das Raças Humanas*, produzida pelo antropólogo haitiano Antenor Firmin, anos depois, em 1889, repudiando o que o conde afirmara como ciência, “A toda essa falange arrogante que proclama que o homem negro está destinado a servir de estribo ao poder do homem branco, a essa antropologia mentirosa, eu terei o direito

de dizer: “Não, não és uma ciência! (...) o egoísmo e a imoralidade da raça branca será ainda para ela, em sua posteridade, motivo de vergonha e arrependimento “(FIRMIN apud MARQUES, 2017a, p.3). Essas correntes faziam persistir a pergunta: O que fazer com toda essa gente preta?

## 2.2 A CIÊNCIA DOS BEM-NASCIDOS: EUGENIA E O APERFEIÇOAMENTO DA NACIONALIDADE

Três décadas de escravidão e um *atraso* no Brasil para abolição da sua população de escravizados, referente aos outros países, conspirou para o aumento significativo de uma população empobrecida, miserável e doente, em sua maioria de *negros e mulatos*, que estavam agora inseridos na sociedade. Assim era posta a questão nacional nos primeiros anos da república, que se voltava para a *promiscuidade racial*, como uma doença do país, atribuindo fatores de degeneração racial. Cenário favorável a instalação da eugenia enquanto uma “ciência” de aprimoramento da espécie, como analisa Stepan (2004).

A intelectualidade brasileira acolheu, como já vimos, discursos de ideólogos do darwinismo social, “segundo esses cientistas – e outros como eles – os cruzamentos ‘promíscuos’ que tinham ocorrido no Brasil desde os tempos coloniais até aquele momento haviam produzido um povo degenerado, instável, incapaz de desenvolvimento e progresso” (STEPAN, 2004).

Partindo da premissa que as raças já possuíam características imutáveis, apontava-se que miscigená-las seria o grande erro (SCWARCZ, 2017). O aprimoramento da sociedade estaria condicionado exatamente à prevalência superior, sendo necessário proteger a continuidade dessa hereditariedade e a eliminação e controle da estirpe inferior. É sob esses determinantes que o cientista britânico Francis Galton definiu a *eugenia*<sup>27</sup> enquanto uma ciência que vai dedicar-se ao

---

<sup>27</sup> De acordo com publicação do Boletim de Eugenia, referenciada a Sebastian Recasens, decano da Faculdade de Medicina de Madrid, “A Eugenia é ciência muito antiga. Suas primeiras observações aparecem nos poemas homéricos e nas obras gregas de Eurípedes, Aristophanes, Platão e outros clássicos, que a denominam eugeneia ou Eugene; sua constituição científica, porém, efetuou-se no século XIX, tendo o inglês Galton ideado a palavra Eugenie para denomina a ciência que tem por objeto a higiene da raça, tanto sob o aspecto físico como psíquico” (RECASENS apud KEHL, 1929b)

aperfeiçoamento humano através da preservação da hereditariedade da raça superior, dotada das mais elevadas características físicas, morais e psíquicas. E são esses conceitos criados por Galton<sup>28</sup> que vão influenciar diretamente o médico brasileiro Renato Kehl, a partir dos anos 1910.

Kehl realizou uma intensa cruzada para defender os ideais eugênicos no Brasil, que acabou culminando na criação da primeira Associação de Eugenia da América Latina - a Sociedade Eugênica de São Paulo - em 1918. Composta, em sua maioria, por médicos, a organização possuía cento e quarenta membros (SOUZA, 2008). Dentre as figuras ilustres, assumia a presidência honorária o médico sanitarista Belisário Penna. Entusiasta dos ideais eugênicos, este médico foi fundador da Liga Pró-saneamento do Brasil<sup>29</sup>, que possibilitou a abertura de espaço para a eugenia no contexto brasileiro. Esses médicos sanitaristas e intelectuais brasileiros viam na eugenia uma possibilidade moderna de retirar o país do atraso civilizacional, produzindo uma grande reforma social.

O próprio movimento sanitarista, institucionalmente representado pela Liga Pró-Saneamento do Brasil e pelos Congressos de Higiene realizados anualmente em todo Brasil, assim como nas discussões relacionadas à higiene mental e medicina legal, vinham também incorporando as idéias eugênicas em seus discursos em defesa da saúde pública e da profilaxia da “raça nacional”. Esse contexto possibilitaria, portanto, que Renato Kehl viesse encontrar, também no Rio de Janeiro, um terreno fértil para continuar sua propaganda pela eugenia, sobretudo através da publicação de seus livros e da imprensa, que, a cada dia mais, observava com interesse e simpatia os propósitos desta “nova ciência” (SOUZA, 2008, p. 158).

Com a obra *Lições de Eugenia*<sup>30</sup> (1931), Kehl alcançou grande repercussão e proliferaram relatos exaltando o seu trabalho, tanto no cenário nacional quanto

---

<sup>28</sup> Importa destacar que Francis Galton dedicava-se também aos estudos de medição craniológica através do seu Laboratório Antropométrico, a partir do qual oferecia às pessoas a possibilidade de detectar seus defeitos e virtudes a partir da formação e dimensão dos seus crânios (SCHWARCZ, 2017).

<sup>29</sup> O movimento sanitarista e as discussões relacionadas à higiene mental e medicina legal incorporaram ideais eugênicos em seus discursos, com a premissa de defesa da saúde pública e da profilaxia do que eles consideravam a “raça nacional”. Esse cenário favoreceu a propaganda da eugenia por Renato Kehl, através da publicação de seus livros e do interesse da imprensa por essa “nova ciência” (SOUZA, 2008).

<sup>30</sup> Abordada no Capítulo 4 desta tese: *Por dentro do viveiro: a limpeza da nação*.

internacional<sup>31</sup> Os valores patriotas apareciam fortemente associados a essa ciência, respaldados por ela. Ora, segundo seu entendimento, haveria maior patriotismo do que defender o melhoramento da sua própria nação? Kehl passaria a defender a existência de um tipo superior humano que deveria ser preservado e a necessidade do aperfeiçoamento moral e a eliminação gradual do componente degenerativo. Em suas palavras, assim definia-se eugenia:

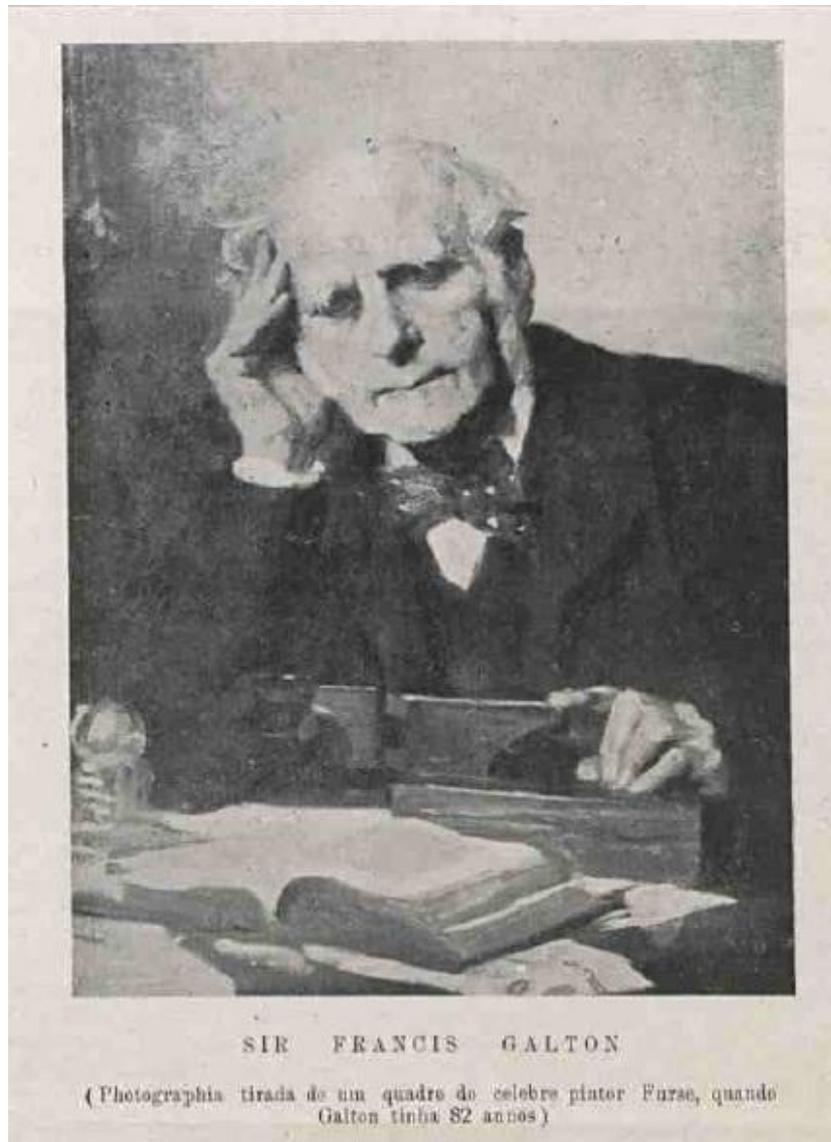
A eugenia tem por fim cooperar para o aumento progressivo dos homens sadios; para a diminuição paulatina do contingente dos fracos, doentes e degenerados, \_ concorrendo, desse modo, para a constituição de uma sociedade mais sã. Mais moralizada, em suma, uma humanidade equilibrada, composta de indivíduos fortes e belos, elementos de paz e de trabalho (KEHL, 1929, p.1).

Essa imperiosa missão de aperfeiçoar a população já era um determinante. “Nenhum país precisa mais de melhorar a sua raça do que o Brasil” (NORTE, 1929: 4), decretava a Academia Brasileira de Letras, em uma publicação assinada por João do Norte, *O Brasil e a Raça*, em que exaltava Renato Kehl como “um sábio e bandeirante de rara envergadura, lutador de rara fibra de patriota” (idem), por seu trabalho de mais de quinze anos dedicados ao aperfeiçoamento da nacionalidade brasileira. Decerto Kehl concordava com essas palavras e demonstrava desconforto com as cenas que via no Rio de Janeiro, ao final da década de 1920. Afirmava que não eram poucos os brasileiros que, como ele, envergonhava-se da população carioca, por sua degradação moral que, aproveitando-se especialmente na época de carnaval, exibia toda a sua repugnância: “A nossa plebe é feia, desengonçada e doente” (KEHL, 1929a, p.3).

---

<sup>31</sup> O Boletim de Eugenia trazia a referência a diversos trabalhos internacionais, que exaltavam a Eugenia, como também, ao trabalho desenvolvido no Brasil pelo médico Renato Kehl.

Figura 10 - Francis Galton, “o tipo perfeito e equilibrado de homem”



Fonte: Registro da capa do Boletim de Eugenia (KEHL, 1929b).

Fundador do Instituto Brasileiro de Eugenia, Kehl passou a ser diretor e editor do *Boletim de Eugenia*. O periódico mensal com sede no Rio de Janeiro foi publicado entre as décadas de 1920 a 1930 e dedicado à comunidade médica científica, podendo ser adquirido gratuitamente por quem tivesse interesse pelo tema. Funcionava como instrumento de promoção dos ideais eugênicos, divulgando pesquisas nacionais e internacionais de eugenia, em um tom que, por vezes, chega ao entusiasmo. A admiração do editor e fundador do boletim pelas ideias de Galton era declarada e manifesta, chegando a ponto de elegê-lo “tipo humano ideal”,

estampado na capa do volume 4 do Boletim de Eugenia, publicado em abril de 1929 (figura anterior).

À procura desse *aperfeiçoamento humano*, Kehl destaca-se no meio científico como um grande defensor dos ideais eugênicos. Para este médico, “quem é bom já nasce feito” (1929c, p.1), e era preciso preservar essas características boas da espécie humana, a fim de, gradualmente, eliminar o componente degenerativo. A princípio, ele vai estabelecer a existência de três espécies de gente:

Cada vez mais me inclino aceitar como axioma o velho ditado “quem é bom já nasce feito” e, assim considerando, avançar, talvez, um paradoxo, dizendo que a humanidade se compõe de três espécies de gente: gente innata e intrinsecamente humana, gente domesticável e gente doente ou indomável, esta última intangível a todos os processos e esforços educativos (KEHL, 1929, p.1).

Algumas considerações sobre essa afirmação fazem-se necessárias. Em primeiro lugar, destaca-se a referência à existência de um tipo superior humano e de um último inferior irredutível. Seus estudos apontaram a que tipo de pessoas ele estaria referindo-se, e logo vamos nos ater a elas. Observando o seu segundo exemplo de espécie humana, chama atenção o atributo- *domesticável*- empregado. Firmemente contrário à miscigenação, Kehl, diferente do seu antecessor Lacerda, vai propor que essa reforma da espécie se dê através de sua domesticação moral. Essa segunda classe de gente estaria suscetível a estes procedimentos reformadores e, por isso, tornava-se necessário identificar que tipo de pessoa a conformaria, diferenciando-a da última espécie - *os doentes e indomáveis* – alheios e impermeáveis aos processos educacionais, tamanha a corrupção do corpo e da mente.

Para tanto, era necessário conhecer os hábitos e costumes das gentes, de modo que o *tipo de gente não humana*, “[...] seu modo de sentir, de agir, as tendências, os costumes, a capacidade intelectual ou física são reflexos desses caracteres inatos” (KEHL, 1929d, p.1) fosse peremptoriamente identificado. Diagnosticando precocemente esses elementos, seria possível distinguir o *domesticável* do *indócil*, cujas características corruptas seriam resultantes de um processo hereditário indemovível.

A esta aplicação social da eugenia, Kehl irá definir como *eugenismo*, dando destaque à distinção destes conceitos, embora admita que caminhem para um mesmo sentido: o aperfeiçoamento humano. Utilizando a parábola do agricultor, Kehl (1929e, p.3) vai propor que a *eugenia* se dá quando “o lavrador escolhe, expurga e seleciona as sementes antes de semeá-las”; enquanto o *eugenismo* ocorre quando o “lavrador apenas protege a sua plantação, capinando-a, regando-a, livrando-a de pragas”. Na sequência, passa a definir seus conceitos e os métodos empregados para atingir seus objetivos, sistematizados no quadro a seguir:

Quadro 01- Eugenia e Eugenismo, por Renato Kehl

<b>Eugenia</b>	<b>Eugenismo</b>
Ciência do aperfeiçoamento físico, psíquico, mental do gênero humano, tendo em conta as disposições hereditárias da semente e as medidas que a beneficiem através das gerações	Aplicação prática, social e individual das medidas que concorrem para o melhoramento humano.  Educação como função civilizadora
Investiga o patrimônio hereditário das famílias, aprecia as qualidades físicas e mentais de seus componentes.	É educação, é saneamento, é higiene, é esporte, é legislação, é tudo que, beneficiando o homem, reverte direta ou indiretamente em benefício da sua prole
Ela preconiza as boas uniões matrimoniais e desaconselha ou proíbe as uniões más que devem ser evitadas afim de que não nasçam doentes e desgraçados.	É tudo quando se pratica para favorecer os propósitos da Eugenia. Os preceitos de higiene, de educação; o saneamento, as medidas legais, tudo enfim que visa proteger e melhorar a situação dos indivíduos, ipso-facto irá defender e melhorar a espécie.

Fonte: Esquema elaborado a partir de trechos das publicações de Renato Kehl, O que é Eugenia? (1929d) e Educação e Eugenia(1929e), publicadas no Boletim de Eugenia nº 09 e 10, respectivamente, em setembro e outubro de 1929.

Os *reformáveis*, de modo semelhante à proposição de Lacerda, seriam uma espécie temporária. Para Kehl, por mais que se aplicassem os métodos educativos e o progresso material, estes procedimentos estariam orientados para a realização do grande objetivo final: a multiplicação das famílias eugênicas, os *de boa geração*, que possuíam nobreza de nascimento. O médico acreditava na formação de uma elite humana, dotada da maior pureza eugênica. Para ele, este seria um grande sonho alcançado, “alguns reprodutores eugênicos, organizando-se socialmente em uma coudelaria humana poderiam formar, no decorrer de alguns decênios, um agrupamento de bem dotados, constituindo uma verdadeira população da elite (1929e, p.3)”. Tal feito, em seu frenesi, seria realizável, primeiramente, na América do Norte, por ser uma “terra extraordinária” onde a audácia dos empreendimentos não tinha limites. De fato, de lá também eram recebidas com entusiasmo notícias de práticas de esterilização dos não eugênicos, doentes e criminosos, que no Brasil passariam a ser estimuladas como esterilizações voluntárias, a fim de convencer pessoas pobres e incultas da importância de restringir a natalidade para um bem maior da nação.

Quem seriam, então, os eleitos da eugenia, estes dotados de nobreza de nascimento? Não há dúvidas. A superioridade branca fica evidenciada em diversas de suas publicações. Kehl demonstra sua satisfação com a realização do primeiro concurso de Eugenia, realizado em São Paulo, no ano de 1929, sob orientação da Sociedade de Medicina, presidida pelo médico Miguel Pereira, e do Serviço Sanitário do Estado. A ele coube entregar o título de primeira brasileira considerada oficialmente eugenizada a uma criança de três anos, Adenir Ferreira de Carvalho, após submetida à rigorosa avaliação sua e de seus antepassados, incluindo aspectos biológicos e sociais. Kehl fez apenas uma ressalva sobre a idade precoce da criança, considerando que seria melhor observar os traços sociais em melhor desenvolvimento e seus relacionamentos posteriores. Sob o título de “Pelo aperfeiçoamento da nacionalidade”, a foto da criança branca estampou a edição 5, de Maio de 1929, exaltando o concurso que seguia a premissa da formação de um “pedigree humano” (1929c, p.3).

Figura 11 - “A seleção dos bem-dotados”



Fonte: Registro da capa do Boletim de Eugenia (KEHL, 1929c). Acervo da Biblioteca Nacional.

Kehl demonstrou preocupação com a disparidade da limitação de natalidade entre pessoas de “classe média e superior, considerando que dentre os indivíduos da baixa esfera social, o controle de natalidade não era praticado. Havia, segundo o médico uma desoladora super-natalidade do contingente humano desse segundo grupo inferior, que chamava atenção de estudiosos. Ele abre o Boletim de Eugenia n. 12 de dezembro de 1929 afirmando que: “Sociólogos e eugenistas estudam o grave problema e apresentam sugestões para amparar a parte aproveitável da

humanidade contra o perigo asfixiante e compressor da massa inculta e amorfa, que constitui formidável peso morto” (1929f, p.1). Afirmou ainda que era possível admitir que cada brasileiro *útil* carregava o *peso cadavérico* de vinte ou mais *parasitas*, que continuavam a procriar-se demasiadamente:

Tendo em vista a diferença da densidade das três camadas sociais, - uma levíssima, de brancos, outra leve, de tipos médios, e uma terceira maciça, de inferiorizados, não poderei deixar de opinar, favoravelmente, pela propaganda da limitação da natalidade no nosso país, sobretudo entre os indivíduos componentes da última camada (KHEL, 1929f, p.1).

A marcação do estereótipo é determinante no discurso. Era preciso justificar um estado inferior, tirar-lhe a humanidade, denominá-lo *parasita*. É interessante notar aqui como o atributo da extrema leveza vai ser imputado à população branca, a única “camada social” nomeada a partir da cor de sua pele. À população negra – designada como “inferiorizados” - será atribuído peso maciço. Trata-se de uma operação que deforma e moraliza a lógica social observada até ali, em que o trabalho massivo de gente negra havia gerado e sustentado o luxo leviano desfrutado por elites brancas.

A diferença do padrão determinado como civilizado é marcado como não humano, e é esse potencial de acusação do racismo que, conforme Memmi (1993), vai balizar e legitimar a dominação, identificando e realçando a diferença, passando a categorizá-la como inferior, para não somente estereotipar, mas para proveito do acusador. Eis a ligação orgânica entre racismo e dominação, em que a diferença é o eixo da atitude racista.

O Boletim de Eugenia nº 14 de fevereiro de 1930 afirmou que as classes sociais teriam valores raciais biologicamente diferentes, reforçando a tese da “plebe feia e desgraçada”, para referir-se à população pobre carioca. O artigo que fazia referência às perspectivas e pontos de vistas eugênicos, *Biologia Racial*, afirmava que a *camada inferior* herdava os caracteres degenerativos humanos que forjavam esses indivíduos como uma espécie já pré-determinada à sua corrupção, independente dos esforços educativos lançados sobre eles. Uma identidade inferior atribuída como elemento desprezível de sua espécie, *os indomáveis, a categoria de gente não humana*:

Um meio bom em si mesmo não faz elevar **um povo inferior ou inapto racialmente**, como por exemplos os ciganos e os negros; igualmente as camadas mais inferiores das sociedades civilizadas, constituída por criminosos habituais, vagabundos, imbecis, indivíduos, mal dotados, não melhora com a mudança de ambiente (LUNDBORG, 1930, grifo meu)

Essa insistência em catalogar a população do espaço colonial numa escala de fundo moral é um dos mecanismos fundamentais de designação de um povo por vir para uma nação em processo civilizacional. Ao situar os não brancos numa escala moral, o “povo” inapto para a nação é disposto para um processo de ortopedia. A imensa discussão sobre os mecanismos para se sanear a nação e limpar os traços degenerativos do “povo” define, no cerne da nação, a relação entre quem é o colonizador e quem é colonizado como uma relação pedagógica. Objetificando os não brancos como um povo em processo de humanização, se engendra um devir para a nação como um processo de passagem do não-civilizado ao civilizado. Sob essa dinâmica, o estereótipo é a afirmação daquilo que é anormal e que por sua natureza precisa ser eliminado para o bem maior da nação. É preciso causar sofrimento para se extirpar o elemento degenerativo. Pelo discurso higienista se edifica o modo errante do mestiço, um argumento que baliza o caráter desejável da raça civilizada e a urgência da depuração racial. Em que pese a aparente processualidade e flexibilidade das categorias da mestiçagem, na situação colonial, como Fanon (2008) o demonstrou, o olhar ortopédico fixa as identidades de colonizador e colonizado e os estereótipos justificam o *branco como o senhor esperado*.

Em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco, na medida em que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco, “que sou uma besta fera, que meu povo e eu somos um esterco ambulante, repugnantemente fornecedor de cana macia e de algodão sedoso, que não tenho nada a fazer no mundo. Então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade (FANON, 2008: 94).

Mesmo que inspirado em modelos científicos europeus, esses cientistas produziam o racismo científico adaptado à realidade brasileira. Um argumento racial irá conformar o contexto social do país, justificando a necessidade de impor uma diferença que constringe e condena. As ciências naturais estavam implicadas diretamente no racismo científico, a antropologia tratava de explicar através de

componentes biológicos a deformidade da espécie, aliando-se a um estudo criminológico, que relacionava raça, loucura e pobreza.

Afonso Henrique de Lima Barreto, escritor e poeta carioca, teve sua história, corpo e palavras marcadas por esses experimentos de racialização da loucura entre os anos de 1910 e início da década de 1920. Sua história levanta pistas sobre as soluções médicas engendradas para dar cabo do “terceiro tipo de gente”, marcada pela inviabilidade social, corrompida em sua carne e em sua moralidade, declarada impermeável à reabilitação e imprópria à viabilidade do país. Para o contexto da época, sua pele escura contrastava com suas habilidades literárias e inteligência perspicaz. Dependente do consumo de álcool, que ele mesmo afirmou em seu *Diário de Hospício*, postumamente publicado, foi diagnosticado com epilepsia tóxica. Indignava-se por estar submetido à internação psiquiátrica, em um lugar onde era depositado o tipo de gente considerada desprezível, em condições miseráveis e violentas, julgadas como impróprias para a vida em sociedade, e definia como “[...] a loucura, a degradação humana, o horror desse espetáculo” (LIMA BARRETO, 1993, p.84). Lima Barreto questionava o controle do Estado sobre o corpo, o alienamento de si, o caráter de desumanidade imposto. Mais do que as instalações precárias do hospício, o seu descontentamento também era sobre o poder coercitivo da polícia sobre sua vida. Indagava ainda a superioridade imposta da medicina, quando escreveu sobre um dos médicos que o atendia: “Ele me parece desses médicos brasileiros imbuídos de um ar de certeza de sua arte, desdenhando inteiramente toda a outra atividade intelectual que não a sua e pouco capaz de examinar o fato por si” (1993, p.24). Lima Barreto escrevia para não enlouquecer. O hospício D. Pedro II no qual ficou internado transformar-se-ia num *cemitério de viventes*, aonde se deixava morrer. Que destino estaria reservado àquelas pessoas? A doença revestia-se de uma cor, tinha um rosto.

A recém-promulgada República brasileira do início do século XX possuía uma grande população miscigenada, em grande parte saída de um sistema escravista, que vistos como inferiores não se encaixavam no projeto de nação em formação. Ainda que “livres”, eram desassistidos pelo Estado, entregues às moléstias que assolavam o país. As populações tradicionais e interioranas sofriam com a falta de acesso aos recursos de saúde, e nos centros urbanos aglomeravam-se populações

e o risco de doenças como a febre amarela, verminoses, peste, tuberculose, assombrava o terror de epidemias. Sanear o país era uma condição essencial para a corrida civilizacional, e passa a estampar campanhas estatais:

Figura 12 - “Sanear o Brazil”, o maior problema!



Foto: Reprodução de ilustração da campanha Pró-Saneamento do País, publicada no Jornal A Província (1919). Acervo da Biblioteca Nacional.

Os médicos brasileiros passaram a ser representados como guardiães e salvadores desse grande Brasil doente, como mostra figura 12, “Sanear o Brazil, o grande problema!”, estampava a ilustração publicada no Jornal A Província, de Pernambuco, no ano de 1919. Nesta, o nordestino é representado por um corpo esquelético sentado, cadavérico, acometido por doenças, atacado por um mosquito da mesma dimensão do seu crânio, como a designar sua passividade diante das doenças parasitárias. Sustenta seu corpo sentado sob uma superfície delimitada, com fronteiras bem definidas, estampada com o nome do Estado de Pernambuco.

Apático, observa quatro médicos brancos que se aproximam sem, no entanto, integrar a mesma superfície do corpo esquelético. Permanecem externos, vestidos

com seus jalecos e acompanhados de seus instrumentos medicinais. Destaca-se o código gestual da mão direita do primeiro médico. Como nas pinturas sacro-romanas, atribuídas às liturgias católicas, a mão erguida do médico apresenta o dedo indicador em riste, com o polegar tocando o dedo médio, representando sinal de discurso, ensinamento, reforçando a educação como instrumento de saneamento. É possível perceber também a proeminência corporal do primeiro médico, em referência à farta alimentação, contrastando com o corpo cadavérico do paciente nordestino.

O saneamento e a eugenia passam a ser mobilizados como vetores de civilização. Os médicos sanitaristas brasileiros parecem encontrar nos trabalhos dos eugenistas a possibilidade da formação de uma raça civilizada no país em que vivem, onde nasceram, garantindo para si, nesse esforço, papel quase messiânico. Os problemas sociais são percebidos pelos sanitaristas como provas dessa degeneração, desligando-os do contexto colonial-racista em que foram gerados. O isolamento, a pobreza, a carência de saúde e educação estariam relacionadas aos modos de vida que prejudicavam o desenvolvimento do bem estar humano e progresso do país. É importante observar que mais do que atribuírem essas condições ao tipo irreformável de gente, o racismo científico tratou de aportar justificativas para que nenhum centavo de dinheiro público fosse dispendido no melhoramento dessas condições, já que não fariam diferença. Tratar-se-ia, assim, no limite, de impedir que essa camada da população prejudicasse o bom desenvolvimento das saudáveis, intrinsecamente humanas ou reformáveis.

É importante, assim, afirmar como constitutiva a permeabilidade das ideias eugenistas com relação aos preceitos sanitaristas para a regeneração da nacionalidade no Brasil (SOUZA, 2008). Como afirmou o médico eugenista Olegário de Moura, “sanear é eugenizar, durante conferência realizada na Sociedade Eugênica de São Paulo, nas primeiras décadas da república”:

Eis a grande bandeira desfraldada aos ventos...O símbolo da nossa nacionalidade é representada pelas palavras “Ordem e Progresso”. Saneamento-Eugenia é Ordem e Progresso. E, afirmamos com convicção econsciência inabaláveis que só a Eugenia e o Saneamento serão os únicos fatores capazes de consolidar definitivamente o emblema do nosso pavilhão: Ordem e Progresso, símbolo... da nossa soberania no

modo. Eugenia é Ordem e Progresso. Saneamento é Ordem e Progresso (MOURA apud SOUZA, 2008, p. 156).

Não há como estabelecer que as campanhas de eugenia e saneamento foram obras isoladas de médicos, embora a narrativa histórica dê protagonismo e centralidade aos médicos e sanitaristas, conforme ressalta Hochman e Armus (2004). Entretanto, essas ações decorrem de um grande projeto nacional, financiado, acolhido e propagado pelo Estado brasileiro. No Congresso Universal das Raças em 1911, Lacerda figurou como representante do Presidente da República, apresentando um projeto de redução étnica para a população mestiça do Brasil, décadas depois a prática social da eugenia era incluída na Carta Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, em seu artigo 138:

Art. 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
  - b) estimular a educação eugênica;
  - c) amparar a maternidade e a infância;
  - d) socorrer as famílias de prole numerosa;
  - e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
  - f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;
  - g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos social.
- (BRASIL, 1934).

Missões civilizatórias e de higienização foram encampadas, respaldadas nos ideais consolidados pelas doutrinas do racismo científico, na afirmação de que há um modo superior de ser e estar no mundo, tratando a diferença como anomalia, descaixe da normalidade. Uma imperfeição que passa a ser corporificada para ser submetida a controle e exame. Políticas públicas de modernização sanitária que envolviam a atuação de médicos, mas também das oligarquias hegemônicas e atuação direta do Estado Nacional, como acentua Santos (2004, p. 251) "A história da reforma sanitária brasileira, ao menos em seu período de formação, é tema típico de conquistas "pelo alto", em que estão em jogo percepções e valores de intelectuais, camadas médias e altas e a participação direta do Estado Nacional". Diwan (2020) nos provoca que, passada décadas da história da eugenia no Brasil, a conta dessa *ciência* foi levada ao esquecimento. A figura de Renato Kehl é mobilizada como um ator isolado na sua propagação. Aqui, não cabe absolvição a

essa espúria figura, mas inquietarmos na reflexão da operacionalização de uma *ciência* que determinava a superioridade racial e a eliminação dos considerados doentes e indomáveis. Decerto, não era um trabalho de um só homem, havia uma rede de poderes e investimentos que possibilitou o alcance dos ideais eugênicos no Brasil, em estabelecer novas tecnologias do racismo pós-abolição. Novos cativeiros.

Retorno, insistentemente, à pergunta: o que fazer com toda essa gente a contaminar ainda os graus de civilização? Não sendo possível eliminá-los em absoluto era preciso controlá-los, saneá-los. É essa categoria de reforma e controle, de domesticação e higiene, de construção de um caráter desejável para os incivilizados, que vai chamar atenção do Comandante Frederico Villar, em sua missão de *instruir e sanear* populações pesqueiras no litoral brasileiro. Partindo de suas diferentes teses, Lacerda, Kehl e Vilar carregarão um pressuposto comum, **o aperfeiçoamento da nacionalidade através de um modo superior de ser e estar no mundo**. Vilar apresentava este *telos* convergente, mas agora sob outro *modus operandi*.

### 2.3 A CAMPANHA SALVADORA CONTRA “A RUÍNA DA RAÇA”: O PROCESSO DE INCUBAÇÃO DA MISSÃO CIVILIZATÓRIA

Havemos de tocar nesta mesma tecla até que a música se torne um verdadeiro pesadelo para os nossos diretores políticos, até que eles, para se verem livres de nós, e já importunados, nos olhem com atenção! Não lhes pedimos nada mais do que um olhar! (VILLAR, 1911).

As palavras acima, destacadas da obra publicada em 1911, *Pelas Indústrias da Pesca no Brasil*, traduziam o intento de Frederico Villar ao redigir seu estudo técnico, e ao mesmo tempo, apaixonado. Técnico porque reunia elementos detalhados do funcionamento dos equipamentos modernos de pesca, legislações específicas, padrões de organização das escolas de pesca e de seus pescadores, em especial, de crianças. Apaixonado pois demonstrava, sem receio algum, a sua admiração pela civilização europeia, por seus costumes e modos de organizar a vida em sociedade, pela França e sua grande proeza de guiar o mundo civilizado. Mas também era um lamento às condições de abandono em que se encontrava o setor pesqueiro no país, diante de tamanha grandiosidade da extensão litorânea brasileira e de seus

riquíssimos recursos naturais, entregues a uma população miserável de pescadores que careciam de participar também da glória da civilização.

Antes de iniciar sua cruzada militar, Villar necessitava convencer o Estado brasileiro a instruir e sanear essas populações pesqueiras e financiar sua missão. Como Capitão-tenente já era uma figura respeitada no meio político e militar. Além de ser reconhecido como hábil escritor era também influente nas organizações militares, participando da fundação da Liga Brasileira Marítima, em 1907.

A Liga tem um papel importante no *processo de incubação* da missão, e denomino assim este trânsito precedente à criação das colônias, em analogia a um organismo, por se tratar de um movimento de incubar uma ideia, para sua posterior manifestação. Uma estratégia bem elaborada para impor o objetivo colonizador. O historiador Bentes Filho (2018), resgatou como se deu o funcionamento da Liga Marítima Brasileira no início do século XX. Ela nasceu com o objetivo de discutir questões ligadas ao mundo marítimo, como a formação de indústrias de pesca, e tinha o desejo de atrair a atenção de grandes capitalistas e dirigentes oficiais para o investimento e promoção do setor pesqueiro. Acreditava que os pescadores poderiam ser instruídos e adestrados nos processos modernos de pesca. Villar compunha a diretoria da Liga, além de escrever para o periódico da organização, a *Revista da Liga Marítima brasileira*. Como 2º Secretário tinha a função de promover os ideais da organização, realizando conferências para conseguir apoio da sociedade civil e cooptar novos membros que pudessem colaborar com as premissas da Liga. Não eram quaisquer pessoas que poderiam candidatar-se a compor o quadro de associados, que se restringia a cidadãos de boas famílias, provenientes de prestígio social. As palestras de Villar ganhavam notoriedade na imprensa brasileira e chamavam atenção da elite empresarial. Possibilitou que o então Capitão-tenente circulasse pelas capitais, especialmente no nordeste brasileiro, onde se dedicou a tal campanha de propaganda da Liga durante um ano.

A imprensa procurava retratar as conferências de Villar como resultado do envolvimento de todas as classes sociais, numa perspectiva nacionalista de comunhão e união dos povos em prol de uma causa maior: o desenvolvimento da força naval e também o da nação. Entretanto, os locais escolhidos para a realização dessas conferências, como os teatros e as

sedes dos poderes locais, por si só já limitavam à participação de alguns setores da sociedade (BENTES FILHO, 2018, p 62).

A serviço da Liga, Villar fez viagens para o exterior a fim de realizar estudos sobre processos de pesca modernos que pudessem ser adaptados pelo governo brasileiro e fomentassem o interesse de empresários investirem nas técnicas modernas. As viagens foram realizadas entre os anos de 1909 e 1910 para países do continente europeu, como França, Itália, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, além do Japão e Estados Unidos. Os resultados dessa expedição foram registrados na obra *Pelas Indústrias de Pesca do Brasil*, publicada em 1911, na França e no Brasil, que além de reunir os registros do seu estudo, incorporava também publicações de sua autoria nas colunas dos jornais *A Província de Pernambuco* e *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro*, sobre a campanha de modernização da pesca, da construção de uma indústria de pesca nacional que pudesse elevar o Brasil ao progresso.

Havia uma dificuldade no caminho, as populações pesqueiras. Estes viventes dos mares e dos rios estavam tanto com o controle dos territórios pesqueiros como dos recursos naturais. Nas primeiras páginas da obra o autor já decreta: “fato vergonhoso do abandono das nossas riquezas marinhas à ignorância e à rotina dos nossos infelizes e míseros pescadores e na indiferença dos Poderes Públicos nacionais” (VILLAR, 1911, p.XII). Além dos empresários brasileiros, esta obra tinha um leitor certo a ser conquistado, o governo do presidente Marechal Hermes da Fonseca, na figura do Ministro da Agricultura. Villar faz uma carta aberta, em tom de desabafo, chamando o Ministro para o seu patriotismo com a finalidade de abraçar a proposta da criação de dispositivos legais que favorecessem a instalação das indústrias de pesca brasileira. Mas o que fazer com a gente do mar que já vivia da pesca? Villar desafia o representante ministerial a procurar nas listas das Capitânicas dos Portos se encontraria um só barco de pesca. O que tinha no Brasil eram barcos primitivos “tripulados por míseros analfabetos, incapazes das mais simples concepção de pesca moderna (1911, p.4)”. Era necessário educá-los através de Escolas de Pesca. Não somente instruí-los, mas saneá-los de sua ignorância que lhe vilipendiava a moral e o corpo. O benefício era duplo, “retornar-lhes à comunhão nacional, fazendo-os instruir e participar do vertiginoso progresso de nossa Pátria” (VILLAR, 1911, p.5) além de proporcionar a honradez para os “míseros” pescadores

(o autor insiste nessa característica exaustivamente) que poderão encontrar trabalho promissor nas novas indústrias. Eis um dos *modus operandi* do colonialismo capitalista, produzir ativamente vazios.

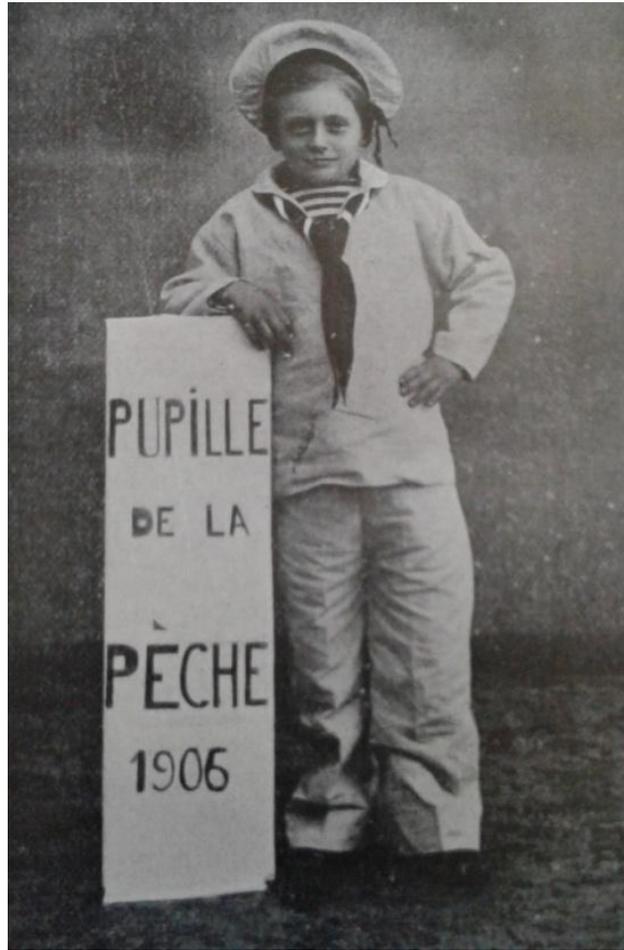
Ele faz seu apelo exaltando a experiência dos “países cultos” que visitara, incluindo a Alemanha, que possuía quarenta e nove Escolas de Pesca, e a Itália que já tinha avançado para uma específica, *Scuola di Magistero per la Pesca e per l’Acquicoltura*, em Roma, para a formação de professores. O Capitão-tenente, entusiasmado em sua narrativa, confessa que poderia ser criada no Brasil uma *Sociedade de encorajamento e de estudos da pesca*, que fosse dirigida por pessoas interessadas no investimento das indústrias, com professores contratados da Europa de centros industriais adiantados, para toda a boa gente interessada.

Seu fascínio pela Europa é manifestadamente presente na narrativa. Ele elege a França como o berço da civilização moderna, que concedeu ao mundo a possibilidade de aprender com a qualidade superior de seus usos e costumes. É no ideal francês que vai inspirar-se a trazer as colônias de pesca que seriam instaladas posteriormente no Brasil. Villar encontra lá o seu modelo de raça civilizada.

Ela [a França] imagina, ela vence as primeiras dificuldades materiais e deixa depois à Inglaterra e à Alemanha a glória de cultivar, desenvolver e melhorar o que o gênio privilegiado do francês concebera e que deixou escapar. Aproveitamos nós também um pouco dessa semente bendita germinada no cérebro fecundo da grande Mãe Intelectual (VILLAR, 1911, p.42).

A ideia é instalada. Ele fixa a superioridade de um modo superior de ser e estar no mundo. O tipo europeu reunia tais atributos civilizatórios. Como já vimos em Mbembe (2014), a noção de civilização é una e vai direcionar um modelo capaz de guiar a humanidade. Mais do que isso, essa concepção vai utilizar os costumes para fins de segregação. A justificativa colonial vai eleger formas de saber específicas e uma experiência de mundo comum a todos, uma conversão para civilização. Essa unidade já nasce corrompida, pois ela exclui, segrega, aniquila qualquer outra forma desencaixada desse modelo. Ela vai autorizar explorações e desigualdades subsequentes para atender a uma *modernidade prometida*.

Figura 13 - “O primeiro entre os melhores”



Registro de Imagem: Cyrino (2019). Fotografia de Villar (1911). Acervo pessoal.

Para ilustrar a necessidade de adiestramento das populações pesqueiras brasileiras, Villar apresenta a figura de uma criança belga, vestida com os uniformes militares que lhe sobram, não ajustados a seu corpo, ostentado com feição alegre o título de ser o primeiro entre os melhores, de aluno da pesca do ano de 1906. Frederico Villar visitou a *Ecole des Pupilles de la Pêche* e narrou com euforia a experiência que observou durante sua estadia. Enfatizou que as autoridades reais belgas visitavam constantemente as Escolas de Pesca, representando uma lição de civismo a inspirar o Brasil. Afirmara que essas organizações não dispensavam grandes despesas públicas ao país, subsidiando-se com os recursos de sua própria produção pesqueira. Eram destinadas às crianças e adolescentes, órfãs, de seis a quatorze anos, recolhidas a um antigo navio transformado em navio-escola, aonde aprendiam o ofício de sua futura profissão, antes de tomarem as embarcações à vela e posteriormente a vapor. Os infantes eram instruídos sobre valores morais e

aprendiam atividades complementares à profissão. A produção era comercializada e os rendimentos retornavam para manutenção da Escola e parte para o governo da Bélgica. Quando completavam maioria recebiam seu pecúlio e inseriam-se como pescadores nos próprios navios escolas ou em empresas particulares de pesca (VILLAR, 1911). O Capitão Frederico Villar não escondeu o seu desejo de trazer este modelo para o Brasil e foi agraciado posteriormente com um telegrama em nome da realeza belga, Rei Alberto, agradecendo que a experiência em seu país fora satisfatória para sua expedição.

Figura 14 - “De órfão infeliz a industrial venturoso”



Registro de Imagem: Cyrino (2019). Fotografia de Villar (1911). Acervo pessoal.

As Figuras 13 e 14, registradas na obra de Villar (1911), refletem o caráter tutelar que era exercido nas referidas escolas de pesca europeia. A primeira apresenta os alunos dispostos ordenadamente durante uma aula sobre conteúdos educacionais, comum às séries iniciais escolares, observados por professores militares. Na legenda, Villar destaca a transformação daqueles pequenos infelizes órfãos nos venturosos industriais que se tornariam. Na Figura 15, abaixo, vestidos com uniformes da marinha, as crianças aprendiam sobre elementos específicos do setor

pesqueiro, como aparelhagens dos barcos de pesca. O registro é acompanhado da citação do então Rei da Bélgica, em que anunciava a promessa de estabelecer um regime paternal no navio-escola.

Figura 15 - Um amparo paternal



Registro de Imagem: Cyrino (2019). Fotografia de Villar (1911). Acervo pessoal.

O tom paternalista como estratégia de disciplinamento, marcado pelo Rei Alberto, impressiona Frederico Villar. Lança-se um sinal de que pela via da *instrução* seria possível compor uma campanha que receberia adoção do governo brasileiro e das populações a serem colonizadas. Uma missão que viesse a transformar da miserabilidade para a modernidade e conhecimento e, conseqüentemente, firmasse os interesses da expansão e controle industrial no país, sob regime paternal.

Esse esforço de Villar em estabelecer bases sólidas para sua *Missão* é uma característica do colonialista. Memmi (1977) afirma que no drama colonial é preciso justificar e manter o lugar e destino do colonizado. Na infância, o racismo colonial

encontraria espaço hábil para sua operacionalização através de exercícios de condutas e reflexos adquiridos valorizados pela educação, “tão espontaneamente incorporado aos gestos, às palavras, mesmo as mais banais, que parece constituir uma das mais sólidas estruturas de personalidade colonialista (1977, p.69)”. Impressionado com a organização da pesca nos países visitados, Villar reuniu as informações necessárias para compor uma propaganda do êxito estrangeiro no fomento às indústrias de pesca, inclusive, econômica e política. Afirmara que as escolas de pesca rendiam ao governo francês lucros exorbitantes, e que se estimou em 1909 o valor de 92 milhões para 87.000 pescadores, além do controle das Capitânicas dos Portos, que exerciam autoridade sobre os pescadores, não podendo pescar nos rios franceses quando se queria. Promovendo premiações e incentivos fiscais de redução de impostos, aquisição de equipamentos modernos, tudo para proteger a indústria nacional pesqueira. Apresentava, em sua íntegra, leis de pesca estrangeira que fomentavam a modernização do setor e que poderiam ser aplicadas pelo legislativo brasileiro.

A Marinha brasileira já havia encontrado resistência em cadastrar os pescadores nas capitânicas dos Portos, no final do século XIX (BENTES FILHO, 2018). A naturalização dessa proposta paternalista retirar-lhe-ia o caráter de dominação e usurpação da vida dessas populações, travestido de cuidado e proteção, além de proporcionar aos pescadores, já adultos, a inserção nos benefícios do progresso.

Os que cursassem uma Escola de Pesca teriam imediatamente ocupação e fortuna nas inumerosíssimas indústrias da pesca. Estas só precisariam de homens que sejam capazes de tirar dos engenhos modernos todo o proveito que eles asseguram e de conservar peixe para consumo local e para exportação. Capitais? Capitães! Não de sobrar logo que a primeira empresa de pesca devidamente organizada mostrar os seus formidáveis rendimentos (VILLAR, 1911)

Essa *modernidade prometida* havia de ter condições. Para o alcance de tão exitosos resultados seria necessário o abandono de suas práticas primitivas. Como indústria de pesca, a Marinha brasileira compreendia uma realidade que se distinguia por completo dos modos de vida considerados tradicionais. Tais elementos eram não somente diferentes, como incapazes de compartilharem a mesma existência, de tal modo que aqueles diversos da modernidade apresentar-se-iam como obstáculos.

Encontro nos trabalhos de Miglievich-Ribeiro (2018) e Marques (2017) a análise de como essa forma dicotômica de nós x eles, moderno x tradicional, civilizado x não civilizado, reduzem a realidade do outro a uma imagem previamente construída, potencialmente exógena, deficiente, que precisa ser corrigida. As duas sociólogas veem como Edward Said, através da obra o *Orientalismo*, desconstrói a fantasia desse amparo colonial que vê na figura do colonizado um ser necessitado de uma humanidade que, se existente, ainda não é completa. Said (1990) traz à crítica a concepção de Oriente construída pelo Ocidente, aonde seus valores foram estrategicamente elaborados como parte de um projeto hegemônico de dominação, fixando a alteridade, como expectadores condenados às suas diferenças. O estudo de Said apresenta elementos esclarecedores para esta análise, ao revelar o caráter didático, disciplinador e de conversão do colonizador para o colonizado, em algo que o colonizador atribuía como melhor para o colonizado.

Mas o orientalista impõe-se como tarefa estar sempre convertendo o Oriente de alguma coisa para outra diferente: ele faz isso por ele mesmo, pela sua cultura e, em alguns casos, pelo que ele acredita ser bom para o oriental. A conversão é um processo disciplinado: é ensinado, tem sociedades, periódicos, tradições, vocabulário e retórica, tudo isso conectado, basicamente, às normas culturais e políticas prevalecentes no Ocidente e alimentado por elas (SAID, 1990, p.77).

Nessa perspectiva, Villar encontrou terreno fértil para cultivar o processo de incubação da missão civilizatória que logo inauguraria. E a partir deste passaria a construir um imaginário sobre quem era esse pescador brasileiro e a necessidade de impor-lhe um novo modo de vida e normatizações que lhes conduziriam ao que julgava ser melhor. Determinando a inferioridade da população pesqueira no Brasil, apresentando-os como míseros analfabetos, incivilizados e afirmando que nada poderia ser aproveitado de suas vivências dedicadas ao trabalho pesqueiro.

“Então, diremos nós, os pescadores brasileiros eram uns míseros jangadeiros ignorantes e abandonados, empregando os mais primitivos processos de pesca, perdendo dias e noites no alto com risco da própria vida” (VILLAR, 1911, p. 309). Estabelece assim, um impedimento de convívio entre o moderno e sua atividade atrasada se quer reconhecendo que haja um conhecimento válido dessas práticas de trabalho. Como nas palavras do diretor da Liga Marítima Brasileira, Arthur Dias, citado por Villar como o mais nobre jornalista de refinado civismo, esse

empreendimento fazia-se necessário “justamente porque uma enorme parcela de nossa população, vivendo à orla do mar e dos rios, poderia ser instruída e adestrada nos processos modernos da exploração das pescas” (DIAS apud VILLAR, 1911, p.90).

Em retorno ao Brasil, o mundo atravessava a I Guerra Mundial, que se estendeu de 1914 a 1918, período em que o projeto de Villar fora adiado. Finda a guerra e com os temores dela advindos, revelou-se como a extensa costa brasileira estava militarmente desprotegida e como o Estado brasileiro poderia utilizar essas populações pesqueiras como sua reserva naval, transformando-as de pescadores incivilizados a marinheiros a serviço da pátria, possibilitando o fortalecimento da segurança nacional. Essa proposta de reserva naval militar transformar-se-ia posteriormente em uma grande falácia. O interesse no controle e regulação dos pescadores e de seus ofícios estaria dedicado para a construção de uma indústria de base nacional e regulação da produção e espaços pesqueiros.

Como vimos, o discurso científico no país estava centralizado em um aperfeiçoamento da nacionalidade, uma correção dos aspectos degenerativos da espécie humana. As campanhas sanitarista e eugênica ganhavam fôlego por coadunarem com o ideal de regeneração da raça humana, especialmente pelas doenças que corrompiam a população, atribuídas à falta de educação e moralidade dos pobres. Por pretender lidar diretamente com essa população de miseráveis, Villar precisaria de uma estratégia prática que convencesse o poder público de financiá-lo e da submissão dos pescadores. O grande diferencial da postura adotada pelo agora Capitão de Mar e Guerra será o tom *apostólico-correcional*.

A imagem do cientista como detentor de um saber superior e, portanto, inquestionável, vai entusiasmar Frederico Villar, que assume a Diretoria de Saneamento do Litoral. A sua Missão é aceita pela Marinha do Brasil e passa a ser condecorada como uma *Missão Científica* pela imprensa brasileira<sup>32</sup>. Villar é visto como homem da ciência, junto aos pioneiros da saúde, como os já respeitados

---

<sup>32</sup> Anexo Iv. “Pelo Saneamento do Brazil, a Campanha Salvadora”, Jornal do Recife, 1919, e Anexo V “A Missão Científica e Patriótica do Cruzador José Bonifácio”, A Província, 1919.

sanitaristas Oswaldo Cruz, Belisário Penna (que assumiu a presidência honorária da Liga Marítima Brasileira) e do eugenista Renato Kehl.

Com sobressalto pelo achado, durante as escavações dos materiais analisados deparei-me com o encontro entre Frederico Villar e Renato Kehl. Como o colonizador apostólico de tom romanceado estaria próximo do discurso mais agressivo do médico eugenista?

Primeiro é preciso contar como se deu esse encontro. Quase como desvelando o seu segredo colonial, o racismo de Villar estava desnudado de sua máscara pacificadora, tão cuidadosamente vestida ao longo da sua narrativa para absolvê-lo da sua densidade condenatória. Surpreender o colonizador era agora uma tarefa desafiadora e satisfatória. Em busca das repercussões da recepção da Missão no Brasil, já ciente de que Villar era considerado um bom orador e participara de conferências divulgando a Liga Marítima Brasileira e de sua vultuosa habilidade com a escrita, fui em busca de matérias jornalísticas que pudessem testificar tais feitos. Na obra de 1911, ele já anunciava para quais jornais escrevia e que colaboravam com sua propaganda pró-modernização, em especial, o *Jornal do Recife e A Província, Órgão do partido liberal de Pernambuco*. Em consulta ao acervo eletrônico da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, uma fonte já recorrente de pesquisa deste trabalho, a mesma em que encontrei os Boletins de Eugenia publicados por Renato Kehl, tive acesso a conteúdos na íntegra das publicações destes dois jornais, desde o final do século XIX até meados do século XX. Nos campos de busca, acionei o nome da Missão do Cruzador José Bonifácio no ano de seu início, resultando em matérias de capa, em outubro de 1919, que davam ênfase à missão civilizatória.

Já sabemos que Villar realizava suas conferências para plateias seletas, compostas por intelectuais, políticos, empresários, e aqueles da nobre sociedade interessados no desenvolvimento do país. Villar passaria dias no estado de Pernambuco, e seus discursos foram acompanhados pelo *Jornal do Recife e A Província*, anunciando a Missão como a Campanha Salvadora, reconhecendo o Brasil como um grande hospital, considerando a massiva população de miseráveis e doentes que se

estendiam no litoral brasileiro. A empreitada militar é recebida como uma reação para o saneamento do país.

A primeira pista encontrada durante a escavação deu-se no início de novembro de 2019, no *Jornal do Recife*, datado de 25 de outubro de 1919, curiosamente recém-completos cem anos da sua publicação. A manchete “Pelo saneamento do Brazil”, seguido de letras maiores em negrito “nosso maior problema” estampava a capa do jornal. A matéria do *Jornal do Recife* exaltava que Frederico Villar, de maneira sedutora e erudita, apresentou o que seria a missão do Cruzador José Bonifácio, oportunidade em que apresentou livros, fotografias e estatísticas que respaldavam o valor da sua empreitada. O *Jornal* referia-se ao Comandante como um dos mais distintos marinheiros do Brasil, um perfeito *gentleman*, possuindo a chama sagrada do amor à pátria. Estava assim “transformado de digno oficial da armada para apóstolo convencido e convincente da Liga Pró-saneamento do Brasil” (JORNAL DO RECIFE, 1919, p.1).

E são as palavras desta Liga que, destacadas em um quadro, traziam o questionamento: “E desde que conheça o povo a causa da preguiça e da miséria em que vive, quererá ainda fazer papel de carniça? Porque afinal **o opilado não é mais que uma carniça ambulante**, comida pelos *ankilostomos*, de dentro para fora” (JORNAL DO RECIFE, 1919, p.1, grifo meu).

Importa notar que, na mesma publicação em que a nota apresenta o trecho da Liga, em que se refere à condição de preguiça da população miserável, Villar vai contradizer essa característica, “Quando se fala da nossa preguiça e se diz que o nosso trabalhador é indolente pratica-se mais triste das injustiças. Nada disso. O que nós temos é gente enferma” (VILLAR, 1919, p.1)”, fazendo referência à lição de Oswaldo Cruz, iniciador da campanha sanitária no Brasil. O Comandante da *Missão* vai enfatizar que, por mais incrível que pareça, dos seus cento e sessenta marinheiros a bordo do Cruzador José Bonifácio, apenas dois ficaram a salvo das verminoses, das quais ele vai salientar estarem proliferadas nas comunidades pesqueiras.

Ora! Iluminando-se diante da verdade, do saneamento e da instrução, convidados à pátria e ao banquete da modernidade e civilidade, essas populações iriam querer permanecer nesse estado de miserabilidade, distantes e marginalizados da pátria? Era anunciada uma modernidade para todos, e o dever do Estado, num país de doentes e analfabetos, era o saneamento físico, moral e intelectual de sua população, nas palavras de Belisário Penna, que acompanhavam também em destaque, o trecho da Liga.

Belisário Penna foi a segunda pista que me indicou a estreita relação de Villar com o eugenismo. Sendo fundador da Liga pró-saneamento, da qual o Comandante militar fazia parte, Villar demonstrava admiração por Penna, citando-o na matéria junto a Oswaldo Cruz, como pioneiros da campanha sanitária do Brasil. Penna, era fundador da *Liga Pró saneamento*, da qual o Capitão fazia parte, Presidente honorário da Liga Marítima Brasileira e, aprofundando-me na pesquisa sobre esse personagem, descobri que era também Presidente honorário da primeira Associação de Eugenia no Brasil, que possuía Renato Kehl como Secretário-Geral, seu também admirador que ajudou a fundar a organização.

A Liga Pró-saneamento acreditava que eugenia e saneamento caminhavam de mãos dadas! A justificativa para a população doente e que adoecia por sua miserabilidade moral! Viam na eugenia a formação de uma "raça nacional" (SOUZA, 2008). Percebia-me encurralando o colonizador, confrontando-o com seu próprio discurso, já não lhe restavam mais saídas para seu disfarce apostólico.

E foi na matéria de 25 de outubro de 1919, no jornal *A Província* que se deu tal encontro das ideias de Kehl, médico expressamente racista, sem qualquer pudor de suas declarações, patriota e honroso defensor da eugenia no Brasil, com a figura do apóstolo civilizador Frederico Villar. A manchete declarava: "*A missão científica do cruzador José Bonifácio: sanear O Brasil, nosso maior problema*", reproduzia uma conferência de Villar, em que este assume tom mais agressivo e indignado da ignorância dos miseráveis, como um desabafo que já não podia ser contido, atribuindo a doença à falta de moralidade e educação, fazendo referência direta ao trabalho do médico Renato Kehl, no saneamento para evitar a ruína da raça.

“E o sol da Verdade radioso iluminou por toda parte esse quadro horrível, essa visão dantesca: O Brazil é um grande Hospital – cheio de moribundos – uma raça de cerca de 30 milhões de criaturas, nos estertores da ruína física – abandonados à ignorância e ao desamparo, sem nada – **uma “Tapera”<sup>33</sup> de desgraçados**, na mais ampla acepção dessa palavra!

Começamos a ver, espavoridos, que somos um povo infeliz, - o mais infeliz da terra, porque não temos saúde e arrastaremos o futuro da nossa pátria para as mais tristes amarguras, **se não reagimos – e ainda é tempo, embora pouco tempo nos reste para salvar o Brazil – contra o estado dessas cousas!**

Sanear o Brazil, diz Belisário Penna, é povoá-lo, é enriquecê-lo, é moralizá-lo.

Vivemos **“vegetando na mais completa inconsciência, alheios e indiferentes ao estado de depauperamento que oprime nosso povo, minando-lhes as energias da raça”**, diz o Dr. Renato Kehl! 98% dos meus comandados são verminosos!

Hoje o nosso problema máximo é sanear o Brasil Sem o homem sadio e forte nada existe – nem lavouras e nem indústria, nem comércio!

**E a ruína da raça, é a ruína da pátria!**

(VILLAR, 1919, p. 1, grifo meu).

Encarava o colonizador sem disfarces diante de mim. Era conflitante ver suas palavras mais ácidas, embora recorrentemente chamasse os pescadores de miseráveis, ele acrescentava sempre palavras piedosas, como um pai que tende a corrigir os filhos. Agora, enxergá-lo sem verniz possibilitava-me renomear seu *projeto colonial apostólico* como um experimento do racismo científico. Entretanto, percebi que o contexto social que o rodeava não era o ponto de partida da missão, mas *um lugar de emanção de novos acontecimentos* (STENGERS, 2012). Ele alimentar-se-ia dos ideais eugenistas e sanitaristas para a invenção da sua missão civilizatória como uma campanha salvadora destes domesticáveis. A dominação sempre envolve a objetificação do dominado, a aniquilação de sua humanidade (COLLINS, 2016) a separação de si mesmo, a atribuição de um valor diferente na normalidade que venha causar repulsa à sociedade e vergonha a quem o detém. Esse tom moralizador e patriota assumido por Villar aproxima-se dos ideais do eugenismo, proposto por Kehl – a prática social da eugenia que eleva a educação a caráter civilizador e articula saneamento, higiene, legislação, como instrumentos

---

<sup>33</sup> De etimologia tupi, tapera, significa aldeia velha, casa ou propriedade rural abandonada, geralmente em ruínas e tomada pelo mato, por extensão é entendido como qualquer local destruído ou de péssima aparência.

para a ação eugênica de aperfeiçoamento humano, bem como o chamado ao valor patriota. Como afirma Mbembe (2014), a empresa colonial passa a justificar-se como “obra fundamentalmente civilizadora e humanitária, cuja violência, seu colorário era apenas moral”.

O **telos** que liga a missão civilizatória de Villar ao racismo científico de Lacerda e Kehl se dá na premissa de impor um pressuposto modo superior de ser e estar no mundo, tendo como pressupostos convergentes o aperfeiçoamento da nacionalidade, a eleição de uma raça civilizada (branca e européia), o caráter domesticável e transitório dos mestiços através de reforma social, a marcação do estereótipo inferiorizado. Em contrapartida, Villar assume **outro modus operandi**, ou seja, uma operacionalização diversa desses médicos. Como vimos anteriormente, enquanto Lacerda preocupa-se com a limpeza étnica através da redução do elemento negro pela miscigenação e Kehl dedica-se à preservação da espécie branca, restrição do cruzamento racial, formação de uma elite eugênica e reforma social, o Comandante da Missão José Bonifácio vai levantar o estandarte do saneamento e instrução através de práticas disciplinatórias, conduzidas de forma paternalista, apostólica e correcional, para conter a ruína, a degeneração dos valores morais, de higiene e civilidade, que poderiam contaminar até mesmo os sadios. Em sua recente expedição aos países que julgara cultos, Villar já havia eleito quais seriam os elementos para a conversão, e em seu discurso ele cria um imaginário de uma população que é doente por sua condição moral de inferioridade e da falta da modernidade a conduzir suas vidas. Corpos dóceis que precisam de um guia para lhes direcionar o caminho.

Villar não considerava a missão política e nem a si próprio um político, e afirmava com orgulho não ter tal pertencimento, justificando assim, “não ter conveniências encobertas que nos impeçam de dizer tudo quando sentir o nosso coração”. É fato que o Comandante tinha insatisfações com autoridades políticas brasileiras e por vezes até do alto comando militar, sendo preso, por duas vezes, por insubordinação, devido aos seus comentários ligados a figuras do governo e patentes superiores da Marinha (BENTES FILHO, 2018). A queixa pelo estado de abandono da indústria da pesca é enfatizada diversas vezes por Villar, culpando o governo brasileiro de entregar as riquezas brasileiras tanto à ignorância dos pescadores quanto a

exploração de comércios estrangeiros, que por vezes, ludibriavam e dominavam os pescadores para seu serviço.

Retorno às páginas envelhecidas da obra *Pelas Indústrias da Pesca*. O colonizador recompõe-se, volta a acionar sua camuflagem, seu tom abrandado, mas sempre estereotipado, assume o tom paternalista e profético: as indústrias de pesca poderiam não apenas salvar essas populações pesqueiras, mas garantir-lhes a prosperidade, transformando-os de pobres em milionários.

Pobres patricinhos, o que será de vós, nesse Norte abandonado, sem agricultura, sem imigração, sem estradas de rodagem, sem meios de comunicação, sem higiene pública, sem policia – inteiramente entregue aos malfeitores – em cidades pobres, medievais, se até as mais velhas empresas de navegação morrem a míngua do mais pequeno apoio?!

Se vos dedicardes as artes, preferi as do demônio, que são as que vos podem dar algum resultado nesse amado país!

As indústrias, as únicas industrias do Brasil, capazes de fazer um pobre um milionário, sãs as industrias de pesca (VILLAR, 1911,p.188).

Assim como as campanhas eugenistas e sanitaristas no país, a Missão do Cruzador José Bonifácio estava inscrita na política, e Villar atuava como seu agente. Uma *biopolítica* (FOUCAULT, 2016), que vai determinar o governo da vida dessas populações, deixando morrer aqueles desencaixados do projeto de modernidade que, ora *prometida*, revelar-se-á na produção de desigualdade ao negar a essas populações condições plenas para sua existência. Mais do que deixar morrer é dar condições para que a morte e a segregação aconteçam, minando essas vidas. O Estado, por meio da instituição militar e da positivação da política pesqueira estabeleceu uma relação verticalizada, definindo quem deveria ser o pescador e como este deveria contribuir para o desenvolvimento do país. Evidencia-se o caráter de regulação dos modos de vida dessas populações, conforme o entendimento foucaultiano, em uma tecnologia de poder que intervém para fazer viver e na maneira de viver e no “como” da vida. Uma regulamentação da vida centrada não no controle do corpo individual, mas no poder sobre uma população, que procura controlar e modificar os eventos produzidos por essa massa, um biopoder, que faz viver e deixa morrer. E que veremos no capítulo seguinte a discussão de como esse poder é operacionalizado pela colonialidade no sistema de vida-morte, em que se tem em questão a construção de quais corpos são dignos de

viver e quais corpos são indignos, uma vida que não vale a pena ser vivida, existências rejeitadas, onde sempre há a falta, bestializadas, em que o elemento branco é alçado como branqueador da nacionalidade e defensor da aparente ameaça à humanidade.

A narrativa de como se deu a instalação das colônias através da missão foi narrada em 1945, não por mero acaso. Seu trabalho atravessou décadas, era preciso dar continuidade ao seu projeto de domesticação dessas populações e avanço no desenvolvimento das indústrias de pesca. Os valores nacionais e a conversão civilizacional através dos aspectos morais estão abraçados nos ideais do Estado Novo (1930-1945) e na figura do presidente Getúlio Vargas, no paradigma nacional-desenvolvimentista da transformação moderna tanto do país quanto da população. Na engenharia social de educação dos pobres para a civilização, de pessoas reformáveis, de aparente docilidade desses corpos ajustáveis. Mas como considerar as diversidades regionais, culturais, étnicas de toda uma população em um tipo ideal de cidadão, para atender a uma unidade de nação? Quando uma política autoritária de governo dedica à construção de uma unidade nacional - e aqui também a uma identidade nacional - para sua população, ela passa a determinar a diferença com relação a este modelo como uma anomalia, a classificar hierarquicamente quem está apto a servir à nação e o que/quem serve como entrave. Villar (1945) volta-se a escrever a história dessa população, coadunando na reconstrução da história de um “verdadeiro Brasil”, como missão do Estado Novo. Envolto nesse contexto, no capítulo seguinte, subiremos a bordo da embarcação do Cruzador José Bonifácio, retornando à narrativa contada por Villar, provocando outro olhar sobre a história romanceada, analisando as estruturas de poder que lhe conferiram suporte.

### 3. ***SURGE ET AMBULA, LEVANTE-TE E ANDA: À BORDO DO CRUZADOR MISSIONÁRIO***

O cruzador “José Bonifácio”, o “Cruzador do Bem”, na frase amável e agradecida da nossa gente praiana, com o “amor da Pátria multiplicado no coração dos marinheiros do Brasil”, chegava a Belém do Pará, exatamente no dia dos mortos e bradava para os pescadores patrícios o “surge et ambula” de Cristo a Lázaro [...].

Frederico Villar, 1945, p.33

Dia dos mortos, primavera de 1919. O navio Cruzador José Bonifácio chegava ao estado do Pará, na costa norte do país, após uma longa travessia desde a baía de Guanabara, na então capital do Brasil, cidade do Rio de Janeiro. No comando da tripulação, o Capitão de Mar e Guerra da Marinha, Frederico Villar, anunciava a missão civilizatória para as populações pesqueiras: *Surge et ambula!* Bradou o comandante ao desembarcar na capital paraense, Belém do Pará. Villar acionava, em latim, o ordenamento de Jesus Cristo ao defunto Lázaro, “Levanta-te e anda”, que na passagem bíblica jazia mais de quatro dias morto, tendo o corpo putrefato. E, após retirar-lhe a pedra do jazigo, saiu ressuscitado, com as mãos e pés atados e o rosto coberto. Assim, o Cruzador José Bonifácio personificava-se como o Messias a cumprir sua missão de levar vida àquela gente morta para a civilização. A marcha da nacionalização da pesca transformava-se numa *santa cruzada de civismo*.

Ao subir a bordo do navio, somos conduzidos pelas memórias de Frederico Villar, registradas em uma espécie de diário, que narra a expedição que criou as colônias de pesca no país, entre 1919 a 1923. Em seus escritos, encontramos o narrador em duas épocas da sua vida, como jovem e entusiasmado comandante Frederico Villar, que registrou suas memórias da expedição, na década de 1920, e como o consagrado Capitão de Mar e Guerra, na década de 1940. Esse encontro é possível devido a obra ter sido publicada em 1945, mais de vinte anos após a Missão, durante o Estado Novo, período em que as colônias de pesca já haviam sido instaladas e funcionavam como braços do Estado, na condução da pesca no Brasil e dos pescadores à modernização da atividade e dos seus modos de vida. A narrativa apresenta as memórias do período da velha república e é costurada durante a Era Vargas. Há um fio que tece muito bem essa trama, a ideia de aperfeiçoamento da nacionalidade.

Mais do que nascer brasileiro, era preciso pertencer à nação, contribuir para seu progresso e desenvolvimento. E para tanto, era necessário dispor de atributos, capacidades, fazerem-se dignos da pátria. Expedições de cientistas estrangeiros, como Artur de Gobineau, Louis Agassiz e London, no final do século XIX, já haviam condenado o Brasil ao fracasso por ter uma gente misturada que corrompia o país com seus costumes, e procriava cada vez mais, como já vimos no capítulo anterior “Sob o olhar do outro: em busca de uma raça civilizada”.

Correntes positivistas, inspiradas em Augusto Comte, na receita da ordem e progresso de uma unidade societária, animaram os intelectuais brasileiros da Primeira República, na busca da cura dessa *ferida racial* instalada no território brasileiro. Se o país estava enfermo, havia um povo doente que precisava ser curado. Ao mesmo tempo em que se movimentava uma euforia pela modernização e industrialização, agitada pelas elites econômicas, políticas e intelectuais, as campanhas sanitaristas avançavam no território nacional, lideradas pelos médicos Oswaldo Cruz, Belisário Pena, Arthur Neiva e Miguel Pereira, entre outros. Tratavam de buscar e estudar o saneamento da população entregue às endemias e miserabilidades físicas e morais. Na condição de um Brasil que havia sido *condenado pela raça*, pelos cientistas estrangeiros que nos visitaram, emergia um Brasil a ser *absolvido pela medicina*, como bem avaliaram Lima e Hochman, 1996.

O Cruzador José Bonifácio viria a cumprir, inicialmente, a premissa que foi acordada no final do século XIX, por países signatários da Convenção de Haia, em 06 de maio de 1882. Segundo Villar (1945), na Convenção ficou estabelecido que a pesca e as indústrias de pesca eram direito exclusivo de cidadãos brasileiros, restringindo que estrangeiros pudessem exercer essas atividades em águas nacionais, como também direcionamentos para a criação de estudos oceanográficos, criação de escolas técnico-profissionais de atividades marítimas e a mais severa defesa nacional, através da polícia de pesca. O comandante relata que vários países europeus já estavam em adiantado processo de nacionalização da pesca, como França, Inglaterra, Holanda, Itália, Portugal e Espanha, que haviam criado Serviços de Pesca, indústrias, escolas e colônias, das quais lhe serviram de inspiração durante os anos em que se dedicou a estudá-las antes de iniciar a Missão no território brasileiro. De fato, lamentava que o Brasil, apesar de sua vasta costa litorânea e

fluvial, tivesse sido um dos últimos países a iniciar e regulamentar a campanha de nacionalização da pesca.

Retornando das expedições estrangeiras na primeira década do século XX, como analisado no capítulo anterior, Villar encontra entraves para romper com a condição de *atraso* diante dos outros países. Em terras brasileiras, não havia ainda indústrias de pesca instaladas, nem técnicas modernizadoras de captura e produção, nem escolas de instrução. Havia gente, uma *gente miserável, analfabeta e doente*, que “até a Missão do Cruzador José Bonifácio, continuaram debandados e na miséria, sem escolas, sem saúde, sem organização, sem amparo e sem liberdade, escravizados a mandões políticos e estrangeiros audazes” (VILLAR, 1945, p.115).

A partir das próximas páginas a miserabilidade será, de fato, a palavra marcante do arquivo colonial, ora sussurrada, como quem fala com voz de doçura e compaixão por aqueles corpos convalescidos; ora em voz grave, como quem denuncia a corrupção desse tipo de gente. A indignidade ganha materialidade na narrativa: peles escurecidas, vestes sujas, odores fétidos, verminoses, endemias, costumes atrasados, alcoolismo, analfabetismo, procriação numerosa, crenças fantasiosas, docilidade e obediência.

Esta é a justificativa do empreendimento colonial, como obra libertária do jugo da miséria e da doença. A Missão do Cruzador José Bonifácio se assumiu instrumento nacionalista e científico de instrução e saneamento de populações pesqueiras no Brasil, durante os anos de 1919 a 1923, percorrendo o país, criando mais de oitocentas colônias de pesca e cadastrando mais de cem mil pescadores (VILLAR, 1945). Neste capítulo, ao escavar o arquivo colonial, estamos diante de um material que tem um único narrador acessando suas memórias, falando sobre corpos alheios, estereotipados. Não há menção a seus nomes ou suas histórias, tampouco a testemunhas dos acontecimentos e das falas dos pescadores e pescadoras que estiveram naquele convés. Voltei-me, então, ao arquivo colonial como um terreno a ser rastreado, em busca das fissuras, por vezes não aparentes na superfície do discurso. A perspectiva da arqueologia contracolonial revira o terreno antes sedimentado pela narrativa oficial, no tempo e na história.

Nesta segunda parte da escavação de artefatos coloniais, são acionadas teorias que possibilitam refletir a relação do experimento racial no projeto de modernização e, especificamente, a produção de indignidades, a recorrente tentativa de domesticação e criação de vida que não valem a pena serem vividas.

Este capítulo está dividido em três partes, a primeira seção, CORPOS INDIGNOS, apresenta, em sua abertura o relato da campanha abolicionista trazida como inspiração à Missão do Cruzador José Bonifácio. São relacionados conceitos de dignidade na concepção kantiana à luz negra de Fanon e Ajari, contestando a figura benevolente do branco como agente salvador e procurador da dignidade, que se coloca à distância da violência real produzida pelo projeto colonial.

Na seção seguinte, “O BRASIL É UM GRANDE HOSPITAL”: SANEAMENTO DA NAÇÃO, o arquivo colonial revela a ameaçadora imagem do Brasil no exterior como o do território nacional *impróprio para a existência do homem branco*, sendo dever patriótico sanear e instruir uma gente doente e incivilizada, premissa da campanha sanitária do Brasil da Primeira República. Além de breve análise sobre a história da saúde que precedeu a reforma sanitária, são discutidas a relação da doença como punição da indignidade, através do discurso colonial.

Em *RITUAL DE INICIAÇÃO: A MAGIA BRANCA E A ENCARNAÇÃO DO DIVINO*, a narrativa de Villar convida à cerimônia mítica de autorização e benção da entrada do navio Cruzador José Bonifácio às águas do Rio Amazonas. Mais do que um ritual de iniciação, de costume tradicional náutico, revela-se um cenário de encarnação do divino a certificar a *Missão* como uma obra salvadora e determinante. Retomando a discussão da dignidade, aqui ela é posta como poder hierárquico entre àqueles que a possuem, como dever missionário de elevar a condição humana dos indignos.

### 3.1 CORPOS INDIGNOS

Guardo até hoje de minha longínqua adolescência e dela me recordo sempre com os olhos úmidos de emoção, um instante de vida de meu saudoso Pai, quando por uma das madrugadas de Abril de 1888, voltava à casa, alegre como uma criança. Havia acabado de “roubar”, com outros companheiros da “Sociedade Libertadora Norte-riograndense” e feito

embarcar para Ceará – que era a terra da redenção – um dos últimos escravos que em Natal restavam presos à teimosia de senhores malvados e recalcitrantes. **Não era o primeiro, mas era o dos mais violentos episódios da campanha abolicionista que sacudiu o Norte do Brasil, luta sacrosanta pela liberdade dos negros desgraçados, que, misturando no caldo de nossa amálgama racial seu sangue tão humilde e tão rico de glóbulos de bondade**, já tantas vezes o haviam derramado nos campos das lutas para defender a integridade e a honra do Brasil. [...] A campanha de Frederico Villar e de seus companheiros do “José Bonifácio” envolvia numa mesma curva osculadora uns e outros objetivos cívicos, profundamente humanos como os da abolição, fundamentalmente patrióticos como os do sorteio militar. O nome do cruzador da nacionalização da pesca era bem uma filiação histórica ao retorno do alvorecer do Brasil, e valia como uma lição.

(Palavras de Fé. Luiz Lobo Coronel do Exército, Ministro de Guerra)

Antes de nos convidar ao convés do navio, Villar anuncia corpos cadavéricos, como quem avista ao longe, putrefatos pela distância da civilização. Era preciso *salvar, trazer vida a essa boa gente*. Havia um projeto de nação. A missão fincava a bandeira de salvação e hasteava o estandarte de levar dignidade a esses corpos e progresso à nação. Precisamos entrar na atmosfera que pairava no cenário pós-abolição do país, enquanto o navio iate começava a cruzar as águas brasileiras antes de chegar ao seu destino inicial em Belém do Pará em 1919.

O cenário da campanha abolicionista no país, no final do século XIX é rememorado e a narração emocionada de uma cena de “roubo” e libertação de um negro escravizado são as primeiras palavras que registram a obra da Missão do Cruzador José Bonifácio. É o prefácio da obra assinada pelo então Ministro de Guerra do Brasil, Coronel do Exército Luiz Lobo, em 31 de agosto de 1943, consagrando a Missão, tal como a campanha abolicionista. Essa cena, escolhida como abertura da obra, traz pontos importantes a serem analisados: a *tutela do negro*, a *benevolência da sua libertação* e a *distância real da violência colonial* que esses marcadores representam.

Como uma chancela à Missão, compará-la à campanha abolicionista seria, sem dúvida, uma honraria. Os trabalhos de Villar poderiam juntar-se aos de Joaquim Nabuco, autor da obra *Abolicionismo*, publicada em 1890, e do médico João Batista Lacerda, conferencista Internacional de *Sobre os mestiços no Brasil*, de 1911, dois célebres abolicionistas que, como já vimos no capítulo anterior, mesmo contrários ao

cativeiro escravo, construíram suas diferentes teses sustentadas nos ideais do aperfeiçoamento da espécie humana, premissas das teorias do racismo científico. Os dois estudiosos dedicaram-se a pensar o Brasil moderno, deixando de lado o sistema escravocrata, considerado violento e atrasado, para dar lugar à emergência de um novo país e à formação de uma nova sociedade. Libertar essa população escravizada era, também, libertar o país desse passado violento que o atrasava e envergonhava. Entretanto, toda essa gente antes cativa e desgraçada – despossuída de virtude e benevolência - misturava-se com a gente livre. O Brasil era cada vez mais misturado.

No entendimento de Joaquim Nabuco, as vítimas do cativeiro escravo vingaram-se do Brasil, contaminando-o com seu sangue africano. De vítimas passavam a algozes! Carregavam em seus corpos fluído tal capaz de contaminar toda uma população e gerar uma condenação violenta como a escravização. O desprezo pelo diferente era a *ordem do dia*, a *normalidade*. O racismo científico tratou de especificar quais eram os marcadores dessa diferença, dentre eles, a raça, e como a mistura racial contaminou não apenas de sangue preto a *sociedade* brasileira, entendida aqui em seu sentido singular com sendo uma entidade *única*, mas maculou também seus costumes, crenças e sentidos.

A figura benevolente do branco que salva o negro escravizado, representada pelas memórias do Coronel que vê, ainda criança, seu pai, um herói que resgata aquela pobre alma, com sangue desprovido de nobreza, mas que tem, correndo nas veias *glóbulos de bondade*, chama atenção, há algo a se aproveitar. Essa *benevolência e tutela* tão marcadas pelo prefácio foram, também, bem escolhidas pelo autor. De fato, a narrativa de Villar é de mesmo modo apresentada. Ao comparar o processo de abolição dos negros escravizados à Missão de saneamento e instrução da população miserável e doente, estrategicamente o discurso absolve o projeto colonial de escravização, aviltção e aniquilamento de vidas negras. Ora, o problema da escravidão era, assim como doença, um mal de um tipo de gente indigna, destino de um povo que não é civilizado. Justifica-se a empreitada colonial como um dever de libertar, assim como contada na abolição, a missão de agirem e limparem um povo do seu próprio mal.

É a partir desta discussão que revisitamos o conceito de *dignidade e menoridade* trazido por outro abolicionista, Immanuel Kant, à luminosidade negra de Ajari (2019), Fanon (1968) e da socióloga Ferreira da Silva (2014). Ao trazer para esta análise a filosofia kantiana, provocamos também a própria concepção de dignidade imaginada e construída que estamos analisando na época do Brasil da velha república. Kant é um dos principais filósofos europeus da era moderna, e seu pensamento atravessou os séculos das grandes revoluções a partir do século XVIII. Não nos atentaremos aqui a desbravar a extensa - e já densamente analisada - perspectiva kantiana, mas, refletir sobre o conceito de dignidade, autonomia e menoridade e como estes podem ser compreendidos quando aplicados no contexto de corpos racializados e classificados como indignos, aqui, na periferia do capitalismo, como ora estamos analisando.

No ensaio publicado “Resposta à Pergunta: Que é esclarecimento: *Aufklärung*”, Kant (1985, p. 102), responde que “esclarecimento é a saída do homem da menoridade da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso do seu entendimento sem a direção de outro indivíduo”. E continua:

O homem é o próprio culpado de sua menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [*<Aufklärung>*].

A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma direção estranha (*naturaliter maiorennnes*), continuem no entanto de bom grado menores toda a vida. São também as causas que explicam por que é tão fácil que os outros se constituam em tutores deles. **É tão cômodo ser menor.** (KANT, 1985, p.102, destaque do autor).

O conceito de menoridade é movimentado pelo filósofo prussiano para diferenciar a conquista da dignidade da pessoa humana. Kant estabelece dignidade como valor moral e não como um preço, que pode ser atribuído. Esse conceito kantiano está relacionado ao potencial de liberdade e autonomia, alcançado via o esclarecimento [*Aufklärung*] do ser humano, como vimos na citação acima, derivado do esforço pessoal e da coragem, sendo então a *preguiça e a covardia* estados cômodos da indignidade, como uma letargia. Kant questionava-se enquanto escrevia, “se for feita a pergunta, vivemos em uma sociedade esclarecida? [*aufgklärten*]”? A resposta será:

não, vivemos em uma época de esclarecimento” (1985, p.112). O filósofo continua sua análise sobre a previsão futura da humanidade de que, nas condições atuais em que se encontrava, em meados do século XVIII, foi possibilitada a abertura do campo de trabalho no qual os homens poderiam trabalhar o esclarecimento e que os obstáculos progressivamente aparecer-lhes-iam menores. Entretanto, ainda demoraria para que um conjunto de homens pudesse, em matéria religiosa, ser capazes “de fazer uso seguro e bom de seu próprio entendimento sem serem dirigidos por outrem” (p.112). A concepção proposta por Kant libertava o gênero humano da menoridade através da utilização da razão e da consciência moral. Das trevas à luz, a perspectiva da revolução iluminista da qual Kant foi um dos pensadores, trazia a razão humana como centro dessa liberdade. Mas como alcançá-la? Para Kant havia uma resposta, algo que difere o *ser homem* do *ser animalesco*, que é o destino evolutivo, civilizacional, e de preservação da humanidade: *a educação moral*.

Embora não seja escopo desta discussão nos aprofundarmos na filosofia kantiana, é importante destacarmos que Immanuel Kant dedicou-se a um vasto trabalho de antropologia moral<sup>34</sup> sobre educação, e é exatamente esta questão que aproxima o filósofo iluminista à Missão do Cruzador. Em um destes estudos, *Crítica da razão prática*, afirmou que “atrás da educação repousa o grande mistério da perfeição da raça humana (1999, p.16)”. A partir de então, Kant estabeleceu parâmetros para alcançar a educação, como estágio evolutivo da humanidade, entretanto, era preciso disciplina e o controle dos impulsos dos instintos primitivos, *domar a selvageria*, ou seja, aquilo que o separa da humanidade:

A moralização é um resultado da educação de modo a permitir a que o ser humano aja em perfeita harmonia com a lei moral, alcançando liberdade e autonomia; mas será preciso que antes dome as suas paixões. Para aprender a se privar de algo é necessário coragem diante das inclinações. É preciso acostumar-se às recusas e à resistência (p. 82).

Por certo, se havia um modelo de harmonia social o qual os seres humanos deveriam perseguir, alcançados através da liberdade e autonomia, outros modos diferentes destes seriam desviantes do modelo digno? Qual seria tal paradigma de educação e moral? Aqui já podemos sinalizar as premissas de como as missões

---

<sup>34</sup> Influenciado pela filosofia de Rousseau.

civilizatórias foram forjadas, afirmando um modo superior de ser e estar no mundo pela existência de outro inferior e indigno. Ao debruçar-se sobre o estudo da educação na ética kantiana, o pesquisador Mário Oliveira (2004) analisa como o filósofo estabelece que a civilização faz parte dos estágios necessários para o desenvolvimento humano, em que os pré-requisitos para esse alcance são as boas maneiras e o bom comportamento. Civilização conduz, desse modo, ao último estágio da educação: a moralização.

A busca pela moralização importa, nesse contexto, na prevalência da ordem do Estado, de uma unidade societária que preserve valores estabelecidos como civilizados e dignos. Em seu trabalho “Ninguém: Direito, Racialidade e Violência”, a professora Denise Ferreira da Silva (2014) denuncia a “ética” colonial imposta pelo Estado brasileiro, através da força militar, em que a violência é uma tática de regulação da vida. Ao estudar a racialização em nossa contemporaneidade, a violência aplicada aos corpos de sujeitos subalternos e racializados é justificada pela manutenção da ordem do Estado, pela preservação da própria sociedade. Vemos, na missão militar de instruir e sanear populações inferiores, na determinação da limpeza de corpos e existências indignas, a relevância de uma violência mascarada como moralização, através do braço estatal militar. A ética colonial como regulação da vida e do modo de viver e de que vidas podem ser vivíveis. Ao analisar a concepção de moralidade kantiana, a socióloga negra Ferreira da Silva (2014) explica que o sujeito moral “deve emergir em autorrelação mediada, na pressuposta identificação da mente racional com seu produtor transcendental (formal)”. Aponta para o *jus necessitatis* (o direito à necessidade), como uma válvula interpretativa para as ocupações do Estado em territórios de populações racializadas, como as operações militares nas comunidades periféricas do Rio de Janeiro. Ainda que sejam desenvolvidas nesses territórios serviços de saúde, assistência e educação, a presença do Estado impõe outra lógica de vida, em que as táticas de manutenção dessa ética resultando violência é legitimada por um *jus necessitatis*, em que a verdade racial inscreve expressões de produção de corpos subalternos que necessitam da regulação e não de sua própria autodeterminação:

Meu argumento na análise ora exposta, contudo, é que a *justificativa*, como no caso dessas ocupações dos territórios da população negra e parda economicamente desfavorecida do Rio de Janeiro, precede o uso das

forças mortíferas do Estado. Isso não é, todavia, porque o Estado agora adquiriu algum tipo de dimensão subjetiva, mas porque a autopreservação (enquanto dever e direito) já está expressa nos escritos da soberania moderna (FERREIRA DA SILVA, 2014, p. 106).

O ato de civilizar populações faz parte da premissa da empresa colonial de afirmar-se como projeto legítimo de desenvolvimento da humanidade. A benção e a maldição: a usurpação de territórios, aviltamento de culturas e modos de vida, a violência da desumanização do outro, camuflados de benevolência, filantropia, missão.

Reexaminando o conceito de dignidade kantiana, o filósofo negro Ajari (2019) reporta a própria construção de valores determinantes que sustentaram as concepções modernas de civilização. Os discursos de autores declarados abolicionistas, e aqui ele inclui Kant, representam um aporte utilitário nos seus textos que conflita entre o pensamento e o testemunho. Confrontando a segurança do discurso que absolve os eruditos brancos definindo-os como homens de sua época e, portanto, passíveis de interpretações racistas, Ajari abre a fenda da acepção dominante do conceito de dignidade, numa proposta de descolonizar a filosofia moral, que impôs definições sobre o que é ser digno. Discorre que essas determinações carregam a desumanização racial e foram construídas para não serem refutadas, ao contrário, consolidarem-se enquanto testemunhas da verdade. A concepção universalista determina um lugar de anúncio daquele que é digno, promove-a enquanto espaço privilegiado e, desse modo, pressupõe também o corpo e lugar do indigno. Essa expressão do projeto colonial de modernização afirma, assim que para haver o *digno* é preciso que haja o *indigno*, desvirtuoso, separado, diferente desse modelo. O que se faz com o corpo indigno que macula um processo de progresso da humanidade? Classifica-se como um estágio atrasado de desenvolvimento humano, domestica-se dos seus atributos *selvagens*, disciplina-se controlando novas formas de ser. Qual seria tal prospecção se não a supressão de existência?

Ajari (2019) revisita os conceitos de dignidade, que constituíram o que ele denomina de uma identidade fantasmagórica da Europa, que foram se estabelecendo como universais. Este não foi diferente no processo de modernização do início do século

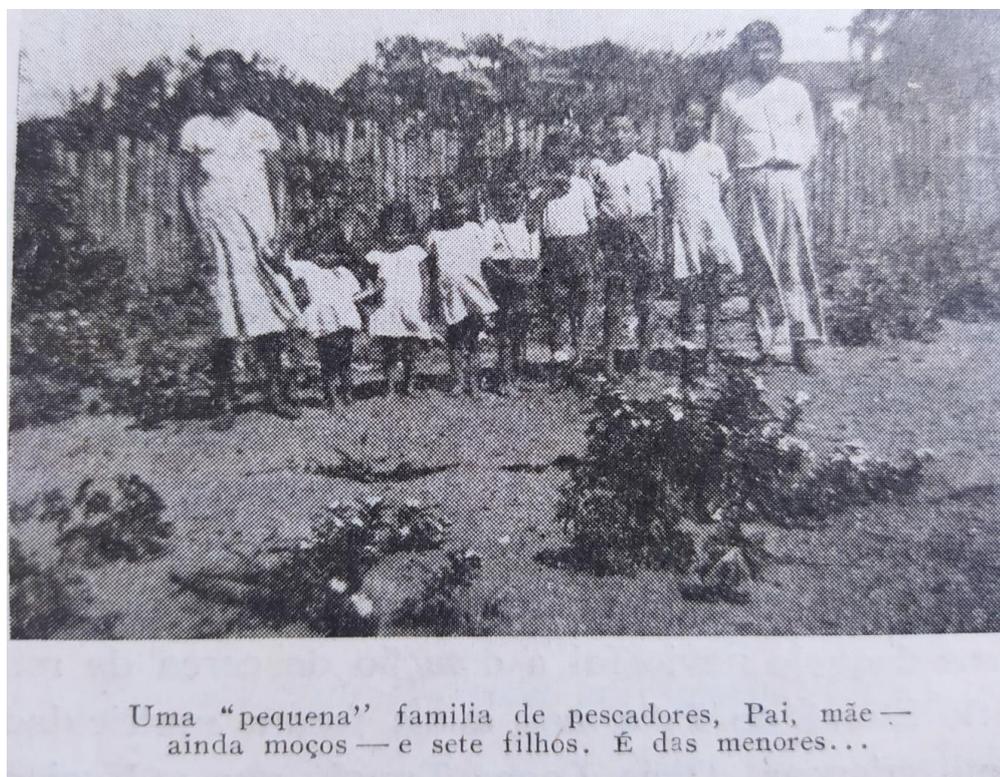
XX no Brasil. Dentre as análises, o autor traz à discussão o conceito kantiano, iluminado pelo período das luzes, e que apontava como um farol para civilização numa formação de um ideal universal do que seria *o homem*. A maturidade humana estaria ligada ao desprendimento da tutela, a conquista da razão que o separa das características infantis. Desse modo, os seres autônomos, racionais em sua essência, são dotados de dignidade. “A autonomia, em suma, é a possibilidade, própria ao humano, de agir segundo a lei moral: e sua dignidade, é o tratamento que sua condição de ser moral implica” (AJARI, 2019, p.10). Mas o que manteria o ser humano na menoridade? *A covardia e a preguiça*, expressas como uma patologia social, que insiste em uma permanência tardia nesse estágio primitivo de desenvolvimento. A qual tipo de gente estariam esses atributos associados? Como isso implica no modo como as missões civilizatórias no Brasil, inspiradas no ideal moderno europeu, passaram a classificar um tipo de gente e um modo de ser como inferiores?

O colonizador é, sobretudo, exibicionista, na análise de Fanon (1968) em “Os condenados da terra”, e sua prepotência de exibição se revela no próprio modo de execução do colonialismo em simular compreensão, com uma ostensiva humildade, de que o território do colonizado sofre de um subdesenvolvimento que requer o esforço econômico e social para salvá-lo. Entretanto, “sua preocupação de segurança leva-o a lembrar em alta voz ao colono que ‘o patrão aqui sou eu’” (1968, p. 38). O colonialismo se esmera em inculcar no espírito dos colonizados que seu modo de vida é inferior, que a saída fora a salvação colonial é o retorno à barbárie. O estado natural dos colonizados é, antes de tudo, de selvageria. Domar esses instintos e modos de vida é buscar a aparência da civilização. O mundo colonial, na análise fanoniana é um mundo cindido em dois, no qual as duas zonas habitadas, de colonizados e colonos, são opostas. De um lado, a cidade do colono, sólida e iluminada, seus pés estão sempre calçados e protegidos “uma cidade saciada, indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros” (FANON, 1968, p. 29).

Nesse mundo cindido em dois, a parte pertencente aos colonizados é faminta, não apenas de alimento, mas de vestimentas, de calçados, de saúde, de luz, de bons modos. Ali habitam o que difere do conjunto dos nomeados humanos, em sua

integridade. Um lugar mal afamado, de pessoas mal afamadas, conclui Fanon (1968). Esse estereótipo reafirma a necessidade imperiosa do colonialismo, em sua cruzada de salvação, disciplina e controle. “A cidade do colonizado é uma cidade acocarada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros” (p.30). A análise fanoniana denuncia, o colono sabe que faz história e a quer escrever bem. Esse *lugar mal afamado e de pessoas mal afamadas* não possui história e nem pessoas capazes de fazê-la (p.38). A narrativa constrói o lugar do colono como espaço de redenção, o modo de vida do colono como libertação da sua própria miserabilidade, lançando um olhar de desejo e inveja da cidade do colono. Mas levar civilização a estes miseráveis daria o alcance do mesmo status do colono? O mundo colonial cindido em dois lugares também é cindido de espécies. A fronteira delimita o lugar que ao mesmo tempo se projeta como desejo e também não é alcançável. Uma zona do não-ser, daquilo que não é humano. Que lugar habitaria a dignidade, que corpo poderia suportá-la?

Figura 16 - Família de Pescadores



Uma “pequena” família de pescadores, Pai, mãe —  
ainda moços — e sete filhos. É das menores...

Fonte: Cyrino (2019) Registro de Villar (1944, p.408). Acervo pessoal. Fotografia de família de pescadores registrada durante a Missão do Cruzador José Bonifácio, entre os anos de 1919 a 1923, no litoral norte do Brasil. Acervo pessoal.

Descalços, posicionados com a mãe e o pai nas extremidades e os sete filhos estão posicionados numa escada etária, uma família de pescadores foi registrada em um dos poucos materiais fotográficos da Missão do Cruzador durante os anos de 1919 a 1923, na obra *Manual de Patrão da Pesca*, publicado em 1944. Não há menção sobre a data exata da fotografia, apenas que se deu durante a expedição militar, nem mesmo quais eram os nomes e história dessas pessoas.

A tese fanoniana, na compreensão de Ajari, enfrenta os conceitos de moralidade e dignidade de Kant, ao rejeitar que se possa determinar o que é digno sem considerar aquele que sofre, que é aviltado da sua própria existência. Como suportar o conceito de dignidade que mantém à distância a realidade vivida, as marcas da violência colonial? Como estabelecer o mesmo parâmetro para diferenciadas formas de existência humana, descartando as pulsantes opressões e coações as quais não se pode escolher?

As leis da razão de um mundo racista não são as mesmas que aquelas de um mundo pacífico; não se pode recorrer à mesma geometria moral. Ele trata de um mundo onde a vontade de um escravo “de se servir de suas próprias unhas para cortar a garganta” era mais racional do que embarcar em um navio negreiro (AJARI, 2019, p.12).

Uma vida que não vale a pena ser vivida. Retirar a própria vida, como um ato heróico, seria a passagem para a dignidade do escravizado, uma rejeição à covardia. Vemos aqui novamente, como no prefácio abolicionista, a escravidão é um mal do escravizado, assim como a doença, da sua ignorância, da indignidade do seu povo. Ora, a violência colonial não é suscetível de escolha do colonizado, a racionalidade racista que produz indignidade é a mesma que julga o corpo do escravizado como aquele que não pode suportar a dignidade. A morte ronda a vida negra todos os dias. Estar vivo também não seria resistência?

Assim como nossos abolicionistas citados, Kant também rejeitava a violência do sistema escravagista e a mercantilização humana. Entretanto, a linha fronteira entre o mundo cindido colonial também distingue as espécies. E mantém-se rígida em considerar que estes, mesmo libertos, sejam dignos. A abolição não é tal passaporte para a humanidade. Citando o próprio Kant, na obra *Observations sur*

*le sentiment du beau et du sublime*, Ajari desvela a máscara benevolente que oculta o determinismo racial:

Os Negros da África não receberam da natureza qualquer sentimento que se eleva acima da tolice. [...] Entre os Brancos, ao contrário, é constante que alguns se elevam da mais baixa população e adquirem uma certa consideração no mundo, graças à excelência de seus dons superiores. Tão essencial é a diferença entre as duas raças humanas! E ela parece tão grande nas faculdades do espírito quanto na cor da pele (KANT apud AJARI, 2019, p.12).

Seja o texto de teor abolicionista que abre a obra da Missão do Cruzador, na benevolência da libertação de um escravizado, seja na máxima proclamada pelo Comandante Villar ao desembarcar na primeira comunidade de pescadores, expressando a imperativa salvação do estado de letargia, de quem está paralisado, morto, doente e aprisionado, o marcador da dignidade está presente. O conteúdo abolicionista, embora demonstre a repulsa pela violência da escravização, não absolve o racismo expresso na desqualificação do outro enquanto estágio inferior de humanidade.

Dignidade e progresso haviam entrelaçado as mãos. Como corpos dignos, compreendia-se ser são, limpo, de *boa* índole, ter bons costumes, *boa* educação, de *boa* higiene, *bons* hábitos. Cultuar uma *boa* fé, ser de *boa* família. Esses limiares dicotômicos: são/doente; indigno/digno; incivilizado/civilizado; humano/não humano agitaram as campanhas sanitaristas no Brasil pós-abolição no início do século XX que declaravam encontrar um país pobre, misturado e doente que precisava ser saneado. Esses ideais foram abraçados pelo projeto de desenvolvimento nacional do Estado brasileiro, na primeira metade do século XX, realizando experimentos de racialização de povos e comunidades tradicionais, através de programas de saneamento e modernização dos seus modos de vida e trabalho. O Coronel Luiz Lobo, enquanto Ministro de Guerra do país, nomeou a Missão enquanto um projeto abolicionista de Estado, que viria conduzir uma população que estava distante da nação, seja pelos seus modos de vida, seus costumes, seu trabalho, sua doença. *O surge et ambula* prometia vida para os que estavam mortos, em estado de letargia. A colonização, como analisa Memmi (2000), busca suas justificativas para sustentar-se, carregando a ambiguidade da maldição e recompensa.

Ao que parece, não havia dignidade para fora do contexto europeu, e foram estes os valores que se firmaram enquanto honrosos, dignos e nobres nos países colonizados. As próprias viagens exploratórias de Villar (1911), em especial a França e Bélgica, que forjaram esta Missão, foram especialmente pensadas nos costumes europeus a serem moldados para as populações pesqueiras brasileiras. Esta empreitada não era algo específico para a nacionalização da pesca, e muito menos se tratava de algum projeto pessoal do Comandante militar. Estamos analisando uma das pontas da articulação de um sustentáculo muito bem elaborado de *raça, nação, ciência e progresso*.

### 3.2 “O BRASIL É UM IMENSO HOSPITAL”: A VEZ DO SANEAMENTO DA NAÇÃO

[...] O Brasil é ainda um imenso hospital. Num impressionante arroubo de oratória já perorou na Camara ilustre parlamentar que, se fosse mister, iria ele de montanha em montanha, despertar os caboclos desses sertões. Em chegando a tal extremo de zelo patriótico uma grande decepção acolheria sua generosa e nobre iniciativa. Parte, e parte ponderável, dessa brava gente não se levantaria; inválidos, exangues, esgotados pela ankylostomíase e pela malária; estropiados e arrasados pela moléstia de Chagas; corroídos pela syphilis e pela lepra; devastados pelo alcoolismo; chupados pela fome, ignorantes, abandonados, sem ideal e sem letras ou não poderiam estes tristes deslembados se erguer da sua modorra ao apelo tonitruante de trombeta guerreira, ressoando de quebrada em quebrada ou quando, como espectros, se levantassem, não poderiam compreender porque a Pátria, que lhes negou a esmola do alfabeto, lhes pede agora a vida e nas mãos lhes punha, antes do livro redentor, a arma defensiva. A não ser que fosse para que, na primeira arrancada mais facilmente lhe arrebatasse o inimigo. Não carrego as cores ao quadro. **É isso sem exagero a nossa população do interior. Uma legião de doentes e de imprestáveis.**

Discurso do médico sanitarista Miguel Pereira em 10 de outubro de 1916 (PEREIRA apud SÁ, 2006, 344).

Miguel Pereira, em 10 de outubro de 1916 anunciava o diagnóstico de um país doente: “O Brasil é um imenso hospital”. A célebre frase estampava a matéria do *Jornal do Commercio*, que destacou o discurso do sanitarista em sua íntegra. A higiene pública era o assunto que agitava a recém república e os debates das elites e comunidades científicas, o alastramento das endemias rurais (ancilostomíase, doença de Chagas e malária) e infecciosas associava doença à falta de civilização.

Os ideais positivistas marcaram a formação da jovem República brasileira. Enquanto o “progresso” esteve direcionado a expectativa da industrialização e dos projetos de modernização, a “ordem” coube à ciência, como controladora dos impulsos

humanos. As características tradicionais são classificadas como obsoletas e atrasadas, as corrupções dos costumes de raça passam a serem identificadas como desvio de conduta. É preciso guiar a sociedade em um modelo correto de direção rumo à ordem e ao progresso. É nesse aspecto que políticas de saneamento e instrução, como a Missão do Cruzador, conseguiram um amplo apoio do aparato do Estado, da ciência, da imprensa, dos órgãos de regulação e da elite intelectual. Jerry Dávila (2005), em sua obra, *Diploma de brancura*, analisa especificamente esse contexto histórico do país e afirma como “a elite branca médica, científico-social e intelectual emergente transformou suas suposições sobre raça em políticas educacionais” (2005, p. 22), utilizando-se do respaldo científico para aparentar não estar prejudicando nenhum indivíduo ou grupo com suas ações. Desse modo, suas políticas reproduziam os ideais do racismo sobre degeneração, promoviam desigualdades e estereótipos, porém estavam a salvo de retaliações, protegidos pela lei, dificultando as populações não brancas de reivindicarem e desafiarem à injustiça.

A missão partiu da premissa de que haveria de ir sanear uma gente incivilizada e doente, tal qual a “a legião de doentes e imprestáveis” que Miguel Pereira havia denunciado em seu discurso. A indignidade daqueles corpos já estava sentenciada. Colocava-se em questão o que fazer deles, ou como torná-los úteis para o projeto de nação que estava em curso. Villar convidou a bordo o melhor que havia dos médicos sanitaristas, ou pelo menos dos seus ideais, como engrenagem desse grande projeto de progresso e saneamento da nação.

Enquanto o Cruzador José Bonifácio cruzava as águas do Brasil na década de 1920, com o objetivo de instruir e sanear as populações pesqueiras, a campanha sanitarista estava em plena execução no país, com grande apoio da imprensa e do Estado a fim de sanear a população brasileira das edemias e da miséria. O Comandante do Cruzador deixa evidente no seu registro como a campanha sanitarista, nas primeiras décadas da velha república, trouxe o respaldo científico para o sucesso da Missão. As teorias de saneamento abraçavam-se com a eugenia, em busca do aperfeiçoamento da nacionalidade. Villar localiza quem são esses cientistas em seus registros, nomeando-os como “*eminentes brasileiros que agitavam as questões do saneamento*” (1945, p.134), dentre eles, os médicos

Oswaldo Cruz da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1872-1917), Carlos Chaga, Belisário Penna (Presidente emérito da Sociedade Brasileira de Eugenia) e Miguel Pereira, psiquiatra presidente da Academia de Medicina do Brasil). Os ensinamentos desses cientistas também embarcaram no navio do Cruzador. O próprio Belisário Penna forneceu materiais de instrução para os tripulantes sobre a campanha sanitaria que já atravessava o país.

Há o interesse de Villar em afirmar-se também como um desses homens da ciência e elevar a Missão do Cruzador José Bonifácio como um experimento científico, *contra a ruína da raça*, como expressou na matéria do jornal Correio do Povo, em referência a fala de Renato Kehl<sup>2</sup>, por quem tinha apreço, médico que promoveu a eugenia no Brasil, enquanto ciência dos bem-nascidos, estimulando a eliminação gradativa dos degenerados.

Havia um cheiro fétido a revirar os discursos dos artefatos coloniais. Seria o mau odor da doença que esses médicos de modo tão alarmante, insistentemente, condenavam que precisavam sanear, limpar dessa gente doente? Cesaire (2020) já nos denunciava o terreno putrefato da colonização, ninguém colonizava inocentemente. A colonização não era nem evangelização (de algum apóstolo), nem empreendimento filantrópico, nem vontade de empurrar para trás as fronteiras da ignorância, da doença [...]” (p.10).

### **3.2.1 A doença como punição da ignorância**

A história da saúde do Brasil atravessa períodos de diferentes visões científicas que estão relacionadas ao contexto socio-histórico do país. Os caminhos que levam a interpretação reformista das campanhas de saneamento do período republicano, em que a Missão do Cruzador José Bonifácio abraça, perpassam períodos que antecederam a *visão sanitaria*, quais sejam, à *visão paradisíaca*, do período colonial e a *visão higienista* do império, trajetórias entrecruzadas da compreensão saúde-doença.

Desde o período colonial brasileiro o alastramento das doenças e seu agravamento atribuído pela ignorância da população era uma grande preocupação da Coroa

portuguesa. A visão paradisíaca, do território brasileiro como espaço laboratorial de investigação, propiciava a visita de expedições científicas, debates de determinismo biológicos e climáticos. A expansão da empresa colonial nas Américas ao passo que ia alargando seu domínio e violenta conquista, expuseram o contato da medicina europeia com os saberes e culturas tradicionais locais, como afirma Freitas (2020), destacando que o conhecimento acerca desses novos ambientes era condição indispensável para o estabelecimento das relações coloniais e da própria sobrevivência daqueles que se instalavam na colônia, “possibilitando o entrecruzamento de tradições de cura e o incremento do próprio repertório curativo da medicina acadêmica europeia” (2020, p. 732).

Abreu, Nogueira e Kury (2020) discorrem que a historiografia inicial sobre esse período remontava os acontecimentos reforçando a ideia de que as práticas médicas do Brasil colonial eram atrasadas, pois se assemelhavam aos curandeirismos e conhecimentos supersticiosos tradicionais, associando a uma concepção inferiorizada dessas práticas, como um estado atrasado de conhecimento. Ocorre que, a partir da década de 1990, os pesquisadores passaram considerar as especificidades da sociedade colonial, correlacionando pesquisas das áreas da sociologia como Gilberto Freyre (1992) e Sérgio Buarque de Holanda (1995), relacionando os hábitos das populações interioranas e seus imaginários sobre doença e práticas de cura. É a partir daí que as pesquisas sobre a medicina colonial passam a relacionar como as curas informais influenciaram a constituição do saber médico oficial, ou melhor, como os saberes tradicionais indígenas e africanos foram incorporados ao saber médico colonial sem, no entanto, serem consideradas oficialmente como práticas de cura. Essa questão é importante ao passo que as comunidades afastadas do litoral e das regiões que recebiam avanços de desenvolvimento, foram consideradas como lugares sem história, convalescidos, ausentes de vida e que precisavam da tutela imediata da civilização. Como comentado na seção anterior, esse mundo colonial cindido em dois (FANON, 1968), de um lado o civilizado e calçado do colono, e de outro o esvaziado de vida e descalço do colonizado, ilustra este segundo como um lugar que habita a doença e não possui conhecimento.

Como pode a doença e a cura habitar o mesmo lugar? Ainda antes de a medicina oficial estabelecer seus métodos, outras formas de promover saúde eram praticadas. Morte e vida faziam suas passagens de rito, formas estreitas de conhecimento do corpo, do ambiente, da natureza. Ainda que a Coroa portuguesa olhasse com suspeita as práticas de cura de africanos e seus descendentes, Abreu, Nogueira e Kury (2020) destacam como os habitantes das colônias de diversos segmentos sociais buscavam recursos dessas práticas como alternativa às terapias oficiais de médicos ou de sacerdotes exorcistas católicos. “Vários moradores na Colônia usaram dos empréstimos terapêuticos de “negros curadores”, nativos e mestiços, para curarem a si, seus familiares e escravos, ao sabor dos seus interesses” (2020, p. 41). Importa chamar Omulu, Orixá que em suas chagas remete a uma enfermidade que se propagava no Brasil de forma endêmica nesse período, a varíola. Na mitologia da tradição oral da religião dos Orixás vinda de África para as Américas, Omulu/Obaluaê é também reconhecido como o senhor das doenças infecciosas, das pestes, da varíola e também dos segredos da cura. Omulu, o velho, carrega a doença e a saúde por onde caminha, o silencioso orixá de domínio da vida e da morte. Embora não seja o objetivo deste trabalho aprofundar a discussão das relações ritualísticas, dos encantados, das divindades, é importante ressaltar que ela se dá em outras temporalidades não controladas pela agenda colonial. Ela transcende, confunde, refuta, escapa dessa lógica.

O domínio espiritual da doença e dos segredos de cura manifestava-se também como práticas de cuidado e de saúde. O clima, geografia, corpos, hábitos que eram estranhos aos médicos brancos e dependiam de sua aproximação, eram conhecidos pelos nascidos na colônia. Manusear a doença, tocar o enfermo, expurgar o mal, saberes desconhecidos para a medicina colonial. Como dominá-la? A historiografia mais recente sobre a saúde no Brasil revelou como os homens da ciência da época apropriaram-se dos saberes indígenas e africanos nas práticas oficiais, embora não os reconhecessem como legítimos e a história oficial tenha negligenciado. Outra forma de aviltamento, através da estereotipação e ocultação dos seus saberes no registro oficial. Ora, a cidade do colonizado não era uma página errada a ser reescrita, histórias, curas, saberes, morte e vida circulavam.

A operacionalização do racismo coloca em xeque dimensões do corpo e do espírito, a indignidade também é posta na dimensão não material, aquela que está na ideia, nos saberes, nas memórias, nas práticas ritualísticas de conhecimento. O discurso colonial tende a afirmar a dicotomia do corpo e espírito, em que o mundo do colonizado é expresso apenas da dimensão corporal, empobrecida, doente, desvalida, sempre em falta de algo; o espírito, ou seja, a dimensão da produção de conhecimento, ciência, cura, é dissociada da perspectiva não branca. Uma incapacidade latente, como uma página a ser corrigida, controlada, usurpada. A apropriação dos conhecimentos tradicionais e sua não legitimação revelam a violência colonial também expressa através da estigmatização. Marginalizado como uma prática alheia à ordem. O estranho, aquilo que não se pode controlar ou dominar é caracterizado como distorção e, por vezes, caracterizado como mal a ser combatido em narrativas de domínio religioso cristão.

Dentre essas práticas que interagiram com a medicina oficial destaca-se a sangria, sangramento provocado, como prevenção e remediação da saúde e o uso de parte do corpo de animais e plantas como amuletos e medicamentos. O recuso da sangria foi prática recorrente nesse período colonial, bem como o manuseio e utilização dos excretos corporais. Abreu, Nogueira e Kury (2018) destacam que na cultura centro-africana, era creditado ao sangue como um condutor da alma, e a sangria expurgava também os feitiços lançados. Para a medicina oficial, tratava-se da terapia de controle dos humores. “Mesmo com as diferentes concepções, o que se revela é que outras medicinas eram desenvolvidas além das oficiais como sobrevivência, proteção e cura” (2018, p.41). Estes historiadores chamam atenção que essa prática de manuseios de excretos humanos, chamada fletobomia, era a mais baixa na hierarquia médica, praticada pelos chamados barbeiros e sangradores, em sua maioria africanos e seus descendentes. Era utilizado ventosas, sanguessugas, para a extração do sangue, além do sarjamentos, cortes superficiais com menor volume de sangue. Na figura abaixo é possível identificar essa prática. Destaque para todos os personagens negros, curador, doentes, crianças nuas ao fundo e o negro na janela tampando o nariz como quem se protege da doença. De pé, o curador negro aplica a ventosa no enfermo. Em seu pescoço carrega um amuleto, representado por um cavalo-marinho, espécie marítima que representava proteção e geração de vida.

Figura 19 - Terapeutas sangradores



Fonte: Queiroz (2017). Cirurgião negro colocando ventosas. Aquarela de Jean Baptiste Debret, 1826.

O trabalho da historiadora Tânia Pimenta (1998) aprofunda essa discussão sobre esses terapeutas locais e sua relação com a medicina oficial desse período do antigo regime. A prática, ao mesmo tempo em que demonstrava resultados positivos, trazia repulsa pela prática médica ser praticada por negros. Pimenta (1998) relata como foram concedidas licenças do exercício dessa prática, de forma temporária e controlada no início do século XIX, sendo também o único recurso para o cuidado de negros escravizados e que chegavam adoecidos transportados no atlântico como mercadorias, embora membros das classes dominantes também recorressem aos cuidados da terapia popular.

Alguns medicamentos preconizados pelos médicos acadêmicos podiam ser utilizados pelos praticantes da medicina popular, e, certamente, o oposto também ocorria. Além disso, pessoas da classe dominante recorriam a tratamentos da medicina popular, prescritos por quem pertencia aos setores desfavorecidos da população, não só pela falta de médicos como por efeito da reconhecida competência dos terapeutas populares, ainda que, nessa questão, não se possa falar de reciprocidade, vez que a população mais pobre não tinha condições de recorrer à medicina oficial (1998, sem numeração).

Barbosa Neto e Goldman (2022) propõem uma discussão que nos ajuda a refletir sobre as relações de encontros das diferenças de saberes. A articulação de elementos diferentes que se dispõe a uma relação verticalizada hierarquizada ou horizontal homogeneizante tende a traduzir-se, segundo os autores em *tolerância*, *intolerância* ou indiferença. E nesta concepção, a tolerância não é afirmação de acolhimento ou bom encontro com a diferença, mas é expressa quando há algo que incomoda. “Porque ‘tolerar’ sempre significa ‘aceitar’ algumas diferenças na medida em que não incomodem, ou seja, que não interpelem nosso modo de existência e nossa maneira de pensar” (2022, p.5).

As práticas de curandeirismo exercidas pelos negros foram perseguidas ao longo do século, classificadas na mais baixas escalas hierárquica, os sangradores e curandeiros, precisavam pedir autorização da prática para o órgão competente, Fisicatura-mor, que avaliava a concessão do exercício. Pimenta, Gomes e Kodama (2018) revelam como a classificação estereotipada desses terapeutas locais como charlatã é uma “categoria construída historicamente no contexto de luta dos médicos pelo monopólio da arte de curar” (p.85). A tolerância da circulação de outros saberes de cura se dava nesse contexto, no controle da prática, através do registro, e na estereotipação e marginalização.

Diferentes patologias passaram a circular nas colônias, importadas pela Europa civilizada e provocaram nas Américas a alta mortalidade de indígenas e negros escravizados acometidos por novas doenças. O contato colonial trazia enfermidades e morte. Mas é a associação entre escravidão e doença que vai movimentar as teorias raciais a partir do século XVIII, relacionando a higiene, moral e determinismos biológicos. A visão higienista do Brasil império aproxima-se da visão iluminista que colocava a razão no centro da compreensão humana, afastando do caráter divino e supersticioso de explicação dos males. Civilizar era a missão, erradicar os maus hábitos. Entre as várias doenças que assolavam o Brasil, como as pestes, febre tifóide, cólera e varíola, eram atribuídas enfermidades aos homens e mulheres escravizados, como agentes importadores da doença. Pimenta, Gomes e Kodama (2018) ressaltam como a literatura médica do século XIX incorporou a discussão racial de forma preconceituosa sobre o continente africano, ainda que alguns discursos médicos considerassem o ambiente insalubre do trânsito atlântico

dos negros escravizados e as condições climáticas, eram atribuídos determinantes biológicos e sociais que inferiam aos negros como vetores de moléstias que contaminavam o Brasil. Uma corrupção que transcendia a doença, ocupava-se também da moral. A presença de negros cativos ou libertos no ambiente urbano representava perigo à sociedade livre, a contaminação dos seus maus hábitos morais e de higiene eram considerados transmissíveis, inclusive, por seus fluídos corporais, como o leite materno das amas de leite:

Um exemplo dessa perspectiva – especialmente antiafricana - está na crítica ao emprego das amas de leite escravizadas no aleitamento de famílias senhoriais. Em conexão com os debates higienistas em outros países, as teses médicas brasileiras, desde ao menos a década de 1830, condenavam o aleitamento feito por amas de leite, geralmente escravas. A partir de meados do século XIX, os jornais anunciavam um maior número de amas de leite brancas (mesmo imigrantes) (PIMENTA, GOMES E KODAMA, 2018, p. 71).

Dentre essas literaturas apontadas por esses historiadores, destacam os discursos médicos como o do médico naturalista francês Joseph Sigaud reforçavam a tese de que doenças endêmicas eram originadas no trânsito de africanos escravizados para o Brasil. Em seu livro “Do clima e das doenças do Brasil”, avaliou que as doenças preponderantes na área urbana estavam aonde concentravam-se maior número de negros escravizados que, somada as condições de trabalho, vestimenta, higiene e alimentação, possuíam doenças que eram desenvolvidas pelos atributos próprios da raça negra. Dentre estas, destacou o maculo, conhecida como “doença do negro”, atribuída aos indivíduos de origem angolana e moçambicana. O maculo acometia, sobretudo, o sistema excretor ligado ao intestino e seus músculos, causava cansaço, dores, delírios e febres ardentes, sendo a causa investigada a má higiene das partes íntimas. A origem era questionada pelo clima, pela forma como os escravizados eram transportados, mas Sigaud apontava a gênese africana da doença. Esses discursos sustentaram argumentos como o do médico brasileiro Otávio de Freitas que se dedicou a provar a origem africana da doença, relatando mais de dez enfermidades, condenando a presença dos africanos no Brasil como um grande mal, conforme apontam Pimenta, Gomes e Kodama (2018, p,79) ao transcrever o seu discurso no 1º Congresso Afro-brasileiro em 1934:

Freitas não se inibia ao afirmar que colocaria “um pouco de água fria” nos entusiasmos de quem pretendia contar e cantar os “bons efeitos desta raça infelicitada pelas circunstâncias mesológicas e sociais em

que vivia”, pois apontaria “o mal que o colono africano introduziu em nosso país”.

Determinantes raciais marcavam as questões de saúde e foram exploradas pelas teorias do racismo científico como discutido no primeiro capítulo. A exemplo dos experimentos de redução étnica propostos pelo médico João Batista Lacerda. O miscigenado era um elemento a ser aperfeiçoado, genético e moralmente. Importa aqui destacar como higiene e raça são relacionadas nesse contexto. Como afirma Dos Anjos (2019), “É aí, nos projetos de desenvolvimento, que o mito da mestiçagem como insígnia da nação finalmente se explicita como corte, filtro e tela” (p. 520). O branco como agente alvejante da impureza enegrecida e misturada do sangue preto. Função patriótica e estabelecida como o padrão diferencial do caráter humano. A indignidade é produzida e sentenciada a determinadas existências.

O período da visão higienista no Brasil elaborou diversos estereótipos sobre o que passou a considerar a distinção de hábitos humanos daqueles selvagens. A categoria moral estabeleceu-se como determinante para qualificar o comportamento dos indivíduos e conseqüentemente, a ordem da sociedade, incluindo nesta, a ordem sanitária. Nesta compreensão, os maus hábitos de higiene e as suas enfermidades derivadas estariam relacionadas a origem social dos indivíduos e suas práticas costumeiras atrasadas, distantes de um grau de civilização. Nesse sentido, uma população doente refletia também um adoecimento moral e, portanto, necessário meio de controle e saneamento. Freitas (2020) analisa como em meados do século XVIII os médicos brasileiros aproximaram-se das experiências administrativas dos estados nacionais europeus, em que os aspectos morais e físicos estavam cada vez mais relacionados estreitamente. Nesta perspectiva de influência positivista, reestabelecer a ordem passa a ser uma missão civilizatória na medida em que contribuía no progresso civilizatório. Assim, controlar as condutas e comportamentos humanos em suas manifestações individuais e coletivas é uma preocupação que vai ocupar a agenda médica brasileira. Enquanto a vida urbana passava por grandes transformações com o contingente populacional crescente e também adoecido, os espaços rurais permaneciam distantes do aparato estatal e praticantes de hábitos considerados obsoletos.

As massas de desvalidos submetidos a condições de higiene precárias eram vistas como ameaças à ordem social e sanitária, de maneira que o projeto médico de tutelar o conjunto da sociedade serviu bem aos anseios estatais. Essas premissas vislumbravam para além da saúde do corpo, uma gente doente implicava em um país doente. Sanear a população era também cuidar da nação, propiciar as bases para os projetos de modernização e alcance do progresso. O discurso vigente era o reequilíbrio da ordem e da saúde, cenário propício para o período sanitarista que tinha por missão instruir e sanear a população convalescida pela doença e pela ignorância. A chamada “era do saneamento” (HOCHMAN, 1998), iniciada na Primeira República, inaugura um período de grandes contradições, marcadas por uma reforma sanitária de cunho nacionalista e civilizatória, recheada de estereótipos sobre as populações interioranas, de saberes tradicionais e de descendências mestiças.

Embora o determinismo racial não seja a bandeira explícita da campanha sanitarista, o discurso racial nesse período é remodelado, camuflado por estereótipos culturais, cumprindo o objetivo perverso e aniquilador do racismo: o questionamento do caráter humano, e a figura do elemento branco como o alvejante moral.

A campanha sanitarista resultava de uma movimentação da elite médica e intelectual ao Brasil doente, discurso inflamado pelo médico Miguel Pereira. O Estado passa a assumir o caráter tutelar de cuidar dessa população doente e promover a reabilitação da nação. Era preciso sanear essa gente doente. Hochman (1998) destaca como estes cientistas e intelectuais propuseram uma terapia política de reabilitação da população enferma, com ações associadas entre medicina e educação com vista à produção de uma identidade nacional positiva que retirasse a imagem de um país marcado pelas enfermidades. As endemias rurais chamaram atenção desse movimento, e as populações interioranas e tradicionais passam também a serem o foco desse experimento médico-social.

Para a elite intelectual e médica brasileira, a imagem de um país doente traduzia um espaço de ameaça para a civilização, preocupação esta compartilhada pelo Comandante Frederico Villar, que demonstra em seu registro ser pertencente desse núcleo elitizado de produção da ciência. A Missão do Cruzador é fruto da campanha

sanitarista, mas antes de apenas ser reprodução, Villar preocupou-se em produzir também conhecimento científico tal qual que pudesse contribuir com os resultados do seu experimento social. É importante fazer esse destaque, pois a instituição militar revelava-se neste momento como guardiã da moral e guia civilizatório da nação. Embora seu comandante não fosse da área médica, reuniu os conhecimentos dos principais sanitarista do país, dentre eles, Belisário Penna, figura célebre desse movimento junto a Carlos Chagas, Oswaldo Cruz e do escritor Monteiro Lobato, que através do personagem Jeca tatu, retrataria o estado de miséria, doença e ignorância do brasileiro rural.

### 3.2.2 A redenção do *Jeca Tatu*

O “bom atirador” elimina quem nos ataca, mas o higienista multiplica os que nos defendem! O “atirador” só é útil na guerra, ao passo que o higienista é, não só um reforçador da nossa capacidade militar, mas também o construtor da nossa energia econômica, industrial, comercial e moral – cavernas-mestras da nossa capacidade civilizadora, porque, **UM POVO SEM SAÚDE PELO DESCASO DOS PRINCÍPIOS DA HIGIENE, CHEGA A SER DESPREZÍVEL E INDIGNO DA COMUNHÃO UNIVERSAL** (VILLAR, 1945, p.135, destaques do autor)

Os preparativos para o desembarque da Missão em Belém, seu primeiro ancoradouro, agitavam a tripulação do dever missionário e civilizatório. Estes são os sentimentos expressos pelo comandante Villar no registro da Missão, de que haviam males a serem combatidos: a doença e a ignorância. A campanha sanitaria entrava como o aliado forte à Marinha do Brasil.

Villar registrou seu descontentamento com a imagem do Brasil doente, e chegou a afirmar que as palavras de Miguel Pereira “soavam dolorosamente em nossos ouvidos e acelerava as palpitações do coração” (1945, p.134), eram um chamado nacional do qual sua tripulação não iria recuar. Essa figura da nação enferma traduzia o entendimento para o comandante de que “O estrangeiro está pronto a ver em grande parte do nosso território como ‘uma região imprópria à existência do homem branco’ (p.133). Ao fazer essa afirmação, Villar discorre em seu registro como o cenário de um país adoecido não se dava apenas pelas doenças que acometiam as primeiras décadas da jovem república, mas também pela falta

de *bons hábitos de higiene e educação racional e humana*<sup>35</sup> que predominava no Brasil.

Figura 17 - “Puros Jecas”



Fonte: Cyrino (2021). Registro de Villar (1944, p.408). Acervo pessoal. Fotografia de família de pescadores registrada durante a Missão do Cruzador José Bonifácio, entre os anos de 1919 a 1923, no litoral norte do Brasil.

Aqui o Capitão militar aciona a distinção entre aqueles que possuem os atributos humanos daqueles que possuem hábitos selvagens. A quais tipos de gente estaria referindo-se? Nas palavras do comandante, as zonas distantes da civilização estavam habitadas por “puros jecas”, indivíduos entregues à ignorância e às verminoses. Villar fazia referência nessa afirmação ao personagem do escritor Monteiro Lobato, entusiasta e defensor das campanhas sanitaristas e eugenistas no Brasil, que através da sua obra literária exemplificou o personagem estereotipado do Jeca Tatu, o sertanejo convalescido pela doença, preguiça e ignorância e que conhece a redenção através dos médicos higienistas.

---

<sup>35</sup> Anexo VI: O BRASIL É UM GRANDE HOSPITAL (VILLAR, 1945).

“Apaixonava-nos a campanha que Oswaldo Cruz, Belisário Pena, Monteiro Lobato, e tantos outros ilustres compatriotas agitavam”, escreveu Villar ( 1945, p. 134) com entusiasmo sobre o movimento sanitaria. O personagem de Lobato ganhou o espaço literário nacional e foi recebido com aprovação pela comunidade intelectual. Criado em 1914 para o texto *Urupês* do jornal *O Estado de São Paulo*, esgotou trinta mil exemplares entre 1918 a 1925. A saga do Jeca tatu foi publicada em fascículos na imprensa, em edições especiais e em 1941 chegou a alcançar mais de 10 milhões de exemplares vendidos, tendo sua versão também para crianças, o personagem “Jeca tatutuzinho” (Editora Globo, 2008). Não é ao acaso que Villar cita nominalmente Lobato como contribuidor da Missão. A jornada do seu personagem ilustra a relação que esse período da história do Brasil tramou *ciência, nação, civilização e raça*.

O trabalho de Lobato dedicava-se como uma homenagem as campanhas médicas pelo aperfeiçoamento da nacionalidade, seu texto “O Problema Vital” foi resultado de publicações de artigos no Estado de São Paulo e transformado em livro pela Sociedade Eugênica de São Paulo e Liga Pró-saneamento do Brasil. Embora os médicos sanitaria não promovessem os métodos da considerada eugenia negativa (como restrições de natalidade dos degenerados, esterelização e separação dos bem-nascidos), aproximava-se bastante do discurso do eugenismo, a aplicação social da eugenia. Este ponto é importante destacar, pois sanitaria e eugenia estavam ligados por um objetivo comum: o aperfeiçoamento da nacionalidade. Ocorre que a leitura do determinismo racial aparece concentrado nas práticas eugênicas e representado de modo essencial à figura do médico Renato Khel. Como afirma Diwan (2020), as biografias dos célebres intelectuais e médicos do período da Primeira República ocultam sua relação com a eugenia, reconhecidamente como uma ciência racista. O que podemos perceber ao visitar o arquivo colonial da Missão e suas articulações com esses agentes é que as campanhas de saneamento foram propulsoras de experimentos raciais de populações tradicionais, como as interioranas, de pescadores, sertanejos, agricultores e outras comunidades que desenvolviam práticas consideradas obstáculos ou atraso para o projeto de modernização. Experimentos raciais por classificar corpos, hábitos, memórias e costumes de uma população não branca, misturada do sangue preto e indígena, como inferiores e selvagens, passíveis de

aplicação de um alvejante da sua condição indigna. O experimento racial se dá à medida que essa estrutura sustenta projetos coloniais de aviltamento de culturas, territórios e práticas de vida. A existência do diferente é um lócus de luta, a tentativa de sua supressão é a expressão de domínio, marcada na narrativa oficial como benevolência missionária.

“Como calçar este país, único do mundo, fora as populações selvagens da África, que ainda anda de pé no chão?”, questionava Lobato (2010, p.31). O escritor descrevia em sua obra “O Problema Vital”, que se o Brasil fosse um grande hospital devia-se a sua população, sobretudo rural, estar entregue à ignorância de uma vida indigna, à preguiça, à falta de higiene e de bons costumes. “Dezessete milhões de opilados”, “Três milhões de idiotas”, “Dez milhões de impalupados”, denunciavam os títulos dos artigos da obra, destacando o diagnóstico de um país doente. Haveria mais do que se lamentar, a luz do saneamento traria o remédio necessário para libertar a nação do jugo da ignorância, da doença dos jecas. Mas quem era o pescador Jeca?

Jeca Tatu era um pobre caboclo que morava no mato, numa casinha de sapé. Vivia na maior pobreza em companhia da mulher, muito magra e feia, e de vários filhinhos pálidos e tristes”. Jeca Tatu passava os dias de cócoras, pitando enormes cigarrões de palha, sem ânimo de fazer coisa nenhuma. Ia ao mato caçar, tirar palmitos, cortar cachos de brejaúva, mas não tinha a ideia de plantar um pé de couve atrás da casa. Perto corria um ribeirão, onde ele pescava de vez em quando uns lambaris e um ou outro bagre. E assim ia vivendo. Dava pena ver a miséria do casebre. Nem móveis, nem roupas, nem nada que significasse comodidade. Um banquinho de três pernas, umas peneiras furadas, a espingardinha de carregar pela boca, muito ordinária, e só.

Todos os que passavam por ali murmuravam: Que grandíssimo preguiçoso!

(LOBATO, 2010, p.102)

Figura 18 - “Jeca não é assim, está assim”



Fonte: Domínio público. Capa da obra Jeca tatuzinho, edição de 1973.

O caboclo miserável, feio, analfabeto, bêbado e ignorante, que só pescava e caçava para sua subsistência, preguiçoso e de maus hábitos de higiene estava doente. A chegada do médico sanitarista trouxe novamente vida ao Jeca, na narrativa de Lobato. Este diagnosticou que sua condição era dada à doença, dos parasitas que consumiam seu organismo. Não era determinante, Jeca estava assim, não era assim. Com os cuidados médicos e de conhecimentos de higiene e bons modos poderia libertar-se da miserabilidade física e moral. A doença era uma punição da ignorância, e a ciência pôs-se como libertadora desse mal. “- Quero mostrar a esta paulama quanto vale um homem que tomou remédio de Nhá Ciência, que usa botina cantadeira e não bebe nem um só martelinho de cachaça!” (LOBATO, 2010, p.107) comemorava o Jeca, após estar liberto da doença e conquistar boa fortuna através do trabalho, anunciando a boa nova à sua gente. A

narrativa fictícia de Lobato finaliza com o Jeca alcançando a redenção através da ciência, reconhecendo os valores da pátria. Sua saúde e bom sucesso o fizeram rende-lhe vida próspera até avançada idade, Jeca estava são e contribuindo para o desenvolvimento do país. Lobato encerra seu conto com o pedido:

Meninos: nunca se esqueçam desta história; e quando crescerem, tratem de imitar o Jeca. Se forem fazendeiros, procurem curar os camaradas da fazenda, Além de ser para eles um grande benefício, é para vocês um alto negócio. Vocês verão o trabalho dessa gente produzir três vezes mais.

Um país não vale pelo tamanho, nem pela quantidade de habitantes. Vale pelo trabalho que realiza e pela qualidade de sua gente. Ter saúde é a grande qualidade de um povo. Tudo mais vem daí (2010, p.111).

O escritor estava exaltando a campanha sanitária que tinha na figura de Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Arthur Neiva, Belisário Penna como seus grandes patronos. Como abordado no capítulo anterior, a Liga Pró-saneamento investiu em expedições no interior do Brasil, diagnosticando uma série de doenças que acometiam a população, aplicando procedimentos, medicamentos, bem como ensinando hábitos de higiene física e moral, através da adoção de costumes civilizados. Preparar a boa gente para o progresso do país. Sanear era também civilizar “os escravos do verme”, como Lobato referia-se aos que estavam presos às doenças parasitárias pela ignorância. Atender a esse chamado da nação era um fato heróico, uma missão.

“Foi mister que nascesse Oswaldo Cruz, que Oswaldo fundasse Manguinhos, que Manguinhos reunisse em seu seio uma plêiade de estudiosos, e que dentre eles Belisário Pena desferisse um grito lancinante de angústia para que afinal volvéssemos para os males caseiros [...] (LOBATO, 2010, p. 10 )

A figura de Belisário Pena é marcante na campanha sanitária e representava os valores nacionalistas e da reforma social em curso na época. O estudo biográfico de Pena publicado pelo Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (THIELEN E SANTOS, 2002), destaca que o médico Oswaldo Cruz assumiu a diretoria dos serviços federais de saúde em 1903, um ano após, Belisário Pena assumir como inspetor sanitário no Rio de Janeiro após concurso para compor a campanha no país. A varíola assolava a vida urbana da então capital federal e Pena investiu na vigilância sanitária e vacinação que, ao encontrar resistência da

população, convencia com o seu jeito de lidar com o povo, segundo registros da sua biografia, mas também ameaçava internação compulsória àqueles rebeldes à determinação. Obteve sucesso também com o trato da febre amarela e seus destaques na atuação sanitária chamaram atenção de Oswaldo Cruz, a quem passou a ser muito próximo, e confiado a novas missões. Trabalhou junto a Carlos Chagas na descoberta de doenças ainda desconhecidas, como o impaludismo e a tripanossomíase, durante a estadia de três anos no interior de Minas Gerais no atendimento a trabalhadores acometidos pelas moléstias durante a construção de ferrovia. Com Oswaldo Cruz, estudou tratamento da malária em Porto Velho, examinando também trabalhadores enfermos ferroviários, exigindo o tratamento compulsório, em consequência da restrição de salário no caso de resistência. E em Belém, implantou exitosa Comissão de Profilaxia da Febre Amarela, região de desenvolvimento da extração da borracha. Seu trabalho alcançava grande destaque nacional, percebe-se nesses registros biográficos levantados por Thielen e Santos (2002), a relação do investimento sanitário com o avanço do desenvolvimento do projeto moderno nacional. Sanear o país era também uma missão patriótica de promover o progresso.

Importante percebemos que os arquivos biográficos de Belisário Penna o legitimam como um agente de libertação da doença nacional, respaldando sua missão sanitária nos interiores do país. A narrativa oficial da história elege os heróis, vilões e vítimas e/ou àqueles que deveriam ser salvos de sua própria ignorância, como seus próprios algozes. O registro biográfico do projeto colonial reafirma e justifica suas missões civilizatórias. Quem são as vozes testemunhas dessa empreitada? Vemos, como no arquivo colonial da Missão do Cruzador que, para que haja o incivilizado é determinante que exista o superior, civilizado. O indigno precede da valorização de determinada existência que deve ser admirada, inspirada, colocado como um alvo, ainda que, o corpo indigno não fosse possível de suportar, para esse entendimento, tamanha perfeição. Corpos que sempre estão em falta, triste, convalescidos, e que precisam ser salvos pela figura daqueles legitimados a benevolência da salvação e alvejamento da nação. O arquivo colonial, enquanto artefato, assume o papel de escrever na história a narrativa oficial, legitimar processos de racialização, sacralizar a exploração e aviltamento de existências. O outro é uma falta constante.

E é em 1912, por designação do chefe Oswaldo Cruz, que Penna se junta ao médico Arthur Neiva em uma expedição sanitária que resultou na publicação *Viagem Científica pelo Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás* (PENNA E NEIVA, 1999) registrando seus testemunhos junto às populações flageladas pela seca, diagnosticando doenças, espécies parasitárias, sintomas, como também as precárias condições de subsistência, alimentação, vestuário e acesso a recursos de saneamento básico, como também modos de vidas que encontravam. Diagnosticaram condições geográficas e climáticas que acometiam de forma penosa a terra, o esquecimento das autoridades públicas por essas regiões e populações, bem como o domínio de mandatários locais. Diante de todo esse cenário, Pena e Neiva demonstravam insatisfação pelo modo como os habitantes dessas regiões acostumaram-se com os flagelos da doença e pobreza. De acordo com o relato destes médicos sanitaristas, os sujeitos expressavam uma *relativa felicidade* (NEIVA E PENNA, 1999, p.172) mesmo na condição de miserabilidade, isso devido à incapacidade de suas próprias consciências. Denunciavam o ocaso e abandono dessas populações à falta de civilização, algo que os afetava intimamente, pois nutriam simpatia por aquelas pessoas: Expressavam que qualquer pessoa que examinasse as condições sociais dessa gente, logo seria surpreendida por “[...] uma organização atrasada e rudimentar; as caatingas estão povoadas de habitantes vivendo à margem da civilização [...]” (NEIVA e PENA, 1999, p. 179).

Figura 19 - O curador à sombra da jurema



Fonte: Belisário Penna dando consulta sob a Jurema. Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (COC), registro item 049. Acervo digital. FIOCRUZ, 2021.

O aperfeiçoamento da nacionalidade e o alcance do progresso do país dependiam do saneamento e instrução da população alheia à civilização. A imagem acima, recorrente em estudos sobre a campanha sanitária no país, registra Belisário Penna ao centro, sentado à rede, realizando consulta aos habitantes de Lages, no estado do Piauí, à sombra de árvores típicas da região da caatinga, as Juremas. É interessante marcar a análise semiológica desse registro. Ao ampliar a imagem é possível perceber que os homens ao redor de Penna estão com trajes de aparência formal, como terno, casacos, calças longas e chapéus para se abrigar do sol. As mulheres e crianças com vestidos e mantas sob a cabeça. Chamo atenção para as vestimentas, porque no registro do documento há destaque que os habitantes dessas regiões são “quase selvagens”, dentre hábitos, modos de vida e aparência, e na fotografia estão representados “bem vestidos” ao olhar civilizatório na presença de Penna, como um acontecimento importante à chegada do médico a regiões tão inóspitas do cuidado estatal. A disposição das pessoas na imagem também salta a

análise, mulheres sentadas com as cabeças cobertas à sua frente, os demais dispostos em pé todos ao redor do elemento central do médico, concentrado no acolhimento do atendimento. Thielen e Santos (2002) ao analisarem essa imagem, ressaltam como ela se assemelha a uma retratação de uma cena bíblica ou a um quadro artístico do pintor holandês Rembrandt (1606-1669), com o curador ao centro. Chamo atenção para o afeto que essa imagem evidencia, o caráter missionário, o alcance da redenção daquela gente doente. Penna e Neiva descreveram que o estado dos habitantes e das regiões por onde atravessaram na expedição sanitária seria comparado às descrições infernais dantesca, em referência ao Inferno da Divina Comédia, clássica obra de Dante Alighieri. Os médicos apresentavam-se ali, como descrito na obra de Lobato, como salvadores daquele povo desgraçado pela miséria e pela doença.

Esse é o retrato do Jeca que alcança sua redenção através da ciência. A perspectiva da narrativa afetuosa é marcante nos relatos de Arthur Neiva, Belisário Pena, Monteiro Lobato e Frederico Villar. A questão que se revela aqui é a do afeto enquanto uma agência, a condição incivilizada desses indivíduos justificava a missão enquanto uma obra necessária para a redenção dessas pessoas, uma ordem tutelar que esses médicos, intelectuais e militares atenderam como um dever cívico e patriótico. Sanear essas populações era também cuidar da nação e de seu progresso. O afeto enquanto agência mobiliza o discurso colonial de tom missionário e apostólico, no sentido de que mesmo que os colonizados não reconheçam a necessidade de serem salvos de suas condições miseráveis, ou seja, salvos do perigo de si mesmos, a ação torna-se válida pelo seu caráter benevolente.

Voltando a refletir com Barbosa e Goldman (2021), como pensar a relação do afeto e políticas de natureza colonialista? É pensar na expressão da violência colonial, como também já denuncia Césaire (2000), de que ninguém coloniza inocentemente. Aqui, pobreza, miséria, doença são colocadas como punição da ignorância. Ainda que sejam acometidos por diversas mazelas sociais, climáticas, econômicas ou sanitárias, o estado de indignidade é o seu pior adversário. O afeto é operacionalizado como acesso à salvação, à saúde, à dignidade, entretanto, o passaporte é a desterritorialização, a negação da sua própria existência o discurso acessível de alcance de uma unidade. Novamente, a

questão da dignidade é posta como uma possibilidade de alcance, mas uma *dignidade de segunda linha*, que é condicionada. Como uma emboscada, há sempre uma falta, o rebaixamento de si, uma vida que não vale a pena ser vivida.

É pensarmos para além do desejo íntimo do colonizador, estamos diante da operacionalização do racismo através do afeto, institucionalizado enquanto projetos nacionais de desenvolvimento, articulados pelas estruturas da sociedade que legitimaram o empreendimento colonial de sanear populações. Essa tecnologia racial de agenciamento do afeto também é encontrada na análise de Memmi (1977), nomeada como racismo caridoso, “com o mérito de iluminar as trevas infamantes do colonizado”, legitimando a colonização. Afeto como camuflagem, aqui revestida de patriotismo, para usurpação, como estratégia colonial

A missão encontrava seu respaldo, Villar escolhia os bons soldados para embarcarmos com ele no navio cruzador. O comandante narra que instruído pelo próprio Belisário Penna, o médico higienista Oton de Moura, a bordo do navio, ensinou toda a tripulação acerca dos pescadores e dos males que os acompanhavam, o diagnóstico do estado de indignidade já estava dado:

Antes de iniciar os trabalhos em Belém, do Pará, o dr. Moura começou por ensinar-nos – a todos de bordo – em magníficas palestras, ilustradas por filmes concludentes, o que representava a higiene na vida dos pescadores, em seus barcos e em suas povoações – as causas das endemias que os flagelavam; como sanear as suas aldeias e como havíamos de educar e socorrer eficientemente os nossos infelizes caboclos (VILLAR, 1945, p.136).

Os bons soldados embarcaram no navio cruzador, e estes valiam seu peso em ouro, estavam presentes nos ensinamentos passados a toda tripulação. A missão do Cruzador José Bonifácio assumia-se científica, como anunciado no jornal do Comércio em novembro de 1919. Estavam a fazer história, prontos a combater a pior das doenças, a ignorância.

Os marinheiros começavam a prepararem-se para o ritual de iniciação que *abençoaria* a Missão de saneamento e instrução dessa gente. Villar rememora entusiasmado. O navio iniciou sua Cruzada.

### 3.3 RITUAL DE INICIAÇÃO: A ENCARNAÇÃO *PATRIÓTICA* DO DIVINO

- Rei sublime! Nós somos a Marinha do Brasil! Aqui estamos em missão especial, trazendo-te a Saúde, a Instrução, a Liberdade e Fé nos destinos da Nacionalidade.

[...]

- Vivem aqui vários milhões de criaturas sem a mínima noção da grandeza da Pátria, que é um dos mais legítimos orgulhos da humanidade! Há, às margens desses grandes rios, milhares de bravos caboclos escravizados, sem compreenderem o seu próprio e imenso valor e os seus mais legítimos direitos.

(VILLAR, 1945, p.26).

A Missão revelava-se como uma grande obra cívica. No relato entusiasmado de Villar, ao aproximarem já da primeira ancoragem nas águas do Estado do Pará, Gumercindo Loreti, Primeiro Tenente da Armada a quem Villar dedica as memórias da Missão pelo seu trabalho nacionalista, organizou com a tripulação uma festa simbólica de grande significação cívica, o *ritual netuniano*. O próprio Comandante explica que tal rito já era conhecido nas armadas navais, associada a figura mitológica grega de Netuno, que expressa a máxima de controle e poder sobre rios, mares e oceanos. Seus primeiros registros apareceram ao longo das grandes navegações a partir do início do século XVI, quando os navios colonizadores avançavam nas ainda misteriosas águas do Atlântico e cruzavam a linha geográfica imaginária do Equador, que separa os dois hemisférios, segundo o historiador Gollin (2021).

[...] era uma espécie das conhecidas cerimônias da passagem da linha equatorial, nas quais surge a bordo nos navios, em pleno Oceano, **Netuno**, Rei do Mares, acompanhado da sua corte mitológica, arrogante, a interrogar os mortais que ousam penetrar nos seus domínios, a puni-los, a batizar à força os seus neófitos invasores (VILLAR, 1945, p.26, destaque do autor).

Assim como descreveu Villar, o rito representava o Rei Netuno e sua corte mitológica, surgindo do oceano, a questionar os marinheiros que ousavam entrar em suas águas. A cerimônia, tomada de grande reverência e temor, era regida pelo Comandante ou tripulante de grande honraria do navio, representando o Rei Netuno, incluindo vestes simbólicas. Após serem confrontados pela divindade, eram batizados e autorizados a seguirem adiante em sua rota, garantindo uma navegação tranquila. A figura a seguir reproduz conteúdo do Arquivo Histórico Regional da

Universidade de Passo Fundo, que ilustra certificado de batismo equatorial de 1920, contemporâneo a Missão, atribuindo a Netuno como Coordenador de “Mares, Lagoas, Rios, Pântanos, Aguaçales” (GOLLIN, 2021).

Figura 20 - Batismo Netuniano



Fonte: Certificado de Batismo Netuniano, arquivo reproduzido por GOLLIN (2021), do Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo.

Debrucei-me, com desconfiança, a imagem feliz da divindade na figura anterior. O Rei Netuno emerge das águas, a frente do navio que o invoca. Coroado, com o próprio sol sob sua cabeça, resplandece triunfante, seus cabelos e barba são as próprias águas oceânicas. O imponente tridente de Netuno serve de estandarte para

uma bandeira, nas cores branca e vermelha, com as insígnias H. S. D. G.<sup>36</sup>, atribuída à Companhia Marítima alemã responsável pelo trânsito marítimo de imigrantes europeus e mercadorias entre Hamburgo e Brasil desde o fim do século XIX. Sendo, à época, estimada empresa navegadora em território nacional, por ter recebido do próprio Dom Pedro II, no ano de 1888 - em que foi promulgada a abolição do regime escravocrata de negros africanos - a chancela de atuar em águas marinhas, como incentivo ao desenvolvimento econômico do país. Revela-se então, o Rei Netuno abençoando majestosamente com seu tridente *a chegada triunfal do progresso à nação brasileira*.

Ao aproximarem do Estado do Pará, no canal de Bragança, rumo a Belém, na celebração narrada por Frederico Villar, o Cruzador José Bonifácio encontra a encarnação da divindade mitológica das águas, entretanto, eis que emerge não o deus Netuno, mas o próprio Rio Amazonas encarnado, o Rei dos Rios, que passa a interrogar o Comandante da Missão, com tonitruante voz:

- Quem sois vós, atrevidos marujos da Água Azul?! Como ousais penetrar em meus domínios?! Pretendem por ventura, “infames” espíões, desvendar os segredos dessas águas, que são as maiores maravilhas da Natureza?!

- Que quereis aqui, audazes invasores?! Se me não responderdes imediatamente, levantarei, agora mesmo, uma das minhas Pororocas e vos afogareis impiedosamente, a todos, num abrir e fechar d’olhos! Nem mais um passo (de hélice) para frente! (VILLAR, 1945, p. 26).

A voz imponente do Rei do Rios ressoava no convés, acompanhada de um demorado silêncio. Até que, o próprio Villar, curva-se de modo respeitoso à divindade e apresenta-se como a Marinha do Brasil e sua tripulação como seres semelhantes à imagem divinal. É uma missão especial, explica Villar:

**Somos teus irmãos e amigos!** Nas terras lindas que banham tuas águas, habitadas por brasileiros de grande préstimo e acendrado patriotismo, há sem conta analfabetos, verminóticos, leprosos, sífilíticos, papudos,

---

<sup>36</sup> Também conhecida como Hamburg Sud, a H. S. G.D - *Hamburg-Südamerikanische Dampfschiffahrts- Gesellschaft*, possui 150 anos em rotas de trânsito da Europa com o atlântico sul, afirmando-se como atual líder mundial no mercado de transporte de mercadorias, conforme consulta ao site institucional da empresa (HAMBURG SÜD, 2021). Em simples consultas a portais populares de notícias germânicas no Brasil, a contribuição da Hamburd SÜD é alçada como uma grande conquista para o desenvolvimento econômico brasileiro, desde a época das rotas migratórias, como incentivo também ao trânsito cultural.

impaludados e alcoólatras, **mísera gente infeliz, arruinada por endemias terríveis** – muitas evitáveis e curáveis; gente patricia cujos sofrimentos bradam aos céus.

**Enquanto os outros povos se agitam com a mira de um ideal superior**, com a constante preocupação do Progresso, da Justiça, da Liberdade, da Civilização e do Trabalho, **sob os mais belos aspectos da felicidade humana**, o nosso caboclo queda-se inerte e fatalista, apático e marasmado, submisso e resignado às autocracias da Doença, da Ignorância e da Expoliação. (VILLAR, 1945, p. 27, grifos meus).

O discurso sanitarista, como já vimos na seção anterior, fica evidente na narrativa de Villar. É o próprio Jeca Tatu de Lobato. Alguns aspectos merecem uma especial atenção no trecho destacado acima: *a semelhança da tripulação com a divindade*, como pertencentes a uma linhagem superior; *o marcador estereotípico* dos pescadores como determinante de estirpe inferior; *a justificativa colonizadora* de salvação.

Já vimos como a construção filosófica da ideia de dignidade foi posta como dádiva concedida aos merecedores por qualidade de sangue ou por direito, como também objeto de alcance por meio da disciplina e educação. Esses ideais atravessaram a construção de diversos conhecimentos, especialmente, de cunho nacionalista. Mais do que constatar que há uma gente incivilizada e miserável é necessário demarcar a superioridade e distinção destes. Como em Fanon (1968), o que vemos aqui é o branco além de ser o elemento alvejante da impureza, elevar-se tal qual a própria encarnação do divino.

A ideia de da dignidade como graus de elevação e hierarquia foi tratada no pensamento renascentista por Pico della Mirandola, em sua obra “Discurso sobre a dignidade do homem”, do final do século XV. Mais do que estabelecer os degraus da dignidade, o filósofo concebia-a como um passaporte para a semelhante perfeição divina. No período pré-moderno da luz, o digno resplandecia como a perfeição desejada. O humanismo de Pico de Mirandola elevava o homem ao ser mais digno da criação, *a existência do homem como um milagre*. Possuía a liberdade e autonomia de esculpir-se, elevar-se, regenerar-se as formas superiores. Assim como havia graus de elevação, também havia de baixeza. Essa hierarquia passava a estabelecer fronteiras entre o humano e o não humano.

Na tradução comentada da obra, para língua portuguesa, Minghetti (MIRANDOLLA, 2015), discorre que para Pico, o livre-arbítrio de mudar a si mesmo é um elemento constitutivo da raiz da dignidade e, assim como na história da humanidade, das instituições e do pensamento, a evolução estaria ligada a autotransformação. No estilo literário de aforismo, o filósofo descreve uma conversa do Criador, Deus, com Adão, em referência a história bíblica judaico-cristã do livro de Gênesis:

Não és celeste tampouco terrestre, nem mortal ou imortal, para que por si, como bom artífice esculpa a forma que eger, segundo o teu desejo e resolução. Dado teu alvitre poderás degenerar até os desarrazoados inferiores, ou se aproximar dos superiores se tua consciência regenerar.

[...]

Para entender que nascemos com a suprema condição de escolher ser o que almejamos, é necessário refletir com zelo, dado não avisem que dessa honraria não apercebamos a transformação em ímpios, insensatos e estúpidos (MIRANDOLLA, 2015, p. 64 e p.77)

Ajari (2019) traz a discussão à produção de Pico della Mirandola como mais uma das determinações da *dignitas* de elemento separador da concepção daquilo que é humano do que é bestial. No caminho à dignidade, havia a dualidade da alma humana entre o chamamento ao céu e a descida ao inferno. Como no discurso mítico de Villar, estavam separados aqueles semelhantes a própria divindade, sua própria encarnação, no Surge et ambula, de Cristo à Lázaro, do Cruzador Missionário aos pescadores. Dualidades: luz e trevas, vida e morte, humano e animal, digno e indigno, conhecimento e ignorância. “É que a alma humana ela mesma, aos olhos de Pico, é como dividida – não deixando lugar entre os dois onde reside as ambiguidades humanas” (AJARI, 2019, p. 6). O conhecimento, a ciência, elevaria a qualidade humana dos instintos animais.

Às portas das grandes navegações, o trabalho desse filósofo humanista acabou por reforçar, posteriormente, o discurso colonizador da ideia do controle dos corpos selvagens, da admoestação dos impulsos, da racialização de modos de vida classificados como inferiores, na concepção de Ajari (2019). Ao trazermos ao debate essa discussão filosófica na escavação dos arquivos da *Missão*, estamos tratando do projeto colonial no estabelecimento da personificação da brancura como elemento estruturante da ordem civilizacional. Tais discursos foram

operacionalizados como argumento para bestializar corpos, retirar o seu caráter humano. Eis a insistente tentativa do colonialismo por seus diversos modos de operacionalização; que no racismo científico, a formação da ideia, do pensamento, do saber, torna-se aparato cirúrgico no processo de racialização de corpos não brancos, de pensamentos não brancos, de atos não brancos. Na busca de sua autotransformação para a escolha da proximidade celestial, um modo de ser é invocado como alvo a ser alcançado. A justificativa salvadora colonial sustenta-se no argumento regenerador dos costumes bestiais à civilização, movida por humanos de estirpe superior, próximos ao Criador, com sua humanidade resplandecente. O divino encarnado, Rei Netuno fluvial, dialoga com a tripulação da Missão do Cruzador José Bonifácio, na descrição mítica de Villar, com os olhos encachoeirados e voz de trovão que ecoava por toda a margem do Rio-Mar: “Passai, senhores! Vós sois, realmente, enviados de Deus e da Pátria muito amada! Vós sois o CRUZADOR DO BEM! Passai e sêde bem-vindos às nossas plagas e ao nosso coração!” (VILLAR, 1945, p.27, destaque do autor). Depois de tal ordenamento divino, cantos patrióticos foram entoados. A Missão do Cruzador José Bonifácio estava autorizada a seguir.

A escavação dos artefatos coloniais do Cruzador passa a adentrar o convés do “Cruzador do Bem”. Manuais de conduta são estabelecidos para o controle de corpos indignos da gente que precisava ser saneada e instruída para tornarem-se digna de servir à nação. A condição de indignidade está relacionada diretamente com o projeto de modernização, que estabelece marcadores na tentativa de domesticação, docilização e controle. Produção de vidas *inviáveis*, insuportáveis de serem vividas, em que seus modos de existência são conflitantes com o projeto de desenvolvimento instituído e sua dignidade é contestada. Estabelece-se uma distinção de odores, comportamentos, gesticulação, vestimentas, olhares. A tripulação ancora em Belém, há um convite ao convés, um chamamento da Nação ao experimento de instruir e sanear.

#### 4. POR DENTRO DO VIVEIRO: A LIMPEZA DA NAÇÃO

Que era “aquilo”?! Que lindo “pano verde e amarelo cheio de estrelas”, era aquele que, como a “Bandeira do Divino”, inspirava tanto respeito e veneração a essa gente da Marinha?

Muito desses caboclos nunca dantes o haviam visto; sentiram-se, entretanto, atraídos e dominados por uma imperiosa reverência à nossa Flâmula: Era a Pátria que lhes falava à alma e ao coração! (FREDERICO VILLAR, 1945, p. 42).

O chamado à nação como imperativo civilizatório foi marcado no período da Primeira República, nas primeiras décadas do século XX, a ordem e o progresso estavam relacionadas ao desenvolvimento da modernidade do país e da sua própria gente. A exaltação da nação implicava também em um tipo de gente apta para servir ao país e com os valores da pátria. Afinal, quem eram os brasileiros? Um país em busca do progresso e em desenvolvimento exigia, nesse discurso civilizatório, a construção de uma identidade nacional, produto do investimento em um projeto de engenharia social, propulsionado a partir da década de 1930, que atravessa o período do Estado Novo, através da liderança do estadista Getúlio Vargas. A administração do outro, o controle de sua existência é apresentado como libertação de si. Importante destacar que os determinantes raciais não são abandonados nesse período reformável, como insistem algumas correntes de interpretação do processo de racialização do país, pelo contrário, eles assumiram novas tecnologias de poder, estando presentes na efetivação de controle e admoestação através de normativas, códigos de conduta, organização econômica e social e acesso a garantias fundamentais. O caráter ambivalente da fantasia colonial, em que ao mesmo tempo em que o nativo é progressivamente reformável, ela nega ao colonizado a capacidade de se autogovernar, legitimando, assim, a autoridade do poder colonial, como afirma BHABHA (1998, p.111), “o objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução”, delimitando, nessa compreensão, uma *nação sujeita*, a operacionalização tutelar de governabilidade e domínio da existência do outro.

O processo de racionalização atravessa, ainda, diferentes posicionalidades dos sujeitos, territorialidades, modos de vida e trabalho, classe, gênero, culturas, ritos e

práticas de cura, construção da memória entre outras expressões. Na construção dos projetos de nação dos Estados contemporâneos, como explica Almeida (2020), a classificação racial foi elemento determinante para a definição de hierarquias sociais, a condução do poder e as estratégias econômicas de desenvolvimento. No Brasil, atravessar a barreira fronteiriça que separa o não-civilizado do civilizado, o atraso do progresso, as trevas da luz, urgia, necessariamente, a possibilidade de pertença a um mundo branco, o embranquecimento como passaporte civilizacional. O argumento da modernização do país e alcance do progresso através da civilização alcança, no Estado Novo, um discurso tutelar de reforma e cuidado, uma pátria que corrige e educa seus filhos pelo caminho redentor da aquisição da nacionalidade. Embora se possa pensar que o discurso racial esteja camuflado, ele revela-se a todo tempo, na estereotipação e classificação do outro, na eleição do sujeito civilizado, na construção de uma identidade nacional caracterizada por determinantes raciais, regulamentada por dispositivos legais.

É neste contexto que a manifestação reformista de condutas encontra amparo e propaganda no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. O sucesso da campanha sanitária reforça o caráter de controle social não apenas do modo de trabalho, mas do como viver. A medicina e o militarismo estiveram aliados nesse processo de construção do ideal de nação e povo brasileiro, sobretudo numa perspectiva pedagógica reformista do controle do corpo e fortalecimento da raça. A eugenia encontra amparo na sua expressão social, de caráter reformista educacional dos considerados degenerados. A eugenia positiva e eugenismo tinham a premissa da admoestação e controle dos impulsos, o aperfeiçoamento da nacionalidade, legitimando-se na própria Constituição Federativa do Brasil, de 1938, e em diversos materiais educacionais promovidos pelo médico Renato Kehl, um dos principais representantes da chamada *ciência dos bem-nascidos*.

É sob esses argumentos que Frederico Villar ampara a Missão do Cruzador José Bonifácio como também uma missão científica, na elevação dessa gente degenerada para o fim missionário de aperfeiçoamento nacional. Criando também manuais civilizatórios a fim de serem aplicados na execução do experimento de racialização das populações pesqueiras através das colônias de pescadores, como *viveiros humanos de civilização*.

Neste capítulo, trazemos a discussão da exemplificação do pacto narcisístico da branquitude, como denuncia a pesquisadora Bento (2022), que tem como componente a autopreservação, em que aquilo que é classificado como diferente é sistematicamente identificado como anormal, ou ameaça à normalidade e ao universal. Desse modo, trata-se de um investimento de manutenção dos seus próprios privilégios, justificando as desigualdades pela falta do esforço, mérito, educação, dignidade. Mais do que isso, o que está em jogo é viabilizar uma branquitude que não está dada, que precisa se legitimar diante do colonizador europeu, em um país “impróprio para existência do homem branco”, como afirma Villar (1945, p.33). E para alcançar tal feito, dispõe-se a aderir o *modus operandi* colonial, para afirmação da branquitude nacional que assume o projeto de *instruir e sanear* os degenerados. Nega-se a herança escravocrata que beneficiou positivamente as pessoas brancas e trouxe discriminação e exclusão às populações negras, como no experimento racial identificado neste trabalho, da Missão Cruzador José Bonifácio, em que as pessoas foram classificadas como doentes, atrasados, distantes da nação. Não sendo um elemento isolado, mas constituinte de um projeto de nação que se sustenta nesse pacto narcisístico, em que o espelho da normalidade reflete um modo de existência digno.

Subimos ao navio Cruzador junto à população pesqueira em Belém do Pará, na seção O DEVER DE OFÍCIO DE EMBRANQUECER: O “CONVITE” AO CONVÉS, a partir da narrativa romanceada de Frederico Villar, a pátria é personificada com uma função ambivalente, paternalista protetora e ao mesmo tempo correcional. Os estereótipos são demarcados como fronteira entre aqueles que alcançaram a civilização daqueles que jazem cativos à sua própria ignorância. Trazendo detalhes da narrativa militar desse encontro entre essas populações e a tripulação.

O debate do projeto reformista pedagógico da nação, no período varguista do Estado Novo é discutido na seção TÉCNICAS DE APERFEIÇOAMENTO HUMANO: O BRANQUEAMENTO DA NACIONALIDADE, em que processo de racialização revela a afirmação de uma brancura como agente alvejante dessa população escurecida e doente, se não do seu corpo, dos seus costumes ou de revestir o corpo enegrecido de símbolos nacionais. Nesse processo, a prática social da eugenia ganha fôlego e aparato estatal, constituindo-se como importante mecanismo civilizador de uma identidade nacional e aporte para campanhas de saneamento e instrução, como a Missão do Cruzador. Na seção seguinte, DA NOBREZA DO CARÁTER, são discutidas como os projetos de reforma social foram utilizados como estratégias do experimento de racialização em que os negros são utilizados como objetos de repúdio e ao mesmo tempo como instrumentos para projetos de redenção através do aperfeiçoamento nacional, como examinado nos artefatos coloniais que são dispostos como guias de conduta e passaporte civilizacional. Discussão que se complementa na última seção, “BRASIL ACIMA DE TUDO NA VIDA, OS BRASILEIROS ACIMA DE TODOS NA TERRA”, que traz a máxima registrada nos documentos militares e que exalta um modo de existência como humano e determina quem são os brasileiros, através de instrumentos de governabilidade da ameaça da raça degenerada ao ordenamento nacional.

#### 4.1 O DEVER DE OFÍCIO DE EMBRANQUECER: O “CONVITE” AO CONVÉS

O navio de guerra do Cruzador cumpria seus ritos oficiais de chegada para iniciar as ações do projeto de nacionalização da pesca, pelo Ministério da Marinha, instalando postos de saneamento e escolas primárias nas colônias criadas. As colônias serviam como braço do Estado regularizando a pesca e controlando a atividade em todo litoral. A promessa de modernização da prática pesqueira atendia a uma emergência nacional de desenvolvimento industrial. O trabalho artesanal e a falta de regularização e controle da atividade no país era um dos obstáculos que se apresentava, entretanto, outro se mostrava preocupante: os pescadores.

Em letras destacadas Frederico Villar registra que foi realizado um convite aos pescadores, das zonas mais próximas de Belém, a comparecerem ao convés do navio de guerra Cruzador José Bonifácio. Segundo Villar, muitos faltaram ao

primeiro chamado, receosos pela “intimação da autoridade”. Entretanto, cerca de duzentos obedeceram ao “convite”. Subiram ao convés em estado de miserabilidade e ingenuidade, doentes e famintos. A narrativa militar enfatiza a bondade e acolhimento da tripulação, que lhes serviu alimento, concedeu abrigo e cuidados médicos. Dois mundos estavam dispostos, a subida ao convés representava a passagem da fronteira posta como passaporte para uma liberdade anunciada. Assim, inicia o capítulo “A Elegância da Marinha” que narra sobre os primeiros contatos com os pescadores com o objetivo de ouvi-los, cadastrá-los e regularizá-los. Não por acaso, esse título dizia exatamente ao que servia, o discurso colonial estereotipado ressalta a superioridade dominante. A elegância da armada naval revela-se na inferioridade com que aquele tipo de gente apresentava-se, a possibilidade de ingresso civilizatório era colocado como horizonte a ser perseguido e desejado. Narra-se o desejo de ouvi-los, mas não encontramos falas, nomes, identificação dos pescadores. A narrativa é sobre o domínio e governabilidade daquele que tem a missão de salvá-los da própria indignidade. O discurso colonial se apresenta como exaltação à branquitude.

Figura 21 – Tripulação do Cruzador



Registro de imagem: Fotografia da página 129 de VILLAR (1945). Acervo pessoal.

No convés do navio iate Cruzador José Bonifácio, o comandante Frederico Villar, ao centro, reúne dez oficiais para a fotografia, um dos poucos registros ilustrativos da

obra da Missão. De branco, com o uniforme náutico e suas patentes, representam a nação e a ordem civilizacional que estavam dispostos a cumprir como missão patriótica e divina, *salvar aquela gente*. “Passadas as recepções oficiais e as primeiras manifestações de carinho com que o bom povo paraense acolhe sempre os nossos navios de guerra, demos início naquele Estado aos trabalhos da Missão”, narra Villar (1945, p.37).

Inicialmente três providências estavam traçadas, criar uma Colônia Cooperativa em cada vilarejo de habitantes pescadores para a instalação do “Serviço de Pesca e Saneamento do Litoral”, registrando a população, as embarcações, apetrechos e produção, sendo a base para qualquer ação social, militar e administrativa do governo; em segundo, criar as escolas primárias para os filhos e filhas dessas populações, ensinando os valores cívicos e nacionais; a terceira, montar um Posto de Saneamento. A pesca estaria assim, nacionalizada e regularizada. Esse era o plano, segundo as palavras do comandante, mas, antes, eles gostariam de ouvir aquela gente. Com ênfase, Villar descreve o convite realizado e o estado de miserabilidade física que estavam aqueles que atenderam ao primeiro chamado:

“CONVIDAMOS, por vários meios ao nosso alcance, os pescadores das zonas mais próximas de Belém. Queríamos ouvi-los. A reunião realizou-se quatro dias depois. Faltaram em grande número. **O estado físico dessa gente era verdadeiramente lamentável:** a verminose, a malária e outras endemias devastavam a terra paraense. Alguns deles, vindos de muito longe, a remo e à vela, ficaram alojados a bordo. Outros, doentes, foram recolhidos à enfermaria do navio. A todos foi servido um bom lanche. Aos que mais cedo regressavam, aproveitando a maré e a brisa da tarde, foram dados víveres e roupas. Quanto trabalho útil. A impressão que nos deixaram foi ótima. É uma gente simples, boa, inteligente, interessante e valente no mar” (VILLAR, 1945, p.38, destaque do autor).

Lamentando que muitos faltaram, Villar (1945, p. 38) rememora que duzentos desses “bravos homens – os que ‘corajosamente’ haviam obedecido à ‘intimação da autoridade’ coisa que sempre recebiam com grande receio, tinham lá suas razões. O recrutamento e a violência eram tradicionais”. O *convite corajoso e obediente* deixa a interpretação de algo que mesmo sendo um chamado voluntário importava também em obedecer ao ordenamento da figura militar, que foi dado através do convite por vários meios que dispunham à Marinha. A narrativa rapidamente retoma a sua condução paternal, discorrendo que poucos dias depois, desde o amanhecer do dia, eram muitos mais que se aproximavam e traziam agora suas mulheres, mães

e filhas. Em seu relato, chega a estimar o número de talvez mil pessoas. Pediam consertos e reparos em seus barcos e tudo era oferecido gratuitamente, ao que se espantavam:

“-Tudo de graça? Perguntavam. - Sim! respondíamos. - Estamos pagando as dívidas que a Nação tem para com vocês! TUDO DE GRAÇA!” Os caboclos estavam radiantes! Olhavam-nos nos olhos, fixamente, sem desconfianças, sem pensamentos ocultos!” (VILLAR, 1945, p.39).

O capitão de mar e guerra passa a descrever as populações pesqueiras que subiam ao navio, repletos de ingenuidade e curiosidade, em estado de extrema pobreza e simplicidade. A construção da transparência desses corpos é parte da construção de sua docilidade. Nessa interpretação, estão entregues, dóceis, admirados do lugar que estavam adentrando. Tocam seus pés descalços do outro lado da linha fronteiriça do *mundo colonial cindido em dois* (FANON, 1968), o mundo do colono, almejado, reluzente, aonde esbanja vida sadia e dignidade, aqui o nomeio como o *lugar de honra*. Este lugar em que, nesse paradigma, repousa a segurança da normalidade, dos costumes civilizados, da ordem e do progresso da pátria. De onde essa população vinha, não eram capazes de enxergar e estava ali, *acessível, alcançável, o lugar* desejável. “Como crianças grandes, vivazes e duma ingênuo e impressionante simplicidade – como nossos índios – *tudo invadiam* e tudo admiravam. Subiam pelos mastros acima como velhos marinheiros [...]” (VILLAR, 1945, p. 39, destaque meu). A narrativa romanceada vai desvelando-se ao passo que vamos escavando suas palavras e sentidos, os que ora foram *convidados*, agora *invadiam* aquele lugar ao qual não pertenciam e se revelava redentor nas palavras de Villar.

Foram reforçados os suprimentos para lhes oferecer suportes, alimentação e cuidados à sua vida miserável. “Gente simples e paupérrima, tinham, no entanto, um aguçado sentimento de honra! Não levava senão o que lhes era dado e mostravam-se gratíssimos e contentes” (VILLAR, 1945, p.40). As crianças comiam biscoitos, os enfermos eram atendidos pelo médico e toda tripulação acolhia solícita “[as embarcações] cada vez em maior número, graciosas, vinham, de mais e mais longe, em busca do Cruzador Missionário” (p.40). O estandarte da bandeira tremulava no convés, a Missão do Cruzador estava iniciada, Villar narra o sentimento daquela

gente, a pátria é personificada como a imagem do próprio divino. A narrativa muda para um tom solene, a banda marcial dá o aviso:

A um sinal – à hora exata do mergulho do Sol no horizonte – rufam os tambores, clangoram as cornetas, e a “marcha batida”, cadenciada, vibrante e imponente, saúda e glorifica o pavilhão que, lentamente, desce... A guarda apresenta armas. Toda a guarnição, formada na tolda, em parada, com o seu Comandante à frente, faz a continência militar. Cerimônia magnífica! Nos olhos daquela boa gente praiana – homens, mulheres e crianças que literalmente enchiam o convés do nosso navio – havia um brilho especial fulgor...Encontram-se, insensivelmente, uns aos outros, como que tocados por uma força mágica, experimentando uma sensação até então desconhecida. Havia no ar qualquer coisa de excelso, de sublime, que eles não podiam explicar. Algumas mulheres, tocadas pela imponência da cerimônia cívica, nos parecem transfiguradas; ajoelham-se lentamente, estreitando ternamente sobre o peito os filhinhos, que as rodeiam, guardando uma atitude impressionante, presas de uma profunda emoção mística, com os olhos rasos d’água, **fitando a Bandeira que lentamente era arriada ao som daquela música estranha...Era um quadro digno de um grande pintor! (VILLAR, 1945, p.41).**

O cenário narrado compõe a atmosfera nacionalista defendida pela armada naval. A pátria falava àquela gente, essa personificação é o elemento racializador reformista dessa gente não branca, que se quer havia ouvido antes as notas do hino nacional, foram assim “atraídos e dominados por uma imperiosa reverência à nossa flâmula, era a Pátria que lhes falava ao coração” (VILLAR, p. 42). O *convite ao convés* era um chamamento nacional. Mas, como o projeto colonial ao mesmo tempo em que traz determinações estereotipadas e desumanizantes sob o outro pode tratar de benevolência e redenção a corpos inferiorizados? O pacto narcisístico importa também ser benevolente? A escavação deste artefato colonial traz elementos que revelam traços dessa estratégia colonial. Importa que os privilégios e a superioridade não sejam corrompidos. O branco como agente civilizador e missionário, ocupa na classificação racial o *lugar de honra* que determina o outro como o sujeito reformável e, portanto, inferiorizado. As correntes raciais, com vimos, tiveram diferentes orientações, seja da redução étnica através da miscigenação, do sanitarismo e limpeza da doença e da moral, ou contrárias a mistura racial como elemento degenerador, como defende eugenia e a separação dos bem-nacidos. O ponto que estas teorias se cruzavam estava no *aperfeiçoamento da nacionalidade*.

No Brasil, a diversidade racial foi celebrada por estudiosos, a exemplo de um dos maiores expoentes dessa vertente, Gilberto Freyre (1992), que via com entusiasmo

a mestiçagem a partir da convivência harmoniosa entre as raças, como potência de força nacional e que, as fraquezas decorrentes estavam ligadas não a aspectos de raça, mas de saúde e cultura. Essa perspectiva também adotada pelo viés sanitarista aproximava-se da limpeza dos não brancos, dada a sua inferioridade devido à deficiência moral, cultural, sanitária e de ambiente. O perfil pedagógico e reformacional ganha destaque. Jerry Dávila (2006) em sua obra “Diploma de brancura” chama atenção como Freyri avalizou a eugenia, embora fosse solidário a miscigenação, como uma possibilidade de lidar com as condições raciais, sobretudo, dos mestiços doentes em condições sociais miseráveis e mal nutridas. Corroborando com D’ávila, o que vimos no Brasil das primeiras décadas da República foi o desenvolvimento de um *nacionalismo eugênico*:

[...] essa variedade de eugenia combinava bem com as ideias sobre raça defendidas pelas elites brasileiras, que admitiam a inferioridade dos pobres e não brancos e, ainda assim, buscavam a possibilidade de recuperar essa população, e conseqüentemente, a nação ( 2006, p. 32).

Dessa forma, podemos entender como a perspectiva reformista abraçava as demais vertentes vigentes e camuflava o aspecto segregacional e potencialmente racializado. A leitura pedagógica desse modelo de eugenia, enfatiza o seu papel missionário, como um dever de embranquecer a população, embora camuflado de valores nacionais, sustentando a máxima de que no Brasil não houve investimento em políticas de segregação racial. Nessa concepção, a nação personificada não exclui, ela limpa e instrui, acolhe e corrige. A demarcação do inferior é ponto de partida para sua operacionalização. A ciência redentora, como na perspectiva positivista, trataria de dar ordem a essa população desalinhada da moralidade e perdida pela sua própria ignorância.

Essa orientação eleva o colonizador na figura de salvação e respalda sua ação como benevolência e missão, da qual não pode se furtar. Embranquecer é um dever de ofício para quem o exerce e uma dádiva para quem recebe, suprimindo a falta constante. “Sem saúde, sem escolas, sem estradas, sem liberdade, sem educação de qualquer espécie, o nosso pescador era o homem primitivo, esmagado pelo “prestígio”, pela “autoridade” e pela força dos donos da terra! (1945, p.50). Onde passava a Missão aquela gente já não era a mesma, na leitura militar. Foi-lhes dado alma, *alma de cidadão* (p.50). A missão do Cruzador era, segundo Villar, uma

*missão abolicionista*<sup>37</sup>, considerando que muitos pescadores ainda viviam como *escravos*, seja dos mandões locais, donos de terra, ou escravos de sua própria miséria. “Demo-lhes alma de cidadãos de uma terra livre, demo-lhes consciência brasileira; içamos em suas aldeias a Bandeira do Brasil! [...] fizemos do nosso navio uma escola de civismo e uma enfermaria; tratamo-los com carinho” (VILLAR, 1945, p.51).

O colonizador se coloca enquanto quem sempre oferta algo a uma gente ou a um lugar que sempre falta. Na perspectiva da salvação redentora camufla-se o controle de qualquer ameaça aquilo que era diferente do reflexo do espelho narcisístico colonial. Era preciso ensinar a essa gente, desde a sua infância. Volta-se o olhar para as crianças, como àquelas que vão reproduzir para suas gerações os ensinamentos.

#### 4.2 TÉCNICAS DE APERFEIÇOAMENTO HUMANO: O BRANQUEAMENTO DA NACIONALIDADE

A Missão do Cruzador em seus quatro anos de ação, de 1919 a 1923, criou mais de oitocentas colônias de pescadores, instalando cerca de quatrocentas escolas primárias, como resultante do Serviço de Saneamento e Instrução. Villar atesta que, segundo dados da Confederação Geral de Pescadores, 19.409 (dezenove mil, quatrocentos e nove) crianças foram matriculadas, estimando que nos vinte anos da Missão, em que registrava tais memórias, “[...] pelo menos 380 mil crianças tenham recebido instrução ministrada em resultado da Missão do cruzador “José Bonifácio” (VILLAR, 1945, p.47). A figura 22, a seguir, registra uma das escolas primárias instaladas nas colônias de pescadores, ressaltando as crianças perfiladas e uniformizadas, calçadas, com camisetas brancas, gravata e saíotes e ou calças. Tais escolas foram classificadas como *sementeiras do futuro*, referência a germinação de novas criaturas, com hábitos e costumes civilizados.

---

<sup>37</sup> Ver capítulo III *Surge et ambula, levante-te e anda: à bordo do cruzador missionário*.

Figura 22 - Colônias de pescadores: sementeiras do futuro



Fonte: Fotografia de Escola de Colônia de Pescadores. Sem indicação de localidade. Datada entre 1919 a 1923. Registro na obra de Villar (1944, p.35). Acervo pessoal.

Por que o interesse na infância? Esta não era uma preocupação apenas de Frederico Villar. O viés educacional reformista é assumido no decorrer das campanhas sanitárias, como a máxima da Missão do Cruzador José Bonifácio, era preciso *sanear e instruir*. No estudo de Jerry D'avilla (2006) em que provoca a tese do diploma de brancura, esse passaporte estava diretamente ligado a um combinado de hábitos, aparência, comportamentos, valores, sentidos e expressões brancas, manifestadamente trabalhadas no sistema educacional. A engenharia social promovida pelo governo varguista na década de 1930 acreditava que a modernização do país poderia advir também através do desenvolvimento do próprio povo, tal como no ensinamento positivista, em que as pessoas poderiam ser ensinadas como crianças a viver no mundo moderno. A instrução e saneamento alcançam o status ministerial, através do Ministério da Educação e Saúde - MES, em 1930, legitimando a expansão dos ideais reformistas da população, em que o desenvolvimento nacional, ligado a expansão industrial, também estava relacionado a progresso de uma cidadania conquistada a partir da identificação de um conjunto

de valores considerados civilizados. A visão dicotômica do tradicional como atrasado e obstáculo para o desenvolvimento, impulsiona o discurso reformista, como vimos no capítulo anterior, em que pese sobre a campanha sanitarista, na redenção do *Jeca tatu*, personagem de Monteiro Lobato.

O processo de racialização vai sendo camuflado como apreço ao status de cidadão, entretanto, este precede de requisitos dos quais reforça padrões hierárquicos, em que ora o sujeito precisa se adaptar, ora sua existência é negada. São valores, costumes, hábitos, comportamentos dos quais não há pertencimento. Uma nova roupagem, em que é preciso despir-se e que a pele, sua própria composição, é arrancada junto à vestimenta. As crianças não eram o problema, como identifica D'avila (2006, p.77), “remediar esses males sociais significava utilizar as crianças para ensinar a sociedade”, dessa forma eram percebidas pelos programas reformistas como possibilidade de acesso a reprodução de hábitos e comportamento através do modo disciplinar, ao mesmo tempo em que se classificava como deficiente algum aspecto comportamental ou cultural diferente. Portanto, a força do papel reformista civilizatório estava respaldada, e os reformadores educacionais ganham a possibilidade de colocarem em práticas seus ideais. Esta compreensão nos faz retornar novamente a discussão sobre eugenia e como sua aplicação social passa a ter papel fundamental nesse processo, um investimento multifacetado e sofisticado do racismo científico, como o experimento racial do Cruzador José Bonifácio, que nos leva a escavar artefatos originais produzidos por Kehl.

Vários estudiosos sobre a eugenia apresentam interpretações sobre o modelo considerado mais radical de eugenia, desenvolvido no norte europeu e, especialmente, nos Estados Unidos. A pesquisadora Nancy Stepan (2004) defende que a eugenia no Brasil expressou-se de modo mais “leve” considerando as experiências segregacionais impostas pelo modelo da eugenia negativa, de impedimento da reprodução dos degenerados. Nesta interpretação, a eugenia negativa estaria associada ao controle da reprodução em que os traços de comportamento não poderiam ser modificados com o meio social, ligadas a teoria da hereditariedade genética de Mendel. Diwan (2020) aponta que nas primeiras décadas do século XX, nos Estados Unidos, as políticas de esterilização das pessoas identificadas como degeneradas alcançou a Suprema Corte e ganharam

força de lei, além de financiamentos privados industriais de expansão dos ideais eugenistas no mundo. A eugenia à brasileira e latino-americana deu-se na perspectiva positiva e preventiva, segundo Stepan (2004), em que a preocupação estaria direcionada a preservação dos considerados bem-nascidos, ao matrimônio e reprodução, bem como a prevenção de questões de higiene da raça e saúde pública, a semelhança de como vimos nas campanhas sanitaristas. Assim é a eugenia positiva, influenciada pelas teorias evolucionistas de Lamarck<sup>38</sup>, em que o meio social poderia modificar os comportamentos herdados da descendência. Entretanto, como um dos maiores promotores da eugenia no Brasil, o médico Renato Kehl era também um entusiasta da corrente mais radical, como registrou no Boletim de Eugenia, em cartas trocadas com a Sociedade Norte Americana de Eugenia, para trazer a esterilização compulsória ao Brasil (Kehl, 1929d), esta não abraçada pelo Congresso Nacional. Mas, os feitos alcançados pela educação eugênica para crianças mostraram-se como instrumento de aperfeiçoamento da nacionalidade e potencial na construção do cidadão brasileiro, através da Constituição Federal de 1934, como vimos anteriormente. Souza e Wegner (2018) analisaram as leituras críticas sobre a interpretação de Stepan (2004) em definir o modelo brasileiro de eugenia como o mais *suave*. Apontam que a ciência dos bem-nascidos não era singular e coerente, portanto, seu modelo não era homogêneo, mas aplicado de modo multifacetado, como no próprio posicionamento mais radical de um dos mais destacados expoentes brasileiros, Renato Kehl.

Outros mitos sobre a compreensão geral de eugenia são identificados, como a visão prevalecente pessimista da aplicação mendeliana e a de que a eugenia era considerada uma *pseudociência* ligada a valores ideológicos e políticos, o que não se sustenta, considerando a produção científica investida, inclusive de circulação em periódicos entre pares e sociedade. Souza e Wegner (2018) apresentam a análise do sociólogo Bauman (1999), de que a eugenia é produto também da própria efêmera vontade da modernidade em acelerar o progresso da humanidade. Nesse sentido, a eugenia não seria o ponto fora da curva da modernidade, um acidente causado por pessoas supremacistas alheias ao curso da história. Para os autores, a

---

<sup>38</sup> Naturalista francês, Jean Baptiste de Lamarck foi o primeiro a propor uma teoria sintética da evolução, publicada no livro Filosofia Zoológica de 1809. Em tese geral, defende que as transformações e produções do meio provocam mudanças nos organismos.

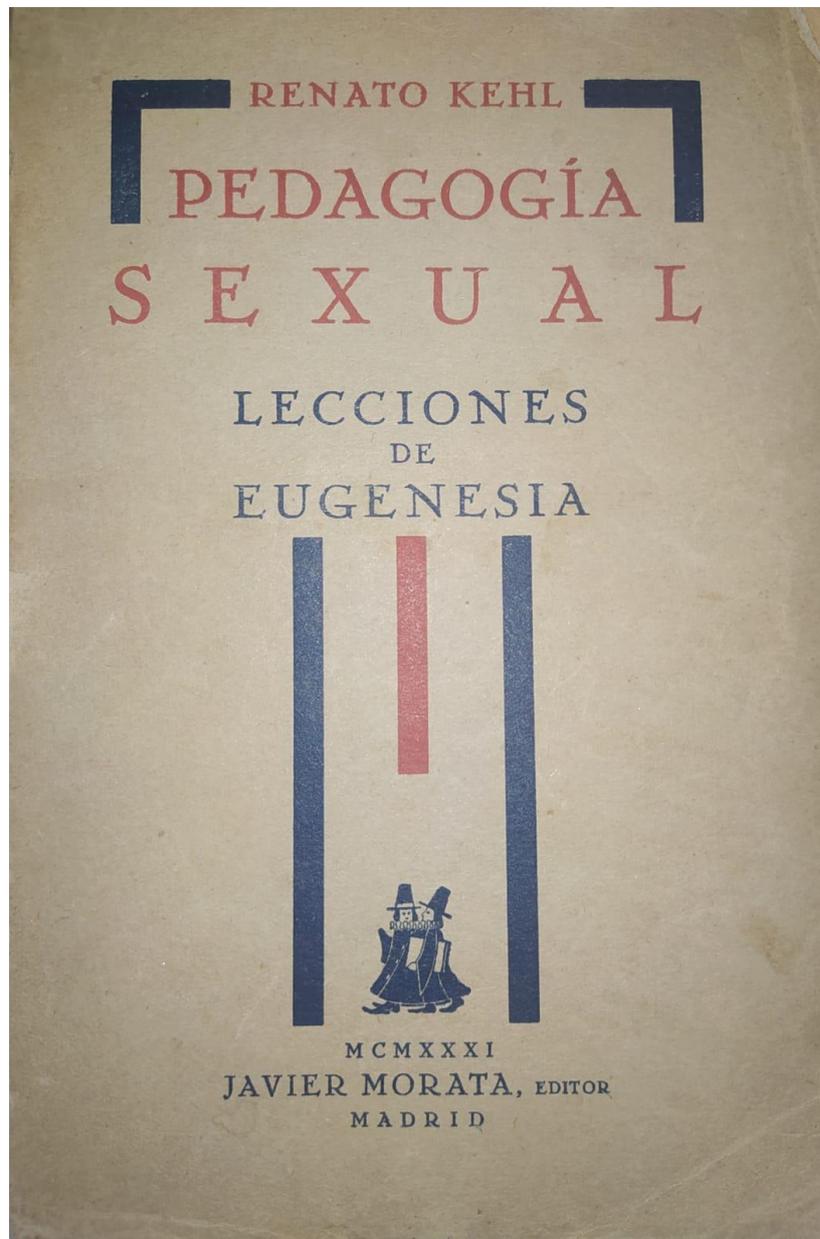
eugenia é resultante do projeto moderno de Estados Nacionais em controlar e regular a sociedade, corrigindo as imperfeições, num dever missionário. Na concepção baumaniana, do *Estado jardineiro*, em que preserva as plantas úteis e corta as ervas daninhas. Esta analogia aproxima-se da utilizada por Kehl décadas antes ao se referir ao eugenista como um agricultor que cuida de sua plantação, identificando e eliminando as pragas<sup>39</sup>. Chamo atenção que é preciso nomear esse projeto de modernidade, como racista. Não se faz um experimento racial à custa apenas de alcançar desenvolvimento econômico do país por conta dos “atrasados”. Estamos falando de uma violência colonial que se importa mais do que retirar patrimônio ou direitos, o projeto é de retirar a humanidade, uma política de desaparecimento. É possível conceber que a eugenia é potencialmente resultado do projeto colonial e que, estas imperfeições, as ervas daninhas são classificadas e racializadas como pertencentes a tudo aquilo que ameaça à ordem dita como natural e universal. É da existência não branca que parte a falta, a sujeira, aquilo que dever ser limpo, controlado e corrigido.

Neste cenário reformista e pedagógico do Estado Novo, em quinze anos de estudo da eugenia no Brasil, com quase três décadas de campanha iniciada no estado de São Paulo, Renato Ferraz Kehl publicou a edição de “Pedagogía Sexual – Leucciones de Eugenesia”, que alcançou esta tese de doutorado em sua versão original publicada em Madrid, na Espanha no ano de 1931. Trazendo o respaldo do cientista francês, Francis Galton, reconhecido como pai da eugenia, Kehl afirma que essa ciência é como uma religião, que tem por objetivo a regeneração integral da humanidade. O médico brasileiro prefacia a própria obra de 322 páginas, escrita em espanhol. “Para la formación de una nueva mentalidade; para la constitución de na sociedade sana y moral; para lograr uma Humanidad de individuos integramente fuertes y bellos, elementos de paz y de trabajo ( KHEL, 1931, p.16).

---

<sup>39</sup> Como citado no capítulo II, utilizando a parábola do agricultor, Kehl (1929e, p.3) vai propor que a *eugenia* se dá quando “o lavrador escolhe, expurga e seleciona as sementes antes de semeá-las”; enquanto o *eugenismo* ocorre quando o “lavrador apenas protege a sua plantação, capinando-a, regando-a, livrando-a de pragas”.

Figura 23 - Lições de Eugenia (1931)



Fonte: Acervo pessoal. Fotografia da capa de Pedagogia Sexual: Lições de Eugenia de Renato Kehl, 1931 (CYRINO, 2022).

As treze lições apresentam diferentes aspectos da eugenia e de questões eugênicas, como um instrumento de defesa da família e da nacionalidade., organizadas em aspectos desde gerais, sociais, genéticos, degenerativos, métodos e políticas eugênicas. Em resumo, apresentam-se da seguinte forma: 1ª Lição: *Definições de eugenia*, apresentando concepções gerais e os primeiros trabalhos no Brasil; 2ª Lição: *Possibilidades eugênicas*, aspectos de nobreza da raça, civilização e religião; 3ª Lição: *Fatores de degeneração da espécie*, tais como defeitos físicos,

pobreza, ignorância e alcoolismo; 4º Lição: *Relação de eugenia*, incluindo as discussões sobre reprodução, fecundação e desenvolvimento embrionário; da 5ª a 8ª Lição tratam de questões genéticas, *Herança; Herança e Teoria cromossômica de herança; Fenômenos da Herança e da Eugenia* (como profilaxias e anomalias hereditárias); *Influência nocivas das células germinais*; 9ª Lição: *Considerações gerais e estatísticas sobre as degenerações de ordem tóxico e tóxico-infeccioso*; 10ª *Fundamentos da Eugenia*: as teorias de Lamarck e a teoria da evolução, Darwin e a seleção natural, Mendel e o hibridismo; 11ª Lição: *Método, Meios e Medidas eugênicas*, que aborda, entre outras coisas, as eugenias positiva, negativa e preventiva; 12ª Lição: *Política e eugenia*, cruzamento de raças, imigração, Brasil e as raças negras, tipos eugênicos; 13ª Lição: *Educação eugênica*, educação sexual, a civilização e a melhora das raças, a função biológica da mulher na conservação e melhora da espécie.

Kehl (1931) defende a eugenia como a ciência da boa geração, o enobrecimento físico, psíquico e mental do homem, sendo o eugenismo a “aplicação sociológica da eugenia”, definido, nessa interpretação, uma divisão teórica e prática, com a finalidade de conservar as boas estirpes e converter em saudável os doentes. Entre os males degenerativos, Kehl pontua que o pauperismo, a miserabilidade caminha junto à ignorância, de onde domina as enfermidades e o alcoolismo, preocupações estas da campanha sanitária no Brasil. Vejamos como o médico brasileiro conceitua os tipos de método da eugenia, classificados como positiva, negativa e preventiva, como ilustrado no quadro a seguir.

## Quadro 02 - Métodos eugênicos

## Eugenia Positiva – seleção dos melhores

La Eugenesia positiva tiene como principal objeto propagar el deber em que están las familias eugenesias, de procrear el mayor número posible de hijos, para que, de este modo, y gracias a una creciente procreación.

La Eugenesia positiva tiende a una **acción social que favorezca la fecundidad de los elementos normales**, creando médios legales y humanitários que faciliten la vida familiar y aumenten los recursos indispenables para la educación de los hijos.

## Eugenia negativa – impedimento da reprodução dos degenerados

La Eugenesia negativa se vale de vários médios de índole científica para **restablecer el equilibrio entre la fecundidad anormal y la normal**, o mejor, para conseguir, em época tal vez no muy remota, una fecundida geométrica *de los biens dotados*, em contraposición a la fecundidad aritmética *de los mal dotados*.

## Eugenia Preventiva – higiene da raça

La eugenesia preventiva constituye lo que podría denominarse com toda propiedad la **higiene de la raza**, pues se preocupa **de precaverla contra las enfermedades, contra los daños econômicos y sociales, y contra venenos degeneradores**. Tiene em cuenta las cuestiones de higien prenatal, de puericultura, de higiene y de educacion sexual. Corresponde al *eugenismo* de professor John Edgard.

La Eugenesia es una **escuela para la formación del carácter** y la defensa de la especie, y senála las responsabilidades que cada uno tiene para consigo mismo y para con los demás, especialmente para la familia.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da Lição 11: Métodos, meios e medidas eugênicas, da obra Pedagogia Sexual: Lições de Eugenia de Renato Kehl, 1931. Quadro sistematizado por esta autora.

Assim como o movimento eugenista não pode ser considerado homogêneo, percebe-se que as técnicas negativa, positiva e preventiva possuem seus pontos de convergência, na desumanização do outro considerado ameaça à normalidade. Portanto, importa além de afirmar a não suavidade da eugenia positiva e preventiva, mas identificar o seu sentido segregacional, embora não separe geograficamente os corpos, das possibilidades de existência e reprodução social. É incontestável o poder destrutivo e aniquilador da eugenia negativa e seus males para a humanidade, entretanto, vejo a considerar o papel segregador da eugenia ocorrida no Brasil, em sua sofisticada sutileza não nomeada, que penetra camadas invisíveis, produzindo gradativamente e constante, até hoje, a conta-gotas, atravessando o século, o perverso modelo de superioridade racial.

A sutileza da eugenia positiva e preventiva, a partir da narrativa civilizacional, penetrou a carta magna nacional, os códigos escolares e penais, as interpretações magistratutrais, o acesso à economia, ao lazer, às expressões de cultura e fé, a própria existência dos considerados degenerados. Ora, para que haja a ciência dos bem-nascidos é necessário que se afirme a existência de degenerados. Os meios menos invasivos à corporalidade e reprodução seriam, nesse sentido, paliativos e graduais. A violência *invisível*, como aquele da qual se negam a ver ou nega-se a sua existência, através dos sustentáculos do racismo estrutural que mácula a história do Brasil. Considerada estas razões, não há como se tratar de *brandura* ou modo mais *leve*, há que se nomear o experimento racial eugênico em sua perversidade de supremacia racial, seja por extermínio massivo ou lento sufocamento. O que se apresenta aqui é a instrumentalização de um artefato colonial potencialmente lesivo, construído em estudos amalgamados e financiados pelo Estado brasileiro, pelas elites intelectuais e econômicas deste país.

Existia um problema nacional na leitura eugenista, a contaminação dos degenerados que corrompiam a população brasileira com seu sangue e seus costumes. Este material produzido e enaltecido pelo Brasil é artefato pujante de produção científica para validação da tese de inferioridade dos mestiços e negros no Brasil, categorias transitórias e degeneradas. O esforço das técnicas positivas e preventivas seriam, como o próprio Renato Kehl afirmou em “Lições de Eugenia”, apenas para conter o alastramento do que chama de *impregnação* desses elementos. “No se

compreende, pues, que aceptemos em nuestro suelo elementos malos, cuya tendencia natural es desaparecer (p.260)”. Insisto dessa forma, de que não há eugenia leve ou suave, quando se trata de produto colonial. Havia um problema nacional para os eugenistas, um problema da raça, era necessário limpar para construir o cidadão brasileiro. A nação relatada por Kehl na obra publicada em 1931 em Madrid, na seção sobre “o Brasil e as raças negras e selvagens” constituía-se como um *laboratório de diversos elementos*, que ao passar do tempo sofriam metabolismos raciais, com assimilação de uns e desassimilação de outros. Entre os elementos de desassimilação estavam os de *raça negra e selvagem*, em que se observava uma verdadeira depuração. “Nadie podrá negar que, en el transcurso de los años, desaparecerán los negros y los indios de nuestro país, así como los productos procedentes de este mestizaje. **La nacionalidade se blanqueará a fuerza de muco jabón de coco ariano**” (KEHL, 1931, p.263).

Esse elemento alvejante, eleito pela eugenia, anunciado por Kehl, elevava os brancos ao chamamento da pátria como representantes de uma raça eleita que deveria cumprir a nobre missão de limpar os resquícios do sangue africano deixado de herança da escravidão. A miscigenação já estava condenada, não era premissa eugênica. Abria-se aqui o excedente branco como o modelo de civilização e seus costumes morais como meta a ser desejada. Entretanto, alertava Fanon, embora reconhecessem que os negros tivessem o coração à esquerda, naturalmente como os humanos, “[...] o branco, em determinadas questões, continuava irredutível. Por nenhum preço ele queria intimidade entre as raças”, como atestou em um trecho do II Congresso Internacional de Eugenia que transcreveu em seu livro *Pele negra, máscaras brancas*: “os cruzamentos de raças diferentes rebaixam o nível psíquico e mental... Até que nós tenhamos um conhecimento mais bem fundamentado sobre os efeitos do cruzamento de raças, seria melhor evitá-lo entre raças muito distantes”, Moein apud Fanon 2008, p.111.

Assim, a evidência de um corpo imundo, que além de carregar a chaga da sujeira tende a contaminar os que estão limpos. Kehl tratava de elevar a eugenia não como uma vilã, mas como um instrumento de salvação da espécie, como um aperfeiçoamento não apenas genético, mas moral e evolutivo da população. Mas havia um propósito maior no qual os reformáveis e os indomáveis não fariam parte.

Do qual, o *sabão de coco ariano* não limparia o corpo destes indivíduos, mas os limparia da história. O sabão (elemento de limpeza) de coco (naturalmente de cor branca) ariano (representante de uma raça nobre) serviria para alvejar qualquer resquício de degeneração e corrupção que pudesse vir a contaminar os considerados humanos. A afirmação de que a nacionalidade brasileira só embranqueceria a custa de muito sabão de coco ariano, foi aclamada pela intelectualidade e trazia a determinação de que havia elementos sujos a contaminar a população, pesos mortos, *parasitas*, os quais assim foram nomeados. O embranquecimento não era apenas do corpo individual. As raças, segundo Kehl, deveriam esforçar-se para evitar os cruzamentos, pois a mescla de sangue resultaria na origem de tipos híbridos, mestiços, um *elemento perturbador da evolução natural*, além de esteticamente feios. O cruzamento seria útil entre os seus semelhantes, entretanto, a promoção eugênica daria conta de estimular a reprodução dos brancos e a conseqüente eliminação gradual dos de estirpe considerada degenerada. Kehl (1931) pontua uma impregnação de elementos heterogêneos na nacionalidade brasileira, desde sua fundação, apesar do esforço eugênico, que geraram graves problemas de ordem nacional. Reafirma assim o papel pedagógico da eugenia.

Entre nosotros, los legítimos representantes de la raza etíope y de la selvícola, hállanse algo reducidos, fundiéndose la mayoría en una mezcla racial heterogénea con una totalidad cromática caprichosamente variada. Se encuentran blancos, negros, pardos, cabras, cabrochas, mulatos, cafusos, caboverdes, caribocas, cablocos, zambos, mazombos, mamelucos, caborés, matutos, etc. Y tan variados como los colores son los demás caracteres antropomórficos, dentro de una confusa promiscuidad de temperamentos psíquicos, de donde resulta la indefinida índole, la imprecisa e inconstante mentalidad y los vicios políticos y sociales de nuestra gente (p. 261).

Deparamo-nos com esses discursos, com toda enloquência agressiva, sem disfarce, estampando e nomeando a quem pretende desumanizar. Para que haja o superior é necessário demarcar a inferioridade do outro, desumaniza-lo, objetificá-lo: “Está comprobado que los mestizos son inferiores, viniendo a ser productos casi híbridos, faltándoles solo el ser infecundos para recibir integramente esta denominacion” (KEHL, 1931, p.263).

Esse não é o trabalho de um só homem, a eugenia se estabelecia pela estrutura que sustentava, como já vimos neste trabalho, através de esforços nacionais da

medicina, política, literatura, forças armadas, ciência, artes, entre outros. A estes homens da ciência, Cesaire (2020) nomeia como “cães de guarda” do colonialismo, encara seus discursos e os examina, como constatação pública do seu racismo. O que se vê nessa metafísica que sustenta o sentido de humanidade, a figura do negro é classificada como o tipo não humano, uma violência estrutural, desenhada para determinar uma existência que não é válida de ser vivida.

Chamamos Cesaire (2020, p.35) “Oh! O racismo desses senhores não me ofende! Ele não me indigna. Eu apenas tomo conhecimento dele. Eu o constato, é isso. Sou quase grato a eles por se expressarem e aparecerem em público, um sinal”. O poeta martinicano continua (2020, p.35) “Sinal de que ela se sente mortal. Sinal de que ela se sente um cadáver: E quando o cadáver balbucia, saem coisas como estas”. A existência do corpo enegrecido emerge como ameaça.

O pavor e a covardia desses homens da ciência revelam-se na proteção dessa eminente ameaça. Os herdeiros brancos se identificam com os seus e são beneficiados pelos privilégios estruturalmente sustentados por séculos. Neste pacto, Villar também faz coro e se afirma como um deles, representando a instituição militar como protetora nacional. Essa pulsante ameaça não seria a uma pessoa ou instituição, é uma ameaça à nacionalidade. A eugenia apresentava-se como protetora dos destinos da nacionalidade, e o governo Vargas, assim como a elite brasileira passou a investir nesse projeto racial de caráter reformista e pedagógico. A historiadora Diwan (2020), destaca como o governo varguista adotava uma política direcionada para a defesa do nacionalismo e de inspiração nazifascista, em que a questão da pureza racial estava no fronte do partido alemão nazista, considerando até mesmo a proibição da entrada de imigrantes asiáticos e judeus no Brasil, conforme a orientação eugênica contra miscigenação e os preceitos degenerativos de raça não brancas. Renato Kehl esteve presente dentro da política de Estado de Vargas, logo após a assunção do seu governo provisório em 1930, ganhando força para defesa dos ideais dessa ciência, organizando, de inspiração da Comissão da Sociedade Alemã de Higiene Racial, a Comissão Central Brasileira de Eugenia, que tinha como membro seu sogro, Belisário Penna, então ministro interino da Educação e Saúde Pública e um dos expoentes da campanha sanitária. A esse tempo, Kehl

já havia publicado diversos manuais civilizatórios e de higiene<sup>40</sup>. Em 1934, publicaria o livro “Conduta” (conceitos e preceitos éticos para jovens e adultos de ambos os sexos), em que a questão de formação e instrução do modo correto de vida é determinada.

O governo varguista possuía uma característica ambivalente de conveniência com distintas ideologias. Enquanto política de estado, a eugenia manteve-se no governo até o enfraquecimento germânico na guerra e adesão do Brasil aos países do bloco da Aliança, liderados pelos Estados Unidos, e seus ideais passaram a estarem associados à violência. Os impactos mundiais dos crimes contra a humanidade e a posterior derrota germânica, impactaram significativamente as defesas públicas da eugenia, tendo os seus até então, apoiadores, ocultando sua história das biografias, a exceção de Renato Kehl que teve seu nome sempre associado à sua prática eugenista. Embora tenha ficado com o legado, do qual muito esconderam-se, o médico, falecido em 1974, figura como homenageado pela Academia Nacional de Medicina, membro emérito, posto conferido em 1932 para a cadeira número 93 que foi de Belisário Penna. Na homenagem, ilustrada com sua foto, é feita menção de sua biografia ressaltando o seu trabalho dedicado a eugenia e suas publicações. Nenhuma menção negativa ou crítica aos seus feitos e à ciência a qual defendia é feita. No registro de homenagem, consta sua dedicação aos problemas de hereditariedade com base na doutrina de Galton e a divulgação da eugenia no Brasil, bem como a criação da Sociedade Eugênica, do Boletim de eugenia e o investimento em publicações sobre saúde, higiene e educação, dando destaque também a campanha de saneamento rural da qual foi parceiro de seu antecessor, Belisário Penna.

---

<sup>40</sup> Tais como *Melhoremos e prolonguemos a vida – uma valorização eugenica do homem* (1923); *A fada Hygia, Primeiro Livro de Higiene* (1925); *Como se escolhe um bom marido* (1925) *Como se escolhe uma boa esposa* (1925); *Bíblia da Saúde, higiene para todos* (1927); *Formulário da Beleza* (1927). Obras citadas em Lições de Eugenia (KEHL, 1931).

Figura 24 - Renato Ferraz Kehl



Fonte: Acervo virtual da Academia Nacional de Medicina (ANM, 2022). Fotografia do Acadêmico sob registro número 342, Renato Ferraz Kehl.

Kehl (1931), em *Lições de eugenia*, deixou registrado que havia uma compreensão equivocada de que essa ciência pretendia criar uma raça de super homens, entretanto ele demarcava o objetivo da preservação da raça superior e que, para tal, caberia classificar a inferioridade, a desumanidade de uma raça inferior que, no Brasil, havia contaminado à população com sua degeneração, através da miscigenação e da reprodução do sangue negro.

A eugenia preventiva, como escola de formação do caráter, realizava-se nesses manuais civilizatórios, que preenchem suas páginas com instruções de higiene, saúde, moral e comportamentos. Esta premissa é possível ser identificada na missão civilizatória de saneamento e instrução nas colônias de pescadores, testemunhada pelas obras de Frederico Villar, a *Arte de Viver - Breviário Moral e Cívico e Manual do Patrão de Pesca*. Essas obras se cruzam, publicadas nos anos de 1941 e 1944, consecutivamente, e apresentam ordenamentos e instruções de como ser civilizado, além de aplicações e registros fotográficos das experiências nas

colônias. Com forte inspiração católica, os mandamentos apresentam-se como condução divina, e de sentimentos de amor e servidão à pátria. O mérito é colocado como elemento principal de alcance. Embora o tom de exaltação a raça superior fosse mais moderado - inclusive por interesses recém acordados do período da guerra, em que a adesão aos países da Aliança, liderado pelos Estados Unidos, após a derrota germânica, possibilitou modernização das forças armadas brasileiras - o discurso do aperfeiçoamento da nacionalidade ganha fôlego no aspecto reformista e pedagógico, a instrução do caráter e do espírito para uma falsa ideia universal de humanidade.

#### 4.3 DA NOBREZA DE CARÁTER

Figura 25 - COLÔNIAS, REGISTRO EM PRETO E BRANCO



Fonte: Acervo pessoal (CYRINO, 2022). Fotografia de VILLAR (1944, p 36.).

O registro fotográfico em preto e branco apresenta crianças dispostas de forma ordenada, os de menor idade sentados e os mais crescidos em pé. Expressões

sérias, braços sobre os colos, pés calçados. As nuances acinzentadas da foto revelam o branco alvejante dos seus uniformes e a pele preta dos seus corpos. A fotografia compõe parte da obra “Manual de Patrão de Pesca” (1944), exaltando os feitos da missão do cruzador na execução das escolas primárias das colônias de pescadores, no projeto reformista pedagógico dos brasileiros. No centro da imagem, o quadro negro traz a identificação do nome da escola em homenagem à Duque de Caxias, logo abaixo a bíblia aberta com a bandeira do Brasil, estampando a máxima nacional de “ordem e progresso”.

Esse corpo que precisa ser embranquecido já foi retirado de sua humanidade na marcação da escravidão. Permanece sendo visto como escravizado, *não humano*. Esse é ponto-chave que Frank B. Wilderson III discute pela concepção do projeto crítico *Afropessimismo*, ao confrontar como os negros são utilizados ao longo da história como abjeção e ao mesmo tempo como instrumento para projetos de redenção. Se outrora degenerado, esse corpo escravizado por sua herança maldita, agora faz parte de um projeto nacional de limpeza e condução à libertação de si e alcance do progresso, que não serve para outro fim que o de afirmar a superioridade racial. “Em um momento, a negritude é um fenômeno fóbico desfigurado e desfigurador; em outro, a negritude é instrumento autoconsciente a ser alegremente utilizado a favor dos motivos e agendas que pouco tem a ver com a libertação dos negros” (WILDERSON III, 2021, p. 13).

Wilderson III provoca, inclusive, a lente interpretativa que coloca os negros, os não brancos e as demais lutas minoritárias num mesmo grau de comparação de sofrimento. O ponto de questão não é o que sofre mais, mas que a violência da desumanização corporificada no negro o coloca em uma categoria *não-humana*, que a pseudo universalização da subalternidade distancia de uma discussão crítica da instrumentalização desse corpo negro como abjeção e ao mesmo tempo redenção. “a humanidade olhava para mim quando estava insegura de si. Eu permitia que a humanidade dissesse, como um suspiro de alívio existencial: “Pelo menos não somos como ele” (2021, p.14).

Os projetos nacionais de alcance da modernidade corporificaram nesse sujeito negro as características atrasadas e degeneradas da humanidade, que urgiam por

limpeza e redenção. Um novo *processo abolicionista* se revelava agora do caráter e do espírito, através do controle dos modos de existência. Novamente, para tal, era necessário reafirmar a inferioridade, num laboratório de expurgação. Como traz a crítica de Wilderson III, os negros não são vistos como sujeitos políticos, mas nossos corpos e energias são instrumentalizados para alcance de agendas políticas.

A figura anterior, que traz a legenda como “glória da Marinha”, exalta o serviço de saneamento e instrução realizado nas colônias. Os resultados da Missão alcançavam no entendimento militar, a defesa das fronteiras nacionais, a riqueza ictológica, o investimento nas indústrias de pesca e modernização da atividade, mas não somente, era necessário o aperfeiçoamento nacional da população, que passava por uma reforma moral. Entendimento amalgamado ao governo varguista, na busca por uma identidade nacional, em que os nacionalistas passaram a adotar conceitos de regeneração da população. Os eugenistas puderam por em práticas seus ideais legitimados pela ação estatal. A higiene racial passa a ser instrumentalizada como nobreza do caráter, a limpeza não apenas dos fluídos corporais, mas a reprodução de hábitos saudáveis. D’avila (2006) ao estudar esse período, especialmente no Rio de Janeiro, relata que no governo varguista, “a eugenia não estava relegada a conferências profissionais e remotos laboratórios, mas era um esforço coletivo, participativo” (p.92).

Na obra “Manual do Patrão de Pesca”, Villar faz referência a esse período, celebrando o Plano Nacional de Educação adotado pelo governo varguista em 1937, que continham princípios e normas patrióticas. A constituição de 1937, já marcava a legitimação da educação eugênica nos estabelecimentos de ensino, e o Plano Nacional de Educação cumpria seu papel reformista. Desta forma, respaldava sua ação legitimada pelo Estado e guiada por valores nacionais e cristãos, conforme destacou:

A educação é um direito e dever de todos. Incumbe especialmente à **Família e aos Poderes Públicos ministrá-la** a brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, por todos os meios legítimos. O seu Código visa principalmente **despertar o espírito brasileiro e a consciência da solidariedade humana**. Por espírito brasileiro, entende-se a orientação baseada nas tradições cristãs, históricas da Nação, que toda educação nacional deve respeitar, a fim de manter a independência, unidade e integridade da Pátria. Por consciência da solidariedade humana entende-se

a prática da Justiça e da Fraternidade entre pessoas e classes sociais, bem como nas relações internacionais” (VILLAR, 1944, p. 26).

Deste entendimento, as colônias de pescadores promoviam o papel de zelar pelo despertar daqueles que estavam distantes da civilização, do verdadeiro espírito brasileiro e a consciência da solidariedade humana. Além das escolas primárias para as crianças, foram investidos em escolas de formação para os pescadores, estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação, que consistia a formação profissional dos pescadores, em cursos primário, médio e superior. Cada categoria<sup>41</sup>, com duração de dois, quatro e três anos, certificaria o aluno com o título de pescador, patrão de pesca e técnico industrial de pesca, em níveis gradativos de conhecimento, respectivamente. Cumpria assim, o alinhamento com a política nacional-desenvolvimentista em curso no país, que promovia o desenvolvimento econômico aliado a uma grande reforma social<sup>42</sup>. O documento registra ainda a iniciativa da primeira-dama, Darcy Vargas, na pioneira escola profissional para pescadores, na ilha da Marambaia, exaltando a senhora Vargas como *uma estrela-guia* aos pescadores, na condução aos valores nacionais e modernos. Assinado em nome de todos os “Os Pescadores do Brasil”, a dedicatória à Darcy Vargas chancela a obra como empreendimento nacionalista.

As narrativas de Villar apresentam, comumente, a imperiosa vontade de legitimar-se, que está em cumprimento a um ordenamento patriótico e divino. Como um chamado à nação, em que o papel exercido pela armada naval era tomado por benevolência de cumprir a condução à nacionalidade. O movimento de integração nacional trazia a premissa de que as pessoas, para tornarem-se cidadãos, deviam estas aptas para servir ao país. O projeto não executado da construção da imagem do *homem brasileiro* envolvia diversas discussões em torno de uma identidade nacional. Houve ainda, o polêmico concurso de projeto arquitetônico de um monumento para a sede do Ministério da Educação e Saúde Pública, no Rio de Janeiro, a pedido do ministro Gustavo Capanema, em um concurso cultural em 1937, para ornar o hall de entrada do edifício ministerial. Tal *Monumento ao Homem Brasileiro* era a reafirmação da

---

<sup>41</sup> Para detalhamento dessa política de pesca e como estavam divididas essas categorias, ver a discussão sobre as trajetórias da política pesqueira em Cyrino (2018).

<sup>42</sup> Ver anexos Registros em preto e branco – fotografias da Missão do Cruzador José Bonifácio.

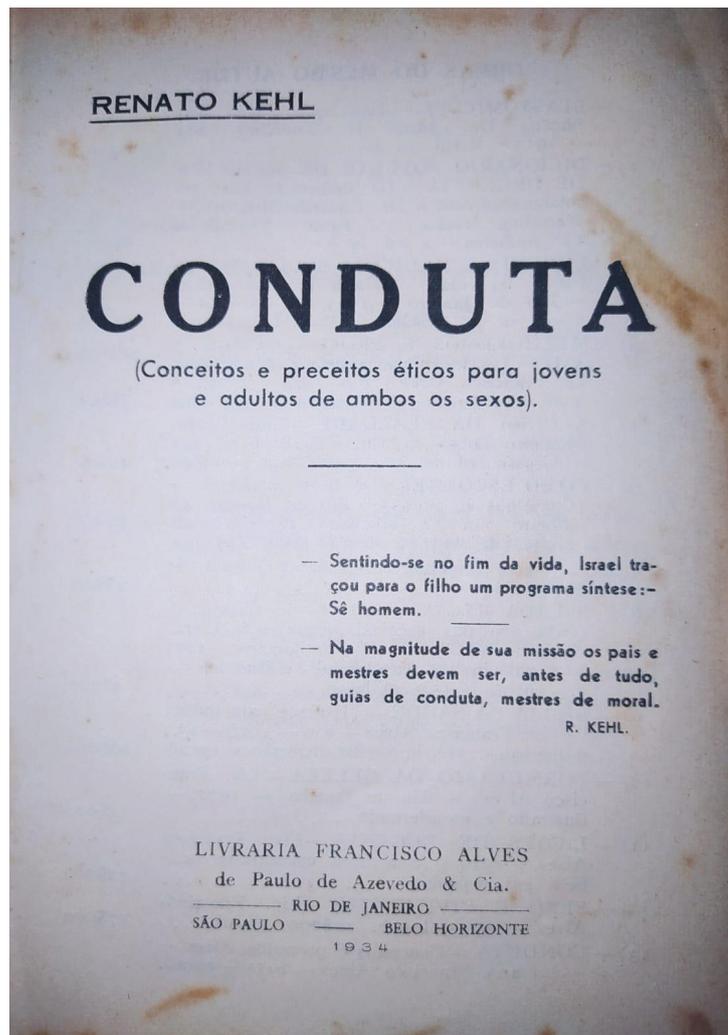
expressão de uma unidade brasileira, que compusesse, “[...] calma, domínio e afirmação”, nas palavras do ministro (CAPANEMA apud HERBST, 2008, p.664).

Mais do que definir quem era o brasileiro, e qual seria a sua identidade, o cerne da questão da identidade nacional era, como já largamente discutido pelo estudioso Ortiz (1985), quais grupos sociais e interesses essa unidade de valores nacionais privilegiavam, num contexto de uma territorialidade continental com o Brasil? Corroborando com a tese de Bento (2021), pergunto a que custas se mantêm privilégios do pacto da branquitude, da permanência desses interesses considerado como superiores?

Villar já tinha afirmado na obra de registro da Missão que o Brasil era visto como “uma terra imprópria para a existência do homem branco” (1945, p. 133), além da mistura de raças, os costumes e valores já eram condenados por vários cientistas que visitaram o Brasil, como discutido anteriormente. Villar, em seu breviário moral e cívico “A Arte de Viver”, afirmava que “Somos, infelizmente, um povo que, apesar de contar mais de um século de existência nacional, começa apenas agora, a despertar a sua alma cívica [...]” (1941, p.15), esse chamamento à ordem era composto por uma reforma moral. A discussão da formação de uma identidade nacional era abraçada pelos ideais eugenistas como solução para a construção de aperfeiçoamentos de valores unos de dignidade, civilização, nacionalidade e progresso, “associando-se a esses ideais nacionalistas, os eugenistas proclamavam a eugenia, e a si próprios, como os portadores do discurso capaz de “elevar o vigor da raça”, de integrar o Brasil e conduzi-lo rumo ao progresso e à civilização (SOUZA, 2008, p. 152). Percebe-se a recorrente utilização da retórica dos *interesses nacionais* para validação das suas estratégias de manutenção de seus privilégios contra a “ameaça” da raça. A eugenia, aliada a própria campanha sanitária no país, afirmava-se como capaz de projetar a reforma social necessária a conter os vícios sociais oriundos da degeneração e retirar o país do estado de letargia civilizacional, “a ciência eugênica se oferecia como um instrumento para motivar a construção de uma população mais saudável, forte e homogênea, animando os desejos das autoridades nacionalistas” (SOUZA, 2008, p.152).

Assim, de hospital a laboratório civilizacional, o Brasil investia na *reforma de gente*, a construção de uma *raça nacional*, uma higiene moral de operacionalização civilizatória. Em 1934, Renato Kehl publicaria o livro “Conduta – conceitos e preceitos éticos para jovens e adultos de ambos os sexos, trazendo um compilado de lições de condutas morais à civilização e dignidade. A ciência dos bem-nascidos, também elegia seus cidadãos de bem, aqueles que respeitavam tais preceitos. Admitia o determinismo racial, em que classificavam os de boa linhagem e os de estirpe não favorável, entretanto, poderiam apresentar qualidades que lhes poderiam assegurar melhores situações na sociedade, desde que não faltassem influências encorajadoras.

Figura 29 - Guia de Conduta



Registro de imagem: Cyrino (2022). Fotografia da contra-capa de KEHL (1934). Acervo pessoal.

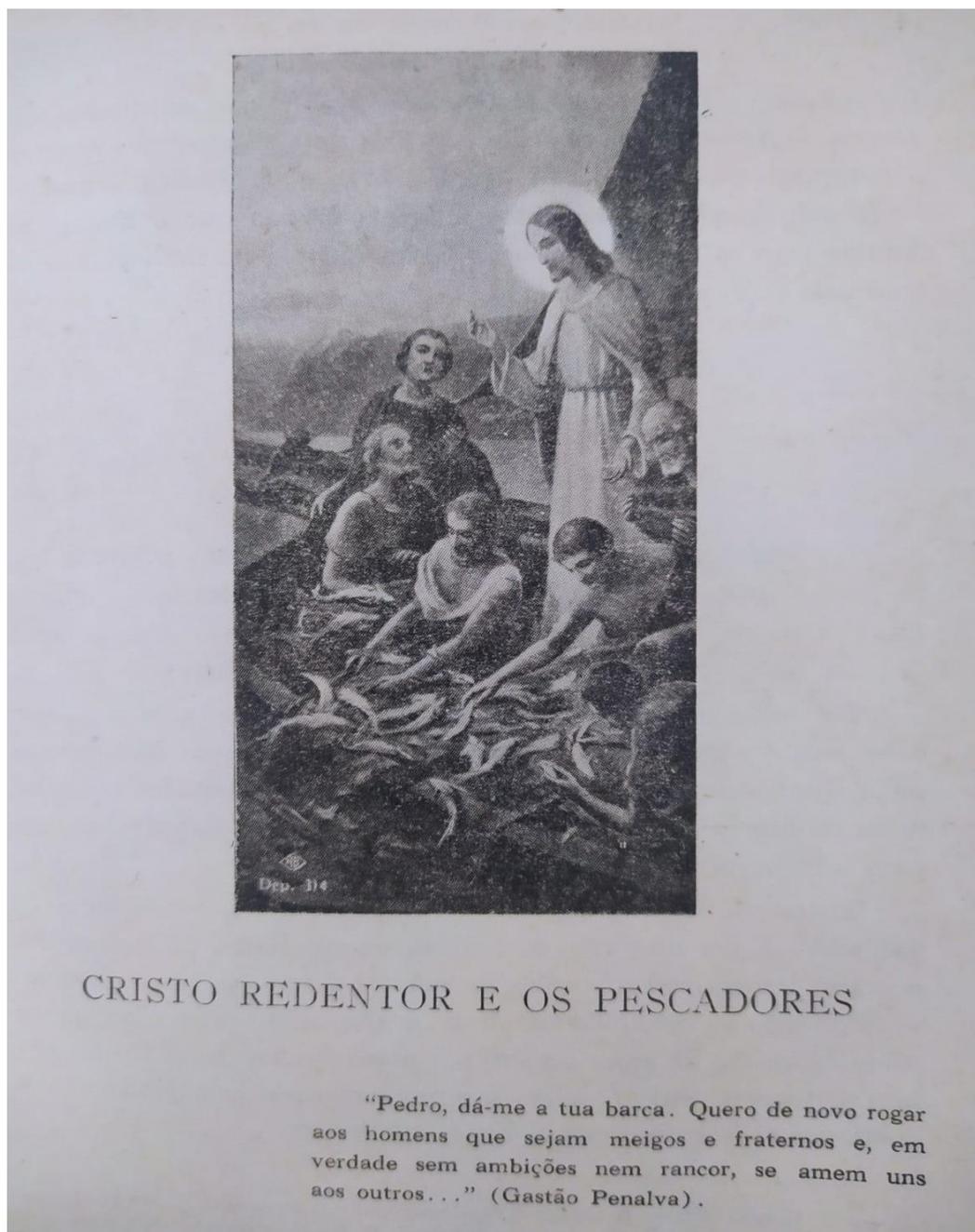
Dedicado “aos jovens de sadio entendimento e de boa disposição”, *Conduta* reunia o que Kehl denominava de “modesto mealheiro de ideais universais concatenadas, vitalizadas e divididas em pequenos capítulos” (1934, p.7). A obra tratava de diversos assuntos, desde comportamentos, virtudes, desvios, aparência, organizados em categorias assim dispostas: Conduta; Sabedoria; Verdade; Vontade; Domínio; Disciplina; Mentira; Sinceridade; Hipocrisia; Obediência; Honra; Honestidade; Amizade; Bondade; Calma; Orgulho e Vaidade; Cólera; Método; Perseverança; Preguiça; Polidez; Prudência; Humor; Exemplo; Aparência; Previdência; Economia; Moderação; Dever; Paciência. Cada capítulo é precedido, em sua maioria, de ditados do próprio Renato Kehl, e discorre em seu conteúdo trazendo preceitos que busca na filosofia, na história, na medicina e também da religião cristã.

O viés da prática social de eugenia de Kehl era dotado do expresso desprezo pelos que considerava como degenerados e que, “Como se sabe, o meio e a educação não criam qualidades novas de fundo hereditário” (KEHL, 1934, p.19). Como um *cão feroz* de defesa do colonialismo (CESAIRE, 2000), Kehl deixava evidente o que Wilderson III (2021) denunciava em *afropessimismo* da condição de *não humano* do negro, abjeção, que é utilizado nos projetos de redenção civilizacional sem lhe retirar a condição animalésca. O projeto pedagógico de reforma social da nação afirmava-se como uma estratégia investida nacional de manutenção dos privilégios de uma raça nacional, se havia o que limpar, era um determinado *tipo de gente*, abaixo da humanidade. “A indisciplina reflete a ignorância, inconsciência ou doença; só **infra-homens** não compreendem que para ser beneficiários da paz e da harmonia social é necessário que todos respeitem a lei, obedeçam à ordem e a hierarquia (KEHL, 1934, p.55, grifo meu).

Trazer estes manuais civilizatórios da eugenia preventiva ilustra esse cenário reformista pedagógico que Villar compunha seus manuais. Em busca de um modelo, qual poderia projetar tal ideal, se não a própria imagem divinal do Cristo? Os que deles se desviassem, por falta de esforço ou fraqueza de caráter, estariam, nesse entendimento, negando a determinação divina. “O grande pescador”, Jesus Cristo, surgia no guia civilizatório “Arte de Viver – Breviário Moral e Cívico” e no “Manual de Patrão de Pesca” como exemplo de “Elegância Moral e do Cavalheirismo impecável:

o Nobre, o Justo, o Caridoso, o Indulgente, o Bom” (1941, p.14). O mesmo trecho é continuado na obra de 1944, “Vivia, entretanto, como filho humilde e submisso de um pobre carpinteiro da remota Galiléia e tinha como amigos mais queridos, companheiro e discípulos, míseros pescadores do lago de Genezareth” (1944, p 39).

Figura 30 - O Cristo Redentor e os Pescadores



Fonte: Fotografia da página X de Villar (1944), arte sem autoria definida. Acervo pessoal.

Na tradição cristã, o que ocorre àquele que desobedece a Deus, a não ser padecer com a maldição de seu pecado, ante o arrependimento? A relação do amor divino com a humanidade é bem presente na narrativa cristã ocidental, e tem na figura de Jesus Cristo a salvação humana. A obediência é, nesta concepção, o aceite do único e verdadeiro caminho, de condução à vida. A colonialidade utilizou e utiliza de modo confortável a sacralidade cristã como operacionalização de suas práticas de domínio e controle dos impulsos. O enunciado cristão aponta para a necessidade da escolha pessoal para o alcance civilizatório, daquele que quer ser abençoado e não padecer.

A utilização da retórica cristã católica para anunciar os ordenamentos possui um caráter ambivalente, do desejo e da obediência. Projeta ao ordenado a implicação de ser o responsável pela escolha de seguir tais condutas por amor e benevolência da salvação, ao mesmo tempo em que a recusa importaria na renegação da orientação divina. Quem queria ser condenação à danação eterna? *Bondoso*, porém *Justo*, a eleição da figura do Cristo como condutor civilizacional exerce o poder colonial que excede interesses pessoais.

Barbosa Neto e Goldman (2022) tratam do perverso potencial desterritorializante do afeto no discurso colonial: “É em seu nome que a salvação pode ser apresentada como uma espécie de desterritorialização absoluta e universal”. O discurso universalizante anuncia uma redenção diante da condenação, mas que é condicionada ao deslocamento de si e da sua existência. Um afeto que pune, paternal e correcional. Os autores trazem a reflexão de Bispo dos Santos (2015) que evoca como a branquitude passa a fixar a cultivação da dor e do trabalho, naturalizados como expressão benevolente da religiosidade ocidental. Para exemplificar esta condicionante do afeto, o mestre quilombola explicita essa relação em uma passagem bíblica, na qual a desobediência é penalizada com a maldição da terra e da descendência, a desterritorialização expressa na narrativa divina:

“O Deus Jeová disse ao homem: por que tu me desobedeceste? A terra será maldita por tua causa. Tu haverás de comer com a fadiga do suor do teu rosto. A terra te oferecerá espinhos e erva daninha. E todos os teus descendentes serão perpetuamente amaldiçoados [...]” (BISPO DOS SANTOS apud BARBOSA NETO E GOLDMAN, 2022, p.15)

Esta reflexão provoca a relação do afeto e do sofrimento condenatório a regular a vida. Aqueles corpos já estavam condenados. O livreto publicado por Villar, de quarenta e quatro mandamentos civilizatórios, estava legitimado pelo Estado, pela ciência e por Deus. Destinados para crianças em idade escolar, não apenas filhos de pescadores, foi aplicado como instrumento do Plano Nacional de Educação para vários estabelecimentos de ensino. O conteúdo do Breviário Moral e Cívico (1941) também foi reproduzido no Manual de Patrão da Pesca (1944), para o ensino profissional dos pescadores. A obra foi aprovada pela Secretaria Geral de Educação e Cultura da Municipalidade, destinou-se para uso nas escolas públicas e demais estabelecimentos de ensino do distrito federal, então cidade do Rio de Janeiro, da qual Villar era residente, e o Manual de Patrão de Pesca aprovado pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, através do Plano Nacional de Educação, de 1937.

O patriotismo e o civismo são exaltados como valores nobres a serem exercidos. O primeiro é classificado como um *sentimento* afetivo de ligação do humano à sua própria terra, uma coesão poderosa de unidade em defesa da pátria. O civismo é *atitude* moral, na dedicação à nação através do cumprimento de deveres junto à sociedade, a exaltação dos símbolos nacionais e até mesmo o sacrifício da própria vida em defesa da pátria. Tal nobreza associava-se, no entendimento de Villar, mais do que nascer de “sangue azul”, estaria ligada “ao caráter dos homens, nos seus atos” (1941, p. 12; 1944, p.39).

No prefácio do Breviário Moral e Cívico, o então presidente da Academia Nacional de Letras, Claudio de Souza, afirma que o livro de Villar é “elemento retificador, alinhador, redutor de desvio anormal, gibosidade que ameaça crescer sob a pele de nossa civilização” (1941, p.10). A expressão “Arte de Viver” que dá nome à obra inspira-se na máxima norte-americana *The Pleasure of Living*, segundo o próprio comandante Villar, o prazer e a alegria de viver. Vida esta que distingue a personalidade humana dos outros seres que não desfrutam das virtudes de liberdade e inteligência. Posto isto, Villar faz do breviário um instrumento de base moral a ser seguido como exemplo de elevação humana, afirmando ainda que o que apresenta não seria novidade alguma, citando manuais estrangeiros de conduta,

como “Don’t”, “Pour bien conaitre”, “Umgang mit Menschen” e “La Buona Convivenza Sociale”.

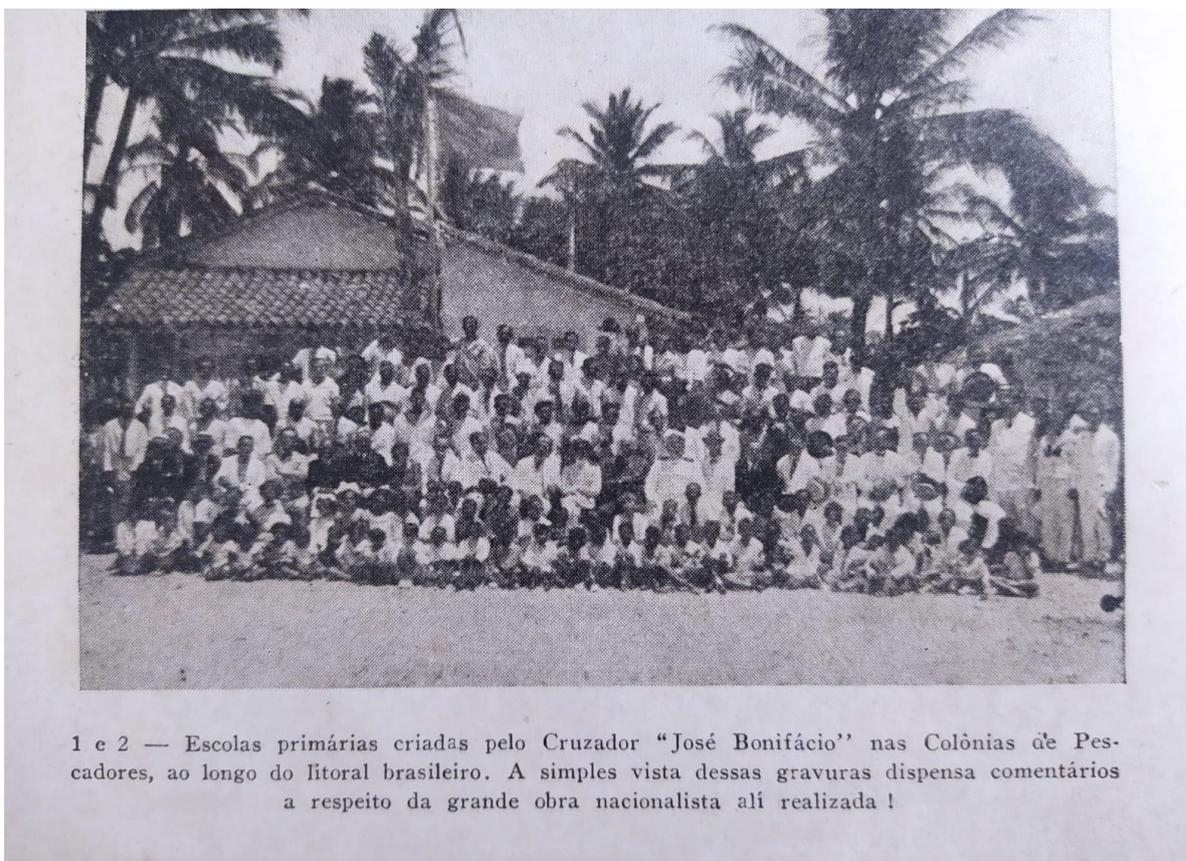
Como já vimos, as colônias criadas no Brasil foram forjadas a partir de minuciosas expedições estrangeiras de estudo para a instalação de indústrias de pesca, financiadas pelo Estado brasileiro, em que Villar visitou, fotografou e estudou o funcionamento de colônias de pesca, especialmente na formação cívica de crianças. A “Arte de Viver” apresentava-se como uma escolha, cabendo ao esforço e o mérito no alcance deste ideal de perfeição humana.

Como narrado no capítulo anterior, o “surge et ambula” de Cristo a Lázaro foi clamado aos pescadores para saírem do estado de morte para a vida que a Pátria apresentava através da Missão. Agora, a estes jovens, clamava-se a superação de si. “Tu podes tudo! Tens dentro de ti mesmo uma fonte inesgotável de extraordinárias energias! Levanta-te e caminha! Se pensas que és Lázaro da Bíblia, engana-te! Basta que tu mesmo diga isso a ti próprio!” (VILLAR, 1941, p.41).

Um modo de existência estava posto como humano, elevado e respaldado pela própria divindade. Branquitude como miragem e desejo, para o alcance da humanidade que estava questionada. A *fantasia do branco*, como analisa Mbembe (2018), uma marca ocidental de como ser e estar no mundo, a partir do investimento de predação, sujeição e exploração do outro. O branco inventado como objeto de desejo “uma fantasia da imaginação europeia que o Ocidente esforçou em naturalizar” (p.88). Na tutela ou no esforço pessoal, a negação de si próprio era o elemento constituinte a ser feito. A Pátria é encarnada como uma figura divinal que convida para a saída do estado de miserabilidade do corpo e espírito. O desejo, a vontade, são colocadas como instrumentos necessários. De que modo aqueles ordenamentos dispostos estavam distantes da constituição do próprio eu? Era preciso crer no que a Pátria ofertava e, nessa leitura, era oferecido a promessa do por vir, a limpeza da nação por meio da preservação da fantasia do branco como elemento alvejante e paradigma universal de civilização. É na definição do outro como inferior que este processo se dá, de desejo por vida ou sentença de morte. O que define esse corpo que precisa ser reformado é o desastre e não a glória. Estado permanente de falta e violência, formalizada na história com a superexposição do

negro como sujeito de tutela ou de incompetência na falta de esforço. O propósito de construir o ideal de homem branco através da desqualificação do corpo preto que é visto enquanto escravo e, por isso, não humano.

Figura 26 - “O milagre da ressurreição”



Registro de imagem: Cyrino (2022). População de pescadores reunidos em frente a uma das colônias criadas. Figura 2 da fotografia da página 32 de Villar (1944). Acervo pessoal.

Na fotografia, reunidos de branco, crianças sentadas no chão enfileiradas à frente. Logo atrás, na segunda fileira de adultos, ao centro é possível perceber homens sentados, aprumados, alguns com patente militar aparente. Uma bandeira está hasteada, em frente à escola, rodeada da vegetação tropical. Não há registro certo da localidade, de quem são e também de suas negruras. Em todos os registros em preto e branco das populações nas colônias em Villar (1944) a roupa alva posta é contrastada com a pele escurecida. Um *corpo negro não nomeável*. Antes classificado como morto, agora é visto em *exposição ressuscitada*, como prêmio da boa obra de saneamento realizada. Brada o comandante no breviário: “O milagre da tua ressurreição está na tua Vontade! Marcha! Para frente! (VILLAR, 1941, p.41).

#### 4.4 “O BRASIL ACIMA DE TUDO NA VIDA, OS BRASILEIROS ACIMA DE TODOS NA TERRA.”

lça a Bandeira Nacional em teu barco. Venera-a. Sê bem Brasileiro, apaixonadamente patriota! Nada contra o Brasil! Nunca! Tudo pela Pátria! ELA TEM SEMPRE RAZÃO! Este será o teu código de honra! Cumpre-o toda a tua alma cívica, com a mística de um “Novo testamento”. É o teu dever! O BRASIL ACIMA DE TUDO NA VIDA, OS BRASILEIROS ACIMA DE TODOS NA TERRA! (VILLAR, 1945, p. 157, destaques do autor)

Figura 27 - “Crê nos gloriosos destinos da nacionalidade”



Fonte: População de pescadores reunidos em frente a uma das colônias criadas. Figura 1 da fotografia da página 32 de Villar (1944). Acervo pessoal.

Um Brasil para os brasileiros, para aqueles que se esforçarem na dignidade de serem chamados de cidadãos, aptos para servirem à nação. Uma pátria que tem sempre razão. O texto militar disputa pela definição de nação, de um povo que não cabe nela. Os vetores da branquitude forjam a ideia de povo e nação, de qual Brasil vai estar acima de tudo na vida e de quais brasileiros estarão acima de todos na terra. Ordenamento registrado por Villar no trecho acima é conduzido de forma

afetuosa e imperativa. Na fantasia do branco como elemento alvejante da nação, reafirma o *lugar de honra* no qual repousa valores da pátria, determinando uma relação de sujeição, no qual não se pode questionar quem tem sempre razão. A veneração imposta estabelece entrega e redenção, como explica Mbembe (2018) “Toda sujeição concretizada implica constantemente essa relação de propriedade, de apropriação e de pertencimento a outro alguém que não seja a si mesmo” (p.266). O arquivo colonial enquanto artefato revela-se como estratégia ante a uma ameaça, e para tal é preciso demarcar a bestialização dessas populações, como testificando a condição não-humana que produz doença, atraso e morte. Busca-se uma resposta branca ao problema branco. A bestialidade, a concepção animalesca, a contenção à ameaça velada, apresentada como possibilidade de limpeza e admoestação. A *negrura não nomeada* é estampada na pele escurecida de relação servil, como registrado na figura anterior. Corpos infantis, pretos, dispostos com suas vestimentas militares semelhantes. À esquerda, a figura da professora branca. Um estandarte é posto ao centro da imagem, no letreiro é possível identificar o nome militar da escola.

Há um esforço de governabilidade do corpo em que o colonialismo sistema estruturado pelo racismo, passa a impor a construção de uma teoria sobre o conhecimento e dignidade em que é produzido o emudecimento dessas populações no discurso oficial. A produção da vinculação de um discurso de miserabilidade e raça. Como se produz essa narrativa? A própria *negrura não nomeavel* desses corpos revela-se como estratégia colonial da civilização como missão benevolente e não como domínio e sujeição, um chamado do qual não se pode desviar, nem àqueles que exercem, nem daqueles que recebem. Villar (1944, 1941) estabelece em sua narrativa uma recorrente justificativa civilizatória.

Nós, teus velhos Pais, Chefes e Mestres, queremos ter a ventura de ver os corações dos nossos filhos e discípulos subindo alto, bem alto, a invadir as elevadas regiões das mais audaciosas Realizações do Caráter, do Patriotismo, do Saber, da Civilização e do Trabalho.

A construção desses argumentos perpassa a estratégia elaborada de produção de um conhecimento que é considerado humano e universal. Ao mesmo tempo em que se impõe a desqualificação de uma existência, se direciona um *habitus* como

possibilidade de vida, que vai para além da mudança no campo da matéria, é um controle imaterial que transcende o corpo, está no campo do invisível. O quadro a seguir apresenta trechos retirados do livreto a “Arte de Viver – Breviário Moral e Cívico”, em que os cento e quarenta e quatro mandamentos estão dispostos em seis categorias de conduta aproximada, que aqui nomeio como: deveres à nacionalidade; etiquetas à mesa; comportamento na sociedade/higiene e aparência; conversação e interação com o outro; e, por último, a ordem e mérito. Aproximado com o trabalho de Kehl, este projeto de engenharia social indica padrões de comportamento habilitados para o acesso à dignidade e nacionalidade.

Quadro 03 - “Educa o espírito, educa o caráter”

Categoria	Ordenamento	Trechos destacados
Deveres à nacionalidade	01 a 08	<b>01. Ama o Brasil acima de tudo na vida e os Brasileiros acima de todos na Terra. Venera a tua Pátria, os seus Soldados e Marinheiros.</b>
Etiqueta à mesa	09 ao 46	<b>09. A maneira de te portares à mesa mostra o grau de tua civilização. Pela simples vista de um grupo de pessoas à refeição, pelas suas atitudes, e pelo que conversam, verifica-se a gente que ali está, o valor da sua educação e do “meio”, bom ou mau, em que vivem.</b>
Comportamento na sociedade/ higiene e aparência	47 a 72	<p><b>47. Não negligencies o teu asseio pessoal; ou antes, não sejas desasseado em coisa alguma. Da pequena moral, é este um dos mais importantes capítulos. Procura ser elegante.</b></p> <p><b>54. Não te rias às gargalhadas. Ri-te com gosto – com naturalidade – e só se oferecer ocasião; mas não é preciso ter convulsões para mostrar alegria; comporta-te com gravidade. Gente que ri de tudo é incapaz de fazer cousas sérias e recomenda-se muito mal a quem vê o</b></p>

		<p><i>seu modo. Sorri. Sorri.</i></p> <p><b>58.</b> <i>Não seja demasiado familiar com pessoa alguma; não dê palmadas nas costas do teu amigo; não brinques com brutalidade. Não te apresente com trajes menores a quem quer que seja.</i></p> <p><b>63.</b> <i>Não batuque com os pés no soalho, com os dedos na cadeiras, mesa ou outro objeto, e ... não batas com a perna. A disposição para fazer barulho ou chamar para si por essa forma a atenção dos outros é <b> sinal de selvageria</b></i></p>
Conversa�o e interagir com o outro/	73 a 134	<p><b>115.</b> <i>Não fales em voz alta ou aguda e estridente; fala em tom suficiente para seres ouvido pelas pessoas com que estiveres conversando. Cultiva voz clara; procura modelar as notas altas; mas também não fales demasiado baixo.</i></p> <p><b>116.</b> <i>Não gesticules na conversa�o; não pisques os olhos, não roa as unhas, não franzas o nariz, não faças caretas, nem tor�a os cachinhos dos teus cabelos...</i></p> <p><b>119.</b> <i>Não adquiras o hábito de repetir provérbios e cita�oes comuns. � irritante ouvir-se de uma pessoa que faz uso incessante de sábios provérbios e de termos vulgares.</i></p>
Ordem e mérito	137 a 144	<p><b>141.</b> <i>Trabalha. Estuda. Homem ou mulher, ganha o teu pão com o suor do teu rosto. <b>Persiste. Aprende. Educa o espírito. Educa o caráter. Educa o corpo.</b> S� forte e confiante – física, moral e intelectualmente. Ser�s assim, digno de ti e da Pátria, que tudo espera das tuas virtudes e da exata compreensão dessas grandes verdades.</i></p>

Fonte: Quadro categorizado elaborado pela autora a partir dos ordenamentos da obra "Arte de Viber - Breviário Moral e Cívico", de Frederico Villar (1941). Esquema elaborado pela autora.

Ao mesmo tempo em que se pretende estabelecer um padrão de conduta como normalidade, este vai se distanciando de tudo aquilo que ele não é, este controle do comportamento passa a ser também um sistema de diferença. O primeiro ordenamento impõe “Amar o Brasil acima de tudo na vida e os Brasileiros acima de todos na Terra”, a que Brasil e quais brasileiros está se referindo? Há uma classificação de não pertencimento a essa pátria, de estrangeiros de sua própria terra, pelo “grau de civilização” ou “sinal de selvageria”, como nos ordenamentos 09 e 63, destacados no quadro anterior. Esse sistema de diferenciação que vai estabelecer a distinção entre aqueles que estão habilitados para o grau de humanidade. O selvagem é aquele que está alheio, distante, à revelia, entregue à rebeldia, a demarcação animalesca que o separa do *homem*. Percebe-se nos trechos destacados o processo de domesticação em que há uma noção de animalidade interior como uma ameaça em que é necessário reprimir as sensações naturais, a própria corporalidade, os sentidos, o toque, a maneira de sentar, falar, gesticular, portar-se em público. Esse sujeito animal que precisa ser controlado, no qual através da *educação do espírito* possa a ter possibilidade de controlar os atalhos, as rotas de fuga. A padronização desse esquema de conduta passa a estabelecer o estilo de vida eleito como digno, naturalizando esses sistemas de diferença produzidos pela repetição sistemática de valores, condutas, comportamentos e percepções sobre si e sobre o outro.

De hospital a laboratório civilizacional, o Brasil investia na *reforma de gente*, a construção de uma *raça nacional*, uma higiene moral de operacionalização civilizatória. A ciência dos bem-nascidos, também elegia seus cidadãos de bem, aqueles que respeitavam tais preceitos. Admitia o determinismo racial, em que classificavam os de boa linhagem e os de estirpe não favorável, entretanto, poderiam apresentar qualidades que lhes poderiam assegurar melhores situações na sociedade, desde que não se faltasse influências encorajadoras.

Podemos ver convergências ao retornarmos aos abolicionistas como Joaquim Nabuco, que via na mestiçagem uma *vingança dos negros* violentados pela escravidão a contaminar de à população brasileira; e João Batista Lacerda, que previa a possibilidade de reforma desse corpo misturado de sangue preto, e o seu consequente desaparecimento através do método de redução étnica; vemos

convergência. Assim como nas três tipificações de tipos de gente que vimos anteriormente em Kehl, o primeiro intrinsecamente humano, o segundo doente/domesticável e o terceiro indomável, a categoria do domesticável aproxima-se do mestiço reformável, que seria resultado também em uma eliminação gradual; ou nas campanhas sanitaristas no interior do Brasil, em que o mestiço é considerado doente pela sua ignorância. A temporalidade do mestiço é interpretada enquanto sujeito transitório e com destino ao desaparecimento. Não é projeto do aperfeiçoamento da nacionalidade a continuidade de sua existência, seja física ou de seus costumes. As previsões de Nabuco, Lacerda e Kehl eram de seu desaparecimento gradativo, considerada as distintas concepções de cada<sup>43</sup>. Na campanha sanitarista e nos projetos reformistas de aperfeiçoamento da nacionalidade como o da Missão do Cruzador José Bonifácio, esse corpo misturado de sangue preto é desencaixado do projeto de Brasil, sua existência é ameaça.

Denise Ferreira (2006) contribui com uma importante discussão acerca dessa representação da brasilidade a partir da leitura do mestiço como produto de um *desejo destrutivo*, em que as fantasias criadas sobre esse sujeito social foram significantes para a manutenção dos privilégios coloniais. Em uma leitura crítica a respeito da miscigenação positiva presente na obra de Gilberto Freyre, a pesquisadora aponta como o verdadeiro sujeito brasileiro foi colocado como o branco, e que as leituras de uma democracia racial foram utilizadas como escapula para o mascaramento da supremacia branca. Esse corpo mestiço que tem sua origem fruto de violência, estupro e manipulação de corpo feminino escravizado, que “não tendo nenhum atrativo para si além de sua disponibilidade autorizada (legal), como fêmea e como escrava, ela é morta-fixa, que o mestiço efetiva uma vez que incorpora seu apagamento, o uso de seu corpo africano”, conforme analisa Ferreira (2006,p.70). Uma constante deformidade que implicava nos seus atributos a causa de sua miserabilidade moral, física e social. Caberia a esse sujeito, o desejo de expurgar esse mal, atravessar a fronteira desse não-lugar. O desejo, a vontade de tornar-se o *preto de alma branca*, o *preto jabuticaba* que Lélia Gonzalez (2020, p.212) narra: “preto por fora, branco por dentro e com um caroço que não dá para engolir”. O modelo jabuticaba, na análise de Gonzalez é, comumente, fruto de uma

---

<sup>43</sup> Ver discussão no Capítulo I desta tese: *Sob o olhar do outro: em busca de uma raça civilizada*

ascensão social individual, em que a branquitude ressalta o esforço e mérito pessoal do negro e, para ser aceito, este vai distanciando cada vez mais de si próprio, de seus costumes e da sua origem, de modo tal que os outros não o vejam mais como negro, negando até mesmo que haja algum tipo de discriminação. A casca enegrecida e a polpa esbranquiçada. Trazendo vida à metáfora apresentada por Lélia, o *caroço*, *essa parte enrijecida* que corresponde à semente da fruta, não é suportável de ser engolido. No contexto dos *viveiros humanos*, ainda que a pele fosse revestida pelos uniformes militares, que os costumes fossem embranquecidos, ainda que a fala e postura sejam compelidas, quando a polpa é consumida, o *caroço* denuncia a composição da sua origem.

Em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco, na medida em que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco, “que sou uma besta fera, que meu povo e eu somos um esterco ambulante, repugnantemente fornecedor de cana macia e de algodão sedoso, que não tenho nada a fazer no mundo. Então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade (FANON, 2008, p.94).

O laboratório dos viveiros humanos nas colônias de pesca foi um projeto de tentativa de desaparecimento racial, de apagamento da história, de aviltamento da memória. Muito se discutiu e ainda se discute sobre o processo de desigualdade na participação econômica da produção das indústrias nacionais dessa população pesqueira e nos lucros do desenvolvimento, ou na expropriação dos recursos naturais. De que esses processos de exclusão são resultados dessa exploração econômica do poder. O que estamos chamando atenção neste trabalho é de um projeto nacional que investiu na desumanização, no processo de racialização dessas populações como sub-raças reformáveis e passíveis de controle. Esses corpos racializados não foram tratados enquanto humanos. Há sempre a falta, uma dignidade sempre à prova, uma humanidade sempre questionável. A questão que se impõe é como fica a questão de patrimônio, de cidadania, de direitos, de bens, quando o que lhe é aviltado é a própria existência?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: IMPLOSÕES

Chego às últimas linhas deste estudo e não há como esgotá-lo, o processo de escavação expôs o tecido da colonialidade e suas inscrições de desumanização, como que *explodindo por dentro* – implosões – revelando suas pedras de assentamento. Ao trabalhar com arquivos coloniais, de mais de cem anos de história, muitos foram os desafios que atravessaram esta pesquisa que teve por objetivo analisar o processo de racialização de populações pesqueiras através da missão civilizatória de *instruir e sanear* da Marinha do Brasil.

A Missão do Cruzador José Bonifácio investiu na criação das primeiras colônias de pesca no país, através da reprodução de modelos europeus e instalação de escolas cívicas e postos de saneamento no litoral. Mais do que um projeto de nacionalização da pesca, com premissas de modernização da atividade e do modo de vida e trabalho dessas populações, a empreitada conduzida pelo Capitão de Mar e Guerra, Frederico Villar, estabeleceu-se alinhada com o projeto de aperfeiçoamento da nacionalidade da investida colonial, nas primeiras décadas do século XX. O experimento racial dos viveiros humanos revelou-se como pretensa afirmação de um modo de ser e estar superior, da determinação de uma existência não digna, incapaz, doente e distante da civilização. A validação do empreendimento colonial se fez a partir do *modus operandi* da produção de vazios, do *lugar de falta*, dos corpos moribundos que precisam ser limpos e saneados, instruídos e preenchidos de civilização e, de outro lado, o *lugar de honra*, onde superabunda saúde e vida, do qual os valores são classificados como dignos de serem reproduzidos. O processo de embranquecimento dos modos de existência colocasse, neste paradigma, como possibilidade de passaporte civilizacional.

Ao reexaminar a história, o caráter inferior não foi posto por essas populações. O estereótipo de indigno, classificado pelo Estado, foi reproduzido por um discurso que passou a legitimar o modo de vida europeu como a representação de civilização. As páginas envelhecidas dos arquivos coloniais revelaram *registros em preto e branco* das escolas primárias instaladas nas colônias de pescadores, ainda que os alvos uniformes militares revestissem as peles escurecidas dos filhos e filhas dos pescadores, eles continuavam negros, não pertencentes à condição natural de

humanidade. Era preciso ir além e buscar acessar, inclusive, a reprodução de suas memórias, como se pudessem cessar um tipo de comportamento inadequado, projeção de determinantes que pudessem causar estranhamento e vergonha à sua própria condição. Conforme afirma Fanon (2005, p.90), “precisamos ter coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado”, e a si mesmo se qualificam como representantes mais qualificados de uma civilização.

A interpelação da história registrada como oficial realizou-se nesta tese através da construção de uma *arqueologia contra-colonial*, enquanto epísteme, que possibilitou encarar os efeitos da racialização não como mero resultado do curso das mudanças históricas, da modernização ou, ainda, como pretensa alienação de um povo marcado pela violência, mas, nomeando e classificando o empreendimento colonial como investimento de desumanização, como apresentado no primeiro capítulo: *Por uma arqueologia contra-colonial: processos metodológicos de escavação*. Foi necessário *sentir* esse terreno em suas variadas gramaturas e fissuras. Os caminhos teóricos e epistemológicos não estavam já inicialmente dados, mas, forjados durante a escavação. Tramados no contexto dos ideais do racismo científico pós-abolição no país como a redução étnica, a eugenia e a campanha sanitária, os arquivos coloniais da armada naval estavam alinhados a outros instrumentos de controle e classificação que foram identificados ao longo desta tese. Esses materiais foram tencionados como matéria viva, investigando suas estruturas de sustentação e nomeando-os como *artefatos coloniais*, mecanismos construídos como estratégia de controle e aviltamento como discurso de aperfeiçoamento da nacionalidade e construção de uma nação civilizada.

O processo de desumanização dispara, na narrativa militar, através do elemento branco como agente alvejante, benevolente e caridoso de um lado e, de outro, corpos escurecidos que padecem doentes, degenerados e passíveis de controle. A afirmativa colonial pretensamente se organiza através da operacionalização do racismo através da condução normativa e legitimação da missão como *dever de ofício* e *desejo de redenção*. Ao mesmo tempo em que o embranquecimento é colocado como passaporte, o colonizador precisa a todo tempo validar a sua brancura diante do modelo europeu, num país “condenado” pela sua suposta degeneração de raça.

Como apresentado no segundo capítulo, *Sob o olhar do outro: a busca por uma raça civilizada*, as tecnologias de redução étnica e eugenia são discutidas no contexto do - *que fazer com essa gente preta ou misturada de sangue preto?* - posta em liberdade na sociedade pós-abolição. Deixá-las entregues à sua própria selvageria e consequente destruição, produzir mecanismos gradativos de sua eliminação, reformar a categoria transitória, foram algumas das soluções apontadas. Das diferentes teses que sustentaram essas investidas, o *telos* em comum via esse contingente de pessoas como ameaça à normalidade, a *ordem e ao progresso*, à manutenção de seus próprios privilégios.

O que se vê é que a governamentalidade colonial faz existir são as três peças fundamentais da colonialidade brasileira: o objeto a eliminar por sua não humanidade (o negro); o reagente do processo de branqueamento (o branco) e um campo de operação (o mestiço) que deve se sujeitar ao processo de limpeza. O que efetivamente passa a operar na sociedade brasileira é a possibilidade de que cada branco possa se ver no cotidiano das interações inter-raciais como destinado à condição de modulador de não-brancos e sob a missão de aperfeiçoar os mestiços. Faz sentido que de uma vez por todas não existam negros na sociedade brasileira, como afirmava tais correntes do racismo científico, mas um *continuum* de elementos transitórios e catalogáveis sob uma miríade de categorias de distinção no longo processo civilizatório de branqueamento físico e dos costumes.

O processo de escavação provocou encarar o colonizador em suas diferentes estratégias. Quando da publicação da obra *Pelas indústrias da pesca* (1911) durante sua investida no continente europeu em busca por uma raça civilizada, seu tom é político e direto, na defesa do projeto do experimento das colônias como obra nacionalista e científica. A incubadora da missão civilizatória do Cruzador José Bonifácio foi amalgamada e sustentada nesse aparato colonial de aperfeiçoar a nacionalidade, branquear os costumes de uma população não branca e validar a sua própria brancura. Nesse processo, Frederico Villar apostou na elevação da sua empreitada militar como missão científica e experimento *contra a ruína da raça*, exaltando as palavras do eugenista Renato Kehl.

Como vimos, o discurso científico no país estava centralizado em um aperfeiçoamento da nacionalidade, uma correção dos aspectos degenerativos da espécie humana. As campanhas sanitarista e eugênica ganhavam fôlego por coadunarem com o ideal de regeneração da raça humana, especialmente pelas doenças que corrompiam a população, atribuídas à falta de educação e moralidade dos classificados degenerados. Por pretender lidar diretamente com essa população de miseráveis, Villar precisaria de uma estratégia prática que convencesse o poder público de financiá-lo e da submissão dos pescadores. Quando da narrativa sobre as populações pesqueiras, o grande diferencial estratégico da postura adotada pelo Capitão de Mar e Guerra foi o tom apostólico-correcional, ainda que preenchido de estereótipos.

A chamada à vida aos miseráveis e doentes, analisado no capítulo “*Surge et ambula*”, *levanta-te e anda: à bordo do cruzador missionário*, expõe esse discurso docilizado e paternal do colonizador, como quem salva uma gente de si mesma. Há uma constante preocupação de legitimar as ações como missão divina e patriótica e, ao mesmo tempo, como desejo de pertença. Seguia-se a narrativa estereotipada desses corpos, como dotados de uma identidade única e corrompida, ingênuos e frágeis. Assim, o colonialismo se esmera em inculcar no espírito dos colonizados que seu modo de vida é inferior, que a saída salvação colonial é o retorno e permanência no estado de selvageria. O investimento da campanha sanitarista do Brasil da Primeira República tratou de demarcar a doença como punição desses corpos indignos.

O chamamento nacional à dignidade impôs determinantes que classificaram aqueles que estavam separados do projeto patriótico de desenvolvimento, que em seus modos de vida e existência apresentavam riscos e obstáculos ao progresso do país. O Estado brasileiro assume a autoridade colonial de agente civilizador, na ação tutelar de condução a uma suposta libertação de si mesmo, dos seus costumes atrasados, do seu modo de vida obsoleto, de um não pertencimento à nação, revelando-se um processo de racialização em que um modo de ser e estar no mundo é determinado como superior e equivalente ao civilizado. Portanto, novos cativos, estratégias de afirmação da desumanidade do corpo não branco, não nomeado, fora da superfície, o não dito e o encoberto de boas intenções. A

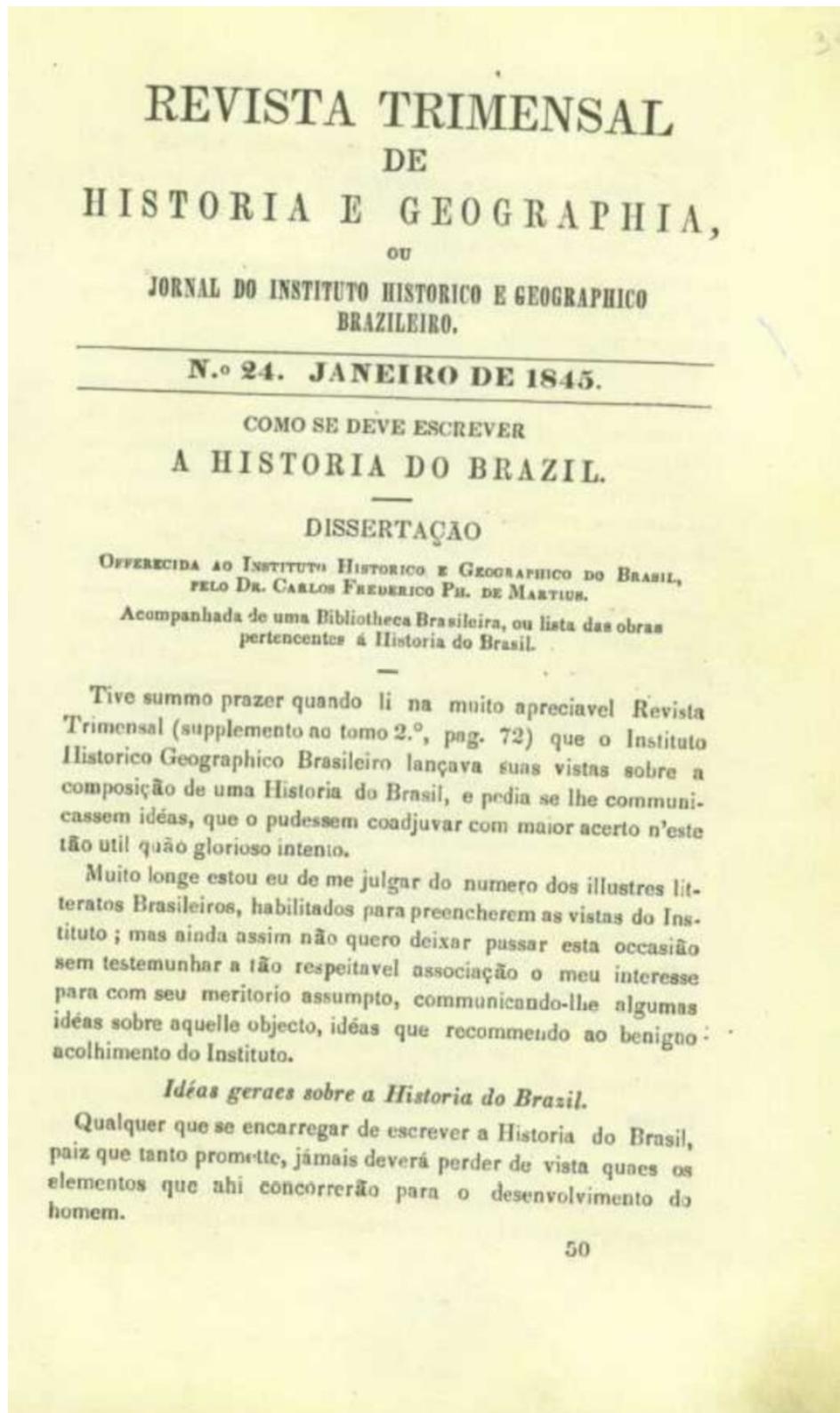
administração do outro, o controle de sua existência é apresentado como libertação de si.

Quando adentramos o experimento racial, *Por dentro do viveiro: a limpeza da nação*, fica exemplificado o pacto narcisístico, como já anunciado por GONZALEZ (2020) e analisado por Bento (2022). Além dos investimentos à manutenção dos privilégios e auto-preservação, o que está em jogo é uma branquitude que ainda não está dada, que precisa se autoafirmar assumindo um projeto de instrução e saneamento, daquilo que é classificado como incivilizado e doente, constituinte de um projeto de nação em que o espelho da normalidade reflete um modo de existência digno.

O processo de racionalização atravessa, ainda, diferentes posicionalidades dos sujeitos, territorialidades, modos de vida e trabalho, classe, gênero, culturas, ritos e práticas de cura, construção da memória entre outras expressões. Na construção dos projetos de nação dos Estados contemporâneos, a classificação racial foi elemento determinante para a definição de hierarquias sociais, a condução do poder e estratégias econômicas de desenvolvimento. No Brasil, atravessar a barreira fronteiriça que separa o não-civilizado do civilizado, o atraso do progresso, as trevas da luz, urgia, necessariamente, a possibilidade de pertença a um mundo branco, o embranquecimento como passaporte civilizacional. O argumento da modernização do país e alcance do progresso através da civilização alcança, no Estado Novo, um discurso tutelar de reforma e cuidado, uma pátria que corrige e educa seus filhos ao caminho redentor da nacionalidade. A eugenia apresentava-se como protetora dos destinos da nacionalidade, e o governo Vargas, assim como a elite brasileira passou a investir nesse projeto racial de caráter reformista e pedagógico. Embora se possa pensar que o discurso racial esteja camuflado, ele revela-se a todo tempo, na estereotipação e classificação do outro, na eleição do sujeito civilizado, na construção de uma identidade nacional caracterizada por determinantes raciais, regulamentada por dispositivos legais. O projeto pedagógico de reforma social da nação afirmou-se como uma estratégica investida nacional de manutenção dos privilégios de uma raça nacional, se havia o que limpar, era um determinado *tipo de gente*, abaixo da humanidade.

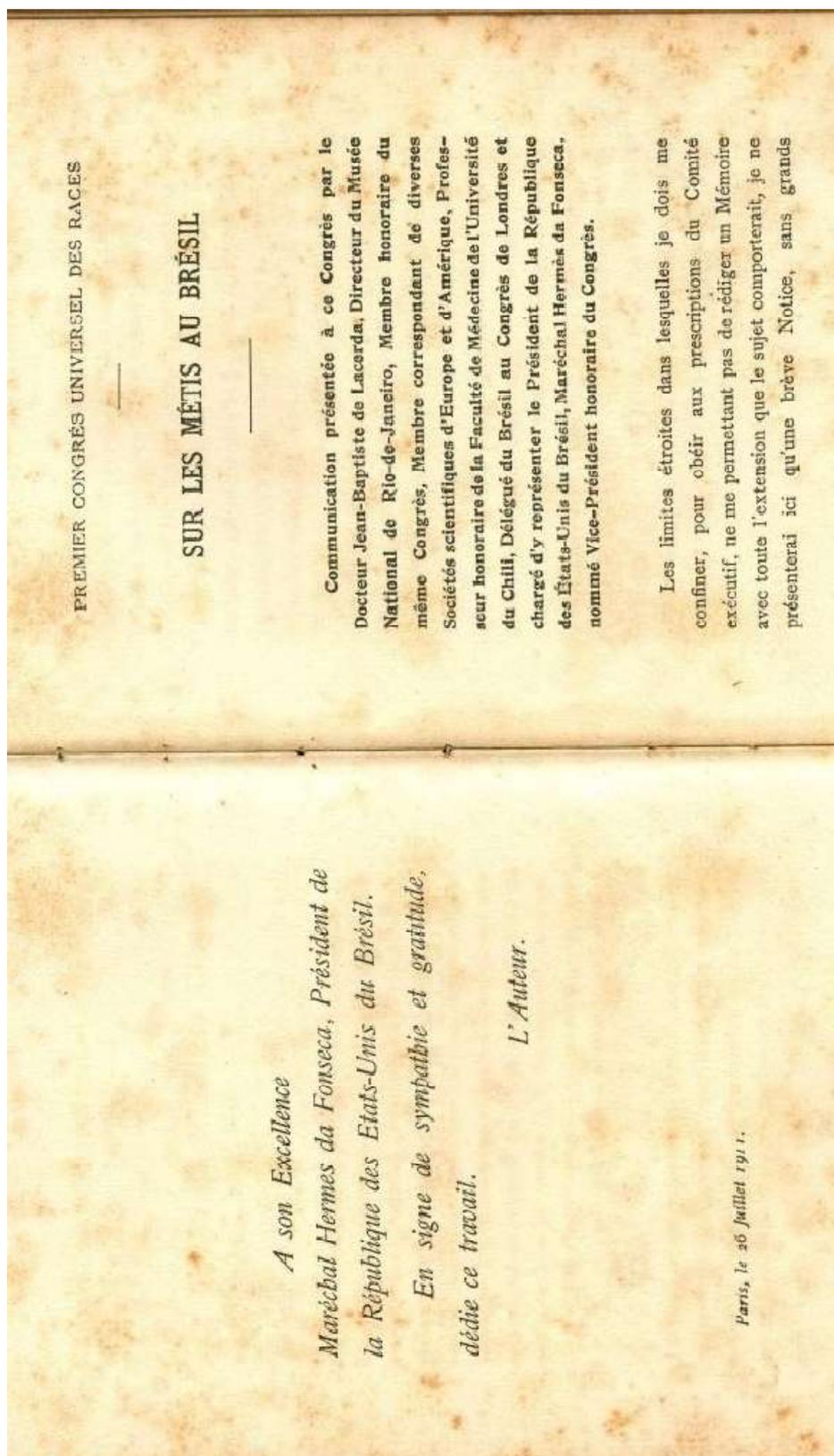
A explosão de dentro expôs as vísceras putrefatas do tecido da colonialidade, revestido de uma boa roupagem do discurso benevolente e civilizador, em sua missão de produzir vazios, vergonha e desprezo de si. Pergunto junto à Lélia Gonzalez (2020) “Como é que a gente chegou a este estado de coisas, com abolição e tudo em cima?” Ela mesma dá a resposta, “parece que a gente não chegou a este estado de coisa. O que parece é que nunca saiu dele” (p.83). Não saímos Lélia e, hoje, com duas décadas de século XXI ainda atravessamos. O sustentáculo do racismo se sofisticava como uma nação que não nos vê como sujeitos políticos, nem como cidadãos, que nega nossa humanidade ao mesmo tempo em que nos usa como objeto de políticas públicas. A máxima universalista dos *brasileiros acima de todos na terra*, ganha fôlego e poder, nesta, somos estrangeiros, estranhos à nacionalidade. Uma narrativa de nação em que o corpo negro não pertence e, dela, constitui-se ameaça. Uma recorrente tentativa de silenciamento de uma gente não silenciosa. E esta afirmativa não é um lamento ou desejo de pertença, como na leitura fanoniana, nós, os *condenados da terra*, não cabemos nesse ideal de nação.

## ANEXO I. "COMO SE DEVE ESCREVER A HISTÓRIA DO BRASIL", 1845



Fonte: Página nº 50 da edição do Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, janeiro de 1845. Publicação do alemão Karl Von Martius, referente ao primeiro lugar concedido no concurso "Como se deve escrever a história do Brasil, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Conteúdo disponível em sua íntegra pelo Pan American Institute of Geography and History e Revista de História da América (MARTIUS e RODRIGUES, 1956). Vide referências ao final deste trabalho.

## ANEXO II. PREMIER CONGRÈS UNIVERSEL DES RACES, 1911



Fonte: Fotografia da edição em língua francesa de "Sur les métis au Brasil", publicada pelo médico brasileiro João Batista Lacerda no Congresso Universal das Raças, em 1911. Conteúdo completo traduzido em português disponível no trabalho da historiadora Schwarcz (2002).

## ANEXO III. BOLETIM DE EUGENIA, MAIO DE 1929

# BOLETIM DE EUGENIA

MENSAL

---

**EDITADO**  
em propaganda do  
**Instituto Brasileiro de Eugenia**  
Caixa Postal 2926 - Rio de Janeiro - Brasil

**MAIO DE 1929**

**VOL. I - NUM. 5**

**Direção e Propriedade**  
**DR. RENATO KEHL**  
Rua Smith Vasconcellos, 63 - (Águas Ferventes)  
CAIXA POSTAL 2926 - RIO DE JANEIRO - BRASIL

---

## Pelo aperfeiçoamento da nacionalidade

### A 1.<sup>a</sup> Brasileira Eugenzada

Convidado pelo Dr. Waldomiro de Oliveira, director do Serviço Sanitário de São Paulo, fui assistir á entrega dos premios aos vencedores do primeiro Concurso de Eugenia, pela primeira vez realizado no Brasil e, talvez, em todas as Americas.

Coube-me a honra de entregar o galardão destinado á primeira brasileira considerada oficialmente eugenzada.

Como disse em entrevista concedida ao «O Estado de São Paulo», a São Paulo coube a primazia na fundação da primeira Sociedade Eugénica criada no continente sul-americano e a prioridade na cruzada em prol da sciencia de Galton. Era natural, portanto, que em São Paulo tivesse lugar o primeiro Concurso de Eugenia. Exulte com a sua realização. Ella tem alta significação como exemplo e emulação para o fomento da paternidade digna e como testemunho de que a propaganda do aperfeiçoamento eugenico está dando resultados evidentes e valiosos para a nossa terra e para a nossa gente.

Um dos mais importantes problemas da sciencia de Galton consiste na selecção dos «bem dotados», isto é, na escolha dos melhor preparados physica, psychica e mentalmente. Dessa selecção derivam varias consequências de valor: em primeiro lugar, concorre para augmentar o interesse publico, fazendo com que os paes se eslaçam no tocante á constituição de proles sadias e bellas; em segundo lugar, serve para a organização de um ensaio de patronagem da futura elite nacional de eugenzados; finalmente, contribue com preciosos elementos para importantísimos estudos relativos á hereditariedade, ao meio social e familiar, ao cruzamento de raças, etc.

No presente concurso evidenciou-se o alto interesse dos paes, que se preocupavam em discernir as pos-

Cuidar do aperfeiçoamento eugenico é cultivar as bases da felicidade do povo e fortalecimento integral do paiz.

Para a alma humana, um corpo sadio é um asylo; um corpo doente é um carcere. — Bacon.

A Eugenzação é um capital posto a juros a longo prazo pelos patriotas esclarecidos, de vistas largas e de espirito atlado.



Ademar — 3 annos — 1.<sup>o</sup> Premio do 1.<sup>o</sup> Concurso de Eugenia realizado em São Paulo, sob a orientação do Serviço Sanitário do Estado.

sibilidades de victoria apresentadas pelos filhos: pesando os elementos individuais e hereditarios com que contavam os filhos para o concurso; discutindo, em familia, os «prós» e os «contra»; estudando os antepassados, procedendo a uma devassa na vida de cada um, orgulhando-se ou revoltando-se contra as suas qualidades ou defeitos physicos, psychicos e mentaes.

Este interesse, por si, bastaria para justificar a repetição do certamen

selecção dos concorrentes inscriptos. Obedecem ella o seguinte criterio:

a) organizada a lista dos candidatos, menores dos dois sexos, de 3 a 5 annos, foram os mesmos fichados (ficha especialmente preparada para esse fim) e examinados, não só em relação ás enfermidades physicas, como mentaes, abrangendo a syndicancia a ascendencia dos inscriptos;

b) na primeira selecção foram classificados 70 candidatos, os quaes foram, novamente, submettidos a uma segunda selecção, sendo eliminados 40, por varios motivos. Submettidos a um cuidadoso exame os 30 escolhidos foram retirados 7, dos quaes, finalmente, a comissão classificou os seguintes: 1.<sup>o</sup> premio Ademar Ferreira de Carvalho, 2.<sup>o</sup> Ruth de Carvalho Lopes, 3.<sup>o</sup> Rachel Celeste Bonaro.

A Ademar conta 3 annos, tem 8 irmãos vivos, 6 tios maternos e 7 paternos, todos sadios.

Como disse na entrevista supra citada, a idade estipulada não me pareceu muito feliz. Seria melhor que o concurso fosse para crianças na idade escolar. Uma verdadeira selecção eugenica deveria comprehender somente individuos em completo desenvolvimento somato-psychico. Entretanto, esta minha restricção em nada pretende diminuir o valor desse bello empreendimento, que teve de subordinar-se ás condições estipuladas pelos idealizadores do concurso e doadores dos premios.

Parabens á «primeira brasileira eugenzada» e a seus paes, que devem estar radiantes com a victoria da

ANEXO IV. BIOGRAFIA DE FREDERICO VILAR, REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA, 1964.



## Contra-Almirante Frederico Villar

Nascido a 18 de outubro de 1875, no ex-Distrito Federal, hoje Estado da Guanabara. Ingressou na Escola Naval a 28 de fevereiro de 1891 — Guarda-Marinha a 12 de dezembro de 1896 — Segundo Tenente a 24 de novembro de 1898 — Primeiro Tenente a 5 de dezembro de 1900 — Capitão-Tenente a 9 de janeiro de 1906 — Capitão de Corveta a 29 de abril de 1914 — Capitão de Fragata a 9 de junho de 1920 — Capitão de Mar e Guerra a 9 de janeiro de 1928 — Transferido para a Reserva de 1.ª Classe a 25 de abril de 1929 — Contra-Almirante reformado a 19 de dezembro de 1941.

Embarcou nos seguintes navios: *E. Riachuelo*, *Torp. Pedro Afonso* — *Cr. E. Benjamin Constant* — *Patacho Guararapes* — *V. Carlos Gomes* — *Aviso Vidal de Negreiros* — *C. Almirante Barroso* — *C. Floriano* — *C. Aquidabã* — *C. Tiradentes* — *Aviso Fernandes Vieira* — *Vapor de Guerra Comandante Freitas* — *Canhoneira Amapá* — *Ct. Timbira* — *Ct. Mato Grosso* — *C. Deodoro* — *Cr. Aux. José Bonifácio*, que comandou durante alguns anos — *Aviso Fiscal de Pesca Aspirante Nascimento* — *T. Belmonte* — *CTs Maranhão, Alagoas, Piauí e Sergipe* — *C. Barroso*.

Em comissão de pesca esteve este oficial fiscalizando as colônias de pescadores dentro da baía de Guanabara, isso no ano de 1922.

Desempenhou várias comissões de destaque entre elas a de Diretor da Pesca e Saneamento do



Contra-Almirante Frederico Villar

*Litoral* — *Capitão dos Portos do Estado do Pará* — *Comandante da Flotilha de Contratorpedeiros* — *Adido Naval junto à Embaixada do Brasil em Washington* — *Sub-chefe do Estado Maior da Armada* — *Diretor da Diretoria de Marinha Mercante*, e várias outras.

Transcreve-se do Diário do Congresso de 8/10/1921:

"Aprovado unânimemente pelo Senado da República mandado inserir na ata do referido Senado Federal: O senhor Alfredo Ellis: Senhor Presidente, a razão da minha presença nesta Tribuna, é a de trazer ao conhecimento do Senado, por intermédio dêsse ao país, que o Comandante do Cruzador *José Bonifácio*, Sr. Frederico Villar, do extremo Norte ao extremo Sul, benemérito propagandista da grande idéa nacional, semeia colônias de pescadores ao longo de nossas praias. O Comandante Frederico Villar é um nôvo Rondon nos mares brasileiros. Sr. Presidente, o General Candido Rondon trata de criar no interior do Brasil pontos luminosos, colônias de silvícolas, como ponto de atração para os nossos irmãos que ainda estavam fora, por assim dizer, da nossa agremiação, e por tanto não gozavam da sombra da nossa bandeira. É o grande apóstolo do sertão; é o homem que trouxe para a comunidade brasileira, milhares, dezenas, centenas de milhares dos nossos irmãos silvícolas que, por assim dizer, não tinham pátria, desconhecendo talvez, o nome do Brasil. Foi ele que abriu o grémio da nossa Pátria, coração do Brasil para que recebida fôsse em seu seio essa vasta coorte de brasileiros que povoam o nosso interland. Da mesma forma, Senhor Presidente, surgiu o Comandante Frederico Villar, disposto a prestar serviço seme-

lhante e também patriótico no longo das nossas praias, cumprindo notar que, ao lado da idéa filantrópica da agremiação dêsse elementos que estavam, por assim dizer, perdidos e ensurdecidos pelo bramir das ondas que não ouviam, nem mesmo o éco repetir os sons do nosso hino, perdidos como estavam nessa orla imensa que os serve de trincheira ao mar. Além disso, senhor Presidente, o gesto dêsse ilustre brasileiro encerra um grande trabalho de benemerência: é que ele nos dá uma colméia, forma a sementeira de futuros marinheiros. Claro é, senhor Presidente, que creadas essas colônias ao longo de nossas costas, aí encontrará a nossa Marinha de Guerra a escola onde poderá ir tirar os elementos de que carecer, futuramente, porque dada a extensão das nossas costas, se não somos, havemos de ser naturalmente uma grande potência marítima, e não pode haver Marinha sem êsses núcleos onde se formam os marinheiros habituados desde a infância, desde o berço, a ouvir o bramir das ondas, não se apavorando diante das tempestades. Esse o grande serviço, que ao País presta o comandante Villar, semeando como um apóstolo, como um grande benemérito, estas colônias à beira mar. Por tanto, entoo desta tribuna um hino de louvor não só ao benemérito campeador do nosso interland como também ao outro menos valoroso, porque trabalha ao contacto das ondas do mar, tecendo um poema de

louvores futuros aos seus nomes. Requeiro, portanto, senhor Presidente, que fique consignado na ata dos vossos trabalhos de hoje, um voto de louvor ao Comandante Frederico Villar, Comandante do Cruzador *José Bonifácio*. Devemos, ao mesmo tempo, louvar o governo do Estado de São Paulo, porque, ao lado de cada colônia, de cada pórtico, se assim se pode dizer, de cada farol ali plantado pelo patriotismo do Comandante Villar, colocou uma escola. E essa a verdadeira propaganda contra o analfabetismo: ao lado da colônia de pescadores a escola e o posto médico, saneando o corpo e ao mesmo tempo iluminando o espírito, esclarecendo a mentalidade dessa pobre gente, que vivia sem recursos combatida pela verminose e por tôdas as moléstias que assolam as zonas tropicais e equatoriais".

\* \* \*

Na sua carreira militar teve muitos elogios e foi agraciado com medalhas e condecorações entre elas a de Serviço Militar, de ouro, e a Medalha de Mérito Santos Dumont.

Tempo de serviço: 40 anos, 5 meses e 4 dias.

Autor de várias obras e trabalhos de interesse para a Marinha, publicados em revistas militares como sejam a *Revista Marítima Brasileira*, *Subsídios para a História Marítima do Brasil* e outras, e também dos trabalhos intitulados: "Vida e Glória de Tamandaré", "Manual do Patrão de Pesca" e "Obras das Despesas em Campanha" que tiveram grande aceitação no meio militar.

Faleceu no Rio de Janeiro no mês de março de 1964.



ANEXO V. "PELO SANEAMENTO DO BRAZIL, A CAMPANHA SALVADORA".  
 JORNAL DO RECIFE, 1919.

**ASSIGNATURAS**

PARA O ESTRANGEIRO

**Jornal do Recife**

SABBAO, 25 DE OUTUBRO DE 1919

PROPRIEDADE E DIRECCAO DE LUZ FERREIRA DE OLIVEIRA FAHA

F. fundado por José de Vasconcellos e impresso em sua officina tipographica ALBERT, unico no Norte do Brasil

PERNAMBUCO - ANNO LXII N. 290

ASSIGNATURAS

SUCCURSAL NO RIO DE JANEIRO

Avenida Rio Branco N. 127 - 2. andar no

presente de DR. LUIZ MENDES

Tribuna de Espectador e Hospedeiro N. 22

Rua do Imperio N. 100 - LOPES FILHO

ASSIGNATURAS

PARA O ESTRANGEIRO

Um Anual de 12 N.ºs. . . . . \$100,00

Um Semestral de 6 N.ºs. . . . . \$50,00

Um Mensal de 1 N.º . . . . . \$10,00

Os preços são para o Brasil e para o estrangeiro em dinheiro e em letras de cambio sobre o Rio de Janeiro.

Rua Quilom. de

S. Paulo, N.º 111 - 1.º andar - Rio de Janeiro

PELO SANEAMENTO DO BRAZIL

## O nosso grande problema vital

E desde que conheça o povo a causa da preguiça e da miseria em que vive, querirá ainda fazer papel de carniceira?

Porque afinal o epidemio não é mais que uma carniceira ambulante, comida pelos ankylostomos, de dentro para fora.

*Liga pró-saneamento do Brasil.*

Num país de doentes e de analfabetos, como o Brasil, a preocupação maxima, primordial de governo e consciencias deva ser a do saneamento physico, moral e intellectual dos seus habitantes.

*Belisario Penna.*

O "JORNAL DO RECIFE" APPLAUDE OS PIONEIROS DA SAUDE. — UM NOSSO COLLEGA PALESTRA COM O ILLUSTRE COMMANDANTE FREDERICÓ VILLAR. — A CAMPANHA SALVADORA.

Ha dias se encontra no Recife, de passagem, o illustre commandante Frederico Villar, um dos mais distinctos marinheiros do Brasil, encarregado actualmente da chefia de uma importante commissão de governo. S. a. é um perfeito "gentil man" e possui a chama sagrada do amor da Patria. Um dos nossos collegas teve, ha pouco, a oportunidade de com elle palestrar. Deusa palestra tão erudita tão seductora queremos fazer o publico assistente mamorando alguns dos topicos mais curiosos.

O digno official d'armada está transformado em apóstolo convencido e convincente da "Liga pró-saneamento do Brasil". E, forte na sua convicção, apellou para nós no sentido de fazermos pertinaz campanha em favor da extincção da "Uncinariose" ou "Ankylostomase," e horrorosa molestia que está victimando o povo brasileiro. E facto que já eramos nós entusiastas ardentes do Instituto de Manguinhos, em consequencia das verdades horriveis que encontramos na obra de Belisario Penna. Demos-lhe toda a nossa attenção. E o commandante Frederico Villar diz:

— Se algum problema pode neste hora interressar ao publico, ao maritimo, ao soldado, ao homem de lei, á moçada generosa, a que quer brasileiro, em summa, é o problema gravissimo do saneamento naciona-

sil estão ardentemente empenhados na lucta gloriosa e bemfazeja...

Eis os principaes topicos dos prospectos que estão sendo distribuidos entre o povo do littoral e a que nos referimos acima:

**"CRUZADOR AUXILIAR "JOSE" BONIFACIO"**

Comissão de Pesca e Saneamento do Littoral

*Conselhos uteis*

Luidas de vos fazerdes fortes. Assim estareis sempre capazes de trabalhar, de enriquecer e prosperar, fazendo a vossa felicidade, a tranquillidade da vossa familia e a grandeza do Brasil. Sanear o Brasil é povoalo, é enriquecel-o, é moralizal-o. Só é bom e feliz quem é forte.

A agua destinada á bebida e outros usos domesticos deve ser filtrada e guardada em vasilha com tampa.

Os poços devem ter paredes rebocadas e estar sempre tampados, de modo a não receber agua ou qualquer immundice do exterior.

No campo só se deve beber agua corrente limpa, nunca agua de cacimbas abertas ou de qualquer agua parada.

As casas devem ser rebocadas internamente e o lidas, com janelas em todas as divisões; as paredes, sem frestas ou abertura por onde possam penetrar insectos, que muitas vezes picam os mor dozes, transmittindo-lhas molestias graves.

gravíssimo do saneamento nacional. Precisamos adquirir saúde, antes de tudo. Porque somos um povo incapaz. Quando se fala da nossa preguiça e a: diz que o nosso trabalhador é indolente pratica-se a mais triste das injustiças. Nada disso. O que nós somos é gente caferma. E só se comprehendeu isso depois das lições de Oswaldo Cruz, o iniciador da campanha saneadora do Brasil. Veja-se o que diz o Barão de Parnaíba; vejamos o que escreve Monteiro Lobato... É simplesmente monstruosa a situação a que chegámos. Dezesete milhões de opilados, meu amigo, dezete milhões de doentes se arrastam, pallidos e tristes, pelo territorio patrio!

Parece até incrível! Pois eu vi, aquél, tomando para a experiencia a guarnição do meu navio, do cruzador "José Bonifácio." Tenho 160 marinheiros e, entre esses, comente 2 não foram ainda assaltados pelo ankylostomo. É tragico, não é?

Mas é verdade. E por ser verdade é porque eu o constatei estou seduzido pela campanha que se me figura a mais importante de todas a serem travadas no Brasil. É uma questão de vida ou morte. Se não reagirmos somos uns aniquilados. A verminose devoradora de globulos vermelhos está nos furtando a coragem, a intelligencia e a vontade. Infiltra-se no organismo e inutilisa o homem. D'ahi a decadencia e incapacidade do povo.

O commandante Frederico Villar fala com impeto da convicção definitiva. Mostrou-nos photographias, artigos, livros, tudo o que ha de referent. no assumpto.

E nos cedeu por fim um prospecto de bordo, cuja distribuição está fazendo entre os pescadores.

Publicamol-o abaixo.

A palavra de s. a. era chamusante.

E haverá brasileiro que ouvindo isso e sabendo disso não se volte com enthusiasmo para a grande cruzada em prol da nossa saúde?

O longo tempo da nossa palestra com o destimido servidor d'armada foi todo occupado pelo transcendente assumpto.

De facto pela colligação dos elementos intellectuaes e physicos do Brasil é que se pôde intentar, com efficacia, o combate definitivo ás lavras dos ankylostomos.

O commandante Frederico Villar tem razão. Não outro problema mais serio neste instante do que o da Uncinariose.

E nós, os pernambucanos, não podemos e não devemos cruzar os braços diante deste doloroso espectáculo que nos offerece o Brasil. Comprometemos de partir e agir, unindo-nos aos pioneiros da saúde que no sul do Br-

—

Não consentir na existencia de charcos ou de qualquer agua estagnada proxima ás casas.

—

Nos logaras onde ha febres, fechar toda a casa ao anoitecer; as janellas com telas de arame muito fina, de modo a impedir a entrada de mosquitos.

—

Os mosquitos picando um homem doente se infeccionam e vão picar depois um homem são, ao qual transmitem a molestia.

—

Mate-mos os mosquitos fechando a casa e queimando enxofre num simples fogareiro ou uma lata.

—

Os patos, marrecos, rãs e os pequenos peixes comem as larvas (filhotes do mosquito) que encontram na agua.

—

A opilação ou amarelidão é uma molestia produzida por uma pequena lombriga que vive no intestino (tripa) do homem e lhe suga o sangue. É por esse motivo que todo o opilado fica amarello; essa lombriga se chama ancylostomo.

—

A opilação é uma molestia grave que muitas vezes produz a morte.

—

O opilado sente cansaço, dor na bocca do estomago, palpitación do coração, tonturas, ás vezes incha; não tem coragem para o trabalho; o appetite se estraga e dá para gostar de fructos azedos, barro, cal, etc. É desanimado, fatalista e preguiçoso.

—

A opilação faz a desgraça de familias inteiras e é a principal causa e decadencia da nossa raça.

—

O ancylostomo deposita grande numero de ovos. Um opilado pode eliminar um, dois milhões ou mais de ovos por 24 horas.

—

Os ovos deitados á terra, em lugar fresco e humido, ali vivem muito tempo e se desenvolvem em larvas.

—

As larvas penetram pela pelle, introduzem-se no corpo e vão se collocar no intestino, onde ficam agarradas.

—

Se não houverse o máo habito de deitar as fezes á flor da terra, ninguém apanharia opilação.

—

Toda a casa deve ter a sua fossa, por mais simples que seja.

—

Quando em trabalho no campo, o trabalhador deve cavar um buraco de 2 palmos de fundo e ali enterrar a obra, cobrindo de terra em seguida.

Fonte: Fotografia da edição de 19 de outubro de 1919 do Jornal do Recife, às vésperas da partida da Missão do Cruzador José Bonifácio, anunciando-a como missão salvadora. Acervo disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional Digital (JORNAL DO RECIFE, 1919).

ANEXO VI. A MISSÃO CIENTÍFICA E PATRIÓTICA DO CRUZADOR JOSÉ BONIFÁCIO. JORNAL A PROVÍNCIA, 1919.

PERNAMBUCO - BRAZIL.

RECIFE, A PROVÍNCIA QUINTA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 1919

ANNO XLII - N. 238

LIBRERIA

RECIFE

1919

# A PROVÍNCIA

DIRECTOR - DINIZ PEREIRO

## A missão científica e patriótica do cruzador «José Bonifácio»

### SANEAR O BRAZIL É O NOSSO PROBLEMA MÁXIMO!

Seria uma injustiça e ingratição, se ao vermos realçado — ou pelo menos esboçado em robusto esboço — o velho ideal da organização das Indústrias da Pesca no Brazil, esquecêssemos a parte importante que "A Província" tomou em toda essa gloriosa campanha!

São, pela parte a "A Província" as expressões do meu reconhecimento e do reconhecimento da Nação pela vitória, que tão de perto interessa à riqueza, à prosperidade e à grandeza do Brazil.

Ha bastantes annos que pelas suas columnas, em ardorosos artigos, nos letemos pela Pesca no Brazil, e mais uma vez nos convencemos da verdade do proloquo popular — "poeticeis o tempo, fazem mais que forja e raiva"! Esperamos com tenacidade e vencemos!

O cruzador "José Bonifácio" vai iniciar a campanha oceanographica, estudando o "banquete continental", profundidade; natureza dos fundos; temperatura e salinidade e o regime das aguas; o "plankton"; as especies reinantes, a sua vida e migrações, etc.; vendo tudo quanto na nossa agua nos podem dar como alimento e como sub-productos industriais, artisticos, etc., etc.; desdobrando o aproveitamento industrial dos nossos productos aquáticos. Diremos ao pescador onde, quando e onde pescar.

Ao mesmo tempo, vamos fazer ou pelo menos estudar, como practico deveremos fazer, o saneamento do littoral. Estamos orgulhosos da confiança com que fomos honrados pelo governo da Republica.

Analisando os grandes problemas do nosso país, não conhecemos nada, que se nos apresente mais palpitante, mais oportuno, mais empolgante, que as questões do Saneamento do Brazil!

Disse um grande medico brasileiro, que o "Brazil é um grande hospital".

A "phrase" fez rir a uns, indignou a outros e impressionou os patriotas. Mas era uma "phrase"...

Após a "phrase" vieram os cientistas com os exames bacteriologicos, vieram os hygienistas, vieram outros medicos, vieram os homens de coração e boa vontade, a boa imprensa; e a massa dos "crentes" tornou-se multidão — a avalanche precipitou-se: A' testa do movimento vieram os medicos de "Manguinhos" — a pleiade mais gloriosa dos nossos cientistas, as joias mais bellas do diadema do nosso orgulho nacional, os filhos intellectuaes do grande Oswaldo Cruz; veio Belisario Penna; veio Monteiro Lobato; vieram as missões medicas federaes e a Rockefeller, nos Estados e na capital!

E o sol da Verdade radioso illuminou por toda parte esse quadro horrivel, essa visão dantesca: O Brazil é um grande Hospital — cheio de moribundos — uma raça de cerca de 30 milhões de creaturas, nos estertores da ruina physica — abandonados à ignorancia e ao desamparo, sem nada — uma "Tapera"

Pelo major Manoel Chagas, Inspector geral de vehiculos, foram hontem multados os chauffeurs dos seguintes autos: 226, 326 e 497, os dois primeiros por excesso de velocidade e o ultimo por ter passado na frente de um electrico na rua Starão de Victoria.

### UM PEDIDO A' TRAMWAYS

Com referencia a esta nossa local de hontem, a superintendencia da "Pernambuco tramways" foi sollicita em tomar as necessarias providencias, evitando assim que continue a faltar energia durante o dia nos estabelecimentos commerciaes desta cidade, servidos por electricidade.

Estão desse modo attendidos os reclamantes.

de desgraçada, na mais ampla accepção d'essa palavra!

Começamos a ver, espavoridos, que somos um povo infeliz, — o mais infeliz da terra, porque não temos saúde e arrastaremos o futuro da nossa Patria para as mais tristes amarguras, se não reagirmos — e ainda é tempo, embora pouco tempo nos reste para salvar o Brazil — contra esse estado de cousas!

"Sanear o Brazil, diz Belisario Penna, é povoal-o, é enriquecê-lo, é moralisá-lo!"

"Vivemos no mundo da lua", diz Monteiro Lobato — somos desgraçados "Jeca-Tatu's"! Vivemos "vegetando na mais completa incompetencia, alheios e indifferentes ao estado de depauperamento que opprime o nosso povo, misando-lhe as energias da raça", diz o dr. Renato Kehl! 98 % dos meus commandados são verminosos!

Hoje o nosso problema maximo é **sanear o Brazil!** Sem o homem ardis e forte nada existe — nem lavouras, nem industrias, nem commercio!

E' a ruina da raça, é a ruina da Patria!

♦♦♦

Mas é facil a reacção? Ha prompto e effizax remedio para tamanha calamidade?

Sim! Facilissimo, ao nosso alcance, em nossas mãos! E' a hygiene, é a prophylaxia!

O Medico, o Hygienista, é o Salvador do Brazil! Sem elle, succumbiremos, desmoralisados e deshonrados — e a Patria commesco, no lamagal da ruina physica do nosso povo! So é bom e feliz quem é forte!

Os poderes publicos federaes e estaduais, instruidos pelos sabios do Instituto Oswaldo Cruz, começam a despertar, mas é preciso que a nação comprehenda o horror da situação e reaja — seguindo as suezas prescripções dos hygienistas e educando!

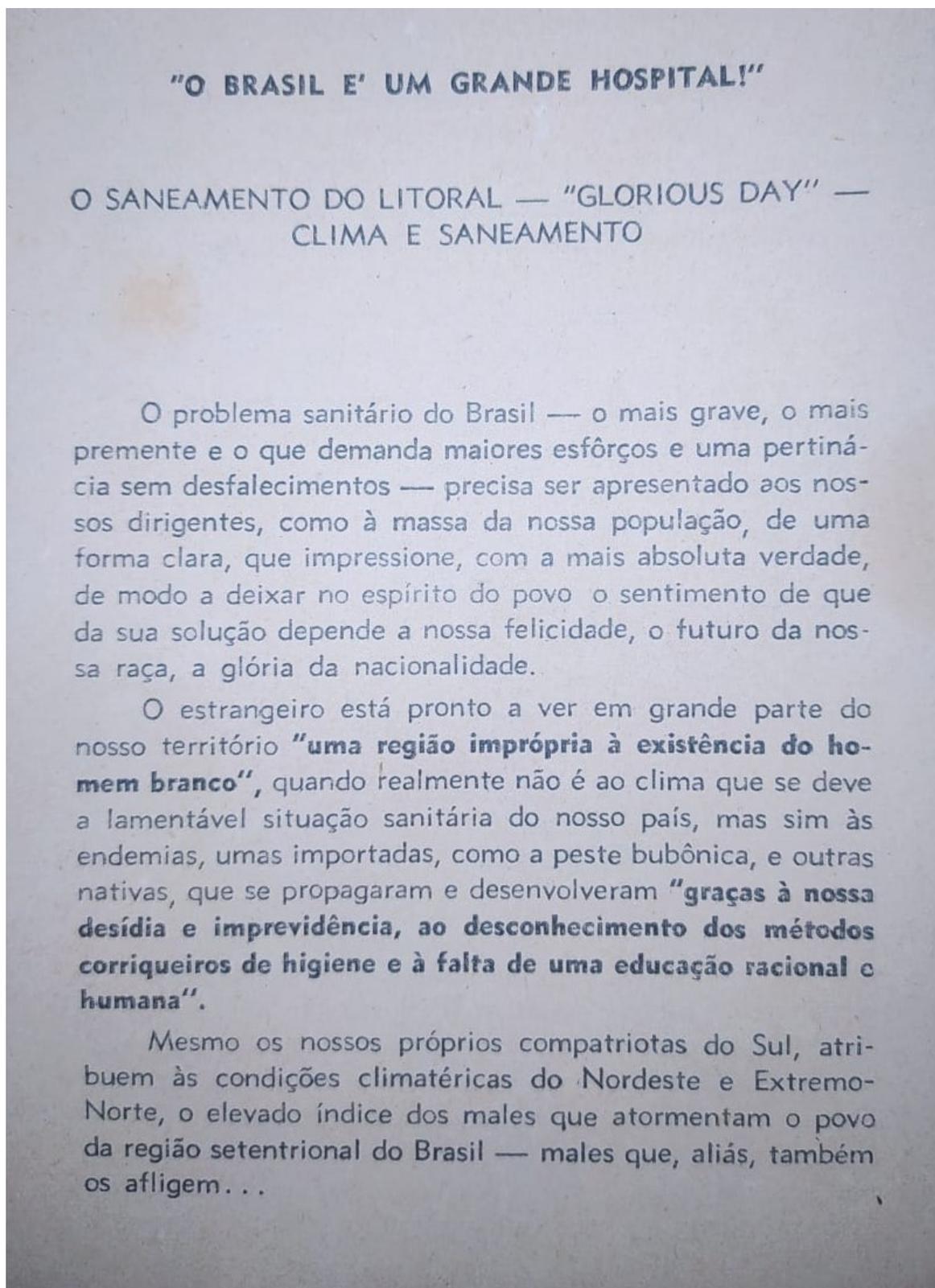
Professores, directores de fabricas e Mães de familia! é chegada a vossa vez: ouvi os hygienistas e ensinai nos vossos discipulos, aos vossos operarios e aos vossos filhos; a fressa, por mais simples, é um instrumento valioso de combate ás verminoses! Segui os conselhos dos chefes dos "postos de prophylaxia" — das missões medicas! Salva o Brazil! A nossa raça succumbe á verminose, á malaria, á tuberculose, á doença do Chagas, etc!

E' um horror! A reacção é facil! Reajamse!

FREDERICO VILLAR.

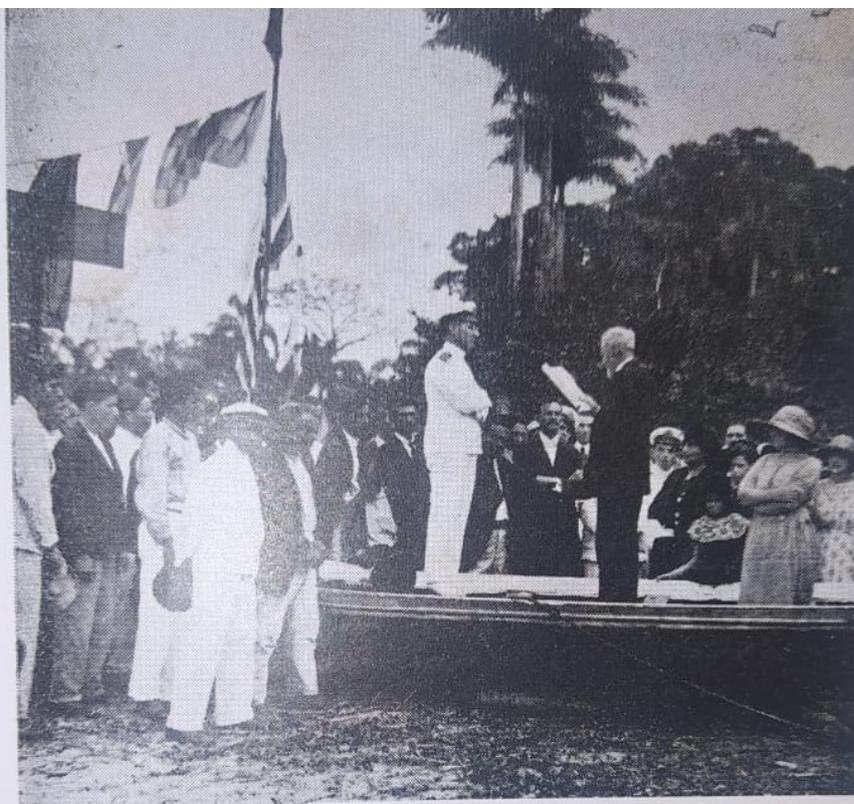
Fonte: Fotografia da edição de 23 de outubro de 1919 do Jornal A PROVÍNCIA, às vésperas da partida da Missão do Cruzador José Bonifácio, anunciando-a como missão científica. Acervo disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional Digital (JORNAL A PROVÍNCIA, 1919).

## ANEXO VII: "O BRASIL É UM GRANDE HOSPITAL!", 1945.



Registro de imagem: Cyrino, 2022. Fotografia da página 133 de Villar, 1945, em referência a campanha sanitária no Brasil e frase dita pelo médico Miguel Pereira em 1916. Acervo pessoal.

## ANEXO VIII. CERIMÔNIA DE NASCIMENTO DA COLÔNIA



O grande poeta santista *Vicente Carvalho* — Cantor do Mar! — pronunciando formoso discurso na Bertioga, quando da fundação ali da Colônia de Pescadores, que recebeu seu nome.

*“Essa estranha região nunca vista, hás de vê-la,  
Onde, numa bizarra exuberância, a flora  
Rebenta pelo chão pérolas côr de estrêla  
E conchas côr de aurora:*

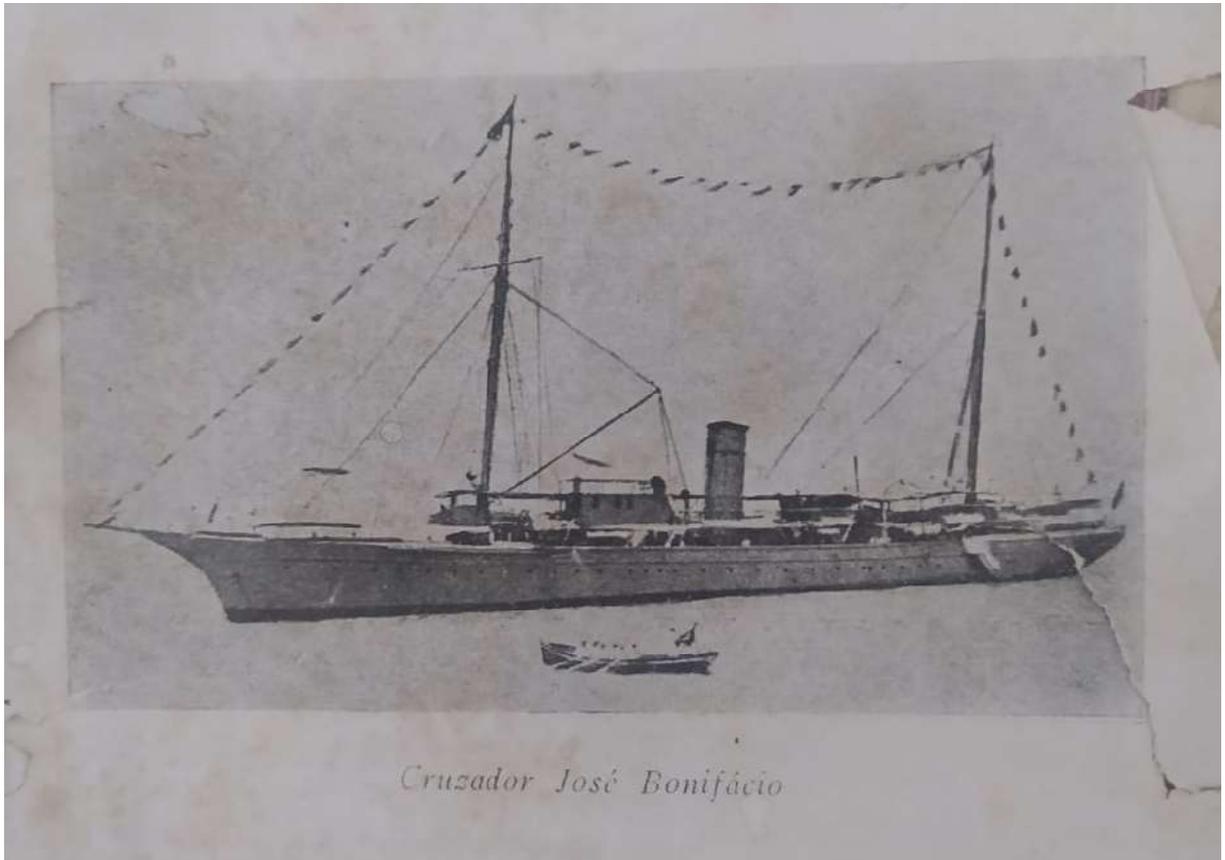
*“Onde, o humilde infusório aspira as maravilhas  
Da glória, sonha o Sol, e, dos grotões mais fundos  
Do meu seio, levanta, a pouco e pouco, ilhas,  
Arquipélagos, mundos...”*

(VICENTE CARVALHO

“A ternura do Mar” — falando à Lua)

Registro de imagem: Cyrino, 2022. Registro de uma das cerimônias de criação das colônias criadas durante a Missão do Cruzador José Bonifácio (1919-1923). Fotografia de Villar, 1945 (sem numeração). Acervo pessoal.

## ANEXO IX. O NAVIO CRUZADOR



Registro de imagem: Cyrino, 2022. Registro do navio iate "Cruzador José Bonifácio". Fotografia de Villar, 1945 (sem numeração) Acervo pessoal.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Berenice. **Jangadeiros: uma corajosa jornada em busca de direitos no Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

ABREU, Jean Luiz Neves; NOGUEIRA, André; KURY, Lorelai. Na saúde e na doença: enfermidades, saberes e práticas de cura nas medicinas do Brasil Colonial (séculos XVI- XVIII). In: TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; Hochman, Gilberto. (orgs). **História da Saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec editora, 2018.

ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA (ANM). **Renato Ferraz Kehl**. Informações do Acadêmico. Disponível em: <https://www.anm.org.br/renato-ferraz-kehl/>. Acesso em junho de 2021.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Polén, 2019.

AJARI, Norman. **La Dignité ou la mort: Éthique et politique de la race**. Empêcheurs de penser rond, 2019.

ARAUJO, Érick. , **Lima Barreto...** 1ª ed. Curitiba: Kotter editorial, 2021.

BARBOSA NETO, Edgar Rodrigues; GOLDMAN, Márcio. A maldição da tolerância e a arte do respeito nos encontros de saberes - **Revista De Antropologia**, 65(1), 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.192791>> Acesso em setembro de 2021.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. 11ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BENTES FILHO. Do Norte ao Sul: A missão do Cruzador “José Bonifácio” e a incorporação do pescador a um projeto de nação (1900-1930). **Dissertação**. Mestrado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Traduzida por Monges de Maredsous. Revisada por João Pedreira de Castro. 74ª ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 2008.

BISPO DOS SANTOS, Antonio. **Colonização, quilombos**. Modos e significações. Brasília: INCTI, 2015.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 16 de Julho de 1934. Acesso em janeiro de 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)

BRITO, Rosyan Campos de Caldas. **Modernidade e tradição. A construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo – RJ**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999.

CARUSO, Raimundo C. **Aventuras dos Jangadeiros do Nordeste**. Florianópolis: Panam Edições Culturais, 2004).

CEPÊDA, Vera Alves. **Inclusão, democracia e o novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico**. Revista Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, 26 (75), p.77-90, 2012.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978.

\_\_\_\_\_. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Editora Veneta, 2020.

COLBARI, Antonia L. A investida do Estado Novo: Trabalho e Família na Nova Ordem Social. In: COLBARI, Antonia L. **Ética do Trabalho: a vida familiar na construção da identidade profissional**. São Paulo: Letras e Letras, 1995.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COSTA, Sérgio. A pesquisa sobre modernidade na América Latina. In: SELL, Carlos Eduardo; MARTINS, Carlos Benedito (orgs). **Teoria Sociológica Contemporânea: Autores e perspectivas** São Paulo: Annablume, 2017.

CYRINO, C.O.S. Aos pescadores, a modernidade: Trajetórias da política pesqueira na regulação da pesca artesanal. **Dissertação**. Mestrado em Ciências Sociais. UFES, 2018.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917 – 1945**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

DIAS NETO, José Colaço. **Quanto Custa ser um pescador Artesanal?** Etnografia, relato e comparação entre dois povoados pesqueiros no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015

DIWAN, Pietra. **Raça Pura**. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. 2ed., 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. NUPAUB-USP/ PROBIO-MMA/CNPq; São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DOS ANJOS, José Carlos. Afropessimismo e lutas por dignidade. In: **Teorias Armadas: pensar com as luta contra-coloniais**. [online] Laboratório Urgente de Teorias Armadas, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2TaUkGpeYLU>. Acesso em julho de 2022.

\_\_\_\_\_. **Brasil, uma nação contra suas minorias**. Revista de Psicanálise da SPPA, v. 26, n. 3, p. 507-522, dezembro de 2019.

FREITAS, Ricardo Cabral de. Ardentes trópicos: febres e saúde pública no Brasil joanino. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** [online]. 2020, v. 27, n. 3, pp. 723-740. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702020000400002>>.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: formação da sociedade brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1992.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA DA SILVA, Denise. À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(1): 336, janeiro-abril/2006

FERREIRA DA SILVA, Denise. Ninguém: direito, racialidade e violência. **Meritum** – Belo Horizonte – v. 9 – n. 1 – p. 67-117 – jan./jun. 2014

FIGUEIREDO, Paulo Augusto. O Estado brasileiro e o sentido do nacionalismo. In: \_\_\_\_\_. **Aspectos ideológicos do Estado Novo**. Brasília: Senado Federal, 1984.

FIOCRUZ. Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (COC). **Belisário Penna dando consulta sob a Jurema**. Disponível em: < <http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/0q6b9>> Acesso em agosto de 2021.

FLORES, MBR; MELO, SF. **A libertação de Cam**: discriminar para igualar. Sobre a questão racial brasileira. In: RODRIGUES, CC., LUCA, TR.;

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

GUIMARÃES, V., orgs. **Identidades brasileiras: composições e recomposições** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

GONZALEZ, Lelia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOLLIN, Tau. **Batismo Netuniano: "Garantia" de navegadas tranquilas**. Disponível em: <https://acervo.popa.com.br/2008/cronicas/batismo-netuno.htm>. Acesso em agosto de 2021.

HALL, Stuart. **The fateful triangle: Race, ethnicity, nation**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2017.

HAMBURG SUD. A journey though time. Disponível em: <https://150yearshamburgsud.com/en>. Acesso em setembro de 2021.

HERBST, Helio. **Sob as colunas do Ministério da Educação, a construção do homem brasileiro**. IV Encontro de História da Arte. Campinas: Unicamp, 2008. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2008/HERBST,%20Helio%20-%20IVEHA.pdf> Acesso em março de 2022.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JORNAL DO RECIFE. **Pelo Saneamento do Brasil: o nosso grande problema vital**. Ano LXII, n. 290. Capa. Recife, 25 de outubro de 1919.

KANT, Immanuel. **Resposta à Pergunta: Que é esclarecimento: Aufklärung**. In: Textos seletos. 2ªed. Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Edições 70, 1999.

KEHL, Renato. **Scenas deprimente**. Boletim de Eugenia. Rio de Janeiro, Vol. I. Nº 2, p.3, fevereiro de 1929a.

\_\_\_\_\_. **Sir Francis Galton**. Boletim de Eugenia. Rio de Janeiro, Vol. I. Nº 4, p.1, Abril de 1929b

\_\_\_\_\_. **Pelo Aperfeiçoamento da Raça**. Boletim de Eugenia. Rio de Janeiro, Vol. I. Nº 5, p.1-2, maio de 1929c.

\_\_\_\_\_. **Educação e Eugenia**. Boletim de Eugenia. Rio de Janeiro, Ano. I. Nº 9, p.1, setembro de 1929d.

\_\_\_\_\_. **O que é Eugenia**. Boletim de Eugenia. Rio de Janeiro, Ano. I. Nº 10, p.2- 3, outubro de 1929e.

\_\_\_\_\_. **Limitação da natalidade**. Boletim de Eugenia. Rio de Janeiro, Ano. I. Nº 12, p.1-2, dezembro de 1929f.

\_\_\_\_\_. **Conduta:Lições de ética**. Rio de Janeiro: Livraria Alves, 1934.

\_\_\_\_\_. **Pedagogía Sexual: Lecciones de Eugenesia**. Madrid: Javier Morada Editora, 1931.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. São Paulo: Ateliê. Editorial, 2007.

LACERDA, João Batista. **Sur les métis au Brésil**. Paris: Museu Nacional do Rio de Janeiro, 1911.

LIMA BARRETO, Afonso Henrique de. **Diário de hospício/ O cemitério dos vivos**. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

\_\_\_\_\_. **Diário de hospício/ O cemitério dos vivos**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, ciência e sociedade** (orgs.) [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.

LOBATO, Monteiro. **Problema Vital, Jeca Tatu e outros textos**. São Paulo: Editora Globo, 2010.

LUGONES, María. **Colonialidad y Género**. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, n.o.9: 73-101, julio-diciembre, 2008. Acesso em maio de 2020. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>

LUNDBORG, H. **Biologia Racial. Perspectivas e pontos de vista eugênicos**. Boletim de Eugenia. Rio de Janeiro, Ano. II. Nº 14, p.2, Setembro de 1929.

MAIO, Marcos Chor; RAMOS, Jair de Souza. Entre a riqueza natural e a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se o povo brasileiro. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça como Questão**. História, Ciência e Identidades no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1994.

\_\_\_\_\_. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986.

MARQUES, Pâmela Marconatto. **Antenor Firmin x Arthur de Gobineau: a resposta do primeiro antropólogo haitiano ao eugenista francês em plena era do racismo científico**. Universidade de Santiago do Chile, 2017a. Acesso em

novembro de 2019. Disponível em [https://issuu.com/idea.usach/docs/emergencias20?fbclid=IwAR1bTx\\_uONloz4BLXM3k0VgGJN8PTk4koK-ZW3Fi3Zy2e\\_JrQiCtp47HFES](https://issuu.com/idea.usach/docs/emergencias20?fbclid=IwAR1bTx_uONloz4BLXM3k0VgGJN8PTk4koK-ZW3Fi3Zy2e_JrQiCtp47HFES)

MARQUES, Pâmela Marconatto. “NOU LED, NOU LA!” “ESTAMOS FEIOS, MAS ESTAMOS AQUI!” Assombros haitianos à retórica colonial sobre pobreza. **Tese**. Doutorado em Sociologia. UFRGS, 2017b.

MARTIUS, Karl Von. **Como se deve escrever a história do Brasil?** Rio de Janeiro: Revista Trimensal de História e Geografia, 1845.

MARTIUS, Karl Von; RODRIGUES, José Tenório. Como se deve escrever a história do Brasil? Rio de Janeiro: **Revista de História de América**, n. 42, dezembro de 1956, p. 433-458. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/20137096?origin=JSTOR-pdf>>. Acesso em junho de 2022.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **O Racimo**. Lisboa: Caminho Nosso Mundo, 1993.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Linhagens pós-coloniais e a possibilidade de ampliação do conhecimento: um debate epistemológico. In: **Sociedade, Conhecimentos e Colonialidade: Olhares Sobre a América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

MICHAELLIS. **Dicionário de língua portuguesa**. On-line. Editora Melhoramentos, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>

MIRANDOLA, Giovanni Pico della. **Discurso pela dignidade do homem**. Trad. Antonio Minghetti. Porto Alegre: Editora Fi. 2015.

MINISTÉRIO DA MARINHA. O Contra-Almirante Frederico Villar. Ed. 183. Vol. 1,2 e 3. **Revista Marítima Brasileira**: Rio de Janeiro, Março de 1964.

MONSMA, Karl. **Como pensar o racismo: o paradigma colonial e a abordagem da sociologia histórica**. Revista de Ciências Sociais (Fortaleza), v. 48, 53-82, 2017.

\_\_\_\_\_. **A reprodução do racismo**. Fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. São Carlos, EUFSCar, 2016.

\_\_\_\_\_. A nova sociologia histórica: contextos, trajetórias, eventos e complexidade na análise da mudança social. In: RIBEIRO, Maria Thereza Rosa (org).

**Dimensão histórica da sociologia: dilemas e complexidade**. Curitiba: Apris, 2016.

MINISTÉRIO DA MARINHA. Contra-Almirante Frederico Villar. **Revista Marítima Brasileira**. Ano LXXXIII. N. 1, 2,3. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1964.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

NASCIMENTO, Beatriz. **O negro da senzala ao soul**. Documentário. São Paulo: TV Cultura de São Paulo. 1977. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=4&v=5AVPrXwxh1A&feature=emb\\_logo](https://www.youtube.com/watch?time_continue=4&v=5AVPrXwxh1A&feature=emb_logo)

NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. **Viagem Científica pelo Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás**. Ed. Fac-similar. Brasília; Senado Federal, 1999.

NORTE, João. **O Brasil e a Raça**. Boletim de Eugenia. Rio de Janeiro, Vol. I. Nº 4, p.1, Abril de 1929

ODA, Andre Augusto Inoe. **A guerra das raças: Estudo do pensamento social brasileiro**. Dissertação. Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista, 2006.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985

OLIVEIRA, Mário Nogueira. A educação na ética kantiana. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 447-460, set./dez. 2004

PANOFSKY, Erwin (2001). **Iconografia e Iconologia**: uma introdução ao estudo da arte da Renascença. Significado nas Artes Visuais. São Paulo: Perspectiva, 3ª edição, pp. 45-87.

PIMENTA, Tânia; GOMES, Flávio; KODANA, Kaori. Das enfermidades cativas: para uma história da saúde e das doenças do Brasil escravista. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; Hochman, Gilberto. (orgs). **História da Saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec editora, 2018.

PIMENTA, Tânia. Barbeiros- sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). **Revista de História, Ciências , Saúde – Manguinhos**. 5 (2) • Out 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/FZKK4m9bhDrr87MzCjs3vnt/abstract/?lang=pt>. Acesso em julho de 2021.

QUEIROZ, Christina. A saúde entre dois mundos: escravos e libertos atuavam como sangradores e parteiras no século XIX. **Revista Pesquisa Fapespe**. ed. 261. nov. 2017. Disponível em: <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/a-saude-entre-dois-mundos-escravos-e-libertos-atuavam-como-sangradores-e-parteiras-no-seculo-xix/> . Acesso em junho de 2021.

RAMALHO, Cristiano Wellington Norberto. **“Ah, esse povo do mar!”: trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. Recife: UFPE, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pescadores, Estado e Desenvolvimento Nacional: Da Reserva Naval à Aquícola**. Revista do Centro de Estudos Rurais da UNICAMP, Campinas, v.8, n.1, p.31-62, 2014.

RIBEIRO, Maria Thereza Rosa (org). **Dimensão histórica da sociologia: dilemas e complexidade**. Curitiba: Apris, 2016.

SÁ, Dominichi Miranda de. A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o “imenso hospital”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.16, supl.1, jul. 2009, p.333-348.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Luíz Antônio de Castro. Poder, ideologias e saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Moderna República Velha: um outro ano de 1922. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. n.55, pp.59-88, 2012.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Autoritarismo brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019b.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial, **e-cadernos CES** [Online], 18 | 2012. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/eces/1533>>; DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1533>>. Acesso maio de 2020.

SILVA, Catia Antonia da. **Política Pública e território: passado e presente da efetivação de direitos dos pecadores artesanais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILVA, Luiz Geraldo (org.). **Os pescadores na história do Brasil**. Vol 1. Recife: Vozes, 1988.

SILVA, Marta Zorzal e. **A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimentismo brasileiro**. Vitória: EDUFES, 2004.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró Siqueira. **Desenvolvimento brasileiro: alternativas e contradições**. Vitória: Grafitusa, 2010.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917 – 1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe** [online]. Rio de Janeiro: Editor FIOCRUZ, 2004.

STENGERS, Isabelle. A ciência sob o signo do acontecimento. In: **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugenica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro nos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul - dez , 2008.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; WEGNER, Robert. História da eugenia: contextos, temas e perspectivas historiográficas. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; Hochman, Gilberto. (orgs). **História da Saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec editora, 2018.

THIELEN, Eduardo Vilela; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Belisário Penna: notas fotobiográficas. **Revista História, Ciências, Saúde- Manguinhos**. 9 (2) • Ago 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702002000200008>> Acesso em agosto de 2021.

VARGAS, Getúlio. Fixando nossos objetivos. In: VILLAR, Frederico. **A Missão do Cruzador José Bonifácio: Os pescadores na Defesa Nacional, a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços (1919 – 1923)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1945.

VILLAR, Frederico. **Pelas Indústrias da Pesca no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1911.

\_\_\_\_\_. A missão científica e patriótica do cruzador José Bonifácio: Sanear o Brazil é o nosso problema máximo. In: **A PROVÍNCIA**. Ano XLII. nº 288. Capa. Recife, 23 de outubro de 1919.

\_\_\_\_\_. **A arte de viver: Breviário Moral e Cívico**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1940.

VILLAR, Frederico. **Manual do Patrão de Pesca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

\_\_\_\_\_. **A Missão do Cruzador José Bonifácio: Os pescadores na Defesa Nacional, a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços (1919 – 1923)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1945.

WILDERSON III, Frank B. **Afropessimismo**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Todavia, 2021.